

ISSN 2358-4319 (versão online)



**educação e
emancipação**

v.13, n.3, set./dez. 2020

Dossiê Temático

Produção e Circulação de Mobiliário Escolar

Revista Educação e Emancipação

Dossiê Temático:

Produção e Circulação de Mobiliário Escolar

Centro de Ciências Sociais
Programa de Pós-Graduação em Educação
Universidade Federal do Maranhão

ISSN 2358-4319 (online)

São Luís, v. 13, n. 3, set./dez. 2020

Revista Educação e Emancipação

Publicação Quadrimestral do Programa de Pós-Graduação em Educação

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO

Reitor

Natalino Salgado Filho

Pró-Reitor da Agência de Inovação, Empreendedorismo, Pesquisa, Pós-Graduação e Internacionalização

Allan Kardec Duailibe Barros Filho

Diretor da Editora da Universidade Federal do Maranhão

Sanatiel de Jesus Pereira

Diretor do Centro de Ciências Sociais

Lindalva Martins Maia Maciel

Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Educação

Lucinete Marques Lima

Comitê Editorial Executivo:

Lélia Cristina Silveira de Moraes

Maria Alice Melo

Conselho Científico

Alberto Filipe Araújo - Universidade do Minho - Portugal

Ana Maria Iorio Dias - UFC

Andrés Palma Valenzuela - Universidad de Granada - Espanha

Antônio Joaquim Severino - USP

Antônio Cabral Neto - UFRN

Betânia Leite Ramalho - UFRN

Célia Frazão Soares Linhares - UFF

Clermont Gauthier - Université Laval - Québec - Canadá

Enéas Arraes Neto - UFC

Francisca das Chagas Silva Lima - UFMA

Ilma Vieira do Nascimento - UFMA

Janssen Felipe da Silva - UFPE

José Luis Canto Ramirez - Universidad Pedagógica Nacional.

Unidad 041, María Lavallo Urbina, Campeche - México

Lúcia Emília Nuevo Barreto Bruno - USP

Luís Alcoforado, Universidade de Coimbra, Portugal

Marcelo Parreira do Amaral - Westfälische Wilhelms - Universität Münster Institut für Erziehungswissenschaft - Alemanha

Maria Eliete Santiago - UFPE

Maria Cecília Sanchez Teixeira - USP

Maria Eulina Pessoa de Carvalho - UFPB

Maria Isabel Ferraz Festas - Universidade de Coimbra - Portugal

Maria Helena Lopes Damião da Silva - Universidade de Coimbra - Portugal

Maria Nobre Damasceno - UFC

Maria Salette Barboza de Farias - UFPB

Mariza Borges Wall Barbosa de Carvalho - UFMA

Valdelúcia Alves da Costa - UFF

Revisão de Linguagem

A revisão de linguagem dos artigos foi de responsabilidade de cada autor, por profissional especializado

Revisão de Normalização

Weltiene Sirlei Nogueira Santos

Lia Margarida Coelho Ferreira

Editoração Eletrônica

Matheus Soares Silva

Capa

Leandro Barroso Dias

Política Editorial

A Revista Educação e Emancipação é um periódico de acesso aberto (*on line*), quadrimestral do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Maranhão. Publica trabalhos originais de pesquisadores e estudiosos brasileiros e de outros países que tratem de educação, oriundos de pesquisas, bem como ensaios teóricos e resenhas. Os conceitos e posicionamentos emitidos são de inteira responsabilidade de seus autores.

Revista Educação e Emancipação

Universidade Federal do Maranhão

Centro de Ciências Sociais

Programa de Pós-Graduação em Educação

Avenida dos Portugueses, 1966 – Campus Dom Delgado

CEP 65.080-805 – São Luís/MA

Fones (98) 3272- 8660 / 3272-8689

E-mails: revistaeduc.emancipacao@ufma.br
e/ou revista.educacao.e.emancipacao@gmail.com

Indexadores e Base de Dados

IRESIE - Índice de Revistas de Educación Superior e Investigación Educativa (Instituto de Investigaciones sobre la Universidad y la Educación - México)

Diadorim - <http://diadorim.ibict.br/handle/1/817>

Latindex - <http://www.latindex.unam.mx/latindex/ficha?folio=24521>

DOAJ - Directory of Open Access Journals

REDIB - Red Iberoamericana de Innovación y Conocimiento Científico

Portais Especializados

Portal de Periódicos - Capes

Portal de Periódicos - SEER - Sistema Eletrônico de Editoração de Periódicos IBICT

Portal de Periódicos Eletrônicos da UFMA

Revista Educação e Emancipação, da Universidade Federal do Maranhão, v.1, n.1. São Luís: EDUFMA, 2002.

Periodicidade Quadrimestral.

Descrição baseada em: v.13, n.3 set./dez. 2020

DOI: <http://dx.doi.org/10.18764/2358-4319.v13n3>

ISSN 2358-4319 (online)

Continuação de Caderno de Pesquisa, publicado de 1999-2000 sob a responsabilidade do Programa de Pós-Graduação em Educação.

1. Educação – Periódicos. I. Universidade Federal do Maranhão. II. Programa de Pós-Graduação em Educação.

CDD 370.5

CDU 37(05)

Catálogo da publicação na Fonte da Biblioteca Central da Universidade Federal do Maranhão

Sumário

Editorial	15

Artigos

O mobiliário escolar na Espanha durante os primeiros anos do franquismo: testemunhos para seu estudo	21

Gabriel Barceló Bauzá

Bernat Sureda Garcia

A carteira escolar está “apta para o seu destino”? Argumentos e exigências sobre o mobiliário escolar em Exposições Universais	45

Gustavo Rugoni de Sousa

Ana Paula de Souza Kincheski

Vera Lúcia Gaspar da Silva

Pistas e Indícios: uma investigação sobre o processo de aquisição mobiliária da escola primária (1884 – 1894)	70

Gecia Aline Garcia

Gizele de Souza

As palavras dos professores e as coisas da escola: materialidade escolar, mobília e fazeres docentes entre os séculos XIX e XX	94

Andréa Bezerra Cordeiro

Franciele Ferreira França

Questão de materialidade: a carteira escolar no congresso da instrução pública do rio de janeiro (1883)	113

Etienne Baldez Louzada Barbosa

Juarez José Tuchinski dos Anjos

Rumo ao interior: móveis e objetos numa escola rural de Antônio Prado/RS (1899 - 1912)	137

Terciane Ângela Luchese

Manuela Ciconetto Bernardi

Um mobiliário para o ensino profissional: notas sobre a carteira de desenho..... 162
Júlia Naomi Kanazawa
Heloísa Helena Pimenta Rocha

O Mobiliário das Escolas Cristãs no Século XVII: um Elemento Humanizador 189
Clóvis Trezzi

As mobílias escolares nas escolas radiofônicas: uma análise sobre a produção, circulação e os métodos de ensino para os jovens e adultos na Amazônia bragantina (1961-1968)..... 208
Rogerio Andrade Maciel
Cesar Augusto Castro

Espaços, mobiliário escolar e práticas culturais no ginásio Sagrado Coração de Senhor do Bonfim – BA (1951)..... 233
Virgínia Pereira da Silva Ávila
Nilton Ferreira Bittencourt Junior
Dulcineia Cândida Cardoso de Medeiros

Mobiliário para escolas públicas de ensino primário em Caxias do Sul/RS (1890-1930): vestígios da cultura escolar 255
Samanta Vanz
José Edimar de Souza

Uma Nova Cultura Escolar: a implementação de espaços e de mobiliários no Grupo Escolar de Lavras – MG 277
Jardel Costa Pereira
Jefferson da Costa Moreira

Preservar para lembrar: vestígios da cultura material da escola no Museu Histórico Visconde de São Leopoldo (1905-1940) 300
Luciane Sgarbi S. Grazziotin
Eduardo Cristiano Hass da Silva
Estela Denise Schütz Brito

Entrevista

Desafios em torno da pesquisa sobre o mobiliário escolar:

uma conversa com Marcus Levy Bencostta 324
Gustavo Rugoni de Sousa

Resenha

SILVA, V. L. G.; SOUZA, G.; CASTRO, C. A. (orgs.). **Cultura Material**

Escolar em perspectiva histórica: escritas e possibilidades.

Vitória: EDUFES, 2018. 470 p. 341

Gecia Aline Garcia

Normas para Publicação 348

Table of Contents

Editorial	15

Articles

School furniture in Spain during the early years of the Francoism: sources for his study	21

Gabriel Barceló Bauzá

Bernat Sureda Garcia

Is the school desk “fit for its destiny”? Arguments and requirements on school furniture in Universal Exhibitions	45

Gustavo Rugoni de Sousa

Ana Paula de Souza Kinchescki

Vera Lúcia Gaspar da Silva

Clues and indications: a research on the process of acquiring furniture in the primary school (1884 - 1894)	70

Gecia Aline Garcia

Gizele de Souza

The words of teachers and things of school: school materiality, furniture and teachers practices in the nineteenth and twentieth centuries.....	94

Andréa Bezerra Cordeiro

Franciele Ferreira França

Materiality issue: the school desk at the congress of public instruction of rio de janeiro (1883)	113

Etienne Baldez Louzada Barbosa

Juarez José Tuchinski dos Anjos

Towards the countryside: furniture and objects at a rural school in Antônio Prado / RS (1899-1912).....	137

Terciane Ângela Luchese

Manuela Ciconetto Bernardi

Furniture for vocational education: notes on the drawing desk	162
Júlia Naomi Kanazawa	
Heloísa Helena Pimenta Rocha	
The Christian Schools Furniture in the 17th Century: a Humanizing Element	189
Clóvis Trezzi	
School furniture in radio schools: an analysis of production, circulation and teaching methods for young people and adults in the Bragantine Amazon (1961-1968)	208
Rogerio Andrade Maciel	
Cesar Augusto Castro	
Spaces, school furniture and cultural practices in the Sagrado Coração de Senhor do Bonfim gymnasium - BA (1951)	233
Virgínia Pereira da Silva Ávila	
Nilton Ferreira Bittencourt Junior	
Dulcineia Cândida Cardoso de Medeiros	
Furniture for public schools of primary education in Caxias do Sul / RS (1890-1930): traces of school culture	255
Samanta Vanz	
José Edimar de Souza	
A New School Culture: the implementation of spaces and furniture in the School Group of Lavras – MG	277
Jardel Costa Pereira	
Jefferson da Costa Moreira	
Preserving to remember: vestiges of the school material culture in the Visconde de São Leopoldo Historical Museum (1905-1940)	300
Luciane Sgarbi S. Grazziotin	
Eduardo Cristiano Hass da Silva	
Estela Denise Schütz Brito	

Interview

Challenges surrounding School Furniture research: a conversation with Marcus Levy Bencostta.....	324
Gustavo Rugoni de Sousa	

Essay

SILVA, V. L. G.; SOUZA, G.; CASTRO, C. A. (orgs.). Cultura Material Escolar em perspectiva histórica: escritas e possibilidades. Vitória: EDUFES, 2018. 470 p.	341
Gecia Aline Garcia	
Publication Guidelines	348

Sumario

Editorial	15

Articulos

El mobiliario escolar en España durante los primeros años del franquismo: testimonios para su estudio	21

Gabriel Barceló Bauzá

Bernat Sureda Garcia

¿Es el pupitre escolar “adecuado para su destino”? Argumentos y exigencias sobre el mobiliario escolar en Exposiciones Universales.....	45

Gustavo Rugoni de Sousa

Ana Paula de Souza Kincheski

Vera Lúcia Gaspar da Silva

Pistas e indicaciones: una investigación sobre el proceso de adquisición de mobiliario en la escuela primaria (1884 - 1894).....	70

Gecia Aline Garcia

Gizele de Souza

Las palabras de los maestros y las cosas de la escuela: materialidad escolar, mobiliario y haceres docentes entre los siglos XIX y XX.....	94

Andréa Bezerra Cordeiro

Franciele Ferreira França

Cuestión de materialidad: el pupitre escolar en el congreso de instrucción pública de río de janeiro (1883).....	113

Etienne Baldez Louzada Barbosa

Juarez José Tuchinski dos Anjos

Hacia el interior: muebles y objetos en una escuela rural de Antônio Prado /RS (1899-1912)	137

Terciane Ângela Luchese

Manuela Ciconetto Bernardi

Muebles para la enseñanza profesional: notas sobre la mesa de dibujo 162
Júlia Naomi Kanazawa
Heloísa Helena Pimenta Rocha

El Mobiliario Escolar de las Escuelas Cristianas del Siglo XVII: un Elemento Humanizador 189
Clóvis Trezzi

Muebles escolares en las escuelas de radio: un análisis de los métodos de producción, circulación y enseñanza para jóvenes y adultos en el Amazonas Bragantine (1961-1968) 208
Rogerio Andrade Maciel
Cesar Augusto Castro

Espacios, mobiliario escolar y prácticas culturales en el gimnasio Sagrado Coração de Senhor do Bonfim - BA (1951) .. 233
Virgínia Pereira da Silva Ávila
Nilton Ferreira Bittencourt Junior
Dulcineia Cândida Cardoso de Medeiros

Muebles para escuelas públicas de educación primaria en Caxias do Sul / RS (1890-1930): huellas de cultura escolar 255
Samanta Vanz
José Edimar de Souza

Una Nueva Cultura Escolar: la implementación de espacios y muebles en el Grupo Escolar de Lavras – MG 277
Jardel Costa Pereira
Jefferson da Costa Moreira

Preservar para recordar: vestigios de la cultura material de la escuela en el Museo Histórico Visconde de São Leopoldo (1905-1940) 300
Luciane Sgarbi S. Grazziotin
Eduardo Cristiano Hass da Silva
Estela Denise Schütz Brito

Entrevista

Desafíos en torno a la investigación sobre mobiliario

escolar: una conversación con Marcus Levy Bencostta 324

Gustavo Rugoni de Sousa

Reseña

SILVA, V. L. G.; SOUZA, G.; CASTRO, C. A. (orgs.). **Cultura Material**

Escolar em perspectiva histórica: escritas e possibilidades.

Vitória: EDUFES, 2018. 470 p. 341

Gecia Aline Garcia

Normas para publicação.....348

Editorial

Mobiliar a História da Educação

Assento para professor, bancos para alunos, armários para guardar livros, carteiras para aulas de desenho, etc, etc, etc, são objetos que compõem o universo de mobiliários das instituições escolares em diversas regiões do Brasil e em outros países. Artefatos que expressam um tempo, um lugar, uma forma de ensinar, um modo de aprender e diferentes formas de produção, circulação e uso. Expressam, ainda, diversos elementos materiais para sua confecção (vidros, ferro, madeira, e muitos outros), regras e estratégias de mercado para atender diferentes consumidores e matrizes e valores pedagógicos, sociais, culturais e políticos.

Se por um lado, o mobiliário escolar é um dos itens mais presentes na produção que se alinha a cultura material escolar, particularmente aquele ancorado na perspectiva histórica, por outro, identificamos a ausência de iniciativas que agrupem produções afetas ao tema. Assim, este Dossiê pretende ser um espaço agregador de pesquisadores, análises e reflexões, sem a pretensão de esgotar o tema ou abarcar o universo da produção, mas com o intuito de fortalecer a área e o debate.

As várias abordagens, os diferentes sujeitos e os múltiplos usos do mobiliário escolar presentes nos artigos que compõem esse Dossiê, evidenciam a fertilidade, a abrangência dos debates sobre a cultura material escolar e, em especial, sobre o mobiliário presente no interior das instituições de ensino em todas as formas, modalidades e perspectivas - primária, secundária, normal, profissional, etc -.

Esse Dossiê inicia com o texto “El mobiliario escolar en España durante los primeros años del franquismo: Testimonios para su estudio” de autoria de Gabriel Barceló Bauzá e Bernat Sureda Garcia em que tratam das carteiras escolares descritas por 97 (noventa e sete) narrativas pedagógicas de estudantes das Escolas Normais rurais das Ilhas Baleares, Espanha, de 1939 a 1948. A documentação utilizada permitiu aos autores compreenderem as diversas modalidades desses móveis que constituíam o ambiente escolar do período e como os mesmos portam mensagens sobre momentos e transformações políticas.

Em “A carteira escolar está ‘apta para o seu destino’? argumentos e exigências sobre o mobiliário escolar em Exposições Universais”, Gustavo Rugoni de Sousa, Ana Paula de Souza Kinchescki e Vera Lucia Gaspar da Silva argumentam que este mobiliário é compreendido como um dos símbolos da educação moderna, a partir da segunda metade do século XIX, com a finalidade de atender as exigências pedagógicas e higiênicas da época. Assim, no trabalho analisam discursos que circularam através de relatórios das Exposições Universais, de catálogos de indústrias e em dicionários pedagógicos. Com base nessas fontes, os autores identificam mudanças nas exigências e nas tecnologias de construção do mobiliário escolar sob a influência desses eventos.

O processo de aquisição dos móveis escolares para as instituições primárias é tema do artigo de Gecia Aline Garcia e Gizele de Souza “Pistas e Indícios: uma investigação sobre o processo de aquisição mobiliário da escola primária paranaense (1884 – 1894)”, escrito com base no paradigma indiciário cunhado por Carlo Ginzburg. Perseguindo pistas e sinais recolhidos de artigos de jornais, leis, decretos, regulamentos da legislação escolar, cartas e iconografias as autoras interpretam e concluem que se configuraram diferentes modelos desses estabelecimentos e diversas formas supri-los na Província do Paraná nos oitocentos.

Sobre a mobília escolar expressa nos discursos de docentes brasileiros e argentinos nos séculos XIX e XX, Andréa Bezerra Cordeiro e Franciele Ferreira França descrevem, por meio do artigo “As palavras dos professores e as coisas da escola: materialidade escolar, mobília e fazeres docentes entre os séculos XIX e XX”, os elementos constitutivos do cotidiano escolar. No artigo abordam os sujeitos e as materialidades a partir de fontes que possibilitam compreender os discursos e a produção sobre a profissionalização docente, mobiliários escolares, destacando a importância dos estudos transnacionais que possam relevar a cultura escolar e a cultura material escolar no processo de expansão da escolar de massa.

“Questão de materialidade: a carteira escolar no Congresso da Instrução Pública do Rio de Janeiro (1883)”, de autoria de Etienne Baldez Louzada Barbosa e Juarez José Tuchinski dos Anjos, trata das relações entre as carteiras escolares e a sua materialidade tomando por base atos e pareceres desse evento, a partir de um duplo objetivo: compreender a organização do congresso e descrever os modelos mais adequados desse mobiliário para uso nas escolas cariocas.

No artigo “Rumo ao interior: móveis e objetos numa escola rural de Antônio Prado/RS (1899 - 1912)”, Terciane Ângela Luchese e Manuela Ciconetto Bernardi dão visibilidade a caminhos percorridos – produção, circulação e distribuição – por móveis e objetos escolares, desde sua feitura até chegar ao espaço de uma sala de aula, com base em documentação de uma escola rural localizada no interior do Rio Grande do Sul, mais precisamente no município de Antônio Prado. A análise documental recupera dados garimpados em um livro de registros de inventário da 5ª aula pública mista, entre os anos de 1907 e 1910, em correspondências, jornais, relatórios de intendentess e fotografias os quais são analisados à luz das contribuições da História Cultural e da História da Educação.

No artigo “Um mobiliário para o Ensino Profissional: notas sobre a carteira de desenho”, Júlia Naomi Kanazawa e Heloisa Pimenta examinam as carteiras voltadas para o ensino de desenho presentes no acervo da Escola Profissional Agrícola Industrial Cônego José Bento, da Cidade de Jacareí, entre as décadas de 1930 e 1950 quando mudanças curriculares ocorreram na instituição no âmbito do plano de expansão do ensino profissional do Estado de São Paulo. Tal estudo traz uma relevante contribuição para compreender a cultura material da escola como uma dimensão significativa da cultura escolar.

No artigo “O mobiliário das Escolas Cristãs no século XVII: um elemento humanizador” Clóvis Trezzi analisa a escola como espaço privilegiado de ensino e de aprendizagem a partir do seu XVII e, nesse contexto, surgem os mobiliários escolares e sua relação com os métodos pedagógicos adotados. A partir desse eixo analítico, o autor, aborda o mobiliário nas redes de Escolas Cristãs criadas por João Batista de La Salle na França que tinham uma função prática e social.

Rogério Andrade Maciel e Cesar Augusto Castro analisam a produção, a circulação e os métodos de ensino para as aulas de jovens e adultos na Cidade de Bragança, Estado do Pará, no período de 1961-1968 e a relação com o mobiliário escolar com a apresentação do artigo “As mobílias escolares nas escolas radiofônicas: uma análise sobre a produção, circulação e os métodos de ensino para os jovens e adultos na Amazônia bragantina (1961-1968)”. A partir das leis e dos livros de tomo da Diocese do município foi constatado que as mobílias eram confeccionadas por marceneiros da comunidade e distribuídas nos diversos círculos educativos e de cultura para alfabetização dessa clientela, tendo por base os princípios educativos propostos por Paulo Freire.

O trabalho escrito por Virgínia Pereira da Silva Ávila, Nilton Ferreira Bittencourt Junior e Dulcineia Cândida Cardoso de Medeiros que tem por título “Espaços, mobiliário escolar e práticas culturais no relatório de verificação das novas instalações do Ginásio Sagrado Coração de Senhor do Bonfim – Ba (1951)”, analisa os espaços, os mobiliários escolares e as práticas culturais presentes no Ginásio Sagrado Coração, localizado em Senhor do Bonfim – BA, em 1951 a partir do relatório do inspetor Othoniel Almeida Moura em que descreve o histórico da instituição, os espaços, o mobiliário escolar e as práticas culturais. Ao dialogarem com estudos da cultura material, cultura escolar e patrimônio histórico-educativo concluem que a estrutura física, o comportamento dos alunos e professores e os objetos seguiam padrões estabelecimentos nacionalmente.

Em “Mobiliário para escolas públicas de ensino primário em Caxias do Sul/RS (1890-930): vestígios da cultura escolar”, Samanta Vanz e José Edimar de Souza investigam esse nível de ensino nesse município gaúcho, tendo como referencial teórico a História Cultural e como *corpus* documental, correspondências de professores, inspetores escolares e intendentess municipais, inventários escolares, relatórios da intendência, atos e decretos e jornais. Concluem afirmando que o processo de escolarização atendia ao projeto republicano e que os móveis evidenciam as diversas formas de fazer e produzir cultura escolar, configurando-se como mediadores das relações entre os diversos sujeitos que integram as comunidades escolares.

Analisar a implementação do mobiliário escolar no Grupo Escolar de Lavras, cidade localizada na Região Sul de Minas Gerais, a partir da reforma da educação primária iniciada no governo de João Pinheiro no ano de 1906 é o foco central do artigo “Uma Nova Cultura Escolar: a Implementação de espaços e mobiliários no Grupo Escolar de Lavras – MG”, escrito por Jardel Costa Pereira e Jefferson da Costa Moreira a partir de uma pesquisa bibliográfica e documental. O estudo apontou que a instituição acompanhou a ordenação de uma nova cultura escolar adotada nesse Estado a partir dos espaços, dos saberes e dos fazeres escolarizados.

Seguindo as reflexões dos autores Luciane Sgarbi S. Grazziotin, Eduardo Cristiano Hass da Silva e Estela Denise Schütz Brito apresentadas no artigo “Preservar para lembrar: vestígios da cultura material da escolar no Museu Histórico Visconde de São Leopoldo (1905-1940)”, objetos, mobiliário e fotografias nos relevam histórias sobre um tempo e

um lugar distante. Partindo desse pressuposto, analisam processos educativos na cidade de São Leopoldo/RS, entre os anos de 1905 e 1940 registrados em fontes salvaguardados no Museu Histórico Visconde São Leopoldo e entendem que o conjunto de objetos analisados contribuem para compreensão da História da Educação local e geral.

Além desses artigos, integram este Dossiê, uma entrevista e uma Resenha. A entrevista foi realizada por Gustavo Rugoni de Sousa com Marcus Levy Bencostta, professor e pesquisador da Universidade Federal do Paraná e referência na investigação que toma por base o mobiliário escolar em perspectiva histórica. Nas respostas Marcus Levy discorre sobre a produção historiográfica e o potencial das pesquisas sobre a cultura material escolar destacando sua relevância.

A Resenha, de autoria de Gecia Aline Garcia apresenta dados e reflexões sobre o livro “Cultura material escolar em perspectiva histórica: escritas e possibilidades”, por nós organizado com o intuito de reunir produções de autores brasileiros e estrangeiros que têm sido referências nas discussões sobre cultura material escolar em perspectiva histórica.

Importante destacar que esse conjunto de estudos revela o lugar da cultura material escolar demarcado no campo da história da educação. Mais do que isso, explicita o lócus de reflexão e percursos de investimentos realizados por grupos de pesquisas dedicados ao tema. O Dossiê sobre Mobiliário Escolar integra e expõe tal força narrativa e interpretativa da produção em cultura material escolar.

Desejamos uma boa leitura a todos e esperamos que esse conjunto de artigos estimule pesquisadores na ampliação e aprofundamento das investigações sobre a cultura material escolar, em especial, sobre o mobiliário presente no cotidiano das instituições escolares em diferentes tempos e espaços.

Vera Lúcia Gaspar da Silva
Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC)

Gizele de Souza
Universidade Federal do Paraná (UFPR)

Cesar Augusto Castro
Universidade Federal do Maranhão (UFMA)

El mobiliario escolar en España durante los primeros años del franquismo: testimonios para su estudio¹

Gabriel Barceló Bauzá²

Bernat Sureda García³

RESUMEN

Nuestra investigación se centra en las descripciones relacionadas con el mobiliario escolar, más concretamente con el pupitre – instrumento utilizado para el acomodo del alumno –, que se describen en la narrativa de las memorias de prácticas que redactaron, entre 1939 y 1948, los estudiantes de las Escuelas Normales de las Islas Baleares (España). A la hora de acotar nuestro estudio, realizado en base al método histórico aplicado al campo de la Historia de la Educación, hemos optado por analizar las 97 memorias pedagógicas que describen prácticas de enseñanza realizadas en escuelas públicas de las Islas Baleares, ubicadas en zonas rurales y urbanas. La documentación nos ha permitido acercarnos a algunas de las principales características y tipologías de pupitres que formaron parte de la escenografía del aula. Gracias a estas fuentes hemos podido detectar algunas de las características del mobiliario del momento, así como la superposición de distintas concepciones en torno a cómo debía ser el pupitre escolar, principal artefacto encargado de evitar la fatiga del alumno durante la jornada escolar. Este hecho lo podemos ligar a la superposición de distintas culturas escolares que, tal y como han demostrado algunas investigaciones recientes, coexistieron en España durante los primeros años de la dictadura franquista. Este artículo pone en evidencia que, tal y como sucede en la actualidad, los cambios en el día a día de la escuela tienen un ritmo propio, el cual no siempre va ligado a las transformaciones que acontecen en el ámbito político.

1 Este artículo se ha realizado en el marco de un proyecto de investigación financiado por: FEDER/Ministerio de Ciencia, Innovación y Universidades–Agencia Estatal de Investigación/EDU2017-82485-P Cultura y prácticas escolares en el siglo XX.

2 Doctor en Educación pela Universidad de las Islas Baleares. Profesor Contratado Doctor na Universidad de las Islas Baleares. Integra o Grupo de Estudios de Historia de la Educación. IRIE-UIB. E-mail: gabriel.barcelo@uib.cat.

3 Doctor en Pedagogía pela Universidad de Barcelona. Catedrático de Historia de la Educación Universidad de las Islas Baleares. Grupo de Estudios de Historia de la Educación. IRIE-UIB. E-mail: bernatsureda@uib.es.

Palabras clave: Memórias de práticas. Mobiliário escolar. Islas Baleares.

O mobiliário escolar na Espanha durante os primeiros anos do franquismo: testemunhos para seu estudo

RESUMO

Nossa investigação se centra nas descrições relacionadas com o mobiliário escolar, mais especificamente a carteira escolar – instrumento utilizado para acomodar o aluno – descritas em narrativas de memórias de práticas redigidas entre 1939 e 1948, por estudantes das Escolas Normais das Ilhas Baleares (Espanha). Quanto a delimitação do estudo, pautado no método historiográfico aplicado ao campo da História da Educação, optamos por analisar 97 memórias pedagógicas que descrevem práticas de ensino realizadas em escolas públicas localizadas nas zonas rural e urbana das Ilhas Baleares. A documentação permitiu aproximar-mo-nos de algumas das principais características e tipologias de carteiras escolares que fizeram parte da cenografia das salas de aula. Graças a estas fontes foi possível detectar algumas das características do mobiliário daquele período, bem como, a sobreposição de distintas concepções sobre como deve ser a carteira escolar, principal artefato destinado a evitar a fadiga do aluno durante a jornada escolar. Este fato pode estar ligado a sobreposição de distintas culturas escolares que, como demonstram algumas pesquisas recentes, coexistiram na Espanha durante os primeiros anos da ditadura franquista. Este artigo coloca em evidência que, tal como acontece na atualidade, as mudanças do dia a dia da escola têm um ritmo próprio, o qual nem sempre está ligado às transformações que acontecem no âmbito político.

Palabras chave: Memórias de práticas. Mobiliário escolar. Ilhas Baleares.

School furniture in Spain during the early years of the Francoism: sources for his study

ABSTRACT

Our research focuses on the descriptions related to school furniture, more specifically with the school desk –an instrument used to accommodate the student– which are described in the narrative of the teacher's training practice reports written between 1939 and 1948 by

the students of the Teacher's Training Centres of the Balearic Islands (Spain). In order to limit our study, which was carried out using the historical method applied to the field of the History of Education, we have chosen to analyse the 97 practice reports that describe teaching practices carried out in state schools in the Balearic Islands, located in rural and urban areas. The documentation has allowed us to approach some of the main characteristics and typologies of school desks that formed part of the classroom setting. Thanks to these sources we have been able to detect some of the characteristics of the furniture of the time, as well as the superimposition of different conceptions of what the school desk should look like, the main device responsible for preventing student fatigue during the school day. This fact can be linked to the overlapping of different school cultures which, as some recent research has shown, coexisted in Spain during the first years of the Franco's dictatorship. This article shows that, as it happens today, the changes in the daily life of schools have their own rhythm, which is not always linked to the transformations that took place in the political sphere.

Keywords: Teacher's training practice reports. School furniture. Balearic Islands.

La nueva materialidad de la Historia de la Educación

La Historia de la Educación en las últimas décadas ha sentido un creciente interés por los aspectos materiales del proceso escolar. Este giro material (*material turn*) en la historiografía educativa se ha visto impulsado por el interés que la ciencia histórica en general ha manifestado por los fenómenos de la vida cotidiana y por la búsqueda de fuentes que den cuenta de ese día a día. Este creciente interés por las fuentes materiales, se ha visto especialmente impulsado por el impacto que ha tenido el concepto de "cultura escolar" en la investigación histórico-educativa (JULIA, 1995). Este interés por escudriñar el interior de la escuela, denominado metafóricamente como el estudio de la "caja negra" (*black box*), ha tenido mucha influencia en la historiografía educativa reciente (DEPAEPE; SIMON, 1995). La historia de la escuela es una temática emergente en la investigación histórica de la educación, gracias, precisamente, a trabajos pioneros como los realizados por Grosvenor, Lawn y Rousmaniere (1999).

La mayor atención a estos elementos materiales no se centra exclusivamente en su aportación documental enriquecedora la cual se puede obtener de otras fuentes. Los elementos materiales configuran y ayudan a coreografiar los espacios. Unos espacios cuya función, como contenedores y delimitadores de relaciones de saber y de poder, ya puso de manifiesto Michel Foucault, retomando así la revalorización de los marcos espaciales hasta entonces postergados por la preeminencia del tiempo en la explicación histórica. Este aspecto ya había sido manifestado por los maestros de *l'École des Annales*. Los objetos presentes en el espacio escolar, su forma, distribución y las funciones que se les atribuyen no son puros facilitadores de un proceso comunicativo, sino que tienen su significado que se complementa interactuando con los lenguajes corporales para ofrecer mensajes tan influyentes como los verbales o escritos, hasta ahora mucho más utilizados en la interpretación histórica.

Por otra parte, los objetos escolares nos aproximan a la dimensión material de la escuela. De hecho, a raíz de la escolarización masiva se empezó a configurar un amplio y complejo sector industrial dedicado a satisfacer las demandas que exigía el nuevo escenario. El proceso de escolarización generalizada supuso la creación de lo que Moeglin (2010) llamó las industrias educativas, éstas se encargaron de fabricar la multitud de productos que la escuela empezó a demandar y a consumir. Se iniciaba así una incipiente industria al servicio de la institución escolar, la cual ya pudo empezar a apreciarse en la Exposición Universal de Londres de 1862. Como ha demostrado Meda (2011, 2016), la escuela no es solo un ideal, un universo simbólico, sino que se configura como un espacio en el que se acumulan, ordenan y ponen en juego múltiples elementos materiales: mobiliario, pizarras, cuadernos, libros, materiales didácticos y otros. Son los denominados “medios de educación de masas”, tal y como Juri Meda los llama. La corporeidad de estos objetos, su materialidad, comporta diseño, construcción, publicidad, distribución, venta y uso. Unos objetos habituales en el aula, que aproximan la historia de la escuela a la historia industrial, empresarial o de la publicidad, entre otras. En España el sector de los libros de texto, uno de los productos más demandados por la escolarización, ha marcado la evolución de la industria editorial desde mediados del siglo XIX hasta la actualidad. Aunque en menor medida, también la producción de mobiliario escolar, ha tenido influencia en el crecimiento y consolidación de empresas dedicadas a la construcción de muebles confeccionados ex profeso para el desarrollo de la tarea educativa.

Continuidad en la dictadura franquista de los modelos de mobiliario escolar inspirados en el higienismo de finales del siglo XIX

El tema del mobiliario escolar en la Historia de la Educación en España ha suscitado el interés de diversos autores. Entre ellos podemos destacar a Costa Rico (1997) quien analiza el mobiliario tradicional de las escuelas españolas durante el siglo XIX y como éste se va adaptando a los modelos de enseñanza mutua, simultánea y mixta. Este mismo autor (COSTA RICO, 2006) señala el *Reglamento provisional de las escuelas públicas de instrucción primaria elemental* de 1838 como el primer cuerpo legal –junto a las indicaciones complementarias de 1890, 1893 y 1896– que se detiene a regular qué tipo de menaje debe haber dentro del aula. No obstante, dicha normativa tuvo poco efecto a nivel práctico: “Según los datos estadísticos españoles correspondientes al quinquenio 1850-1855, sólo el 31,30 por ciento de las escuelas de niños poseen lo que se considera el menaje completo [...] y sólo el 21,4 por ciento de las de niñas [...]” (COSTA RICO, 2006, p.214).

Especial atención al tema también ha dedicado Moreno Martínez (2003, 2005a). En dos de ellos estudió la influencia de las ideas higienistas, de las últimas décadas del siglo XIX, en la conformación de los modelos de pupitres en España. Un proceso en el que también tuvo un papel muy relevante la Institución Libre de Enseñanza (ILE) de Madrid. Otro trabajo del mismo autor (MORENO MARTÍNEZ, 2005b) se ha centrado en el estudio del mobiliario escolar a partir de los catálogos de materiales de enseñanza.

Si hasta las últimas décadas del siglo XIX el mobiliario escolar y su distribución se adaptan exclusivamente a la necesidad de los métodos educativos y a los modelos de organización del aula, a partir de finales del período decimonónico comienzan a influir en su configuración razones de tipo higiénico. En España, como ha estudiado Terrón Bañuelos (2000), la difusión de las corrientes higienistas en el ámbito escolar fue un proceso mimético del que se estaba produciendo en Europa, especialmente en Francia y Alemania. Los primeros que asimilaron estas ideas y las divulgaron en España fueron los sectores más inquietos en el campo de las innovaciones educativas, aglutinados en torno a la ILE. De hecho, en 1882 Francisco Giner de los Ríos, director y fundador de esta institución, ya publica en el *Boletín de la Institución Libre de Enseñanza* un artículo titulado *Local y mobiliario de la Escuela*.⁴ En dicho texto Giner de

4 GINER DE LOS RÍOS, F. Local y mobiliario de la Escuela. *Boletín de la Institución Libre de Enseñanza*, Madrid, t. 6, 1882. Este texto se incluye en la obra: GINER DE LOS RÍOS, F. *Obras*

los Ríos defiende que es el educador quien tiene la responsabilidad en materia de higiene escolar (edificio y mobiliario): “Contra lo que se cree entre nosotros, ambos asuntos son, en primer término, de la competencia del maestro y del pedagogo, el cual, con el higienista y el arquitecto, debe dirigir cuanto en ellos se haga.” (1927, p. 171).

En el caso del mobiliario Giner de los Ríos centra su interés en lo que él llama mesa-banco, dado el interés que tiene este mueble para la salud de los niños: “Dejando a un lado otros útiles de menor interés, debe estudiarse la mesa-banco, cuya importancia, sin embargo, es hoy mayor de lo que debiera ser, a causa del excesivo tiempo que el alumno ha de hacer uso de ella en el régimen escolar vigente.” (1927, p. 174).

En el artículo marca Giner cuales deben ser las características de este mueble escolar en el que el alumno pasa tanto tiempo: los pies han de descansar con firmeza en el suelo; pierna, muslo y tronco han de formar un ángulo recto; la cabeza no debe inclinarse hacia adelante; los hombros han de estar en la misma línea horizontal, y los brazos a igual distancia del tronco, incluso para escribir. Igualmente, el pupitre y el asiento deben permitir que el peso se reparta entre los pies, el asiento y la región lumbar, que debe apoyarse en un respaldo cuya altura no entorpezca el juego de los brazos. Como ejemplos de mesa-banco Giner apunta que se debe considerar el asiento móvil americano, el pupitre chanela inglés, el de corredera alemán o el del ingeniero francés C. Cardot, quien precisamente propuso adaptar el mobiliario a los alumnos construyendo distintos tamaños de muebles escolares –dicho modelo tuvo mucha influencia en España– (BERNARD, 1982).

El tema del mobiliario escolar será uno de los aspectos que recibirá mayor atención por parte del Museo Pedagógico Nacional.⁵ Esta institución, creada en España en el año 1882 bajo la influencia de la ILE, será dirigida desde el principio por Manuel Bartolomé Cossío, discípulo y colaborador preferido de Francisco Giner de los Ríos. Fue precisamente el Museo Pedagógico, a partir del estudio de lo que se hacía en el extranjero, y de las distintas ideas que aparecieron sobre el tema, el que se

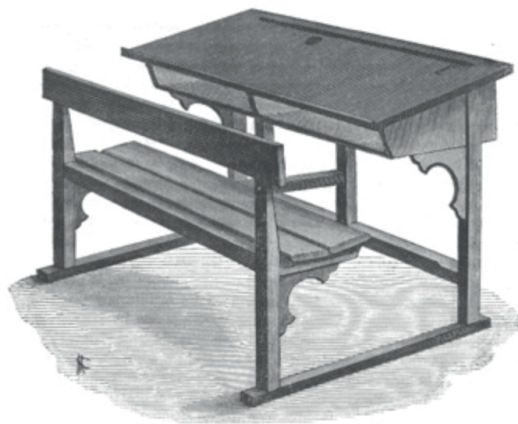
completas de Francisco Giner de los Ríos. XVI. Ensayos menores sobre Educación y Enseñanza. Tomo I. Madrid: Espasa-Calpe, 1927. Citaremos esta última versión de ahora en adelante. Para su consulta véase: http://www.bibliotecavirtualdeandalucia.es/catalogo/catalogo_imagenes/imagen.cmd?path=1012323&posicion=1

5 Cabe precisar que el Museo Pedagógico Nacional a partir de 1936, debido al inicio de la guerra civil española (1936-1939), será desmantelado en todos sus niveles. Es en 1941, una vez finalizada la guerra, cuando todos sus fondos pasan a formar parte del Instituto San José de Calasanz, institución dependiente del Consejo Superior de Investigaciones Científicas (CSIC).

encargó de fijar el modelo de mobiliario escolar de referencia en España (GARCÍA DEL DUJO, 1985). Dicha función, realizada durante el franquismo en el marco del Instituto San José de Calasanz (Consejo Superior de Investigaciones Científicas, CSIC), la ejerció hasta la década de los sesenta del pasado siglo XX.

Uno de los divulgadores de la labor del Museo, en relación al tema del mobiliario escolar, fue Pedro de Alcántara García, quien publicó en 1886 su *Tratado de Higiene Escolar*.⁶ En esta obra el autor trata ampliamente los distintos modelos de mesa-banco para las escuelas, presentando especial atención a aquellos que eran más utilizados en los diferentes países del continente europeo. Para P. de Alcántara, una vez realizadas toda una serie de modificaciones, el mejor modelo de mesa-banco era el ideado por C. Cardot. Este modelo precisamente era el mismo que se defendía desde el Museo Pedagógico Nacional. Dicho mobiliario, representado en la imagen 1, se describe detalladamente en la obra de Alcántara García.⁷

Imagen 1 - Mesa-banco



Fonte: De Alcántara García (1886)

6 DE ALCÁNTARA GARCÍA, P. *Tratado de Higiene Escolar*. Guía teórico-práctica para uso de los inspectores, maestros, juntas, arquitectos, médicos y cuantas personas intervienen en el régimen higiénico de las escuelas, construcción de locales y mobiliario, y adquisición de material científico para las mismas. Madrid: Librería de Hernando, 1886. Para su consulta véase: http://www.cervantesvirtual.com/obra-visor/tratado-de-higiene-escolar-guia-teorico-practica--0/html/fefc21f0-82b1-11df-acc7-002185ce6064_26.html#l_14_

7 La imagen y la descripción puede verse en la versión digital de la Biblioteca Cervantes citada en la nota anterior.

Como ha puesto de manifiesto Moreno Martínez (2007), el debate sobre cómo debe ser el mobiliario escolar continuará durante los últimos años del siglo XIX y principios del XX. En 1913 Manuel Bartolomé Cossío, director del Museo Pedagógico Nacional, a petición del Ministerio de Instrucción Pública, redacta el documento titulado *Informe sobre moblaje y decoración escolar*.⁸ En él propone las características que han de tener los mesa-banco en las escuelas. En el informe se recomiendan una serie de especificaciones técnicas que deberán aplicarse a varios modelos según la edad de los escolares. Se señala que las condiciones indicadas ya las cumplen diversos pupitres como el francés de la ciudad de París; el modelo alemán Rettig (Imágenes 2 y 3)⁹ o el modelo ya propuesto por el Museo Pedagógico Nacional.

Imagen 2 - El modelo alemán Rettig



Fonte: Centro de Documentação da Residência de Estudantes (CDRE, Madrid)

8 BARTOLOMÉ COSSÍO, M. *Informe sobre moblaje y decoración escolar*. Madrid: Imprenta de la Dirección General del Instituto Geográfico y Estadístico, 1913.

9 Imágenes extraídas del Centro de Documentación de la Residencia de Estudiantes (CDRE, Madrid). Signatura: MPN/6/13 (Imagen 2) y MPN/6/14 (Imagen 3). Algunos ejemplos de este modelo de mesa-banco (Rettig) pueden consultarse en la web del VS School Museum (Tauberbischofsheim, Alemania). Para una mayor información véase: http://www.vs-furniture.ae/schulmuseum/fr/detail/134/object/vs_55735

Imagen 3 - El modelo alemán Rettig



Fonte: Centro de Documentação da Residência de Estudantes (CDRE, Madrid)

De este último se incluyen fotos del modelo de París (Imagen 4)¹⁰ y del propuesto por el Museo Pedagógico (Imagen 5).¹¹ A todo esto, cabe añadir que durante la Segunda República Española (1931-1939), mediante Decreto de 13 de junio de 1932, se reforzarán las competencias del Museo Pedagógico Nacional. Entre ellas la de:

Dar normas para la adquisición, mediante concursos públicos, del material y mobiliario escolar con destino a las Escuelas Nacionales. El Museo poseerá colecciones de planos para la construcción e instalación de Escuelas y mobiliario y material modelo de todas clases, constituyendo una verdadera exposición permanente.¹²

Por otra parte, también debemos señalar que el diseño del mobiliario escolar utilizado en las escuelas españolas durante las primeras décadas del siglo XX evolucionó poco. Solo en el marco de algunas experiencias innovadoras, abiertas a las ideas de la Escuela Nueva, se producen propuestas novedosas en este campo. Por citar dos casos podemos hablar del maestro alicantino Ángel Llorca (1866-1942), quien dirigió el Grupo Escolar Cervantes de Madrid entre 1916 y 1936. Llorca diseñó

¹⁰ CDRE. Signatura: MPN/6/15

¹¹ CDRE. Signatura: MPN/6/16

¹² Gaceta de Madrid de 14 de junio de 1932, 1881-1882.

Imagen 4 - El modelo de Paris



Fonte: Centro de Documentação da Residência de Estudantes (CDRE, Madrid)

Imagen 5 - El modelo ya propuesto por el Museo Pedagógico Nacional



Fonte: Centro de Documentação da Residência de Estudantes (CDRE, Madrid)

y construyó en el taller del centro, muebles que ayudasen a favorecer prácticas educativas ligadas a la Escuela Activa (POZO ANDRÉS, 1987). Otro ejemplo destacado es el de la intervención del arquitecto Josep Goday en el diseño de material escolar para los grupos escolares creados a partir de 1917 por el Ayuntamiento de Barcelona (CUIXART GODAY, 2008; PASCUAL MIRÓ, 2008, 2009; DOS SANTOS SÁ, 2015).

Una vez finaliza la guerra civil española (1936-1939), saliendo victorioso el bando sublevado liderado por el general Francisco Franco,¹³ se establecieron nuevas normas para la compra centralizada de mobiliario y diferentes materiales escolares. Abandonando cualquier corriente modernizadora, se decantan por los modelos que había propuesto el Museo Pedagógico Nacional, los cuales que se adaptaban a la organización tradicional de la clase que defendían los nuevos gobernantes.

Pocos meses después del fin de la guerra, una Orden de 26 de octubre de 1939 nombraba una comisión encargada de la adquisición de material escolar.¹⁴ En ella se recupera la Comisión Asesora de la compra de materiales escolares, la cual, según afirman los nuevos gobernantes, había sido suprimida por la República. La constitución de dicha comisión se justifica con los siguientes argumentos:

Restablecida la moralidad estatal e iniciada una era de austeridad y de eficacia, la Comisión debe reanudar sus tareas; pero dentro de unas normas fijadas por las enseñanzas de la práctica, y con horizontes amplios que permitan fijar la vista en el resurgir de la industria española, según los anhelos del nuevo Estado.¹⁵

Con esta finalidad se establece que la adquisición directa de materiales para las Escuelas Nacionales de Primera Enseñanza se realizará mediante concursos públicos resueltos por Orden Ministerial, previo in-

13 La guerra civil española se inició el 18 de julio de 1936, provocada por el alzamiento de parte del ejército español en contra el gobierno legítimo de la Segunda República. En el año 1939 el conflicto se dio por finalizado a raíz de la victoria de los insurrectos, imponiéndose, durante casi cuatro décadas (1939-1975), una Dictadura fascista encabezada por el general Francisco Franco Bahamonde (1892-1975). En el caso de las Islas Baleares, cabe precisar que en el mismo año en que se inició el conflicto (1936) Mallorca, Ibiza y Formentera se adhirieron enseguida a la causa rebelde. En cambio, la isla de Menorca estuvo bajo el mando republicano hasta el mes de febrero de 1939. En dicho mes la isla cayó en manos de las autoridades franquistas. La guerra finalizó el 1 de abril de 1939 una vez conquistada la capital de España (Madrid).

14 BOE de 22 de noviembre de 1939, 6561.

15 *Ibidem*, 6561.

forme de la Comisión Asesora, que funcionará bajo la presidencia del Director General de Primera Enseñanza junto a la ayuda del Director y Vicedirector del Museo Pedagógico; una serie de asesores técnicos del Ministerio de Educación Nacional y un director o directora de escuela graduada de Madrid. La mencionada orden establece todas las competencias de la comisión. Éstas son las siguientes: “Proponer la clase de material que deba ser objeto de los concursos, la distribución de los créditos presupuestos y las condiciones y requisitos de las convocatorias”.¹⁶ Además, la Comisión también se hará cargo de la supervisión de todo el proceso.

El 27 de abril de 1940, encontramos ya una convocatoria para la compra de muebles para las Escuelas Nacionales de Primera Enseñanza.¹⁷ El modelo de pupitres que se quiere comprar son los bipersonales propuestos por el Museo Pedagógico Nacional, con dos tinteros de tapa metálica, pero las empresas pueden ofrecer otros siempre y cuando cumplan con la finalidad que se les quiere dar. A lo largo de estos primeros años de la dictadura franquista se convocan, de manera frecuente, diferentes concursos para la compra de pupitres, mesas, sillas –para alumnos y profesores–, así como estanterías. Todo ello será el mobiliario que formará parte de las escuelas que estuvieron en funcionamiento durante los primeros años del franquismo.

Las memorias de prácticas de los estudiantes de magisterio: un testimonio para el estudio del mobiliario escolar

Empezamos el siguiente apartado de nuestro artículo presentando la fuente primaria utilizada en este estudio. Nos referimos a las memorias de prácticas que redactaron, durante la primera década que siguió al fin de la Guerra Civil en España, los aspirantes a maestro que cursaron sus estudios en las Escuelas Normales del Magisterio de las Islas Baleares (España). Entre las memorias pedagógicas que presentaron los discentes se describen prácticas de enseñanza realizadas en escuelas públicas y privadas religiosas. Dentro de dicho conjunto documental hallamos 97 memorias que nos aportan información en relación a prácticas realizadas en escuelas públicas (1939-1948), mientras que

¹⁶ *Ibidem*, 6561.

¹⁷ BOE de 24 de mayo de 1940, 2551-2552.

40 se refieren a centros religiosos (1939-1945). A nivel físico, el acervo documental analizado se conserva en el Fons Escola Normal de Magisteri i Annexa (FENMA), ubicado en el Arxiu Històric de la Universitat de les Illes Balears (AHUIB).¹⁸ Todas estas memorias nos describen, con más o menos detalle, las acciones pedagógicas realizadas en el marco de la asignatura *Prácticas de Enseñanza*. Gracias a estos documentos podemos acercarnos a algunos de los aspectos relacionados con el mobiliario existente en las escuelas de Baleares. No obstante, para el presente estudio, y por motivos de espacio, se ha acotado la muestra analizada a las 97 memorias que nos detallan prácticas llevadas a cabo entre 1939 y 1948 en escuelas de titularidad pública, dejándose sin analizar las memorias que describen prácticas efectuadas entre 1939 y 1945 en escuelas privadas religiosas de Baleares.

Una vez descrito el fondo que utilizaremos en el presente artículo, debemos pasar a la descripción de las memorias de prácticas, las cuales ya hemos utilizado en anteriores investigaciones (BARCELÓ BAUZÀ; COMAS RUBÍ; SUREDA GARCIA, 2016; BARCELÓ BAUZÀ, 2016; BARCELÓ BAUZÀ; MOLL BAGUR; SUREDA GARCIA, 2017).¹⁹ En primer lugar, debemos señalar que nos encontramos ante unos trabajos académicos basados en observaciones que realizaban los alumnos de Magisterio durante sus prácticas curriculares. En ellas encontramos un nivel irremediable de subjetividad que debemos extrapolar a cualquier otro tipo de testimonio que utilizamos en la interpretación histórica. El simple hecho de escoger qué debía describirse y qué aspectos debían omitirse, ya constituye una primera muestra de subjetividad en la que influyen otros factores, como la ideología del alumno, el contexto político del momento, la predisposición a realizar las prácticas en un determinado centro escolar, etc. No obstante, esta subjetividad forma parte de la realidad y, como tal, puede y debe ser historiada. También debemos destacar que, en las memorias de prácticas, además de las observaciones de carácter subjetivo, aparecen los discursos, tanto políticos como académicos,

18 Para la consulta de dichas memorias véanse los legajos 189, 190, 191 y 192 del Fons Escola Normal de Magisteri i Annexa (FENMA), ubicado en el Arxiu Històric de la Universitat de les Illes Balears (AHUIB).

19 En relación a la utilización de las memorias pedagógicas, resultantes de la asignatura de *Prácticas de Enseñanza*, debemos destacar el trabajo centrado en las Islas Canarias (España) realizado por: GONZÁLEZ PÉREZ, T. A look at Spanish public schools during the Spanish Civil War and post-war period through the eyes of teaching students and their practice reports. *Formazione & Insegnamento*, v. 17, n. 3, 2019.

aceptados por los profesores encargados de evaluarlas. Por eso es importante tener en cuenta la ambivalencia entre las informaciones más objetivas (mobiliario, espacios, metodología, material escolar, etc.) con aquellas de carácter subjetivo. En última instancia debemos precisar que las memorias presentan una falta de homogeneidad, tanto a nivel de forma como de contenido. A nivel físico presentan diferentes formatos (folios, cuartillas, mecanografiadas, manuscritas, etc.), mientras que a nivel de contenido éste no siempre es homogéneo, a pesar que en muchas ocasiones coinciden las temáticas que se describen en sus páginas. No obstante, el mobiliario existente en las escuelas, y más concretamente los pupitres de los alumnos, es un tema que aparece con cierta frecuencia en la narrativa de las memorias. Pasamos a continuación a presentar algunas de estas informaciones.

El mobiliario escolar en baleares durante los primeros años del franquismo

Respecto al mobiliario escolar que se describe en el texto de las memorias nos queremos centrar en uno de ellos: los pupitres o bancos-mesas donde se sentaban los niños. Éstos, por regla general, estaban adaptados a la estatura de los alumnos: "[...] los muebles son apropiados para los párvulos, las mesas y los bancos bajos [...]"²⁰ "Los bancos son bipersonales de una altura adecuada a la edad de los niños";²¹ "Las mesas de las niñas son de haya, con tablero plano, de medidas proporcionadas a las diferentes secciones";²² "[...] en la sala de párvulos mesas adecuadas a la clase de niños que a ella deben de concurrir [...]"²³

Las mesas son de forma pentagonal con banquetas libres en las primeras secciones, pudiendo graduar la distancia del asiento a la mesa con la intervención del Maestro teniendo en cuenta los factores higiénicos y pedagógicos requeridos para cada niño, según su edad, estatura, etc.²⁴

20 GUIBAU, F. (1939-1940). Memoria de prácticas de enseñanza. Legajo 189 (FENMA, AHUIB).

21 FONTANELLES, V. (1944-1945). Memoria de prácticas de enseñanza. Legajo 191 (FENMA, AHUIB).

22 PONS, C. (1947-1948). Memoria de prácticas de enseñanza. Legajo 192 (FENMA, AHUIB).

23 GIL, J. (1939-1940). Memoria de prácticas de enseñanza. Legajo 189 (FENMA, AHUIB).

24 GONZÁLEZ, J. (1939-1940). Memoria de prácticas de enseñanza. Legajo 189 (FENMA, AHUIB).

En otras ocasiones, incluso se comparan los pupitres existentes en las escuelas con los modelos propuestos por el Museo Pedagógico Nacional: “Existen en este Colegio dos clases de mesas: el tipo de mesa de cuatro plazas y el tipo de mesa individual. En lo que se refiere a las primeras he podido comprobar que han sido inspiradas en el modelo del Museo Pedagógico”.²⁵ Por otra parte, también se destacan algunos bancos de carácter vanguardista como eran, según describe el normalista Antonio Rodríguez, los de la escuela unitaria de niños del Puerto de Andratx (Mallorca): “[...]mesas horizontales de cuatro plazas, de procedencia seguramente montessoriana. La poca concurrencia de alumnos deja sin uso algunos mesa-bancos sistema Rettig”.²⁶

En otras ocasiones, en cambio, los alumnos en prácticas describen el mobiliario como uno de los elementos que ayudan a distinguir, en el sentido peyorativo, un determinado espacio escolar. Realizaban así una clara denuncia de las condiciones que caracterizaban a los edificios-escuela que se encargaron de albergar los centros de enseñanza primaria de los primeros años del franquismo:

En la denominada calle de Pedro Tur se halla la escuela donde he realizado el cursillo de prácticas de enseñanza. Se trata de una casa particular que, suprimiendo los bancos y el escaso material escolar, ni el más mínimo detalle haría sospechar que aquello fuera una escuela.²⁷

Por otra parte, también se denunciaba aquel mobiliario que presentaba unas medidas excesivas para la edad de los educandos. Este aspecto, obviamente, repercutía negativamente en la salud de los mismos: “[...] paraliza el desarrollo muscular, dificulta la respiración y la circulación de la sangre, expone a contraer enfermedades de la vista y a la desviación de la columna vertebral [...]”.²⁸ Otro elemento por el que serán objeto de crítica los pupitres escolares será el relacionado con la distracción que, en ocasiones, provocaban: “[...] en las clases inferiores usan bancos dobles que parecen tener el inconveniente que los dos

25 RIERA, E. (1939-1940). Memoria de prácticas de enseñanza. Legajo 189 (FENMA, AHUIB).

26 RODRÍGUEZ, A. (1943-1944). Memoria de prácticas de enseñanza. Legajo 191 (FENMA, AHUIB).

27 TUR, C. (1943-1944). Memoria de prácticas de enseñanza. Legajo 191 (FENMA, AHUIB).

28 CAÑELLAS, A. (1939-1940). Memoria de prácticas de enseñanza. Legajo 189 (FENMA, AHUIB).

niños pueden hablar, distraerse y pasar el tiempo jugando, sin que el maestro se perciba de ello [...].”²⁹

La siguiente tipología de mobiliario del que nos hablan las memorias son las llamadas “mesas de colaboración” –especialmente se detalla este mueblaje cuando se describen aulas de párvulos–: “[...] en la sala de párvulos mesitas con sus correspondientes sillas”,³⁰ “[...] seis mesas con sus correspondientes sillas, tinteros, etc.”,³¹ “[...] 2 mesas de colaboración con sus correspondientes sillas en el aula de párvulos [...]”,³² “La clase de párvulos difiere de las demás con 12 mesitas de colaboración con sus respectivas sillas de dimensiones apropiadas [...]”,³³ “[...] el mueblaje está constituido por mesas de colaboración, con sus sillas correspondientes”,³⁴ “[...] la sala de párvulos tiene unas mesas grandes y sillas que permiten a los pequeñines sentarse cómodamente”,³⁵ “En la escuela hay mesas en las que caben seis alumnas con sus sillas correspondientes (ocho mesas y cincuenta sillas)”,³⁶ “Existen mesas de colaboración que representan por tal circunstancia valiosos instrumentos de facilitación didáctica [...]”,³⁷ “El mobiliario es también moderno y pedagógico [...] las mesas son redondas y para 4 plazas”.³⁸ Esta tipología de mesas, de forma circular o rectangular, servía para agrupar a los educandos en función de su nivel de conocimiento:

En cuanto al material y mueblaje es notable el cambio verificado en pocos años; se han sustituido los clásicos bancos escolares, incómodos y antihigiénicos, por siete grandes mesas en las que pueden trabajar cómodamente seis niños en cada uno, dotadas de sus correspondientes sillas móviles y adecuadas a la estatura media de los alumnos.³⁹

29 ROSSELLÓ, R. (1944-1945). Memoria de prácticas de enseñanza. Legajo 191 (FENMA, AHUIB).

30 MATEU, M. (1947-1948). Memoria de prácticas de enseñanza. Legajo 192 (FENMA, AHUIB).

31 NIGORRA, M. (1947-1948). Memoria de prácticas de enseñanza. Legajo 192 (FENMA, AHUIB).

32 ROSSELLÓ, C. (1945-1946). Memoria de prácticas de enseñanza. Legajo 192 (FENMA, AHUIB).

33 RAMIS, A. (1945-1946). Memoria de prácticas de enseñanza. Legajo 192 (FENMA, AHUIB).

34 DAVIU, G. (1939-1940). Memoria de prácticas de enseñanza. Legajo 189 (FENMA, AHUIB).

35 GUARDIOLA, P. (1947-1948). Memoria de prácticas de enseñanza. Legajo 192 (FENMA, AHUIB).

36 MASCARÓ, A. (1947-1948). Memoria de prácticas de enseñanza. Legajo 192 (FENMA, AHUIB).

37 FONT, J. (1939-1940). Memoria de prácticas de enseñanza. Legajo 189 (FENMA, AHUIB).

38 QUETGLAS, J. (1939-1940). Memoria de prácticas de enseñanza. Legajo 189 (FENMA, AHUIB).

39 VICENS, A. (1943-1944). Memoria de prácticas de enseñanza. Legajo 191 (FENMA, AHUIB).

Las mesas de colaboración tendrán especial utilidad en las escuelas unitarias que funcionaban en régimen graduado ya que su diseño facilitaba, además de la implementación de determinadas prácticas escolares –como es el caso de los trabajos manuales–, la agrupación de los alumnos en base a su nivel de conocimiento: “Los niños se sientan en sillas a las que corresponden mesas agrupadas de cuatro en cuatro, de forma rectangular. Luego hay otras de forma circular procedentes de la suprimida escuela de párvulos”.⁴⁰ No obstante, en ocasiones la falta de mesas de colaboración, junto a la existencia del banco-mesa como único mobiliario para los educandos, provocará la denuncia de los aspirantes a maestro: “[...] me parece que los anticuados pupitres, los cuales no permiten la movilidad ni la libertad de acción deben suprimirse”,⁴¹

[...] debemos decir que es algo anticuado, pues si bien se trata de mesas-bancos bipersonales, lo que da una gran ventaja al mantenimiento del orden, tiene el inconveniente de aislar a los niños de un mismo nivel cultural, lo que no se presta tanto a trabajos de conjunto por secciones.⁴²

El siguiente de los aspectos que hallamos en las memorias son las teorías o ideas que los futuros maestros etiquetan como modernas: “El material fijo está también de acuerdo con las corrientes pedagógicas modernas. Consiste en 6 mesas de 5 plazas cada una y en caso necesario pueden trabajar ampliamente 6 niñas en cada una; sillas individuales con respaldo para que puedan sentarse cómodamente”.⁴³ En el caso de la memoria de Juan Francisco Andreu, alumno en prácticas en la escuela graduada de niños número 2 de Mahón (Menorca), se apunta a las mesas y sillas independientes como un elemento de carácter vanguardista: “Las mesas son de las modernas, o sea mesas con sillas independientes, habiendo de distintas clases, una para cada sección”.⁴⁴ También el normalista Ramón Sastre describe: “En cada sala de clase existe [...] un número de mesas rectangulares, planas, con asientos li-

40 OLIVER, A. (1939-1940). Memoria de prácticas de enseñanza. Legajo 189 (FENMA, AHUIB).

41 ROSSELLÓ, F. (1940-1941). Memoria de prácticas de enseñanza. Legajo 190 (FENMA, AHUIB).

42 CAÑELLAS, A. (1939-1940). Memoria de prácticas de enseñanza. Legajo 189 (FENMA, AHUIB).

43 BALAGUER, M. (1947-1948). Memoria de prácticas de enseñanza. Legajo 192 (FENMA, AHUIB).

44 ANDREU, J.F. (1940-1941). Memoria de prácticas de enseñanza. Legajo 190 (FENMA, AHUIB).

bres e individuales adecuado al número de escolares que asisten a cada sección”.⁴⁵ En el caso de la graduada de niños de Felanitx (Mallorca) se apunta: “En las clases superiores estos bancos, muchas veces incómodos, han sido sustituidos por mesas bastante largas en las que se sientan unos diez escolares por parte [...]”.⁴⁶ En la misma línea encontramos al estudiante Antonio Cañellas:

El material en más armonía con los ideales pedagógicos de hoy día consiste en mesas para grupos de ocho a diez alumnos sustituyendo los asientos fijos por sillas, con lo que se consiguen varias ventajas entre ellas que cada cual tenga el asiento a su medida y agrupar a los escolares de un mismo nivel cultural en pequeñas secciones, logrando de esta manera los lazos de amistad y compañerismo, frecuente el intercambio de conocimientos al ayudarse recíprocamente a vencer las dificultades de los diversos ejercicios.⁴⁷

En esta ocasión vemos como se asocia el vanguardismo del mobiliario con la eficacia pedagógica y la socialización entre iguales. No obstante, para otros aspirantes a maestro las sillas y mesas independientes tenían una connotación contraria a la señalada hasta el momento, apostando claramente por los clásicos bancos o pupitres biplaza. Este era el caso de Gumersindo Riera Sans quien, durante su estancia en la escuela unitaria de niños número 2 de San Luís (Menorca), apuntaba lo siguiente: “[...] las mesas corrientes, con sillas individuales y sueltas ofrecen el defecto del barullo que producen, sumamente molesto, ante cualquier movimiento del niño, y antipedagógicas en grado sumo por la libertad de movimientos que originan”.⁴⁸ También se denuncia la tipología de mobiliario existente en la escuela graduada de niños de Alcudia (Mallorca) durante el curso 1940-1941: “[...] su mobiliario es anticuado; no dispone de los bancos biplaza a mi parecer los más ventajosos [...]”.⁴⁹ En esta línea argumental también encontramos al alumno Antonio Morales:

45 SASTRE, R. (1943-1944). Memoria de prácticas de enseñanza. Legajo 191 (FENMA, AHUIB).

46 ROSSELLÓ, R. (1944-1945). Memoria de prácticas de enseñanza. Legajo 191 (FENMA, AHUIB).

47 CAÑELLAS, A. (1940-1941). Memoria de prácticas de enseñanza. Legajo 189 (FENMA, AHUIB).

48 RIERA, G. (1940-1941). Memoria de prácticas de enseñanza. Legajo 190 (FENMA, AHUIB).

49 SERRA, B. (1940-1941). Memoria de prácticas de enseñanza. Legajo 190 (FENMA, AHUIB).

Los alumnos disponen de mesas bancos de dos plazas, dispuestas de modo que el borde del asiento y el de la mesa estén la misma línea vertical. Dichas mesas son sumamente cómodas y favorecen el movimiento de los alumnos pudiendo cada cual salir de su puesto sin molestar. Además, facilitan la postura correcta de los alumnos y les permiten escribir sin fatiga. Los tinteros que son de porcelanosa no están insertos en los orificios de la mesa.⁵⁰

Consideraciones Finales

Una vez presentado nuestro trabajo pasamos a recapitular algunas de las principales ideas que podemos extraer del mismo. En primer lugar, vemos como la preocupación de los poderes públicos por el ajuar escolar surgirá a raíz de la configuración de los sistemas educativos estatales. En el caso español, no será hasta la primera mitad del siglo XIX, concretamente en 1838, cuando se empezará a legislar por primera vez, y de manera muy tímida, acerca del mobiliario y demás artefactos que debían formar parte de la escenografía o coreografía del aula.

En esta ocasión nos hemos centrado en los pupitres o mesa-bancos, principal mobiliario utilizado para el acomodo del alumno durante las horas que éste permanece en el centro escolar. En España, por regla general –tal y como también atestiguan las memorias estudiadas–, será el banco biplaza el más utilizado en las escuelas de enseñanza primaria. De hecho, ya en el *Reglamento* de 1838 se establecerán las mesas largas e inclinadas –con sus correspondientes tinteros– como el principal mueblaje sobre el que debe trabajar el niño. Gracias a este primer texto normativo y a la evolución de los distintos modelos de organización escolar y sistemas de enseñanza, el pupitre sufrirá distintos cambios e innovaciones a lo largo de los siglos XIX y XX.

Diferentes actores intervendrán en esta evolución. En primer lugar, debemos destacar a los tratadistas y legisladores españoles del período decimonónico, quiénes teorizaron y normativizaron cómo debía ser el ajuar de la escuela. Entre ellos podemos destacar a Figuerola, Avendaño, Alcántara, Carderera o Ares de Parga. En segundo lugar, la evolución del mobiliario también la debemos ligar con la introducción

50 MORALES, A. (1943-1944). Memoria de prácticas de enseñanza. Legajo 191 (FENMA, AHUIB).

de las corrientes higienistas que ejercían su influjo en diferentes países del continente europeo. Disciplinas como la medicina, la ergonomía, la biología o la pedagogía, ésta última a través del movimiento de la Escuela Nueva, serán determinantes a la hora de configurar este nuevo escenario a nivel de mueblaje escolar. Por otra parte, cabe tener presente el papel de la Institución Libre de Enseñanza, junto al Museo Pedagógico Nacional, en la difusión de los nuevos modelos de pupitres escolares. Gracias a esta labor, la cual también se articulará en torno a la publicación de toda una serie de revistas y boletines (*Boletín de la Institución Libre de Enseñanza*, *Revista de Pedagogía*, etc.), se empezarán a utilizar en los centros españoles –especialmente en aquellos creados por sectores burgueses y religiosos– algunos de los bancos escolares más vanguardistas del momento.

En cuanto al contenido de las memorias analizadas vemos diferentes concepciones e ideales en relación a los pupitres existentes en las escuelas públicas de Baleares de los primeros años del franquismo. Por una parte, se destacará, por encima de todo, que el mobiliario esté adaptado a la estatura del niño, en caso contrario, se denunciaba aquel mueblaje que presentaba unas medidas excesivas para la edad de los educandos ya que podía ocasionarles problemas de salud. En las memorias vemos claramente como la adaptación a las características biológicas del niño será el elemento más crucial a la hora de valorar, de manera positiva o negativa, el mobiliario existente en los diferentes centros.

Por otra parte, los textos analizados también resaltan aquellos pupitres que siguen los modelos establecidos por el Museo Pedagógico Nacional. Junto a estas valoraciones también vemos como los estudiantes ensalzan aquellos modelos de mesas que se caracterizan por su modernismo. Este es el caso del pupitre Rettig, un tipo de banco escolar creado y fabricado en Alemania. Curiosamente, un mobiliario tan novedoso, llegó a formar parte de una pequeña escuela del litoral mallorquín.

En la narrativa de las memorias también se destacan las mesas de colaboración. Gracias a ellas algunas escuelas unitarias funcionaron en régimen graduado ya que su diseño facilitaba la agrupación de los escolares con un nivel de conocimientos similar. Este tipo de mobiliario, además de propiciar una mayor eficacia pedagógica, también fomentaba la socialización entre el alumnado. De hecho, los bancos biplaza, pese a ser los más habituales durante la segunda mitad del siglo XIX y primera mitad del XX, también son objeto de crítica por los estudiantes en prácticas. Su

argumentación, tal y como describen algunos testimonios, se fundamentaba en el ostracismo que provocaban, especialmente, entre el alumnado de menor edad. Por el contrario, también encontramos alumnos de Magisterio que destacan el banco de dos plazas como el mejor mueblaje para el trabajo escolar. Entre las explicaciones que se describen a su favor encontramos que facilitan la postura correcta de los alumnos; que evitan la fatiga (*surmenage*); y que no provocan el barullo que producen, ante cualquier movimiento del niño, las mesas y sillas móviles o independientes.

Al fin y al cabo, y con la voluntad de finalizar nuestra contribución, el debate que nos presentan las memorias de los estudiantes de la Escuela Normal de Baleares se centra en una dicotomía claramente diferenciada: partidarios y detractores de los bancos escolares biplaza. Dicho en otras palabras, simpatizantes y contrarios al mobiliario de carácter fijo o móvil. Sin decirlo, y aquí precisamente radica la importancia de este tipo de fuentes, las memorias nos presentan, sigilosamente, una superposición entre distintas culturas escolares que convivieron durante los primeros años de la dictadura franquista en España. Nos referimos a los partidarios de la enseñanza clásica, más acorde con los postulados teóricos y políticos del nuevo Régimen (memorismo, rigidez del alumno, etc.), *versus* aquellos partidarios de una enseñanza más activa (movilidad del alumno en el aula, socialización entre iguales, etc.).

Referencias Bibliográficas

BARCELÓ BAUZÀ, G. Los espacios escolares en Baleares durante la posguerra. Una aproximación a través de las «voces» de los estudiantes de Magisterio. In: DÁVILA, P.; NAYA, L.M. (coord.). **Espacios y patrimonio histórico-educativo**. Donostia: Erein, 2016, p. 869-880.

BARCELÓ BAUZÀ, G.; COMAS RUBÍ, F.; SUREDA GARCIA, B. Abriendo la caja negra: la escuela pública española de posguerra. **Revista de Educación**, n. 371, 2016.

BARCELÓ BAUZÀ, G.; MOLL BAGUR, S.; SUREDA GARCIA, B. La escuela privada religiosa en Mallorca durante la posguerra. Cultura y práctica escolar. **History of Education & Children's Literature**, v. XII, n. 2, 2017.

BERNARD, T. L'architecture scolaire au XIXe siècle: de l'usage des modèles pour l'édification des écoles primaires. **Histoire de l'Éducation**, n. 17, 1982.

COSTA RICO, A. El ajuar de la escuela. *In*: ESCOLANO BENITO, A. (dir.). **Historia ilustrada de la escuela en España. Dos siglos de perspectiva histórica**. Madrid: Fundación Germán Sánchez Ruipérez, 2006, p. 197-218.

COSTA RICO, A. Mobiliario, dotación y equipamiento escolar en el siglo XX. **Historia de la Educación. Revista interuniversitaria**, n. 16, 1997.

CUIXART GODAY, M. L'instint d'arquitecte. *In*: CUBELES BONET, A.; CUIXART GODAY, M. (orgs.). **Josep Goday Casals. Arquitectura escolar a Barcelona: de la Mancomunitat a la República**. Barcelona: Ajuntament de Barcelona, 2008, p. 139-335.

DE ALCÁNTARA GARCÍA, P. **Tratado de Higiene Escolar**. Guía teórico-práctica para uso de los inspectores, maestros, juntas, arquitectos, médicos y cuantas personas intervienen en el régimen higiénico de las escuelas, construcción de locales y mobiliario, y adquisición de material científico para las mismas. Madrid: Librería de Hernando, 1886. Disponible em: http://www.cervantesvirtual.com/obra-visor/tratado-de-higiene-escolar-guia-teoricopractica--0/html/fefc21f0-82b1-11df-acc7-002185ce6064_26.html#l_14_. Acesso em: 30 ago. 2020.

DEPAEPE, M.; SIMON, F. Is there any Place for the History of Education in the History of Education? A Plea for the History of Everyday Educational Reality in- and outside Schools. **Paedagogica Historica. International Journal of the History of Education**, v. 31, n. 1, 1995.

DOS SANTOS SÁ, J. Josep Goday e o mobiliário escolar espanhol na primeira metade do século 20. **História da Educação**, v. 19, n. 46, 2015.

GARCÍA DEL DUJO, A. El Museo Pedagógico Nacional y las corrientes pedagógicas contemporáneas. **Historia de la Educación. Revista interuniversitaria**, n. 4, 1985.

GINER DE LOS RÍOS, F. **Obras completas de Francisco Giner de los Ríos. XVI. Ensayos menores sobre Educación y Enseñanza**. Tomo I. Madrid: Espasa-Calpe, 1927.

GONZÁLEZ PÉREZ, T. A look at Spanish public schools during the Spanish Civil War and post-war period through the eyes of teaching students and their practice reports. **Formazione & Insegnamento**, v. 17, n. 3, 2019.

GROSVENOR I.; LAWN, M.; ROUSMANIERE, K. (coord.). **Silences and Images: The Social History of the Classroom**. Nueva York: Peter Lang, 1999.

JULIA, D. La culture scolaire comme objet historique. **Paedagogica Historica. International Journal of the History of Education**, v. 31, Issue sup. 1 (The Colonial Experience in Education), 1995.

MEDA, J. **Mezzi di educazione di massa. Saggi di storia della cultura materiale della scuola tra XIX e XX secolo**. Milán: Franco Angeli, 2016.

MEDA, J. Mezzi di educazione di massa: nuove fonti e nuove prospettive di ricerca per una «storia materiale della scuola» tra XIX e XX secolo. **History of Education & Children's Literature**, v. 6, n. 1, 2011.

MOEGLIN, P. **Les industries éducatives**. París: Presses Universitaires de France, 2010.

MORENO MARTÍNEZ, P.L. El mobiliario escolar en los catálogos de material de enseñanza: consideraciones metodológicas. In: NAYA, L.M.; DÁVILA, P. (coord.). **La infancia en la historia: espacios y representaciones**. Donostia: Erein, 2005b, p. 342-355.

MORENO MARTÍNEZ, P.L. Historia de la transición higiénico-pedagógica del pupitre escolar en España (1838-1936). In: COLOQUIO NACIONAL DE HISTORIA DE LA EDUCACIÓN, 12., **Etnohistoria de la escuela**. Burgos: Servicio de Publicaciones de la Universidad de Burgos, 2003, p. 203-218.

MORENO MARTÍNEZ, P.L. History of school desk development in terms of hygiene and pedagogy in Spain (1838-1936). In: LAWN, M.; GROSVENOR, I. (coord.). **Materialities of Schooling: Design, Technology, Objects, Routines**. Oxford: Symposium Books, 2005a, p. 71-95.

MORENO MARTÍNEZ, P.L. La modernización de la cultura material de la escuela pública en España, 1882-1936. In: ESCOLANO BENITO, A. (ed.). **La cultura material de la escuela: en el centenario de la Junta para la Ampliación de Estudios, 1907-2007**. Berlanga de Duero: Centro Internacional de la Cultura Escolar (CEINCE), 2007, p. 45-74.

PASCUAL MIRÓ, E. El mobiliari de Josep Goday per a les escoles de l'Ajuntament de Barcelona. **Estudi del Moble**, 2009.

PASCUAL MIRÓ, E. El mobiliari i la decoració interior de les escoles. In: CUBELES BONET, A.; CUIXART GODAY, M. (orgs.). **Josep Goday Casals. Arquitectura escolar a Barcelona: de la Mancomunitat a la República**. Barcelona: Ajuntament de Barcelona, 2008, p. 337-353.

POZO ANDRÉS, M.M. Ángel Llorca: un maestro entre la Institución Libre

de Enseñanza y la Escuela Nueva (1866-1942). **Historia de la Educación. Revista interuniversitaria**, n. 6, 1987.

TERRÓN BAÑUELOS, A. La higiene escolar: un campo de conocimiento disputado. **Áreas. Revista Internacional de Ciencias Sociales**, n. 20, 2000.

Recebido em: agosto/2020

Aceito em: setembro/2020

A carteira escolar está “apta para o seu destino”? Argumentos e exigências sobre o mobiliário escolar em Exposições Universais

Gustavo Rugoni de Sousa¹

Ana Paula de Souza Kincheski²

Vera Lúcia Gaspar da Silva³

RESUMO

O mobiliário escolar é reconhecido como um dos símbolos da educação moderna e ocupou um lugar de destaque em projetos de escolarização da infância no ocidente, principalmente a partir da segunda metade do século XIX. Dentre os diferentes artefatos idealizados para atender exigências pedagógicas e higiênicas, selecionamos a carteira escolar como o fio condutor das análises desenvolvidas neste artigo por entendermos que, além do destaque recebido em impressos em circulação, ela foi considerada nesse período como um dos elementos essenciais para a (con)formação de práticas e condutas. Nessa direção, este trabalho tem como objetivo identificar, em discursos que circularam em Exposições Universais em diferentes formatos, elementos que caracterizavam a carteira escolar adequada para o desenvolvimento de práticas pedagógicas. Para tanto, são analisados relatórios de Exposições Universais, catálogos de indústrias e dicionários pedagógicos, os quais auxiliaram na identificação de argumentos que defendiam a construção de carteiras escolares que atendessem a um padrão de exigências veiculadas em eventos desse porte. Nessa empreitada foi possível observar um efeito de transbordamento de exigências difundidas nas Exposições Universais no que se refere a saberes e tecnologias empregados na construção de móveis escolares, assim como a

1 Doutor em Educação pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Professor Substituto na Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC, atuando na graduação. Integrante do Grupo de Pesquisa Objetos da Escola. E-mail: gustavorugoni@gmail.com

2 Mestra em Educação pela Universidade Estado de Santa Catarina (UDESC). Doutoranda em Educação no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Professora Substituta na UDESC, atuando na graduação. Integrante do Grupo de Pesquisa Objetos da Escola. E-mail: anapaulakin@gmail.com.

3 Doutora em Educação pela Universidade de São Paulo (USP). Pós-doutorado realizado na Universidade de São Paulo (USP). Professora titular da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), atuando na graduação e no Programa de Pós-Graduação em Educação (mestrado e doutorado). Integrante do Grupo de Pesquisa Objetos da Escola. Bolsista do Produtividade em Pesquisa, do CNPq. E-mail: vera.gaspar.udesc@gmail.com.

elaboração de um conjunto de estratégias que visavam à adequação de escolas primárias de acordo com os modelos referenciados como ideais para a escolarização da infância.

Palavras-chave: Mobiliário escolar. Exposições Universais. Cultura material escolar.

Is the school desk “fit for its destiny”? Arguments and requirements on school furniture in Universal Exhibitions

ABSTRACT

School furniture is recognized as one of the symbols of modern education and has occupied a prominent place in childhood schooling projects in the West, mainly from the second half of the 19th century. Among the different artifacts designed to meet pedagogical and hygienic requirements, we selected the school desk as the guiding thread of the analyses conducted in this article because we understand that, in addition to the prominence that it received in printed documents in circulation, it was considered in this period as one of the essential elements for the (con)formation of practices and conducts. In this sense, this work aims to identify, in discourses that circulated in Universal Exhibitions in different formats, elements that characterized the school desk fit for the development of pedagogical practices. For this purpose, reports of Universal Exhibitions, catalogs of industries and pedagogical dictionaries are analyzed, which helped in the identification of arguments that advocated the construction of school desks that met a standard of demands conveyed in such events. In this task, it was possible to observe an overflowing effect of demands disseminated in the Universal Exhibitions with regard to knowledge and technologies employed in the construction of school furniture, as well as the elaboration of a set of strategies aimed at the adequacy of primary schools in accordance with the models referred to as ideal for the schooling of childhood.

Keywords: School furniture. Universal Exhibitions. School material culture.

¿Es el pupitre escolar “adecuado para su destino”? Argumentos y exigencias sobre el mobiliario escolar en Exposiciones Universales

RESUMEN

El mobiliario escolar es reconocido como uno de los símbolos de la educación moderna y ha ocupado un lugar prominente en los proyectos de escolarización de la infancia en Occidente, principalmente desde la segunda mitad del siglo XIX. Entre los diferentes artefactos diseñados para satisfacer las exigencias pedagógicas e higiénicas, seleccionamos el pupitre escolar como el hilo conductor de los análisis desarrollados en este artículo porque se entiende que, además del énfasis recibido en impresos en circulación, se consideró en este período como uno de los elementos esenciales para la (con)formación de prácticas y conductas. En esta dirección, este artículo pretende identificar, en los discursos que circularon en Exposiciones Universales en diferentes formatos, elementos que caracterizaron el pupitre escolar adecuado para el desarrollo de prácticas pedagógicas. Para ello, se analizan informes de Exposiciones Universales, catálogos de industrias y diccionarios pedagógicos, los cuales ayudaron en la identificación de argumentos que abogaban por la construcción de pupitres escolares que atendieran un patrón de demandas transmitidas en tales eventos. En esta investigación fue posible observar un efecto desbordante de las demandas difundidas en las Exposiciones Universales con respecto a los conocimientos y tecnologías empleadas en la construcción de muebles escolares, así como la elaboración de un conjunto de estrategias dirigidas a la adecuación de las escuelas primarias de acuerdo con los modelos considerados ideales para la escolarización de la infancia.

Palabras clave: Mobiliario escolar. Exposiciones Universales. Cultura material escolar.

Introdução

Reconhecido como um dos símbolos da educação moderna, o mobiliário escolar passa a ocupar um lugar de destaque em projetos de escolarização da infância no ocidente, principalmente a partir da segunda metade do século XIX. Nesse período, os móveis idealizados para a escola primária são imaginados com base em argumentos e discursos que circu-

laram cada vez com mais destaque em eventos internacionais, catálogos de indústrias, dicionários e outros formatos de impressos pedagógicos. No cerne desse imaginário, esses objetos são alçados como essenciais para a (con)formação de práticas e condutas e como componentes a serem considerados no que diz respeito ao provimento material escolar.

Pesquisas que envolvem a temática⁴ têm permitido identificar que o mobiliário escolar sofre, com o passar dos anos, alterações que não se restringem a características materiais, mas que estão relacionadas também a significados a ele atribuídos. No que se refere à definição do termo, observou-se que este pode designar conjuntos de diferentes artefatos, ora mais restritos, ora mais ampliados. No intuito de dar ao termo maior precisão, para a elaboração deste artigo optamos por realizar incursões em dicionários pedagógicos⁵ em busca, por meio dos verbetes, de indícios que nos permitissem compreender a constituição de sentidos e significados associados ao mobiliário escolar. Nesse movimento apurou-se que, de um entendimento que contemplava todos os artefatos presentes em uma sala de aula⁶, este conceito é ressignificado, passando a englobar apenas os elementos de uso comum e de “utilidade permanente”, como, por exemplo, mesas, bancos, escrivaninhas, cabideiros, entre outros. Além das acepções localizadas em dicionários pedagógicos, a documentação consultada permitiu identificar a preocupação de autores e textos em circulação de destacar que os móveis presentes em uma sala de aula deveriam estar em condições *consideradas adequadas* para as práticas pedagógicas e de saúde pública, acompanhando ideias difundidas em grandes eventos como as Exposições Universais⁷.

4 Registramos aqui investimentos do Grupo de Pesquisa *Objetos da Escola*, com destaque para o trabalho de investigação que originou a tese de doutorado “A (re)invenção do mobiliário escolar: entre saberes pedagógicos, higienistas e econômicos (1851-1889)”, de autoria de Gustavo Rugoni de Sousa, defendida em 2019 no PPGE da UDESC, disponível em: <http://sistemabu.udesc.br/pergamumweb/vinculos/000076/00007609.pdf>.

5 As referências aqui utilizadas são a versão traduzida e ampliada por Camilo Castelo Branco do *Dictionnaire Universel d'Éducation et Enseignement*, organizado por Émile Mathieu Campagne, a qual foi publicada em Portugal no ano de 1886 (três volumes) com o título *Diccionario Universal de Educação e Ensino*; a edição do *Dictionnaire de Pédagogie et d'Instruction Primaire*, publicada em 1888, e a do *Nouveau Dictionnaire de Pédagogie et d'Instruction Primaire* de 1911, ambas organizadas por Ferdinand Buisson.

6 Incluem-se aqui os materiais de ensino como, por exemplo, globos terrestres, quadros parietais, relógios.

7 Émile Mathieu Campagne (1886), no verbete que trata sobre o mobiliário escolar, afirma que as adaptações higiênicas e pedagógicas realizadas nos móveis escolares eram fundamentais para que esses objetos pudessem ser considerados “aptos para os seus destinos”, ou, em

Observou-se a defesa de que os novos inventos deveriam afastar-se de características consideradas antipedagógicas e anti-higiênicas, ao passo que ganharam força recomendações para que se aproximassem de modelos apresentados em eventos internacionais, os quais eram legitimados como referenciais por meio de premiações e avaliações apresentadas em relatórios. Dentre os artefatos que compõem o mobiliário, selecionamos a carteira escolar como o fio condutor das análises que serão desenvolvidas neste artigo. Essa escolha se fundamenta no destaque que o referido artefato recebeu em diversas publicações do período oitocentista e na observação de que a idealização da carteira escolar está vinculada a movimentos que contribuíram para alterações e adequações de outros móveis escolares, tais quais armários-museus, mesas, escrivaninhas e quadros-negros.

Dessa forma, o presente trabalho possui como objetivo identificar em discursos que circularam em Exposições Universais, em diferentes formatos, elementos que caracterizavam a carteira escolar adequada para o desenvolvimento de práticas pedagógicas. Reconhece-se que os diferentes objetos contemplados pelo conceito de *mobiliário escolar* obedecem a prescrições específicas para a sua elaboração e podem possuir finalidades distintas com relação a seus usos. Contudo, advoga-se aqui que esses artefatos compartilham saberes pedagógicos e higiênicos, tomados como essenciais em seus processos de idealização e fabricação.

Estudos realizados no âmbito da História da Educação têm contribuído para adensar discussões acerca de diferentes projetos educativos constituídos ao longo do tempo e que possibilitaram o reconhecimento da escola como uma das instituições responsáveis pela aquisição e difusão de saberes, condutas e práticas. Um olhar mais atento a essas produções permite identificar diferentes dimensões que estão envolvidas no processo de consolidação da escola como um espaço legitimado socialmente para a escolarização da infância. Dentre caminhos possíveis para a compreensão das diversas realidades educativas, nossas pesquisas têm privilegiado o enfoque na materialidade escolar, investindo em uma perspectiva que busca problematizar relações em torno da idealização, fabricação e comercialização de objetos, bem como múltiplos sentidos e significados que podem assumir diante de prescrições estabelecidas e condições de uso/desuso.

outras palavras, que estivessem adequados e fossem eficientes para serem utilizados nas escolas.

Nessa empreitada, temo-nos dedicado à elaboração de produções que possam colaborar com os debates e análises em torno da cultura material escolar, em particular aqueles que reconhecem a escola como um mercado que, a partir da segunda metade do século XIX, despertou o interesse de uma indústria fabril nascente, devido a uma significativa demanda por objetos construídos especificamente para atender exigências que vinham se constituindo nos âmbitos político-pedagógico, higiênico e econômico (RUGONI DE SOUSA, 2019). Para além da natureza física dos objetos e das práticas com eles desenvolvidas, tem sido possível avançar na compreensão de movimentos existentes entre a transnacionalização de ideias pedagógicas, os circuitos das Exposições Universais, a formação de uma mão de obra local especializada e a ascensão de uma indústria escolar.

A construção dessa narrativa tem sido alimentada pela pesquisa em arquivos e consultas em diferentes formatos de documentos tais como impressos pedagógicos, catálogos de indústrias e relatórios de Exposições Universais. Conforme já mencionado, os dados localizados e as análises tecidas nos têm permitido identificar o mobiliário escolar como um conjunto de artefatos que receberam grande destaque e que passaram a ser reconhecidos como símbolos de uma modernidade educativa que se anunciava nos Oitocentos. Os investimentos em analisar fontes relativas à segunda metade do século XIX estão relacionados ao entendimento de que nesse período emergem movimentos, discursos, argumentos e indicações provenientes de diferentes áreas, que, ao circularem em eventos internacionais, contribuíram para a legitimação de modelos considerados ideais para a escola primária.

Exposições universais: do trabalho íntimo das escolas para o progresso das indústrias

Os livros *Exposições Universais: Espetáculos da Modernidade do Século XIX* e *As grandes festas didáticas: a educação brasileira e as exposições internacionais (1862-1922)*, escritos respectivamente por Sandra Jatahy Pesavento (1997) e Moysés Kuhlmann Júnior (2001), são produções referenciais e leituras indispensáveis para aqueles que têm o interesse de realizar investigações históricas acerca de questões que podem ser exploradas nas Exposições Universais. Tais obras trazem reflexões que possibilitam o entendimento de que essas feiras internacionais não se constituíram apenas como vitrines de novos inven-

tos, mas foram, principalmente, difusoras de discursos, utopias e de um imaginário que tinha o comércio e a busca pelo progresso como alguns de seus pilares.

A organização desses eventos e a disposição de seus pavilhões e objetos tinham entre seus objetivos representar a grandiosidade de um novo tempo que se anunciava e almejava. As invenções e novas tecnologias apresentadas possibilitavam um contato com aquela que era considerada a vanguarda do conhecimento científico, além de contribuírem para a construção de uma cultura material moderna, sustentada em grande parte pela expansão comercial e pela padronização de modelos, ideias e produtos fabricados por uma indústria em ascensão, principalmente em países europeus e nos Estados Unidos da América.

No entanto, cabe ressaltar a provocação realizada por Sandra Jatahy Pesavento (1997), que traz à tona o encantamento produzido pelas Exposições Universais como um “canto de sereia”, uma vez que esses eventos, por meio de propagandas da indústria que se constituía, veiculavam valores e ideias segundo desejos de uma classe burguesa em ascensão. Para a pesquisadora, as Exposições eram espaços em que se buscava seduzir os trabalhadores, identificando-os como um dos principais responsáveis pelo progresso⁸, mas mascarando as condições reais de acumulação e dominação da burguesia, constituindo, portanto, um instrumento de sedução social.

O século XIX foi, por excelência, um momento de transformação em múltipla escala. A população aumentara, as cidades cresceram e colocaram aos governantes toda uma sorte de exigências, desde a reordenação espacial, redesenhando as ambiências, até o cumprimento dos serviços públicos demandados pelo “viver em cidades”. Produtos novos e máquinas desconhecidas atestavam que a ciência aplicada à tecnologia era capaz de tudo ou, pelo menos, quase tudo. O valor dominante era o do progresso, caro às elites que dele faziam o esteio de uma visão de mundo triunfante e otimista. (PESAVENTO, 1997, p. 29)

8 Para Eric Hobsbawm (2007) o progresso, entendido por muitos como inevitável, pode ser considerado uma palavra-chave dos Oitocentos. Segundo o autor, há vários aspectos que precisam ser considerados ao se pensar sobre o desenvolvimento capitalista, pois se por um lado o *progresso* promoveu avanços tecnológicos e desenvolvimento científico que contribuíram para a melhoria da qualidade de vida, por outro, foi construído ao custo da dizimação de populações e países.

Em perspectiva semelhante, Moysés Kuhlmann Júnior (2001) observa que os “palcos da modernidade” foram espaços em que se privilegiou a representação de uma crença acrítica no progresso, na técnica e na ciência. Por ser considerada essencial à normatização e edificação controlada da sociedade ocidental moderna, debates em torno da educação passaram a ser organizados em exposições pedagógicas a partir de 1862, na Inglaterra⁹. Dessa forma, consideramos que mais do que possibilitar a visualização de novos inventos para as escolas, as Exposições, ao privilegiarem a circulação de saberes, foram fundamentais para a internacionalização de modelos considerados referência para sistemas de ensino de diferentes nações.

Vale lembrar que tais Exposições foram sediadas em diferentes países¹⁰, tendo sido tema de matérias e artigos publicados em periódicos, impressos educacionais, dicionários pedagógicos e em catálogos de fábricas que circularam desde a segunda metade do século XIX, o que indica sua força e impacto tanto na difusão de ideias quanto na composição de discursos sobre a escolarização. Análises de documentos deste tipo têm permitido identificar que mensagens difundidas nos “palcos da modernidade” ressoaram em muitos suportes e em diferentes locais e que, para participar do “concerto das nações”, muitos empenharam-se em enviar comissões com o objetivo de não apenas apresentar o que havia de melhor em seus países, mas também de importar modelos, ideias e técnicas para a modernização da sociedade.

A dimensão desses eventos pode ser observada em páginas do *Diccionario Universal de Educação e Ensino: útil à mocidade de ambos os sexos, às mães de família, aos professores, aos directores e directoras de collegios e aos alumnos que se preparam para exame*, escrito por Émile Mathieu Campagne (1886). Um dos verbetes presentes no documento intitula-se *Exposições escolares*, as quais eram realizadas no interior

9 O Relatório da Primeira Exposição Pedagógica, realizada no Rio de Janeiro em 1884, indica que 180 expositores, provenientes da França, Inglaterra, Saxônia, Baviera, Wurtemberg, Áustria, Bélgica, Suíça, Rússia, Dinamarca, Suécia, Noruega, Itália e Portugal, participaram da exposição que ocorreu na Inglaterra.

10 Em sua tese de doutorado, Gustavo Rugoni de Sousa (2019), com base nos trabalhos de Moysés Kuhlmann Júnior (2001) e Vera Lucia Gaspar da Silva & Gizele de Souza (2018), além de outras fontes bibliográficas e documentos, apresenta um quadro (p. 114) com exposições internacionais que ocorreram entre os anos de 1851 e 1922. A partir de seus estudos, identifica-se que no referido período ocorreram, pelo menos, 63 eventos sediados em 21 países. No entanto, o autor ressalta que nem todas essas exposições tiveram a mesma repercussão na sociedade e que, portanto, é preciso considerar o local, o investimento e a divulgação envolvida na realização de cada uma delas.

das Exposições Universais e tinham como objetivo, de acordo com seu autor, contribuir para o “aperfeiçoamento do ensino” por meio da apresentação de dados, estatísticas, relatórios, jornais escolares, livros, cartas, planos de estudos, atividades, objetos escolares, entre outros. Conforme destaca, diante da dificuldade de se apresentarem questões pedagógicas que dizem respeito à rotina escolar – como a relação estabelecida entre mestres e discípulos –, a apresentação das materialidades seria algo positivo nesses eventos, pois com os artefatos outros elementos que “se relacionam com a instrução e a educação d’um povo”¹¹ poderiam ser observados.

Do mesmo modo que, com o fim de concorrer para o desenvolvimento das indústrias, se promovem exposições onde se patenteia ao público os progressos que essas indústrias têm realizado, assim também se tem pretendido aproveitar para o aperfeiçoamento do ensino a organização de exposições escolares, especialmente destinadas a mostrar a organização e resultados colhidos nas diversas escolas.

É, porém, claro que o problema é neste caso extremamente complicado, porque não basta, como sucede com a arte e a indústria, a representação material. Se se tratasse apenas de representar a escola, no sentido concreto da palavra, o edifício, a mobília, o material d’ensino, mesmo até os livros, a coisa seria fácil; [...]

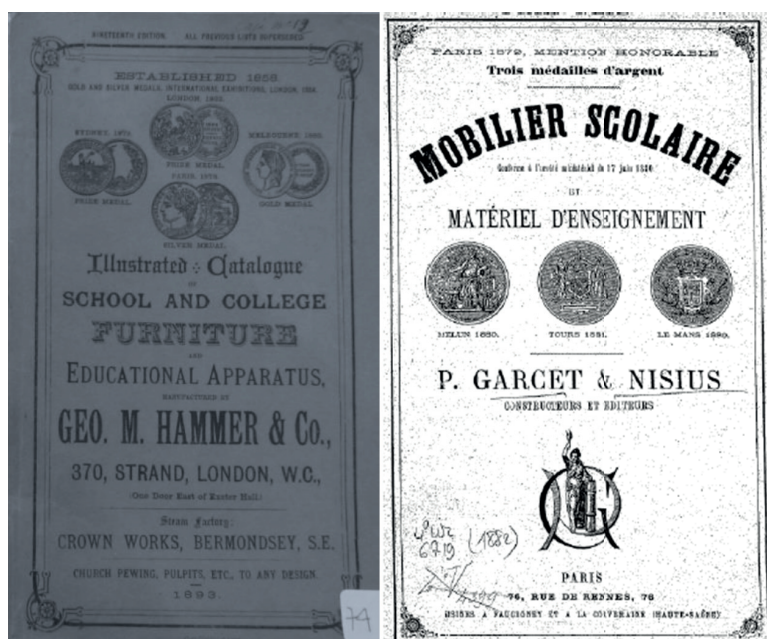
Todavia, se é impossível exigir de uma exposição escolar a revelação do trabalho íntimo da escola, ella pôde ao menos mostrar os instrumentos e os órgãos do ensino, e indicar, até certo ponto, os resultados obtidos, o que já é extremamente interessante, [...]. (CAMPAGNE, 1886a, p. 1010).

A relação das Exposições com o desenvolvimento das indústrias é outro elemento que chama a atenção. Não por acaso, esses eventos foram reconhecidos como grandes feiras industriais devido à significativa presença de inventos e de ritos de classificação a partir de critérios previamente estabelecidos. Além da exposição dos artefatos escolares, a seleção, o julgamento e os prêmios atribuídos àqueles que seguiam as prescrições pedagógicas, médicas e higiênicas em voga contribuíram para a formação de modelos referenciais para a escolarização da infância. Como pode ser identificado em catálogos e relatórios de Exposições

11 Optamos por manter a ortografia dos documentos de origem utilizados neste artigo.

Universais, essas distinções foram utilizadas como estratégias por parte de fábricas, no sentido de certificarem seus produtos em um patamar de excelência internacional. A Figura 1, a seguir, reproduz a capa de dois dos catálogos analisados, pertencentes a uma fábrica inglesa e outra francesa, ambas especializadas na produção de móveis e utensílios escolares. Como é possível observar, há um destaque para o registro de medalhas recebidas em exposições nacionais e internacionais¹².

Figura 1 - Capas de catálogos com representações de prêmios recebidos



Fonte: Geo. M. Hammer (1893); P. Garcet e Nisius (1882).

Com a expansão industrial, a promulgação de leis que regulamentaram a obrigatoriedade escolar e o fortalecimento de um modelo educacional que pressupunha o uso de diferentes artefatos, a partir da segunda metade do século XIX ocorreu um aumento significativo na

¹² Ao analisar os catálogos elaborados já na primeira metade do século XX pela fábrica situada no sul do Brasil e conhecida popularmente como “Móveis CIMO”, Gustavo Rugoni de Sousa (2015) também identificou o recurso da menção às premiações como forma de valorização e destaque dos produtos ofertados. Este é um dos indícios que demonstram a permanência dessa estratégia e da importância das Exposições Universais como um espaço utilizado pelas fábricas como certificador de qualidade.

produção e circulação de objetos idealizados especialmente para atender novas exigências escolares. A formação de professores e as práticas pedagógicas deveriam, nesse contexto, pautar-se em materialidades que colaborassem para que resultados satisfatórios fossem alcançados. Nessa direção, o mobiliário escolar foi considerado um dos elementos centrais nesse projeto e, em conjunto com outras tecnologias, como materiais visuais, sonoros e táteis para o ensino, instrumentos, suportes e acessórios de escrita, deveria estar ancorado em pressupostos higiênicos e em uma racionalidade pedagógica que visava à organização do espaço da sala de aula, dos corpos e das ações das crianças e de seus professores.

“A carteira deve se adaptar à criança e não ao contrário”

Para refletir sobre as Exposições Universais aqui compreendidas como espaços singulares para a circulação e difusão de ideias, técnicas e saberes, recorreremos a Relatórios sobre a Instrução Primária apresentados em diferentes edições desse evento. Um dos documentos analisados faz referência a carteiras escolares divulgadas na Exposição Universal realizada no ano de 1873, em Viena, Áustria. Escrito por Ferdinand Buisson (1875), esse relatório destaca a importância das Exposições Universais para o aprendizado dos franceses no que diz respeito a novas invenções e metodologias de ensino. Sua intenção com a elaboração desse texto, conforme aponta no prefácio, não era realizar comparações entre os artefatos produzidos e utilizados nas escolas francesas e em outras nações, mas importar para seus respectivos países o que estava sendo exposto, por julgar que poderia contribuir com o desenvolvimento do ensino primário em seu país.

A Exposição de Viena ofereceu, para o estudar, um conjunto bastante rico de documentos e exemplares, alguns dos quais elaborados muito recentemente. Ao examiná-los, pôde-se acompanhar quase de ano a ano as melhorias gradualmente introduzidas no mobiliário escolar em todo lugar em que houve esforço para aperfeiçoá-lo (BUISSON, 1875, p. 51)¹³.

13 Tradução livre do original: “L’exposition de Vienne offrait, pour l’étudier, un ensemble assez riche de documents et de spécimens, dont quelques-uns étaient tout récents. En les examinant, on pouvait suivre presque d’année en année les améliorations graduellement introduites dans le mobilier scolaire partout où l’on s’est attaché à le perfectionner.” (BUISSON, 1875, p. 51)

Ainda segundo o autor, o destaque para um mobiliário escolar produzido a partir de exigências anunciadas como modernas só passou a ocorrer a partir da Exposição Universal realizada no ano de 1867, em Paris, com a divulgação de carteiras escolares fabricadas em Illinois, Estados Unidos da América. De suas análises, depreende-se que a presença de exemplares dos móveis estadunidenses foi essencial para o aprendizado de novas tecnologias na área, pois apenas a leitura de documentos publicados no período não permitia conhecer, com exatidão, as soluções adotadas.

No Dicionário elaborado por Campagne (1886a, p. 1011) o verbete *Exposições escolares* também apresenta esses eventos como importantes para “fornecer uteis lições” para estudantes e mestres. Segundo o conteúdo de tal verbete, a Exposição realizada no ano de 1867 auxiliou a ampliar a divulgação de ideias pedagógicas, uma vez que contou com mais de 600 expositores nas seções relativas ao ensino popular. Já para a composição do verbete *Mobília escolar*, uma das referências utilizadas é o estudo desenvolvido por Ferdinand Buisson a partir das mobílias apresentadas em Viena, no qual destaca “[...] os princípios que devem servir de guia para a escolha de uma boa mobília, na certeza de que uma aula bem arranjada, na qual a criança entre com um sentimento de prazer mesclado de respeito, dispõe-a e obriga-a até moralmente á aplicação e ao trabalho” (CAMPAGNE, 1886b, p. 843). No conteúdo do verbete identifica-se que a maior preocupação expressa por Émile Mathieu Campagne (1886b) relaciona-se a questões pedagógicas e à higiene. Apesar de serem classificadas por ele como componentes fundamentais para a escolarização da infância, considera que foi um assunto por muito tempo deixado de lado entre as preocupações de médicos e educadores.

A necessidade de adequar o mobiliário escolar a preceitos higiênicos também aparece em outras produções¹⁴ que circularam nos anos finais do século XIX e que, em diferentes países, apontavam a necessidade de realizar intervenções nos artefatos para que fosse possível o desenvolvimento de uma cultura escolar saudável. A leitura desses documentos permite identificar que esse era um dos desafios enfrentados no período e que os autores, com vistas a superá-los, apresentaram

14 Destacam-se aqui os seguintes trabalhos: *Hygiène Scolaire: Influence de L'école sur la Santé des Enfants* (A. Riant, 1874, Paris - França), *Hygienic Requirements of School Furniture* (G. A. Bodrick, 1892, Nova Iorque - EUA), *Higiene Escolar en sus relaciones con la miopia* (Sebastián B. Rodríguez, 1891, Montevideo - Uruguai) e *Manual das Escolas Elementares d'Ensino Mutuo* (M. Sarazin, 1854, Bahia - Brasil).

estratégias para a construção de materialidades e de um espaço que colaborasse para a saúde e a educação das crianças.

Cabe lembrar que o tema da higiene escolar tem sido contemplado em investigações desenvolvidas por pesquisadores da história da educação. Apoiamo-nos aqui em estudos de Heloisa Helena Pimenta Rocha, Antonio Viñao Frago e Aida Terrón Bañuelos, os quais indicam o século XIX como um período no qual circulou um vasto conjunto de publicações que contribuiu para a definição de novas propostas teórico-práticas e intervenções a partir da inserção das crianças no espaço escolar. A partir de seus estudos, identifica-se que com a expansão urbana e a proliferação de doenças, foi necessária a elaboração de um conjunto de estratégias por parte do Estado para garantir a saúde da população. Nesse processo, a escola passa a ocupar um espaço importante e a conquistar o reconhecimento de autoridades do ensino como a instituição ideal para a difusão de entendimentos e ações voltadas para o cuidado com o corpo, um dos elementos essenciais para o progresso social.

A confluência entre medicina, higiene e escola era inevitável. Por um lado, a escola surgia como o espaço social em que uma atenção médico-higiênica na infância podia ser controlada e realizada; especialmente, sobre a infância fraca, anormal ou atrasada. Por outro lado, através da escola, as famílias e os pais podiam ser alcançados. A medicalização da infância andou de mãos dadas com a sua escolaridade. E esta última com a higienização da escola. Com sua consideração como espaço privilegiado tanto para inculcar princípios e adquirir hábitos higiênicos, quanto para a realização de atividades (cantinas, duchas e banhos, acampamentos escolares, excursões, ginástica e exercícios corporais, etc.) que contribuíssem para melhorar a sua saúde (VIÑAO FRAGO, 2010, p. 186)¹⁵.

Seguindo os movimentos higienistas, um conjunto de remodelações e intervenções na materialidade escolar passa a ser reivindicado

15 Tradução livre do original: "La confluencia entre medicina, higiene y escuela era inevitable. Por un lado, la escuela aparecía como el espacio social en el que podía controlarse y llevarse a cabo una atención médico-higiénica sobre la infancia; en especial, sobre la infancia débil, anormal o retrasada. Por otro, a través de la escuela podía llegarse a las familias, a los padres. La medicalización de la infancia se daba la mano con su escolarización. Y esta última con la higienización de la escuela. Con su consideración como un espacio privilegiado tanto para la inculcación de principios y la adquisición de hábitos higiénicos, como para la realización de actividades (cantinas, duchas y baños, colonias escolares, excursiones, gimnasia y ejercicios corporales, etc.) que contribuyeran a mejorar su salud." (VIÑAO FRAGO, 2010, p. 186)

nesse período com o objetivo de preparar espaços de modo que se tornassem saudáveis para receber as crianças e os professores. Essas reivindicações ganham força sustentadas, em grande parte, em estudos do campo médico que apontavam relações entre objetos considerados inadequados e insalubres com o aparecimento de desvios posturais, doenças oculares e respiratórias. O Relatório escrito por Ferdinand Buisson nos permite perceber a força dessas discussões ao avaliar as mobílias apresentadas na Exposição Universal de Viena, em 1873. Nesse documento é possível localizar, além dos pareceres de Buisson, um conjunto de imagens, quadros e esquemas que visavam a sistematizar informações sobre os diferentes exemplares, destacando as tecnologias e soluções implementadas por fábricas moveleiras que tinham como objetivo convencer as autoridades de ensino de que seus produtos estavam aptos para equipar as escolas e atender suas necessidades.

Entre os objetos que aparecem nas páginas escritas por Buisson, a carteira tem grande destaque sendo, segundo as palavras do autor, tornando-se o foco de atenção dos educadores no evento, por ser um artefato de uso direto das crianças, que interferia na implementação da pedagogia moderna e na prevenção de doenças. Dessa forma, as análises desenvolvidas a partir da leitura desse relatório permitiram observar a recorrência de alguns princípios comuns na idealização e fabricação das carteiras apresentadas na Exposição de 1873. Para serem consideradas modernas e conquistarem possíveis consumidores, ao idealizarem seus inventos os produtores deveriam seguir uma espécie de padrão de exigências que estava se consolidando no período e que era reforçado pelas Exposições Universais, bem como oferecer esses inventos modernos a um custo que fosse acessível a diferentes nações (RUGONI DE SOUSA, 2019). O Quadro 1 apresenta dois princípios médicos destacados por Buisson como essenciais para a elaboração de uma carteira escolar higiênica:

Quadro 1 – Princípios médicos comuns às carteiras escolares apresentadas na Exposição Universal de Viena (1873)

1º	Estando a criança completamente sentada com os pés colocados no chão, as pernas precisam formar com as coxas um ângulo reto, e o mesmo com as coxas e o tronco.
2º	A criança, mantendo a posição dos membros inferiores, deve poder escrever sem assumir uma posição que atinja a parte superior do corpo, isto é, não precisa se curvar sobre o papel ou tenha que elevar o ombro para alcançar a mesa.

Fonte: Gustavo Rugoni de Sousa (2019, p. 129) com base em Ferdinand Buisson (1875, p. 56).

Em nossas pesquisas, também localizamos uma obra publicada em Nova Iorque, Estados Unidos, no ano de 1892, escrita por G. A. Bodrick e intitulada de *Exigências higiênicas para o mobiliário escolar*. A leitura da obra permite reforçar o entendimento de que ideias semelhantes sobre a adequação do mobiliário escolar circularam em diferentes países. Em foco, a higiene novamente aparece anunciada como um dos requisitos necessários para a adequação do mobiliário aos preceitos modernos de ensino. Para o autor, a revisão da materialidade escolar para evitar problemas respiratórios, miopia, cifose e curvatura cervicais, por exemplo, justificavam-se pela ideia de que a infância seria o momento ideal para a correção e incorporação de condutas e práticas consideradas saudáveis.

Além da preocupação com a saúde, ao longo da obra observa-se a recorrência de um discurso que vinculava materialidade, higiene e aspectos pedagógicos: a carteira escolar adaptada não apenas garantiria a saúde dos corpos, como também privilegiaria uma melhor atenção e obediência aos professores, entendidos como fundamentais para a fiscalização da execução das tarefas e comportamentos esperados. Em seus argumentos, Bodrick elenca quatro princípios que deveriam ser considerados ao se idealizarem e construírem móveis, na direção de garantir sua adequação e conforto:

1. Que todos os alunos, sejam os velhos ou jovens, devem ter uma mesa e um assento;
2. Que ambos sejam fabricados de maneira que favoreçam o maior conforto e estejam adaptados da melhor forma possível;
3. Que os assentos e mesas sejam dispostos de modo que permitam que cada aluno se desloque para frente e para trás sem perturbar os outros. A esses pode ser acrescentado;
4. Que os assentos e mesas sejam fabricados com os materiais mais firmes e sólidos disponíveis, para que possam durar o maior tempo possível, contribuindo assim para economizar recursos (BODRICK, 1892, p. 10-11)¹⁶.

16 Tradução livre do original: "1. That every pupil, whether old or young, should have a desk as well as a seat; 2. That both should be made as comfortable and as well adapted to their object as possible; 3. That the seats and desks should be so arranged as to permit each pupil to pass to and fro from his own, without disturbing any other in so doing. To these may be added; 4. That the more neatly and substantially the seats and desks are made at first, the longer they will last, and the greater will be the saving to the school section in the end."

A preocupação com requisitos defendidos por higienistas, bem como a utilização de *slogans* que pudessem destacar sentidos que estavam sendo construídos em torno dos novos inventos, ficam evidentes em diversas fontes analisadas. O lema *a carteira deve se adaptar a criança e não ao contrário* não aparece apenas no Relatório da Exposição Universal de Viena, escrito por Ferdinand Buisson, mas também em catálogos e outras publicações que constantemente buscavam vincular os inventos a exigências higienistas e pedagógicas. Nessa direção, dissemina-se em diferentes documentos e lugares a defesa da aquisição de carteiras com ajustes de altura ou de exemplares com diferentes tamanhos, permitindo que crianças de todas as estaturas fossem contempladas. A possibilidade de se realizar ajustes nas alturas das mesas, bancos, bem como na posição do encosto era um dos requisitos para que um modelo de carteira escolar fosse agraciado com uma premiação nas Exposições.

Quadro 2 – Móveis escolares premiados na Exposição Universal de Viena (1873)

Instituições	Objetos Expostos	Premiações
Bahse e Haende, Chemnitz, Saxônia.	Bancos escolares (Kunze)	Medalha do Progresso
Joseph Kaiser, professor de Munique, Alemanha.	Bancos escolares (Kaiser)	Diploma de Mérito
Joseph Ross, Boston, EUA.	Melhorias de móveis escolares (Ross – Boston)	Medalha de Mérito
Sociedade Nacional para o mobiliário das escolas de Nova Iorque, EUA.	Carteira escolar	Medalha de Mérito
Shattuck, Boston, EUA.	Carteira escolar	Diploma de Mérito
Nichols, Boston, EUA.	Carteira escolar	Diploma de Mérito
Bapterosses, Paris, França.	Bancos escolares (Bapterosses)	Diploma de Mérito

Fonte: Elaborado por Gustavo Rugoni de Sousa (2019, p. 119) com base em Buisson (1875, p. 94).

Conforme é possível visualizar, o Quadro 2 traz indicações de móveis premiados na Exposição realizada em Viena, no ano de 1873, e do destaque e visibilidade que o banco e a carteira escolar receberam

(BODRICK, 1892, pp. 10-11)

nas preocupações e no provimento material da escola do período. A partir desses indícios, procuramos localizar mais informações que pudessem ajudar a compreender a idealização e fabricação dos exemplares exaltados como referências. Nesse processo não foi possível localizar imagens de todas as sete carteiras mencionadas acima, porém, o próprio relatório de Buisson, cotejado com catálogos de fábricas moveleiras, permitiu analisarmos com maior precisão os modelos *Kunze*¹⁷, *Kaiser*, *Shattuck*, *Ross*¹⁸ e *Bapterosses*. As imagens das carteiras localizadas seguem no Quadro 3.

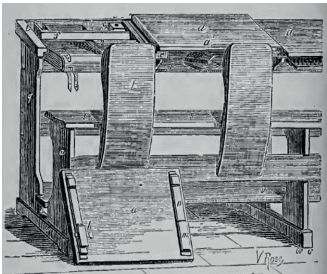
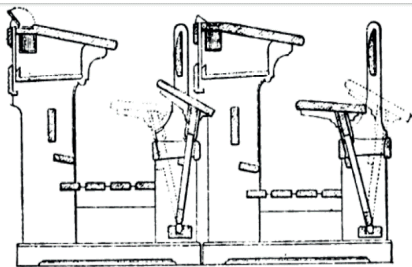
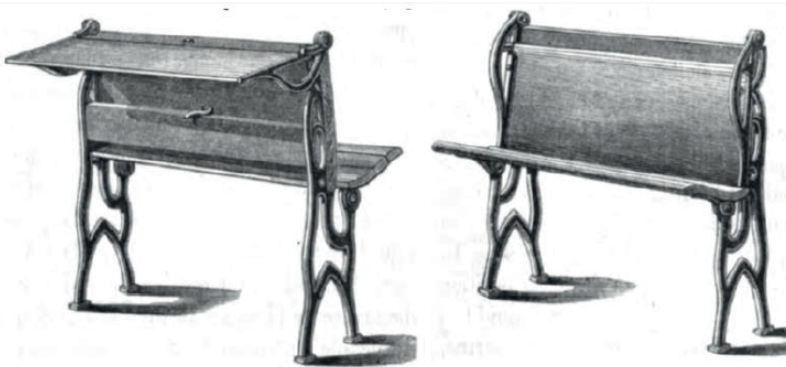
Diversas tecnologias aparecem associadas às carteiras premiadas na Exposição Universal de Viena. As análises dos exemplares apresentados no Quadro 3 permitem identificar que, embora possuam *designs* diferentes, há atributos semelhantes em todos os artefatos premiados. Entre as características mais enfatizadas, identificamos soluções tecnológicas que dizem respeito ao cuidado com o ajuste na altura e na distância considerada correta entre o banco e a mesa, a atenção aos elementos estéticos dos exemplares, a inclinação da mesa para facilitar a escrita e a leitura, além da utilização da madeira como matéria-prima principal. No processo de apropriação de ideias legitimadas nas Exposições, é possível observar que, ao mesmo tempo em que as fábricas buscavam atender exigências propagadas em diferentes documentos, leis e manuais pedagógicos, também produziram soluções e debates que foram incorporados e passaram a ser defendidos por educadores.

No intuito de sistematizar os atributos gerais dos exemplares contemplados com diplomas e medalhas, organizamos o Quadro 4, que detalha as principais características, nacionalidades das fábricas, indícios de locais em que os exemplares foram adquiridos para serem utilizados em escolas e a principal matéria-prima empregada em sua fabricação.

17 Carlos Manique da Silva, em artigo publicado em 2019, constata que o modelo Kunze destacado na Exposição Universal de Viena foi apropriado em diferentes países e que suas "imitações" podem ser identificadas em Portugal, pois a Direção Geral de Instrução Pública, no ano de 1877, indicou a utilização de modelos de carteiras escolares que tinham o sistema Kunze como referência.

18 Diferentemente dos outros modelos, a premiação recebida por Joseph Ross deveu-se aos aperfeiçoamentos realizados em um conjunto de móveis escolares que a fábrica produziu. No entanto, apresentamos no Quadro 3 a imagem que está disponível no Relatório elaborado por Buisson (1875). Em nossas pesquisas localizamos um dos catálogos da fábrica, publicado em Boston no ano anterior à Exposição de Viena, e constatamos um conjunto significativo de móveis escolares disponíveis para a comercialização. Além das carteiras escolares, constam neste catálogo suportes para desenho, bancos, tinteiros, ponteiras, escrivaninhas de professores, suportes para mapas, cadeiras e armários-museus.

Quadro 3 – Imagens das carteiras premiadas na Exposição Universal de 1873

Kunze 	Kaiser 
Ross 	Bapterosses 
Sociedade Nacional para o mobiliário das escolas de Nova Iorque, EUA. 	

Fonte: Riant (1874) e Buisson (1875). Elaborado pelos autores.

Um olhar atento às características ressaltadas, tanto nas imagens, quanto em avaliações realizadas por Buisson e Riant, permite identificar que os modelos dispostos no Quadro 4 contavam, no mínimo, com uma

tecnologia que os diferenciavam dos demais (em *italico*). Como já foi apontado, as fábricas vinham aplicando seus conhecimentos na construção de novos mecanismos que auxiliassem a destacar seus inventos como singulares em comparação com a grande oferta de produtos escolares realizada por seus concorrentes. Ao articular as tecnologias com as premiações recebidas na Exposição de Viena, é possível identificar que a boa recepção do júri e as apreciações positivas, de certa forma, impulsionaram as fábricas na corrida capitalista pelo progresso.

No Quadro 4 é possível observar que todos os modelos premiados possuem tecnologias como engrenagens e parafusos que possibilitavam movimento, além de *design* com curvas em assentos e encostos para melhorar o conforto. Ao destacarem as “partes móveis” como um diferencial nas carteiras, Buisson e Riant indicam as fábricas estadunidenses como pioneiras na produção das tecnologias necessárias para a sua produção. Nos relatórios das exposições de Viena e da Filadélfia, realizadas em 1873 e 1876, respectivamente, Ferdinand Buisson insere imagens de modelos de carteiras *Andrews*, *Stevens* e *Bancroft*¹⁹ (Quadro 5), que, mesmo sem receberem premiações, ganharam destaque em seus pareceres em virtude de características como cavidades para tinteiro, assento dobrável, gavetas e simplicidade na construção.

Apesar de mais sucinto com relação ao mobiliário escolar que o relatório da Exposição de Viena (1873), o parecer do evento ocorrido na Filadélfia (1876) trata também de outras peças do mobiliário escolar. Nesse documento, para além das carteiras, Buisson discorre sobre mesas para uso dos professores e diferenças nos modos de atuação e na conformação material de salas de aula francesas e estadunidenses. Embora o autor apresente múltiplos modos de operacionalizar a escola primária, seus argumentos permitem identificar uma preocupação constante com a disseminação de condutas e hábitos saudáveis por meio de objetos considerados adequados. A defesa de um ensino que satisfizesse preceitos morais, por sua vez, também ocupava lugar em debates promovidos por representantes dos diferentes países que frequentavam e expunham seus inventos nas Exposições Universais, configurando-se como elementos que devem ser observados ao se analisarem configurações e projetos em torno da escolarização de uma infância almejada no período oitocentista.

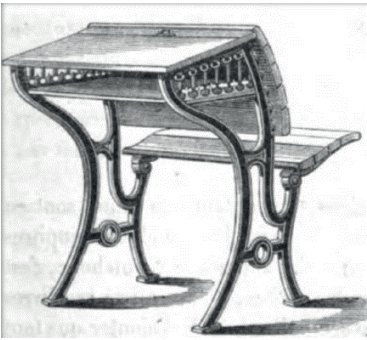
19 Mesmo sem inserção de imagens, os modelos *Slaymaker* e *Williams* também são referenciados por Buisson no relatório da Exposição Universal de Viena.

Quadro 4 – Carteiras escolares premiadas e suas características principais

Modelo	Características	Locais de produção e/ou em que foram utilizadas	Matéria-prima principal
Kunze	<i>Deslizamento da base superior em direção ao aluno;</i> Distância adequada entre banco e mesa; Tamanhos variados; Baixo preço; Construção simples; Assento com curvatura confortável; Apoio para os pés; Apoio para guardar materiais.	Local de produção: Áustria, Hungria e Alemanha	Madeira
Kaiser	<i>Deslizamento do banco em direção ao aluno;</i> Mesa e encosto fixos; Grampos e tecidos evitam a produção de ruídos ao movimentar o banco; Apoio para os pés com altura regulável.	-	Madeira
Bapterosses	Carteira individual; Mesa fixa; Banco redondo, em haste de ferro fixa em base de madeira; <i>Ajuste de altura do banco pode ser interrompido a qualquer momento;</i> Pequeno apoio para guardar materiais; Apoio para os pés muito pequeno (desvantagem).	-	Madeira muito simples
Sociedade Nacional	Carteira individual; <i>Banco dobrável;</i> Não produz ruídos ao movimentar o banco; Apoio para guardar materiais.	Escolas rurais dos Estados Unidos da América	Ferro fundido e madeira
Ross	Diferentes tamanhos; Construção simples; Algumas mesas podem ser erguidas; Mesa inclinada para facilitar escrita e leitura; Considerado por Buisson muito caro para ser usado nas escolas francesas.	-	Ferro fundido e madeira

Fonte: BUISSON (1875) Elaborado pelos autores.

Quadro 5 – Modelos destacados por Buisson

Modelo Andrews (Viena)	Modelo Stevens (Viena)
	
Modelo Bancroft (Filadélfia)	
	

Fonte: Elaborado pelos autores, a partir de Buisson (1875, 1878).

Considerações finais

O desenvolvimento industrial oitocentista foi fundamental para a construção de tecnologias consideradas pioneiras e para seu êxito no mercado escolar. Neste movimento é possível identificar investimentos e iniciativas no sentido de produzir artefatos afinados com as recomendações difundidas em eventos internacionais, em impressos pedagógicos e comerciais (RUGONI DE SOUSA, 2019). Vale lembrar que para se chegar a estas páginas tais ideias e recomendações passam por balizas que configuram jogos de forças entre saberes, conformações econômicas e disputas políticas.

Compreende-se que tomar o mobiliário escolar e, mais precisamente, a carteira, como objetos de estudo tem permitido realizar refle-

xões sobre movimentos e ideias que estiveram envolvidas na constituição e consolidação de projetos para a escolarização primária. Um dos desafios encontrados nessa empreitada tem sido o de superar análises que se concentram em identificar a emergência de alterações das características materiais, e compreender como mudanças observadas se articulam a pensamentos e interesses envolvidos em diferentes âmbitos, como a formação dos Estados nacionais, a transnacionalização das ideias pedagógicas, o circuito das Exposições Universais e a ascensão industrial, por exemplo, os quais contribuíram para a (re)invenção de sentidos e significados atribuídos ao mobiliário escolar.

Desse modo, conforme foi possível observar por meio das análises dos artefatos presentes em diferentes relatórios de Exposições Universais e catálogos de indústrias, há um efeito de transbordamento para outras fábricas no que se refere a tecnologias empregadas na construção dos móveis escolares. Mesmo com algumas diferenças, as imagens nos trazem indícios de um padrão de exigências que se mantém e que é apropriado, reinventado e difundido em diferentes regiões e países seja por meio da indústria, seja por meio de uma mão de obra marceneira local. O que percebemos é a elaboração de um conjunto de estratégias que visavam à adequação de escolas primárias frente aos modelos referenciados como ideais para a escolarização da infância. Mesmo em contextos considerados extremamente precários do ponto de vista material, discursos em defesa de princípios higienistas e pedagógicos se fazem presentes.

É importante ressaltar que os movimentos de provisão material escolar não ocorreram em uma perspectiva evolucionista, ou seja, as escolas não partiram de uma situação de precariedade e avançaram para uma suposta modernização de seu aparato educativo de forma simultânea. Precisamos, ao analisar esses processos, considerar conflitos, movimentos de contradifusão, provenientes de países que não apareciam referendados como exemplos a serem seguidos, bem como interesses e escolhas que envolvem a idealização, fabricação e comercialização dos itens que serviram ao provimento material das escolas e, com o auxílio de diferentes documentos, refletir sobre o lugar que esses artefatos ocuparam (e ocupam) em variados projetos de escolarização.

Referências

BOBRICK, G. A. **Hygienic requirements of School furniture**. Nova Iorque, Estados Unidos da América, 1892. 58 f. Disponível em: <https://archive.org/details/hygienicrequirem00bohr/mode/2up>. Acesso em: 04 fev. 2020.

BUISSON, F. **Dictionnaire de Pédagogie et d'Instruction Primaire**. Paris: Librairie Hachette et Cie., 1888. Parte I, Tomo II.

BUISSON, F. **Nouveau Dictionnaire de Pédagogie et d'Instruction Primaire**. Paris: Librairie Hachette et Cie., 1911a. Parte I, Tomo I.

BUISSON, F. **Nouveau Dictionnaire de Pédagogie et d'Instruction Primaire**. Paris: Librairie Hachette et Cie., 1911b. Parte I, Tomo II.

BUISSON, F. **Rapport sur L'Instruction Primaire à L'Exposition Universelle de Philadelphie en 1876**. Paris, França. Imprimerie Nationale, 1878. 716 f. Disponível em: <https://archive.org/details/rapportsurlinst00natigoog>. Acesso em: 04 fev. 2020.

BUISSON, F. **Rapport sur L'Instruction Primaire à L'Exposition Universelle de Vienne en 1873**. Paris, França. Imprimerie Nationale, 1875. 378 f. Disponível em: Biblioteca Nacional da França.

CAMPAGNE, É. M. **Diccionario Universal de Educação e Ensino**. Traduzido ao Português por Camillo Castello Branco e ampliado pelo tradutor nos artigos deficientes em assumptos relativos a Portugal. Nova Edição portuguesa ilustrada e consideravelmente aumentada com um crescido numero de artigos coordenados dos principaes escriptores de pedagogia por José Nicolau Raposo Botelho. Porto: Livraria Internacional de Ernesto Chardron, v. 1, 1886a.

CAMPAGNE, É. M. **Diccionario Universal de Educação e Ensino**. Traduzido ao Português por Camillo Castello Branco e ampliado pelo tradutor nos artigos deficientes em assumptos relativos a Portugal. Nova Edição portuguesa ilustrada e consideravelmente aumentada com um crescido numero de artigos coordenados dos principaes escriptores de pedagogia por José Nicolau Raposo Botelho. Porto: Livraria Internacional de Ernesto Chardron, v. 2, 1886b.

GASPAR DA SILVA, V. L.; SOUZA, G. Objetos de utilidade prática para o ensino elementar: museus pedagógicos e escolares em debate. In:

GASPAR DA SILVA, Vera Lucia; SOUZA, Gizele de; CASTRO, César Augusto (Orgs.). **Cultura material escolar em perspectiva histórica**: escritas e possibilidades. Vitória: EDUFES, 2018. p. 119-142. (Coleção Horizontes da Pesquisa em História da Educação no Brasil; v. 14).

GEO. M. HAMMER. **Illustrated catalogue of School and College Furniture and Educational Apparatus**. Londres, Inglaterra, 1893. Disponível em: Centro de Documentación e Investigación - Museo Pedagógico “José Pedro Varela”, Montevideo, Uruguai.

HOBSBAWM, E. J. **A era do capital**: 1848-1875. 13. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2007. 459 p.

KUHLMANN JÚNIOR, M. **As grandes festas didáticas**: a educação brasileira e as exposições internacionais (1862-1922). Bragança Paulista, SP: Editora da Universidade São Francisco, 2001. 262 p.

MANIQUE DA SILVA, C. Modelos de carteiras escolares propostos pela Direção-Geral de Instrução Pública de Portugal (1877): a referência da Exposição Universal de Viena. **Educar em Revista**, Curitiba, v. 35, n. 76, p. 51-69, ago. 2019. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/educar/article/view/67679>. Acesso em: 09 maio 2020.

P. GARCET & NISIUS. **Mobilier scolaire**. Matériel d'enseignement. Catalogues. Recueil. Paris, França, 1882. Disponível em: Biblioteca Nacional da França.

PESAVENTO, S. J. **Exposições Universais**: Espetáculos da Modernidade do Século XIX. São Paulo: Editora Hucitec, 1997.

PRIMEIRA EXPOSIÇÃO PEDAGÓGICA. **Primeira Exposição Pedagógica do Rio de Janeiro**: Documentos. Rio de Janeiro, Typographia Nacional, 1884. Acervo: Biblioteca Pedagógica Central do Departamento de Educação. São Paulo.

RIANT, A. **Hygiène Scolaire**: influence de l'école sur la santé des enfants. Paris, França. 1874. 280 f. Disponível em: <https://archive.org/details/hyginescolaire00rian>. Acesso em: 01 jan.2020.

RODRÍGUEZ, S. B. **Higiene Escolar en sus relaciones con la miopia**. Imprensa Artística de Dornaleche y Reyes, Montevideo, Uruguai, 1891. 104 f. Disponível em: <https://archive.org/details/9215421.nlm.nih.gov>. Acesso em: 01 jan. 2020.

ROSS, J. L. **Ross' Illustrated Catalogue of Improved School, Church, and Vestry Furniture**. Boston, Massachusetts, Estado Unidos da América, 1872. Disponível em: internet archive. <https://archive.org/details/illustratedcatal00ross>. Acesso em: 04 fev. 2020.

RUGONI DE SOUSA, G. **Da indústria à escola: relações da fábrica móveis CIMO com o mercado escolar (1912-1954)**. 2015. 217 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade do Estado de Santa Catarina, Centro de Ciências Humanas e da Educação, Florianópolis, 2015.

RUGONI DE SOUSA, G. **A (re)invenção do mobiliário escolar: entre saberes pedagógicos, higienistas e econômicos (1851-1889)**. 2019. Tese (Doutorado em Educação), Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2019.

SARAZIN, M. **Manual das escolas elementares d'ensino mutuo**. Obra traduzida por João Portella. Bahia: Typ. de A. O. da França Guerra e Comp. 1854. 67 f.

THE NATIONAL SCHOOL FURNITURE. **Illustrated catalogue of new and improved styles of school and church furniture and school apparatus**. Nova Iorque, Nova Iorque e Chicago, Illinois, Estado Unidos da América. 1872. Disponível em: <https://archive.org/details/new+and+improved+styles+of+school+and+church+furniture+and+school+apparatus>.

VIÑAO FRAGO, A. Higiene, salud y educación en su perspectiva histórica. **Educar**, Curitiba, n. 36, p. 181 – 213, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/er/n36/a13n36.pdf>. Acesso em: 30 maio 2019.

Recebido em: setembro/2020

Aceito em: setembro/2020

Pistas e Indícios: uma investigação sobre o processo de aquisição mobiliar da escola primária (1884 – 1894)

Gecia Aline Garcia¹

Gizele de Souza²

RESUMO

Na esteira do paradigma indiciário de Carlo Ginzburg (1989), encontramos nas pistas e nos pormenores uma forma de interpretar e investigar a escola primária paranaense do século XIX. Por esta razão, este artigo tem como objetivo entender como ocorreu o processo de aquisição de móveis escolares para a escola primária paranaense. A empiria documental corresponde a artigos de jornais, leis, decretos e regulamentos da legislação escolar, cartas e iconografia, bem como relatórios e ofícios de professores, inspetores e presidentes da província do Paraná que estiveram presentes na troca de correspondência governamental no século XIX. Como resultados, percebemos que existiram diferentes modos de ser da escola primária durante o século XIX, o que culminou em formas distintas de supri-la materialmente.

Palavras-chave: Cultura Material Escolar. Móveis Escolares. Instrução primária paranaense.

Clues and indications: a research on the process of acquiring furniture in the primary school (1884 - 1894)

ABSTRACT

In the wake of Carlo Ginzburg's (1989) indicative paradigm, we find in the clues and details a way of interpreting and investigating the 19th

1 Mestre em Educação pela Universidade Federal do Paraná. Doutoranda em Educação pela Universidade Federal do Paraná. Bolsista CAPES. ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-8934-3741>. Email: gecia.garcia@gmail.com.

2 Doutora em Educação: História, Política, Sociedade pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Pós-Doutora em Educação pela Università degli Studi di Firenze/Itália. Professora do Setor de Educação e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Paraná. Coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Infância e Educação Infantil (NEPIE). Editora Chefe da Educar em Revista (UFPR). ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-6487-4300>. E-mail: gizelesouza@ufpr.br.

century primary school of Paraná. For this reason, this article aims to understand how the process of buying school furniture for the primary school of Paraná took place. The documentary empiricism corresponds to newspaper articles, laws, decrees and regulations of school legislation, letters and iconography, as well as reports and letters from teachers, inspectors and presidents of the province of Paraná, who were present in the exchange of government correspondence in the 19th century. As a result, we realize that there were different ways of being of the primary school during the 19th century, which culminated in different ways of supplying it materially.

Keywords: School Material Culture. School furniture. Primary education in Paraná.

Pistas e indicaciones: una investigación sobre el proceso de adquisición de mobiliario en la escuela primaria (1884 - 1894)

RESUMEN

Siguiendo el paradigma indicativo de Carlo Ginzburg (1989), encontramos en las pistas y detalles una forma de interpretar e investigar la escuela primaria del siglo XIX en Paraná. Por esta razón, este artículo tiene como objetivo entender cómo se produjo el proceso de adquisición de mobiliario escolar para la escuela primaria de Paraná. El empirismo documental corresponde a artículos periodísticos, leyes, decretos y reglamentos de legislación escolar, cartas e iconografía, así como informes y cartas de maestros, inspectores y presidentes de la provincia de Paraná, que estuvieron presentes en el intercambio de correspondencia gubernamental en el siglo XIX. Como resultado, notamos que hubo diferentes modos de ser de la escuela primaria durante el siglo XIX, lo que culminó en distintas formas de suplirla materialmente.

Palabras clave: Cultura Material Escolar. Mobiliario escolar. Educación primaria de Paraná.

A pista

No dia 18 de novembro de 1894, quem folheasse as páginas do jornal paranaense “A República”, na seção de anúncios, se depararia com

um edital emitido pela Secretaria de Estado dos Negócios do Interior, Justiça e Instrução Pública. Assinado pelo então diretor João Alberto Munhoz, o edital convidava àqueles que tivessem interesse a enviar propostas em cartas fechadas para o fornecimento de mobília à Escola Tiradentes³. Os proponentes deveriam especificar em suas missivas o preço que custaria cada peça e o tempo que levariam para entregá-las. O edital era claro em suas exigências: o mobiliário deveria ser confeccionado conforme o modelo existente na escola Oliveira Bello⁴. Mais adiante, a seguinte relação de peças necessárias à Escola Tiradentes foi listada na licitação: sessenta e quatro carteiras duplas, três mesas envernizadas de 1,50cm, quatro quadros negros, três estrados de dois degraus, cinco cadeiras de braço, duas estantes de um 1,50cm x 2,00m e cento e oitenta e dois cabides sobre tábuas (A REPÚBLICA, 1894, p. 3).

O que um edital publicado nas páginas de um jornal expressa sobre o processo de aquisição mobiliar da escola primária paranaense? Atentando para esta escrita documental é possível identificar, logo de início, algumas *pistas*. Primeira: há uma tentativa de criar uma licitação, com a qual o Estado procura fornecedores externos para atender a uma demanda da escola. Segunda: há um modelo de mobília que circula entre as escolas e é assumida como referência na confecção. Terceira: o proponente vencedor provavelmente teria um feitiço mais industrial⁵ para conseguir concorrer à demanda de número, preço, tempo e as exigências de acabamento no processo de fabricação.

Estas suposições partem de uma primeira leitura sobre o enunciado impresso; no entanto, outras questões atreladas ao cenário da escola primária, de caráter mais velado, nos instigam: por que a Escola Oliveira Bello é mencionada como modelo para a confecção do mobiliário da Escola Tiradentes? A relação de móveis, listada no Edital, era o padrão

3 A Escola Tiradentes foi inaugurada no ano de 1895 e foi a última escola a ser construída em Curitiba, sob a modalidade de Casa Escolar.

4 A Escola Oliveira Bello foi a segunda Casa Escolar construída em Curitiba, sendo inaugurada em 1884.

5 Durante a instalação da escola primária paranaense diferentes formas de provê-la existiram simultaneamente. As escolas isoladas por exemplo, no Paraná, possuíam uma configuração híbrida. Seu arranjo mobiliar compunha bancos e mesas ora confeccionados por marceneiros locais - a pedido dos professores - mobília doméstica da casa do professor, ou mesmo móveis doados pela comunidade local (MASCHIO, 2018; SOUZA; GASPAR DA SILVA, 2019; GARCIA, 2020). Sugerimos que o proponente do edital à Escola Tiradentes teria um feitiço mais industrial justamente por esta escola corresponder a uma outra modalidade de escola primária: as casas escolares, que estiveram remetidas a preceitos de ordem médica na sua construção e instalação.

de todas as escolas primárias do Paraná? O atendimento para suprimen-
to mobiliar sempre aconteceu por meio de Editais? E, afinal, quem eram
os atores que estavam envolvidos com este processo de confecção e
aquisição material?

Estas questões indicam os limites de investigação que o do-
cumento, neste caso o Edital da Secretaria da Instrução Pública, revela
quando lido isoladamente. Outros vestígios são necessários para que
assim possamos identificar a trama que tece o cenário do provimento
mobiliário da escola primária paranaense. Por isso, até aqui, trouxemos a
fonte que, durante o percurso investigativo, despertou o *interesse deteti-
vesco* (ESCOLANO BENITO, 2010) de solucionar o seguinte problema de
pesquisa: **como se deram os processos de aquisição dos móveis esco-
lares para a instrução primária paranaense?**

Desse modo, este estudo foi organizado por meio de enuncia-
dos investigativos: em “A Pista” inauguramos a narrativa de inquirição.
Em “A Trama Detetivesca” explicamos nossa operação metodológica, a
partir do “Paradigma Indiciário” de Carlo Ginzburg (1989). Em “Um Cená-
rio Anterior” a lente das investigadoras vai intercalando as pistas, desco-
brindo cenários e remetendo aos agentes envolvidos.

Quanto à delimitação temporal, o recorte inicial do estudo co-
meça em 1884, período em que é estabelecido o “Regulamento para
a Construção das Casas Escolares”. A promulgação dessa norma exigiu
que os prédios construídos, para a finalidade escolar, deveriam estar sob
a supervisão médica. Com isso, desde a acomodação do terreno, até a
disposição da luz em sala de aula, seria empregado no ambiente escolar
um arranjo acondicionado às questões de higiene. As primeiras casas
escolares⁶ construídas sob estes preceitos em Curitiba foram: a Escola
Carvalho em 1882, a Escola Oliveira Bello em 1884 e a Escola Tiradentes
em 1895.

O recorte final está condicionado à *pista indiciária* - o edital pú-
blico paranaense de 1894 – a partir do qual conseguimos mapear os
rastros deixados pelos fabricantes de móveis escolares no circuito co-
mercial. Esta fonte foi decisiva para nos depararmos com as figuras de

6 É importante esclarecer que as Casas Escolares não estão definidas conforme as mesmas regras dos Grupos Escolares, estes estabeleciam a reunião de várias escolas primárias de uma determinada região em um único prédio, diferente das casas escolares que possuíam uma única sala de aula. A partir de 1903 estas casas são ampliadas e transformadas em Grupos Escolares (GARCIA, 2020, p. 133).

Júlio Eduardo Gineste e Simon Bloch. O primeiro aparece nas páginas dos jornais como um imigrante francês detentor de inúmeros empreendimentos comerciais na capital curitibana. Já o segundo, aparece como sócio de Gineste no ramo moveleiro, sem deixar mais pistas sobre a sua trajetória. Estes profissionais serão responsáveis pelo fornecimento de mobília escolar à Escola Tiradentes por meio da fábrica “Gineste & Bloch”.

Por meio destes sujeitos e de sua produção mobiliária, tentamos retomar “as regras operatórias que tramam as relações entre as pessoas e coisas” (ESCOLANO BENITO, 2017, p. 7). Por essa razão, tomar os objetos como itinerário de uma pesquisa é assumir uma perspectiva metodológica que parte da análise da cultura material. Jean-Marie Pesez (1978, p. 253), em estudo sobre a cultura material, explica que são “nas relações sociais que se deve buscar a significação dos fatos materiais”. Esta atribuição é importante justamente para não se restringir ao fetiche dos objetos (MENESES, 1998), mas, ao invés disso, ler a peça documental em relação à sua condição de uso, consumo e circulação, a fim de entender a sociedade que a produziu.

A empiria documental corresponde a artigos de jornais, leis, decretos e regulamentos da legislação escolar, cartas e iconografia, bem como relatórios e ofícios de professores, inspetores e presidentes que estiveram presentes na troca de correspondência governamental no século XIX.

A seguir, outras pistas e indícios serão anunciados para tecer os fios dessa história. Por ora, nos cabe entender a operação que permite tecê-las.

A trama detetivesca

A habilidade de reunir pequenas pistas para perseguir determinado objeto e poder inferir algumas conclusões já era utilizada nos primórdios da humanidade. É o que explica Carlo Ginzburg (1989, p. 151) em “Sinais: raízes de um paradigma indiciário”. Para o autor, possuímos um “patrimônio cognoscitivo” derivado de nossos ancestrais caçadores. Esta operação de reunir pistas, ler pegadas na lama e interpretar galhos quebrados faz parte das inúmeras vezes em que, ao perseguir um animal, o ser humano teve que aprender a reconstruir os sinais, “as formas e movimentos das presas invisíveis”. Dessa maneira, o “caçador teria sido o primeiro a ‘narrar uma história’ porque era o único capaz de ler,

nas pistas mudas (se não imperceptíveis) deixadas pela presa, uma série coerente de eventos” (GINZBURG, 1989, p. 152).

Com isso, Carlo Ginzburg (1989) cita três casos que, no âmbito das ciências humanas, no final do século XIX, corresponderam a um novo modelo epistemológico, conhecido como “paradigma indiciário”. O primeiro trata do italiano Giovanni Morelli, o qual, sobre o codinome de Ivan Lermolieff⁷, escreveu alguns artigos a respeito de como desvendar a autenticidade de quadros antigos.

Para conseguir distinguir as pinturas originais das cópias, Morelli “examinava os pormenores mais negligenciáveis” (GINZBURG, 1989, p. 144). O estudioso italiano dizia que atentar-se às características mais marcantes ou vistosas não era uma operação estratégica, pois estas são mais fáceis de serem imitáveis. Para reconhecer a autenticidade de uma obra é necessário se ater às impressões que escapam da assinatura gestual do artista, que não são influenciadas “pelas características da escola a que o pintor pertencia: os lóbulos das orelhas, as unhas, as formas dos dedos das mãos e dos pés” (GINZBURG, 1989, p. 144). Assim, Morelli construía registros de ilustrações de forma a catalogar minuciosamente os traços físicos negligenciados que não eram considerados como características marcantes do desenho do artista.

Carlo Ginzburg (1989) associa o método de Morelli às operações estabelecidas tanto pelo autor de Sherlock Holmes, Arthur Conan Doyle, quanto por Sigmund Freud, no método da psicanálise. As investigações de Holmes são conhecidas pela astúcia do detetive em desvendar crimes a partir de indícios imperceptíveis para a maioria das pessoas, e a metodologia de Freud se distingue pela atenção dada a cada fragmento de pensamento do paciente anotado pelo psicanalista. Assim, estes dois casos apresentam “propostas de um método interpretativo centrado sobre os resíduos, sobre os dados marginais, considerados reveladores” (GINZBURG, 1989, p. 150). A tripla relação entre Morelli, Holmes e Freud está no método analítico que partilha a mesma formação de base: a medicina. Deste modo, explica Carlo Ginzburg,

Freud era um médico; Morelli formou-se em medicina; Conan Doyle havia sido médico antes de dedicar-se à literatura. Nos três casos, entrevê-se o modelo

7 Giovanni Morelli foi um médico italiano que desenvolveu um método para distinguir a autenticidade de obras de arte. Sob o pseudônimo de Ivan Lermolieff (um estudioso russo), Morelli investigou obras minuciosamente, conferindo atenção aos detalhes.

da semiótica médica: a disciplina que permite diagnosticar as doenças inacessíveis à observação direta na base de sintomas superficiais. (GINZBURG, 1989, p. 151).

Assim, os sintomas, os indícios e os signos pictóricos revelam um modo de proceder pertencente ao paradigma indiciário. Essa forma de raciocinar se aproxima muito da construção de um diagnóstico: um processo que parte de interrogações ao paciente com relação a seu histórico familiar, somado à análise dos exames feitos e à comparação desses exames com o relato do paciente. A partir de uma vasta rede de informações, o médico acaba chegando a um diagnóstico. Esse processo desponta numa observação correspondente aos períodos pré-históricos, em que o ser humano seguia rastros e vestígios do animal caçado.

Adentrar aos arquivos, inter-relacionar as fontes, excluir dados e levantar hipóteses faz parte do processo investigativo que a ciência histórica emprega para (re)construir o cenário que pretende conhecer. Tanto Marc Bloch (2001) como Carlo Ginzburg (1989) sustentam o *modus operandi* do historiador como um caçador que tenta capturar em seus estudos os rastros deixados pelos homens no tempo. Dessa forma, “por trás dos grandes vestígios sensíveis da paisagem, [os artefatos ou máquina], [...] e as instituições aparentemente mais desligadas daqueles que as criaram, são os homens que a História quer capturar”. Por isso, “o bom historiador se parece com o ogro da lenda. Onde fareja carne humana, sabe que ali está a sua caça” (BLOCH, 2001, p. 54).

Sobre essa premissa, Bloch (2001) interpreta que todo documento atrelado à atividade humana deve e pode trazer informações sobre a sociedade que a produziu. Por essa razão, a possibilidade de acessar o “conhecimento de todos os fatos humanos no passado [...] deve ser um conhecimento através de vestígios” (BLOCH, 2001, p. 73). Nenhum historiador conseguirá voltar no tempo senão pelos testemunhos deixados nos arquivos, nas peças documentais, nos documentos versados – intencionalmente ou não – como suporte de informação sobre um dado passado. Por esse motivo, a capacidade de informação nos vestígios encontrados está no “ósculo metodológico do historiador”, que, segundo Ulpiano de Meneses (1998), mobiliza a relação biográfica que o artefato possui.

Os atributos intrínsecos dos artefatos, é bom que se lembre, incluem apenas propriedades de natureza físico-química: forma geométrica, peso, cor, textura,

dureza etc. etc. Nenhum atributo de sentido é imanente. O fetichismo consiste, precisamente, no deslocamento de sentidos das relações sociais – onde eles são efetivamente gerados – para os artefatos, criando-lhes a ilusão de sua autonomia e naturalidade. Por certo, tais atributos são historicamente selecionados e mobilizados pelas sociedades e grupos nas operações de produção, circulação e consumo de sentido. (MENESES, 1998, p.91)

Para explicar o paradigma indiciário, Agustín Escolano Benito (2010) também se apoia nas “tramas detectivescas” de Sherlock Holmes. Segundo o autor, a operação utilizada por Arthur Conan Doyle pode ser utilizada em apontamentos metodológicos sobre a investigação da cultura material escolar. Para Escolano Benito, os artefatos geralmente carregam sinais que, inter-relacionadas em seu contexto de produção, circulação e uso, podem conduzir ao desvelamento da cultura em que estão inseridas. Desse modo, “os sinais e traços dos objetos que integram o patrimônio da escola também são signos indiciários da cultura a que pertencem” (ESCOLANO BENITO, 2010, p. 53, tradução nossa)⁸.

Como dito anteriormente, o edital que inaugura a narrativa deste artigo contém informações sobre uma das maneiras de prover materialmente a escola; mas, para conhecermos a cultura e a sociedade em que se insere essa peça documental, precisamos tencioná-la com outras narrativas, outras pistas, outros documentos. Para construir “uma série coerente de eventos” (GINZBRUG, 1998, p. 152) se faz necessário investigar um cenário anterior: a instalação material da escola primária paraense.

Um cenário anterior

Quem passasse na Rua Aquidabam⁹, na Curitiba de 1882, avistaria o mais novo prédio construído para abrigar os alunos das primeiras letras: tratava-se da Escola Carvalho, o primeiro edifício escolar pensado desde seu projeto arquitetônico até a disposição da mobília para a finalidade escolar. O presidente da época, o Dr. Carlos Augusto de Carvalho, declara em relatório que a província não “possui um só prédio escolar

8 No original: “Las señales y huellas de los objetos que integran el patrimonio de la escuela son también signos indiciarios de la cultura a que se adscriben” (ESCOLANO BENITO, 2010, p. 53).

9 Atual Rua Emiliano Pernetá.

[...] tendo observado a imprestabilidade das casas alugadas em que geralmente funcionam as escolas, e notado quanto são prejudiciais a saúde”, [decidiu] “desenvolver todo o esforço possível para levantar n’essa capital e em outras localidades algumas casas escolares” (CARVALHO, 1882, p. 90)¹⁰.

Com o terreno doado pelo Comendador Antônio Martins Franco e sob a direção do Capitão Evaristo Cicero de Moraes, a construção foi realizada por meio de donativos¹¹ que somaram 15:064\$243 réis (MUNHOZ, 1995, p. 20). A Escola Carvalho foi inaugurada no dia 3 de dezembro de 1882 e carregou em sua fachada o nome do presidente que a sancionou conforme a Figura 1.

Figura 1 - Fachada da Escola Carvalho



Fonte: Casa da Memória, FO, 4639 [s/d].

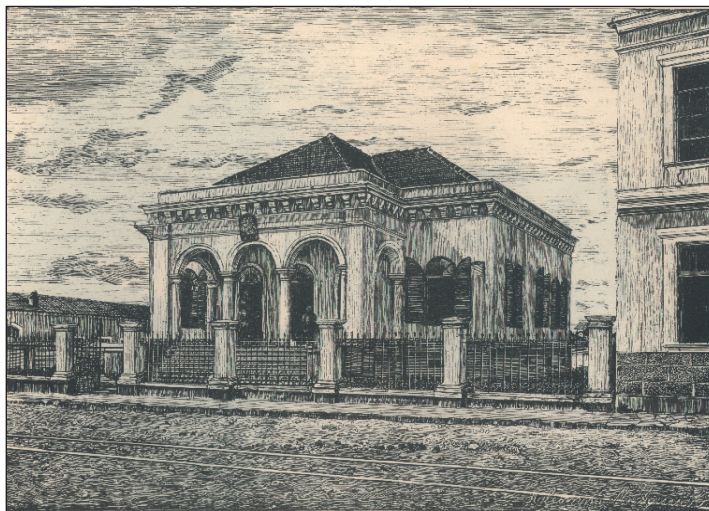
Na mesma Rua Aquidabam, em um terreno oferecido para a instrução pública pela Sra. Escholastica Joaquina de Sá Ribas Franco, viúva do senhor Brigadeiro Manoel de Oliveira Franco, e também com

¹⁰ Optamos neste trabalho transcrever as fontes em suas grafias originais.

¹¹ Além dos recursos dos cofres públicos, a casa escolar foi construída por meio de doações. A relação de contribuintes dos donativos à Escola Carvalho foi a seguinte: Visconde de Guarapuava, Barão de Guaraúna, Albino Schimmelpfeng, José Pinto Rebello, Capitão Manuel Jacinto Dias, Lino de Souza Ferreira, Antônio Ricardo de Souza Dias Negrão, Dr. Vicente Machado da Silva Lima, Dr. Olympio Rodrigues Antunes, Capitão Manuel Oliveira Mendes e Dr. Eduardo Mendes Golsalves. (CARVALHO, 1882, p. 90)

o levantamento de donativos, deu-se início à segunda casa escolar da capital paranaense: a Escola Oliveira Bello. Mas foi somente em 1884, no governo de Brasília Augusto Machado de Oliveira, que esta escola foi inaugurada (Figura 2).

Figura 2 - Fachada da Escola Oliveira Bello



Fonte: Casa da Memória, FO. 00202, DOCR, [s/d].

A instalação material da escola primária no Paraná não surgiu já com prédios específicos para seu funcionamento. No processo de institucionalização da escola pública, o ambiente de ensino esteve alojado ora em prédios alugados, ora na própria residência dos professores. O mesmo perfil híbrido desdobrava-se sobre a mobília escolar, pois, segundo Elaine Cátia Falcade Maschio, em estudo sobre as escolas italianas no Paraná, estas condições revelam que muitos dos lugares, nos quais essas instituições foram instaladas

[...] não eram adequados para a prática escolar. Essa razão justificava as inúmeras e constantes reclamações dos professores, dos pais e principalmente dos inspetores escolares, sobre a precariedade dos espaços onde funcionavam essas escolas. Muitas vezes, as famílias com mais posses cediam um local para o funcionamento das aulas: casa de comércio, galpões, paiol, cômodos de casas ou, ainda, a própria comunidade providenciava a construção de um local para abrigar uma escola. (MASCHIO, 2018, p. 80)

Por esta razão, a casa escolar evidencia uma tentativa de construir um ambiente mais adequado ao espaço de ensino e que esteja de acordo com as condições de higiene. A pauta da saúde sobre o ambiente escolar, trazida pelo presidente Carlos Augusto de Carvalho, demonstra a preocupação em se construir espaços bem arejados e com boa luminosidade. Todavia, essa intenção só será registrada enquanto lei no ano de 1884, com o “Regulamento para a Construção de Casas escolares”. Com isso, o processo de construção e acondicionamento dos edifícios escolares levaram em consideração as condições do terreno em que o prédio seria levantado, a entrada da luz solar no ambiente de ensino e a disposição dos móveis na classe. Um repertório de exigências que remetia à higiene escolar. Nesse sentido, estavam guardadas nas construções das casas escolares os seguintes preceitos:

Art. 4.º – Guardar-se-ão nas construções de casas escolares os seguintes preceitos:

§ 1.º Quanto à colocação deve ser preferido:

1) o centro da circunscrição escolar, e neste:

2) o local mais acondicionado as exigências de higiene, e neste:

3) o terreno com capacidade de isolamento para o edifício e ajardinamento circular.

§ 2.º Quanto à distribuição do edifício, poderá conter:

1) um vestíbulo;

2) duas saletas anteriores, uma servindo de locutório para o professor, e outra de vestuário, para os alunos;

3) a classe;

4) o ginásio, ou avarandado coberto;

5) uma privada ou duas, nas escolas promíscuas;

6) o pátio ou fundo;

7) o jardim em roda.

(PARANÁ, 1884, p. 401, grifo nosso).

A preocupação sobre a construção de um ambiente mais salubre e os efeitos em relação ao desempenho dos alunos, nesse espaço, foi uma das pautas presentes na agenda médica do século XIX. Pensar sobre o progresso e a construção de uma sociedade considerada civilizada fez com que os administradores da província criassem medidas preventivas à coletividade. Assim,

[...] o saber médico, defendendo uma “missão higienista” e falando em nome do progresso e da civilidade, passou a organizar propostas de conformação da sociedade. A Ciência Médica apresentou-se, nesse processo, como um caminho no almejado “projeto civilizatório”, tendo como meta proporcionar à nação a construção de uma civilização sadia. (MARIANO, 2012, p. 249).

Podemos observar estes preceitos na própria dinâmica de projeção da sala de aula, a qual revela medidas específicas postas sobre o mobiliário escolar e sobre a sua maneira de organização:

§ 3º. Para a classe exige-se:

1) capacidade superficial correspondente pelo menos a 1m.9,20 ms.8 por aluno, se o móvel for de um lugar, ou a 1m.9 se o móvel for de dois lugares;

2) capacidade cúbica nunca inferior à 5,5 ms.

3) forma retangular, guardando o comprimento e largura entre si a proporção de 1^{1/2}:1 mais ou menos;

4) luz direta unilateral pela esquerda, ou bilateral, sendo mais entrusa pela esquerda; (PARANÁ, art. 4º, 1884, p.401, grifos nossos).

Segundo Cynthia Greive Veiga (2016), em “Educação Estética para o povo”, o contexto de produção desses edifícios escolares no Brasil esteve atrelado às regras de civilidade que compuseram o cenário urbano. Nesse sentido, “as palavras que se vinculam à cidade exprimem educação, cultura, bons costumes, civilidade, elegância. Cidade e urbanidade vêm do latim, *civitas* e *urbs*; polidez, da *polis* grega” (VEIGA, 2016, p. 398). Para que novas atitudes fossem impressas na formação do cidadão, era necessário educar seu olhar, sua postura, “seus gostos”; por essa razão, os administradores provinciais tentaram agir no meio físico a fim de educar esteticamente a população. E, assim,

as reformas urbanas buscaram conciliar as ideias sanitaristas com a ideia de uma nova estética, buscando-se não somente a higienização como também o aformoseamento das cidades. Praças, ruas, edifícios públicos, bairros, moradias residenciais deveriam possibilitar um novo contexto de civilidade, de maneira a enterrar o passado das doenças, moléstias, de ruas mal demarcadas, de focos de perniciosidade moral. Dentre as inúmeras interferências nas cidades

em fins do século XIX e início do XX, estiveram, sem dúvida, as edificações dos prédios escolares (VEIGA, 2016, p. 409).

É interessante notar que na retórica construída sobre as casas escolares paranaenses, além de estarem presentes as preocupações com as condições de higiene, também se encontravam questões vinculadas à formação do *bom gosto*. Uma das finalidades atribuídas à edificação desses prédios era despertar nas crianças o gosto pelo belo, pelo cortês, por aquilo que representasse a boa conduta. Neste sentido, destinada ao ensino de meninas, a criação da escola Oliveira Bello viria para

[...] educar as crianças em um meio em que, intervindo **o sentimento do bello**, possam contrahir hábitos de ordem, limpeza, atenção e economia e ao mesmo tempo aumentar a frequência das escolas e assentar a instrução popular em base larga e sólida (CARVALHO, 1882, p. 90, grifo nosso).

E, talvez aqui, comecemos a enxergar a tapeçaria de fios que entrelaça a Escola Oliveira Bello à Escola Tiradentes. Justamente por sua monumentalidade possuir padrões estéticos e higiênicos é que a Escola Oliveira Bello foi indicada à Escola Tiradentes como modelo dos preceitos de civilidade e modernidade almejados pelos dirigentes do Paraná. Com isso, a última escola criada no século XIX, dentro das chamadas “Casas Escolares”, foi a Escola Tiradentes.

A construção do edifício da Escola Tiradentes se deu via contrato com a “Sociedade Propagadora da Erva Matte” e foi estabelecida pela Lei n. 10 de 16 de maio de 1892. O Secretário dos Negócios do Interior da época, Caetano Alberto Munhoz, relata que o prédio se localizava na Rua do Serrito¹², esquina da Graciosa. Conforme a Ata de Instalação, lavrada no livro de termos de visita da primeira cadeira para o sexo feminino da capital, a escola foi inaugurada somente em 8 de fevereiro de 1895. Neste momento estavam presentes o Diretor Geral da Instrução Pública, Dr. João Pereira Lagos, e as alunas que iriam frequentar a escola. Segundo a ata, a escola iria funcionar sob as condições do Regulamento em vigor – Regulamento de 1892 – e com a direção da professora Julia Augusta de Souza Wanderley (LAGOS; WANDERLEY, 1895, Ap. 1010, p. 49). O prédio da Escola Tiradentes pode ser visualizado na Figura 3:

¹² Atual Rua Presidente Carlos Cavalcanti.

Figura 3 - Fachada da Escola Tiradentes



Fonte: MUNHOZ, 1895, p. 20.

Quando escreveu seu relatório de Inspeção em 1892, o Superintendente Geral do Ensino, Victor Ferreira do Amaral e Silva, atribuiu à instalação material da escola primária como uma etapa necessária para imprimir nas crianças o tom festivo e *attrahente* da modernidade, favorecendo, assim, uma formação robusta:

Com mestres idôneos e conscientes; com uma fiscalização indispensável à verdade e ao desenvolvimento da instrução; **com mobílias escolares em salas bem orientadas em relação ao ar, calor e luz;** com o emprego desses maravilhosos métodos pedagógicos modernos, **teremos a escola com um tom festivo e attrahente, favorecendo na infância a expansão physica, o desabrochar de sua inteligência e os delineamentos de seu caráter** (AMARAL E SILVA, 1894, p. 5, grifos nossos).

Anterior ao relatório de Victor Ferreira do Amaral, podemos citar o Regulamento do Ensino Popular de 1892, em seu Art. 89, que determina que o governo “providenciará para que sejam fornecidas às escolas públicas os móveis e utensílios indispensáveis, de acordo com os moldes mais apropriados ao ensino” (PARANÁ, 1892, não paginado). Segundo Cynthia Greive Veiga (2016, p. 411), os quadros, os jardins, os móveis e

toda disposição interna das escolas se tornaram ornamentos fundamentais para se educar esteticamente.

Uma única ressalva foi publicada no jornal “A República” a respeito da instalação da casa escolar: “Nas nossas boas e lindas casas escolares, notam-se um defeito que deve ser evitado, nas que se forem edificando d’ora avante. Referimo-nos à falta de commodidade para a residência do professor” (A REPÚBLICA, 1892, p. 1). De forma a legitimar esta premissa, a redação do jornal cita que em outros países, como Estados Unidos, Alemanha e Suíça, os professores residem com as famílias nos edifícios escolares. Isso ainda colaboraria para a boa ordem, a moralidade e a disciplina da aula. Estes indícios demonstram que a iniciativa no Paraná de desvincular a residência do professor do ambiente de ensino instala a desvinculação do espaço privado do ambiente público.

Com isso, a criação de estabelecimentos próprios para o ensino promoveu outras exigências para o fabrico da mobília escolar. Tal constatação nos desperta e nos aguça o sentido de investigação para encontrar quem venceu a concorrência e atendeu o edital de confecção mobiliária da Escola Tiradentes, anunciado no jornal “A República”, ponto inaugural da discussão deste estudo.

De novo ao edital

Quatro meses depois do Edital publicado em 18 de novembro de 1894, o jornal “A República” lançou um requerimento dos Srs. Gineste & Bloch “pedindo pagamento da quantia de 6:865\$ réis na importância de mobília que forneceram a Escola Tiradentes” (A REPÚBLICA, 1895a, p. 2). É interessante notar que no relatório do Secretário dos Negócios do Interior, Justiça e Instrução Pública – o senhor Caetano Alberto Munhoz – de 1895 consta que a Casa Escolar Tiradentes foi inaugurada no dia 8 de fevereiro de 1895 e já com a respectiva mobília. Isso nos faz inferir que os serviços prestados por Gineste & Bloch foram realizados num prazo de dois meses, visto que o Edital corresponde ao mês de novembro de 1894, a escola foi inaugurada em fevereiro de 1895 e o pagamento aos fornecedores foi realizado em março de 1895. Para se confeccionar sessenta e quatro carteiras duplas, cento e oitenta e dois cabides sobre tábuas, quatro quadros-negros, dentre outros objetos listados no edital, supomos que estes senhores possuíam um fabrico industrial e não manual para conseguir dar conta dessa demanda em um curto espaço de tempo.

Perseguindo os rastros deixados por estes sujeitos nos anúncios jornalísticos, descobrimos que a fábrica de Júlio Eduardo Gineste e Simon Bloch¹³ já circulava antes mesmo da publicação do referido edital. Quem lesse a primeira página do jornal “A República” no dia três de junho de 1894 se defrontaria com uma seção dedicada ao protagonismo da indústria paranaense. O personagem principal citado na primeira linha da redação é o senhor Júlio Eduardo Gineste, um “bom estrangeiro” que reside no Paraná “há muitos annos” e que “fazem da nossa terra a sua nova pátria e por ella tomam grande amor e interesse” (A REPÚBLICA, 1894, p. 1). Sobre os investimentos industriais que Gineste depositou na terra paranaense, o jornal continua:

Não há quem não conheça aquele Julio das **antigas diligências**, depois **dono de uma magnifico hotel e muitos outros empreendimentos de progresso** e hoje finalmente **transformado em grande industrialista**, sempre operoso e sempre amável. E’ um francez de raça, ligando seu gênio activo a sua educação sempre adorável. **Dispondo de regular fortuna** adquirida à custa do seu trabalho honesto e honrado, **este sympatico europeu, amigo sincero dos paranaenses, empreendeu uma nova feição a nossa indústria mecânica**, dotando nossa terra de um estabelecimento de primeira ordem, cujos ramos de trabalhos vamos aqui resumidamente detalhar (A REPÚBLICA, 1894, p. 1, grifos nossos).

Antes de anunciar as oficinas de marcenaria de Julio Eduardo Gineste, inauguradas em Curitiba em 1894, o jornal apresentou uma espécie de currículo que legitimava o perfil empreendedor deste sujeito. Além disso, ressaltava o capital que o empreendedor possuía e acumulava para conseguir se manter na concorrência de seus investimentos. Segundo o jornal, a recente iniciativa de Julio Eduardo Gineste foi empreender “uma nova feição a nossa indústria mechanica, dotando nossa terra de um estabelecimento de primera ordem”. Com roldanas que se “multiplicam por todos os lados, em rotações continuas, produzindo a

13 A sociedade entre Gineste e Bloch durou até 1895. Após esta data, o Sr. Bloch publicou um abaixo-assinado protestando contra um anúncio feito por Julio Gineste no jornal “A República”. Simon Bloch declarou que nunca foi empregado de Gineste, tal como colocado por este, mas que, ao contrário, atuou como sócio da firma registrada “Gineste & Bloch”, trabalhando também na montagem da fábrica como mecânico (A REPÚBLICA, 1895a, p. 2). No que se refere à trajetória pessoal de Simon Bloch, não encontramos mais nenhuma informação.

transmissão do trabalho nas machinas, junto de seu sócio” – o mecânico o Sr. Bloch – Gineste “fez de seu estabelecimento um conjuncto de oficinas capazes de satisfazer à todas as condições das artes manuais e manufactureiras” (A REPÚBLICA, 1894, p. 1).

A importância desse empreendimento como um rendimento novo ao estado do Paraná é evidenciado quando o jornal cita que os mecanismos utilizados cumprem um perfil moderno, uma vez que “o Sr. Gineste mandou vir da França, da Allemanha e dos Estados Unidos do Norte da América, machinas de grande força e delicadíssimas, com movimentos de rotação e translação” e ainda acrescenta que as engrenagens são “doces, preparadas para todos os trabalhos da alta marcenaria, desde o serramento do toro bruto até o polimento do mais delicado móvel, com os seus entalhamentos profundamente artísticos e os seus recortes os mais rendilhados” (A REPÚBLICA, 1894, p. 1).

Esta qualificação remetida ao processo de confecção dos móveis, como a operação de polir delicadamente e com acabamentos artísticos, nos faz intuir que a marcenaria pertencente a Júlio Eduardo Gineste construiu um *status* na praça comercial como um estabelecimento de primeira ordem no ramo moveleiro. Como vimos anteriormente, a Escola Tiradentes foi edificada dentro do conjunto de casas escolares que tinha como objetivo não só manter um ambiente adequado às condições higiênicas, mas também proporcionar o gosto pelo belo e, assim, educar esteticamente. Desse modo, a mobília confeccionada por esses sujeitos estaria dentro da gramática visual que o novo prédio escolar exigia.

A pergunta que fizemos anteriormente, sobre como esses marceneiros conseguiram dar conta de uma grande demanda de móveis em um espaço de dois meses, é respondida nas linhas seguintes do anúncio jornalístico. A fábrica possuía uma oficina de fundição aparelhada com as seguintes máquinas industriais:

Martellos de grande força, usinas, fornos baixos para o preparo de metaes, ventiladores, aparelhos de polimentos de tornos; em summa, nessas oficinas pode ser confeccionado o trabalho que comportar uma matéria prima com as suas fórmulas as mais exigentes. [...] Observamos também uma machina dupla de rachar lenha, de grande força e fácil manejo; bem como uma prensa hydraulica de passos quase insensíveis; como ainda o forno para secar madeira. [...] Dois motores de 30 callos põem em movimento todas as

machinas daquele grande estabelecimento. Percorremos as diversas oficinas, e a gentileza dos srs. Gineste e Bloch permittiram-nos ver trabalhar todas as machinas, produzindo todas ellas obras delicadissimas e consistentes, machinas essas dirigidas por operários que não necessitam de conhecimentos profissionais para que dos aparelhos, movidos a vapor, saia a obra a mais acabada; bastalhes apenas um pouco de inteligência e cuidado. (A REPÚBLICA, 1894, p. 1)

Segundo pistas de identificação iconográfica, a fábrica de Julio Eduardo Gineste foi construída com a intenção de fazer funcionar oficinas de marcenaria, metalurgia e serraria. É importante sinalizar que o estabelecimento de Gineste foi instalado na Rua São José, hoje atual Avenida Marechal Floriano, informação importante que nos permitiu constatar, por meio da foto e do endereço, que o prédio¹⁴ construído a mando de Julio Eduardo Gineste corresponde atualmente a Casa Rosada de Curitiba, conforme as Figura 4 e 5:

Figura 4 – Casa construída a mando de Julio Eduardo Gineste para abrigar oficinas de marcenaria, metalurgia e serraria.



Fonte: Casa da Memória, Nr. do Cadastro: FO, 4804; SN, 4798, s/d.

14 O prédio que serviu de oficina e teve como proprietário Julio Eduardo Gineste, “foi adquirido pelo Estado do Paraná em onze de setembro de 1902, mediante arrematação pública” (PINTO, 2016, p. 1). É interessante que esta data remete ao mesmo ano de falecimento de Gineste, 21 de julho de 1902, período que nos permite relacionar a transição do estabelecimento para os domínios do Estado do Paraná. (A REPÚBLICA, 1902, p. 1).

Figura 5 – Atual casa rosada de Curitiba, local que também sediou o Memorial do Ministério Público do Paraná



Fonte: Pinto (2016).

Deste modo, com um repertório de máquinas correspondente à alta marcenaria e com um grupo de operários para manejá-las, foi possível atender ao edital da Escola Tiradentes em um determinado espaço de tempo. Descobrimos, assim, que um dos modos de suprir materialmente a escola primária paranaense aconteceu pela mediação de editais públicos, contratando a mão de obra industrial. No entanto, uma ressalva se faz: essas pistas, como já anunciadas na construção deste enredo, nos levaram a conhecer um dos modos de prover a escola primária materialmente. Outras maneiras de ser e abastecer a escola primária existiram, simultaneamente e, serão comentadas nos *arremates finais*.

Arremates finais

A atuação de Julio Eduardo Gineste na confecção do mobiliário escolar para a casa escolar Tiradentes evidencia um dos modos de prover a escola primária paranaense. Junto da casa escolar existiram outras escolas primárias com aspectos diferentes e que atenderam grande parte do rol de alunos distribuídos pelo território paranaense. O livro organizado por Rosa Fátima de Souza, Antonio Carlos Ferreira Pinheiro e Antônio de Pádua Carvalho Lopes (2015), intitulado “História da Escola Primária no Brasil – investigação em perspectiva comparada em âmbito nacional” nos permite conhecer a diversidade das modalidades e dos modelos escolares que existiram no território brasileiro no século XIX e meados do século XX. Os autores que participaram desta pesquisa se

dedicaram a conhecer os “diferentes modos de ser da escola primária, o que incluiu, geralmente, a escola isolada, a escola reunida, o grupo escolar e a escola-modelo” (ARAÚJO; VALDEMARIN; SOUZA, 2015, p. 33).

Para diferenciar os padrões de organização administrativo, pedagógico e espacial que existiram no Brasil, os autores utilizaram os termos *modelo* e *modalidades* de escolas primárias; escolha que revela uma opção conceitual para se entender a composição diversificada destas escolas. Desse modo, os modelos referentes à organização pedagógica que circularam no Brasil correspondem à escola unitária – “regida por um único professor ministrando o ensino primário para crianças de diferentes níveis de adiantamento em uma mesma aula” – e à escola graduada, que ficou conhecida “pela divisão dos alunos em classes supostamente homogêneas, isto é, com o mesmo nível de adiantamento”. O funcionamento da escola graduada aconteceu em um prédio com várias salas de aulas e vários professores, sendo cada um responsável por uma turma na relação classe/série (ARAÚJO; VALDEMARIN; SOUZA, 2015, p.33).

Por essa razão, antes das Casas Escolares e mesmo durante a sua presença, existiu outra modalidade de escola primária no Paraná - bem como em outros contextos brasileiros - que ficou conhecida como Escola Isolada. Pela disposição dos alunos no extenso território paranaense, o governo teve dificuldades de “levar a cabo um tipo de escola primária” (SOUZA, 2004, p. 139) – seja as casas escolares ou o grupo escolar –, pois teve em sua grande maioria a escola isolada como mantenedora da educação pública primária, mesmo existindo concomitantemente ao modelo já aqui referido.

Nesse sentido, a escola isolada e as casas escolares foram abastecidas de formas diferentes na sua materialidade. Sobre esses variados modos de prover a escola primária, Gizele de Souza e Vera Lucia Gaspar da Silva (2019) explicam que, dentro da constituição da escola primária, o governo brasileiro utilizou inúmeras *estratégias* para dar conta do suprimento mobiliário. Olhando para o cenário de Minas Gerais, Goiás, Paraná e Santa Catarina, as autoras identificam uma variedade de personagens que atuaram na “composição dos ‘arranjos’ (aqui não na acepção do imprevisto, mas das combinações feitas) que cada província e estado brasileiro foi pleiteando organizar” (SOUZA; SILVA, 2019, p. 40). Seja para suprir os Grupos Escolares, as Escolas Isoladas ou outras modalidades da escola pública primária, as autoras defendem que as escolas foram supridas, simultaneamente, por modos de provimento variados. Assim,

as autoras defendem a premissa de que a escola pública primária foi abastecida materialmente por meio de **negócios combinados**, que são

[...] propostas paralelas de fornecimento às escolas, como no de acionar agentes, sujeitos e instituições distintas nesta trama político-comercial-pedagógica. Nesta esteira, vimos que o fornecimento de mobília escolar, por exemplo, pode ser efetivado em negócios combinados envolvendo carpinteiros, professores, penitenciárias, comerciantes e fábricas. (SOUZA, SILVA, 2019, p. 46)

Nesta direção, nos ficou claro que a atuação de Gineste para a confecção mobiliária da escola primária esteve relacionada às exigências de uma nova gramática visual que se pretendia construir na cidade curitibana. A fábrica de Gineste & Bloch foi contemplada na concorrência do edital público pelo seu perfil industrial e pelo atendimento em um curto espaço de tempo. Claudino dos Santos (1894, p. 28), Superintendente da Instrução Pública paranaense declarou que a firma de Julio Gineste foi escolhida “pela segunda vez” por atender a ordem de “número e qualidade” na confecção dos móveis escolares. Dessa maneira, situamos o desempenho de Gineste na categoria de fornecedores fabris que obtinham tanto a mão de obra qualificada quanto a tecnologia necessária para atender os preceitos modernos e higiênicos conferidos à composição da casa escolar.

Entendemos que o esforço de estabelecer nexos entre fios e tramas sobre o processo de confecção de móveis para algumas escolas da capital do Estado nas últimas décadas do século XIX, contribui para o desvelamento dos modos e mecanismos de encomenda, fabricação e negociação do provimento material escolar para as escolas primárias, assim como, dos sujeitos e instituições envolvidas.

Referências

A REPÚBLICA, Abaixo-assinado de Simon Bloch contra Gineste, 1 nov.1895a., p.2. Hemeroteca Digital Brasileira – BNDigital – Biblioteca Nacional.

A REPÚBLICA, Editaes, Curitiba, n 156, p. 3, 18 nov.1894. Hemeroteca Digital Brasileira – BNDigital – Biblioteca Nacional.

A REPÚBLICA, Escola Tiradentes, Curitiba, n. 666. p. 1, 27 abr 1892. Hemeroteca Digital Brasileira – BNDigital – Biblioteca Nacional.

A REPÚBLICA, Pela Indústria, Curitiba, n. 22. p. 1, 3 jun. 1894. Hemeroteca Digital Brasileira – BNDigital – Biblioteca Nacional.

A REPÚBLICA, Secretaria do Interior, Curitiba, n. 60, p. 2, 13 mar. 1895b. Hemeroteca Digital Brasileira – BNDigital – Biblioteca Nacional.

AMARAL E SILVA, V. F. Relatório apresentado ao Ilustre cidadão Caetano Alberto Munhoz. – 29 de setembro de 1894. **Typ. e Lith, a vapor da Companhia de Impressora Paranaense**: Curitiba, 1894.

ARAÚJO, J. C. S.; VALDEMARIN, V. T.; SOUZA, R. F. A contribuição da pesquisa em perspectiva comparada para a escrita da História da escola primária no Brasil: Notas de um balanço. In: SOUZA, Rosa Fátima; PINHEIRO, Antonio Carlos Ferreira; LOPES, Antônio de Pádua Carvalho (org.). **História da escola primária no Brasil**: investigação em perspectiva comparada em âmbito nacional. Aracaju: Edise, 2015, p. 27-45.

BLOCH, Marc. **Apologia da História ou o Ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

CARVALHO, C. A. Relatório apresentado a assembleia legislativa do Paraná. Curitiba, **Typ. – Perseverança de J. F. Pinheiro**, Praça do General Osório: 1882

ESCOLANO BENITO, A. **A escola como cultura: experiência, memória e arqueologia**. Tradução e revisão técnica de Heloísa Helena Pimenta Rocha, Vera Lucia Gaspar da Silva. Campinas, SP: Editora Alínea, 2017.

ESCOLANO BENITO, A. La cultura material de la escuela y la educación patrimonial. **Educatio siglo XXI**, v. 28 n. 2, p. 43-64, 2010.

FO, 4639, [s/d]. Casa da Memória , **Fachada da Escola Carvalho**.

FO, 4804; SN, 4798, [s/d]. **Casa construída por Julio Eduardo Gineste na av. Marechal Floriano**. Reproduzido por: Marcos Campos. Coleção/Fundo: Coleção Família Gineste. Acervo Casa da Memória de Curitiba.

FO. 00202, DOCR, [s/d]. Casa da Memória , **Fachada da Escola Oliveira Bello**.

GARCIA, G. A. **Itinerário Moveleiro**: o provimento material escolar para a instrução primária paranaense – anos finais do século XIX e início do

século XX. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2020.

GINZBURG, C. Sinais: Raízes de um paradigma indiciário. *In*: GINZBURG, Carlo. **Mitos, Emblemas e Sinais: Morfologia e História**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

LAGOS, J. P.; WANDERLEY, J. A. S. **Instalação da escola Tiradentes**, Arquivo Pública Paranaense, AP 1010, 1895, p. 49.

MARIANO, N. R. C. A construção de um modelo higiênico de educação escolar na Instrução Pública da Parahyba do Norte (1849-1884). **Séculum - Revista de História** [27]; João Pessoa, jul./dez. 2012, p. 247 – 258.

MASCHIO, E.C.F. A cultura material das escolas coloniais italianas no Paraná: da precariedade à renovação. *In*: LUCHESE, Ângela Terciane (org.). **Escolarização, culturas e instituições: escolas étnicas italianas em terras brasileiras**. Caxias do Sul, RS: Educus, 2018, p. 75 - 97.

MENESES, U. T. B. Memória e Cultura Material: documentos pessoais no espaço público. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, 1998, p. 89-104.

MUNHOZ, C. A. Relatório apresentado ao Dr. Francisco Xavier da Silva. – 31 de agosto de 1895 - **Typ. e Lith, Impressora Paranaense**: Curitiba, 1895.

PARANÁ. Regulamento para construção de Casas Escolares –Ato nº 287 – de 14 de outubro de 1884, p. 401. *In*: **Coleção de Documentos da Educação Brasileira. Coletânea da Documentação Paranaense no período de 1854 a 1889 (CDPR)**. Maria Elisabeth Blanck Miguel e Sonia Dorotea Martin (organizadoras). Brasília: INEP, 2004.

PESEZ, J-M. História da Cultura Material. *In*: Le GOFF, Jacques; CHARTIER, Roger; REVEL, Jacques (orgs). **A História Nova**. Tradução: Maria Helena Arinto Rosa Esteves. © Retz – C. E. P. L. Paris, 1978.

PINTO, R. C. **Memorial da Casa Rosada**. Curitiba, 2016. Disponível em: <http://www.memorial.mppr.mp.br/pagina-21.html>. Acesso em: 05 ago. 2020.

SANTOS, C. R. F. CÓDICE 110. **Registro de peças de mobília remetidas à diversas escolas do Estado**. RG 110, 1894, p. 2.

SOUZA, G. **Instrução, o talher para o banquete da civilização**: Cultura escolar dos jardins de infância e grupos escolares no Paraná, 1900-1929. 2004. Tese (Doutorado em História, Política, Sociedade) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: História, Política, Sociedade. São Paulo, 2004.

SOUZA, G.; GASPAR DA SILVA, V. L. Negócios Combinados: modos de prover a escola pública primária. **Educar em Revista**, Curitiba, v. 35, n. 76, p. 31-50, jul./ago. 2019.

VEIGA, C. G. Educação Estética para o povo. *In*: LOPES, Eliane M. Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VEIGA, Cynthia Greive. (Org). **500 anos de educação no Brasil**. 5. ed. 2. reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2016. p. 339–422..

Recebido em: agosto/2020

Aceito em: setembro/2020

As palavras dos professores e as coisas da escola: materialidade escolar, mobília e fazeres docentes entre os séculos XIX e XX

Andréa Bezerra Cordeiro¹

Franciele Ferreira França²

RESUMO

Neste artigo, temos por proposição acercar-nos de elementos constitutivos da escola que podem revelar resquícios do cotidiano escolar: os sujeitos que a compõem, as materialidades que a distinguem e as práticas que nela se formalizam, com o intuito principal de voltar o olhar para a materialidade escolar na relação com o fazer docente. Assim, pretendemos perspectivar a constituição da materialidade escolar na e a partir da constituição da profissão docente. Para tanto recorreremos à composição de uma análise a partir de fontes que apresentam perspectivas da relação de docentes com o mobiliário escolar, em meados do século XIX e início do século XX, compreendendo este recorte temporal como significativo na expansão dos discursos e produção, tanto do mobiliário escolar como da profissionalização docente. Buscamos também analisar estas relações abarcando discursos docentes no Brasil e Argentina, compreendendo a relevância da transnacionalização dos saberes e fazeres que compõe a cultura escolar e cultura material escolar no projeto moderno de expansão da escola de massa.

Palavras-chave: Materialidade escolar. Saberes docentes. História da Educação Brasil-Argentina.

1 Doutora em Educação pela Universidade Federal do Paraná- UFPR. Professora Adjunta no Departamento de Planejamento e Administração Escolar da Universidade Federal do Paraná. ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-6963-5261>. E-mail: andreacordeiourofpr@gmail.com

2 Doutora em Educação pela Universidade Federal do Paraná - UFPR. Pesquisadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Infância e Educação Infantil - NEPIE/UFPR. ORCID: <http://orcid.org/0000-0003-3161-6572>. E-mail: fran.f.franca@outlook.com

The words of teachers and things of school: school materiality, furniture and teachers practices in the nineteenth and twentieth centuries

ABSTRACT

In this article, we propose to approach constituent elements of the school that can reveal traces of its routine: the subjects that compose it, the materialities that distinguish it and the practices that are formalized in it, with the main intention of looking back at school materiality in relation to teaching. Thus, we intend to envisage the constitution of school materiality in and from the constitution of the teaching profession. For that, we will resort to the composition of an analysis from sources that present perspectives of the teachers' relationship with school furniture, in the middle of the 19th century and the beginning of the 20th century, understanding this temporal cut as significant in the expansion of the discourses and production, both of the school furniture as well as teaching professionalization. We also seek to analyze these relationships, encompassing teaching discourses in Brazil and Argentina, understanding the relevance of the transnationalization of knowledge and practices that make up school culture and school material culture in the modern expansion project of the mass school.

Keywords: School materiality. Teaching knowledge. History of Education Brazil-Argentina.

Las palabras de los maestros y las cosas de la escuela: materialidad escolar, mobiliario y haceres docentes entre los siglos XIX y XX

RESUMEN

En este artículo, tenemos por proposición acercarnos a elementos constitutivos de la escuela que pueden revelar vestigios de la rutina escolar: los sujetos que la componen, las materialidades que la distinguen y las prácticas que se formalizan en ella, con la principal intención de mirar hacia la materialidad escolar con relación al hacer del docente. Por lo tanto, pretendemos reflexionar sobre la constitución de la materialidad escolar en y desde la constitución de la profesión docente. Para eso, recurriremos a la composición de un análisis de fuentes que presenten perspectivas de la relación del docente con el mobiliario

escolar, a mediados del siglo XIX y principios del XX, entendiendo este corte temporal como significativo en la expansión de los discursos y la producción, tanto del mobiliario escolar como la profesionalización docente. También buscamos analizar estas relaciones, abarcando discursos docentes en Brasil y Argentina, comprendiendo la relevancia de la transnacionalización de saberes y prácticas que componen la cultura escolar y la cultura material escolar en el proyecto de expansión moderna de la escuela de masas.

Palabras clave: Materialidad escolar. Saberes docentes. Historia de la Educación Brasil-Argentina.

As coisas da escola: um olhar sobre a materialidade escolar

*“Cada **banco** tem meia hora de lição, e com a chamada da 3ª é despedida a 1ª.”*

(Relatório professor Honório Décio da Costa Lobo, 1862, AP. 139, p. 124, grifo nosso).

Tem sido pontuado na historiografia da educação que a escola não se faz sem determinada materialidade. Nesse sentido, temos estudos que falam de espaços/prédios escolares, de cadernos, de livros, de bancos, carteiras, armários, quadro negro e outros objetos da escola. Trabalhos que nos contam, entre outras coisas, sobre a história desses objetos, analisam sua inserção e produção; investigam sua circulação e de que forma foram utilizados nos espaços escolares; exploram as relações com os métodos de ensino, com as concepções pedagógicas; estabelecem aproximações com o contexto social e cultural de um espaço-tempo de outrora³.

Neste artigo, partilhando dessa mesma compreensão, de que “[...] não é possível pensar a escola, seus saberes e práticas descolada de sua dimensão material.” (CASTRO; VIDAL; PERES; SOUZA; GASPAR da SILVA, 2013, p. 284), temos por proposição acercar-nos de elementos constitutivos da escola que podem revelar resquícios do cotidiano escolar: os sujeitos que a compõem, as materialidades que a distinguem e as práticas que nela se formalizam, com o intuito de voltar-se para a materialidade escolar na relação com o fazer docente. Ou melhor, pre-

³ Entre os temas mencionados podemos citar, entre outros, os trabalhos de: ÂLCANTARA, 2014; BARRA, 2001; BENCOSTTA, 2007; CASTRO, 2011; CASTRO, R., 2009; GARCIA, 2020.

tendemos perspectivar a constituição da materialidade escolar na e a partir da constituição da profissão docente.

O olhar se dirige para tais aspectos, na tentativa de compreender a escola em seu processo histórico, tomando as “coisas da escola” como chave de leitura para as relações e sentidos que nela se configuram, por meio das “palavras dos professores”. Gizele de Souza e Vera Lucia Gaspar da Silva (2019, p. 7-8, grifos nossos), pontuam que, nesse caminho, **“identificar discursos** que advogam um desenho material para a escola, formas de operacionalização e modos de uso, **ajudam a compor um cenário que explicita sentidos que esta materialidade porta.”**

Neste sentido, as fontes que ajudam na composição do cenário que aqui se deseja descortinar provêm dos sujeitos da escola, com enfoque prioritário nos documentos providos de professores, que em seus escritos deixam entrever seus modos de uso e formas de operacionalização desta materialidade.

O período abordado compreende meados do sec. XIX e início do sec. XX, por entendermos este momento como significativo na expansão dos discursos e produção, tanto da materialidade escolar como da profissionalização docente.

Ampliando um pouco a análise, estendemos estas reflexões para além do Brasil ao incluirmos discursos docentes providos da Argentina, pois consideramos a relevância da transnacionalização dos saberes e fazeres que compõe a cultura escolar e a cultura material escolar no projeto moderno de expansão da escola de massa.

Na análise desta documentação, temos por ancoradouro pressupostos teórico-metodológicos que nos ajudam a ler esta “realidade”, como Dussel (2019), Escolano Benito (2000, 2007, 2011, 2013, 2017, 2018), Lawn (2018), Peres; Souza (2011), Souza; Gaspar da Silva (2019), Veiga (2018), Vidal (2009, 2017), entre outros.

Eliane Peres e Gizele de Souza (2011, p. 46), evidenciam que adentrar “neste campo de estudo sobre a materialidade escolar no contexto da escolarização primária” propicia diversificar as perguntas a serem feitas nas investigações “acerca do cotidiano da escola pública brasileira”. As autoras se indagam sobre como um conjunto de objetos pode “nos ajudar a revelar e entender sobre os dizeres e os fazeres da escola primária brasileira entre fins do século XIX e início do século XX?”(PERES; SOUZA, 2011, p. 46)⁴.

4 Importante pontuar que as autoras indicam que essa questão (e outras mais) mobilizou o

Talvez seja essa a questão mais desafiadora feita por Peres e Souza, porque nos provoca a olhar não só para escola, mas também para dentro e em torno dela. É junto dessa pergunta que desenvolvemos as reflexões aqui propostas e, vinculada a esta, interessa-nos saber qual a experiência vivenciada (VEIGA, 2018) pelos professores na relação com essa materialidade, especialmente no que tange ao mobiliário escolar.

Inés Dussel (2019) afirma que o tema da materialidade não é recente, pois referências ao conjunto de materiais da escola aparecem em texto de autores mais antigos, como em Comenius, exemplificado pela autora, mas que a novidade está no enfoque dado pelos pesquisadores contemporâneos, que se perguntam como essa materialidade se constituiu e que efeitos produziu. A autora ressalta haver um giro teórico e metodológico inspirado em correntes teóricas distintas - na história social, na perspectiva foucaultiana, em Walter Benjamin e na história multissensorial, e que a partir dessa perspectiva “la indagación histórico-educativa” se faz “sin presuponer que se sabe lo que son o lo que pueden hacer los artefactos” (DUSSEL, 2019, p. 19).

Podría sintetizarse, entonces, este giro de la teoría y la investigación sobre la cultura material como el poner en movimiento a los objetos, no como acción externa realizada por los humanos, sino por medio de una escucha o una sensibilidad mucho más atenta al propio movimiento de las cosas, a sus devenires, a sus derames [...]. En esa dirección, **la historia material de la educación asume una sensibilidad etnográfica, una voluntad de cartografiar o documentar las experiencias que involucraron a personas y objetos a través de sus huellas materiales**, tomadas ellas también como materia que sigue transformándose en su contacto con los investigadores [...]. (DUSSEL, 2019, p. 19, grifos nossos).

Podemos aproximar as ponderações de Dussel ao que apresenta Agustín Escolano Benito em suas investigações sobre a cultura empírica da escola e, vinculada a essa, a cultura material da escola. O autor afirma que nas pesquisas sobre a escola é necessário “um giro epistemológico e historiográfico” que tenha por objetivo “fixar o olhar investigativo na ação - fonte de toda construção cultural”, pois, dessa forma, seria possí-

trabalho realizado descrito no texto referenciado, impulsionando as análises no trato com as fontes.

vel “definir as representações factuais da vida nas instituições educativas do passado (e também do presente), que seriam, nesse sentido, a mimese da cultura empírica da escola” (ESCOLANO BENITO, 2017, p. 30).

Significa, portanto, atentar-se para o mundo da empiria - “para os objetos e os sujeitos que intervêm nos processos de formação, assim como para as ações que entre eles se estabelecem na vida escolar”, pois estes são elementos “que definem o campo empírico sobre o qual a pedagogia [...] se constrói como saber e disciplina. (ESCOLANO BENITO, 2017, p. 31). O autor ainda afirma que a nova história cultural tem marcado e configurado o campo historiográfico em torno dos estudos sobre as materialidades escolares com um direcionamento investigativo a partir do material, considerando, entre outros aspectos, as relações destes materiais com os atores e as práticas empíricas que os coloca em ação (ESCOLANO BENITO, 2018).

Retomando as palavras em destaque na epígrafe deste artigo, do professor Honório Décio, no ano de 1862, podemos lê-las com base na assertiva de que nas “materialidades estão impressas as práticas da cultura empírica e o *habitus* da profissão docente” (ESCOLANO BENITO, 2018, p. 105), e observar sem pressuposições (DUSSEL, 2019). Dessa forma, podemos pensar nos sentidos que essa materialidade ganha na interação com o sujeito - por exemplo - *banco*, para o professor, é ao mesmo tempo: uma classe, um móvel da escola e um instrumento de organização da escola e do ensino.

Nesse sentido, na segunda parte deste estudo, construímos uma interlocução com uma documentação provinda de alguns professores e/ou produzida para os professores, que nos contam sobre a materialidade em sua escola, especialmente sobre o que nos deixam apreender sobre o mobiliário escolar, com o intuito de evidenciar as potencialidades que essa abordagem pode trazer para a história da educação. Ou seja, voltar-se para a dimensão material da escola como constituinte do ofício de professor pode possibilitar outras perspectivas no que tange à história da profissão docente e à história da escola primária.

As palavras dos professores: o professor como autor-artífece na produção de mobiliário e recursos didáticos

Visto a capacidade que a sala tem para receber pouco mais ou menos 60 alunos, e ser em forma quadrilón-

ga, muito conviria para facilitar a vigilância da aula que a minha cadeira estivesse colocada sobre um estrado, e este em frente da porta, para eu poder observar sem custo cada aluno nos seus respectivos lugares, e notar os que entram e saem. (A INSTRUÇÃO PÚBLICA, 1872, p. 288)

Na caminhada que vem sendo trilhada pelas pesquisas em História da Educação ao redor da chave de leitura “cultura material escolar” fica muito clara a preocupação, cada vez mais aprofundada, de perceber as coisas materiais da escola como vetores, como dizia, já em 1998, Ulpiano de Meneses. Vetores de ideias, de relações, de potencialidades, de usos e de obsolescências, que são impregnadas de uma história que é da educação, é social e é econômica.

Diante disso, por meio das narrativas dos professores sobre os artefatos e mobiliário escolar, é possível uma aproximação ao sentido atribuído a esses na prática docente, e também aos sentidos mais amplos de suas visões sobre o ensino, sobre a escola e sobre as relações sociais e econômicas envolvidas na presença e nas carências, muitas vezes denunciadas, dos objetos ditos essenciais ao ensino em cada época.

Compreende-se que é também no manuseio dos objetos que os professores traduzem seus saberes, que fazem uso do seu *acervo empírico* (ESCOLANO BENITO, 2017). Ou seja, nas experiências vividas pelos professores primários, no dialogismo entre a sua prática e a dimensão material da escola, que fazeres e saberes são produzidos.

Martin Lawn (2018), numa composição com as ideias de Hamilton e Cuban, pondera que os objetos, a arquitetura, e a mobília *trabalham* os professores, à medida que suas práticas profissionais se veem constrangidas a um entorno material que os direciona a determinadas formas de “comportamento de ensino”. Porém, enquanto são *trabalhados* pela cultura material de seu contexto, são os professores também *usuários*, no sentido certeuniano, e nesta condição, a margem de liberdade possível faz deles, além de consumidores e de importantes agentes dentro da economia escolar (VEIGA, 2018), artífices de seus instrumentos, os quais consertam, desmontam, reinventam e reaproveitam com base na sua experiência profissional e em suas visões sobre o ensino.

Em outro estudo, junto de Ian Grosvenor, Martin Lawn afirma que “os professores compartilham suas vidas com os objetos em seu trabalho, estes os ajudam a definir sua identidade de trabalho (LAWN;

GROSVENOR, 2001, p. 126)⁵, e que, ao falar sobre os objetos, os professores refletem sobre o impacto da cultura material em suas vidas profissionais: “Contar histórias sobre objetos pode permitir que professores expliquem a um estranho a natureza de sua cultura de trabalho, fazer conexões entre eventos de ontem e de hoje e de se localizar na história” (LAWN; GROSVENOR, 2001, p. 126)⁶.

Paralelamente a isso, Michel de Certeau (2008, p. 93) nos indica a possibilidade de pensar os bens de consumo numa perspectiva que ultrapasse os dados de sua circulação e funcionamento econômico, buscando também “o léxico de suas práticas”. É justamente este léxico, construído pelos professores em sua relação com as coisas da escola, com as carências de recursos, com os meandros da economia escolar, que nos mobiliza a adentrar um pouco nos fazeres docentes em processo de construção neste recorte histórico.

Desta forma, ao colocarmos a atenção sobre as falas dos professores percebemos como estes *fabricam*, para seguir com termos cer-teaunianos, as suas noções de necessidade, das funções e dos usos dos objetos escolares, amalgamando as táticas de reivindicação e consumo às de uso e produção inventiva de suas ferramentas de trabalho.

No exemplo a seguir podemos perceber este amálgama de reivindicação e reinvenção, na carta escrita pelo professor brasileiro Jeronimo Dursky, em 1876, em que envia um orçamento de solicitação de mobília escolar ao Presidente da Província do Paraná:

Tenho a honra de passar as mãos de Vossa Excelência o orçamento de móveis e utensílios indispensáveis para regularmente e com proveito poder ensinar as matérias de instrução primária na escola pública da Colônia Orleans; e confio que Vossa Excelência se dignará de atender tão justa quão imprescindível necessidade para o ensino. Comprei quatro bancos com escrivaninha **já usados pelo preço de 20.000, para desmanchar e depois compor os mesmos**. Como o número destes bancos fosse insuficiente para 36

5 No original: “Teachers in their work share their lives with objects. They help to define their work identity” (LAWN; GROSVENOR, 2001, p. 126. Com tradução livre e revisão de Ana Julia Lucht Rodrigues).

6 No original: “Telling stories about objects can enable teachers to explain to an outsider the nature of their work culture, to make connections between events of yesterday and today, and to locate themselves in history” (LAWN; GROSVENOR, 2001, p. 126. Com tradução livre e revisão de Ana Julia Lucht Rodrigues).

alunos de ambos os sexos, torna-se indispensável mandar fazer mais dois bancos com escrivaninha; e para este fim contratei uma dúzia de taboas largas por 10.000 [...] (DURSKY, 1876, AP. 501, grifos nossos).

O professor solicita o que julga indispensável para poder realizar seu trabalho de “ensinar com proveito”, e concomitantemente sinaliza o que já tem buscado *decoupar* com os poucos meios que dispõe, comprando tábuas e bancos usados para desmontar e remontar novos móveis. A circulação de discursos sobre a necessidade de determinados elementos para desempenhar a docência move um arcabouço de saberes e fazeres entre os próprios professores, e nos conta muito mais coisas da escola quando tentamos ouvir os *ruídos* (CERTEAU, 2008) que escapam das palavras dos professores.

Quando o professor ressalta que, para além dos quatro bancos usados, comprou ainda taboas para fazer mais com o intuito de acomodar os seus 36 alunos, ele nos conta que a mobília é necessária para que ele organize seus alunos de forma a agrupá-los dentro das classes, que sem as escrivaninhas seu trabalho em ensinar a escrita poderia ficar incompleto, ou mesmo, que seria impossível aplicar com regularidade o método adotado.

Mais do que isso, as palavras deste professor, nos deixam entrever que a necessidade atinge os modos de fazer do professor, “pois descortinam situações que colocam a materialidade como dispositivo de organização do tempo e espaço escolar, que revelam modos e práticas dos professores [...], e que constituem um modo de trabalho docente na formalização de práticas que acontecem no uso escolar dessa materialidade” (FRANÇA, 2019, p. 147).

A solicitação de material era, como podemos ver na citação do professor Jerônimo Dursky, um procedimento tratado discursivamente com cuidado: além de deixar às autoridades a mensagem de que o pedido é justo e que se conta com o discernimento do Estado em atendê-lo, era importante indicar também a experiência e conhecimento docente sobre a necessidade do que se pede.

Tais recursos discursivos apareceram como conteúdo publicado no periódico pedagógico brasileiro *A Instrução Pública*, em 1872. Nas páginas da revista encontramos um modelo de carta⁷ que poderia ser

⁷ Foi publicado na revista, como parte de um conjunto de compilados, modelos de cartas

enviada por um professor/diretor “ao presidente da câmara municipal, rogando-lhe queira antes da sua instalação, fazer arranjar a aula com a mobília indispensável”. Antes do modelo da carta em si segue a seguinte orientação:

Nesta carta deve o diretor **fazer sentir a sua experiência neste objeto, evitando fazer uma enumeração singela, que pareça tirada de um Manual ou catálogo;** e fazendo conhecer a razão, que o move, fundada na necessidade dos objetos requisitado (A INSTRUÇÃO PÚBLICA, 1872, p. 288, grifos nossos).

“Fazer sentir a sua experiência”, não parecer copiar um catálogo, mostrar fundamento na necessidade inquestionável dos itens solicitados com base na experiência profissional, são recursos discursivos que ampliariam as possibilidades e legitimariam o pedido, lastreados na prática docente.

Junto das palavras na epígrafe em destaque no início desta parte do artigo, podemos pontuar que estes são elementos que mostram também um léxico em produção e circulação entre os docentes, pois demonstram o que Escolano Benito (2017, p. 120) expõe ao afirmar que “os objetos materiais, integrados nas estratégias empíricas do trabalho escolar de alunos e professores, são um reflexo funcional e simbólico das formas de entender e governar a prática.”

Além disso, ao fundamentar sua necessidade em sua experiência, o professor, para fazer o pedido, era orientado a refletir sobre o que aquele material influía diretamente, ou seja, era preciso *contar* sobre. Ao fazer isso, “o professor se volta para a sua prática cotidiana, transformando-a em um discurso da experiência que é capaz não só de informar, mas de fornecer respostas aos problemas enfrentados” (FRANÇA, 2019, p. 174).

A partir disso, podemos inferir que esta ação favorece o desenvolvimento do que Maurice Tardif (2012, p. 53) denomina de “certezas experienciais”, provocando com que o professor recontextualize sabe-

sobre os assuntos da escola para que os professores “viessem a conhecer”. Originalmente extraídos do manual “Elementos de Pedagogia” de autoria de José Maria da Graça Affreixo e Henrique Freire, publicado em Lisboa, em 1870, a compilação recebeu o título “Organização e regimên das escolas primárias” e foi escrito por Antonio Severino da Costa. No artigo de apresentação do material, o autor pontuava que achava importante que os professores primários tivessem acesso ao tema, e por isso transcrevia o material originalmente publicado no manual de Affreixo e Freire.

res. Mais do que isso, se considerarmos as ponderações de Tardif (2012) sobre os saberes experienciais dos professores: podemos evidenciar que ao fazer a solicitação, baseando-se no modelo de carta publicado na revista, os professores *objetivavam* os seus saberes (e fazeres), já que se assim procedessem seriam “levados a tomar consciência de seus próprios saberes experienciais, uma vez que devem transmiti-los e, portanto, objetivá-los em parte, seja para si mesmos, seja para seus colegas” (TARDIF, 2012, p. 52).

A imprensa periódica voltada ao professorado, desde fins do século XIX até a primeira metade do século XX, teve um papel importante na circulação de ideias sobre a escola e a constituição de identidade docente.

Alessandra Schueler (2005) afirma que foi por meio da reunião entre pares e autoria dos artigos publicados que os professores, em um processo de construção e reelaboração de identidades, “apresentaram-se como categoria profissional ao público leitor, ora por vias diretas, como nos exemplos e nas trajetórias pessoais que analisavam, ora por meio de temas diversos, ao abordarem os problemas educacionais e sociais que julgavam fundamentais” (SCHUELER, 2005, p. 389).

Tais periódicos tinham a intenção de servir como veículo de comunicação e aperfeiçoamento entre o professorado, notadamente entre os professores de lugares remotos, privados de momentos de formação mais formais em cursos e conferências, como se afirma no editorial final do Primeiro Volume da revista *A Escola*:

Só a imprensa pedagógica pode, nas atuais circunstâncias do país, levar a toda a parte dele os conhecimentos didáticos necessários ao nosso, em geral, atrasado preceptorado. Permita-se-nos repetir o que por mais de uma vez temos dito: São três os elementos com que se constitui um bom professorado primário: a escola pedagógica forma o preceptor, a conferência pedagógica estimula-o, a imprensa pedagógica aperfeiçoa-o. (A ESCOLA, 1877, p. 281).

Revistas como as brasileiras *A Escola* (Publicada nos anos de 1877 e 1878, no Rio de Janeiro) e *A Instrução Pública* (Publicada entre 1872-1875 e 1887 – 1888, no Rio de Janeiro), a britânica *Teachers Monthly in England* (estudada por Martin Lawn) e a argentina *El Monitor de la Educación Común* (cuja primeira fase editorial vai de 1881 a 1949, em Buenos Aires), ofereciam, entre muitos temas da educação, discussões sobre as demandas em relação ao conjunto de objetos de ensino.

Nas páginas destas revistas não apenas se falavam das vantagens e desvantagens de determinados objetos escolares, mas se discutia a necessidade deles, a falta que faziam, bem como se buscava suprir esta ausência estimulando a troca de ideias entre professores, seja nas formas de reivindicar materiais para suas escolas, seja de produzir os materiais possíveis por seus próprios meios.

A própria discursividade da falta se torna parte importante desses saberes e do léxico dos professores, e é acionada não somente para solicitar móveis e outros materiais, mas algumas vezes também para registrar e expor as ações proativas de alguns professores, que ao constatar a falta criticam o Estado, buscando prover a escola de maneiras alternativas, através de doações, festas, exposições, ou por via do engenho de professores e funcionários da escola.

A ausência e a precariedade estão muito presentes nos discursos, no entanto, é preciso ler nas entrelinhas e focar melhor a lente, pois nesse movimento está a possibilidade de captar outros resquícios dessa materialidade que permeia a escola e das práticas que nela transitam. Portanto, interessa perceber não só o conteúdo dos “reclames”, mas os motivos, modos e condições de suas solicitações (SOUZA, 2013).

O argentino Antonio E. Díaz, professor e diretor de escola normal, relata no periódico *El Monitor de la Educacion Común*, de maneira muito completa, o que se realizou em sua escola a partir das ausências:

Ha sido un bien para nuestra empresa educativa vivir en la mayor pobreza, pues esto nos ha obligado siempre a encurar la solución de diversos problemas de organización, de disciplina, de enseñanza y hasta para adquirir una fisonomía individual, a bastarnos, a recurrir a propios y extraños en demanda de ayuda, ora para construir mobiliario, conseguir elementos de cultura, habilitar aulas y oficinas en las galerías, (...). El cajón de queroseno que utilizamos desde los primeros días de nuestra labor docente, como asiento, se ha transformado en estantes rusticos para útiles y trabajos, en pupitres, mesas superpuestas para alumnos de tronco elevado, a fin de que no se encorven al escribir, dibujar, etc; en escapeles para los niños que no alcanzan a apoyar los pies en el piso; en soporte de planteros de nuestro jardín; en tablero con denominación de grados y oficinas administrativas. (DÍAZ, 1916, p. 10).

Neste artigo publicado na revista, Antonio Diaz apresenta uma perspectiva bastante ímpar sobre a participação comunitária e a auto-suficiência nas escolas. Se os discursos recorrentes no século XIX endossam o aluno pobre e sua família como “contribuintes na ineficácia da escola na confirmação da economia escolar” (VEIGA, 2018, p. 51), e no século XX se perspectiva esta visão pela lógica do assistencialismo ao aluno pobre (VEIGA, 2018, p. 59), no exemplo do professor Antonio Diaz teremos uma visão diferente das famílias e dos alunos e sua relação com o provimento material da escola:

Carecíamos de mobiliario, de útiles más indispensable de trabajo, de material de enseñanza, etc. Para subsanar tan múltiples dificultades, recurrí a los alumnos, pidiéndoles nos ayudaran por intermedio de sus padres, donando a la escuela cajones vacíos de querosén, porrones de tinta, cajas de tiza, toallas, borradores de pizarrón o trapos lavados par tal uso, elementos de farmacia para primeros auxilios, palanganas, cepillos de ropa y de calzado, betún, jabón, peines, agujas, hilo, plumeros, etc. Con verdadera satisfacción veíamos afluir éstas y otras donaciones, de poco precio. **La lentitud con que se tramita cualquier expediente en las oficinas directivas, nos obligó a poner en juego este recurso.** Educando a los niños acostumbrábamos al pueblo a subvenir a necesidades crecientes e impostergables de la escuela. (DIAZ, 1916, p. 09, grifos nossos).

A crítica à demora do Estado em atender a escola está presente, bem como está presente uma reação gerada na urgência e conhecimento prático das necessidades escolares. Na sequência do artigo, o professor segue com uma descrição detalhada de utensílios e móveis inventados/produzidos na escola, e das táticas usadas para produzi-los, como a de contratar para pessoal de portaria e zeladoria pessoas com experiência em marcenaria, encadernação e costura, a fim de mobilizar este corpo de funcionários, junto aos professores, em oficinas que buscariam prover a escola do que ela entendia coletivamente como necessário.

A presença deste tipo de conteúdo nas revistas reforça o que Diana G. Vidal (2017) afirma em sua análise da ação dos docentes mediante as demandas estimuladas pelo mercado de artefatos escolares, em confronto com as realidades das escolas com poucos recursos financeiros. Em sintonia com Lawn e Grosvenor (2001, p. 123-124), Vidal

(2017) retoma a ideia de que o que podemos chamar de cultura docente deriva justamente da capacidade ativa e criativa dos professores de artesanalmente reinventar a precisa ferramenta para a necessária tarefa.

Neste sentido, o saber do professor não se manifesta apenas no momento da aula, ensinado, mas em seu trabalho contínuo nos tempos entre aulas (Vidal, 2017, p. 262). Assim, o professor é autor e artífice, não apenas consumidor, mas criador de tecnologias em serviço, seja por necessidade, diante dos limitados recursos das escolas, seja por desejo de criação e aprimoramento de suas práticas.

Para encerrar

La escuela nos ha legado todo un utillaje material, un ajuar ergológico (como dirían los antropólogos), que es reflejo de su cultura empírica, de la tradición corporativa adscrita al oficio de enseñante, y en parte también de los discursos teóricos y normativos que se han proyectado sobre la educación formal. (ESCOLA-NO BENITO, 2010, p. 16).

Neste texto nos propusemos a pensar de que maneira foram algumas das interações dos professores com os objetos que adentraram suas escolas (aqui em específico o mobiliário escolar) e em formas de como os docentes desenvolveram e aprimoraram seu ofício nesta relação.

Buscamos problematizar junto de documentos produzidos por e para professores, cartas e artigos de revistas pedagógicas, indícios de práticas docentes, individuais e coletivas que sinalizassem uma relação destes profissionais com o mundo material da educação, visando iniciar um diálogo sobre essa perspectiva.

Com base nas fontes consultadas, o exercício foi compreender de que forma um conjunto de materiais, tanto em sua presença como em suas ausências, e os esforços criativos para sua aquisição e produção, interviu na constituição do ofício docente, no intuito de identificar e evidenciar modos de fazer docente que se produziram junto de uma materialidade escolar e conformaram um repertório de saberes, contribuindo para a configuração de um conjunto material específico da e para a escola, construindo assim uma cultura escolar nos moldes de Escolano Benito (2010, 2017).

Diante da análise empreendida, demarcamos que os professores executavam múltiplos papéis no circuito de uma *economia escolar* (VEIGA, 2018), sendo consumidores, mas também *usuários*; receptores, mas também artífices. Além disso, ressaltamos seu lugar como autores de ferramentas, mobiliário e objetos escolares dos mais diversos, temática esta que pede um aprofundamento detalhado em estudos futuros, ampliando no cruzamento de fontes e referências teóricas, a compreensão das implicações no campo da economia escolar e das práticas docentes do trabalho autoral dos professores, construído na esfera dos saberes, léxicos, normas, mas, especialmente, nos fazeres cotidianos na sala de aula.

Assim, entendemos que nesta ação de produção, há uma reflexão sobre a prática, uma recontextualização de saberes, um fazer que se pauta principalmente em saberes empíricos, que não só resolve problemas, mas também cria soluções.

Em nosso intento de “*cartografiar o documentar las experiencias que involucraron*” (DUSSEL, 2019, p. 19), queremos salientar que tomar as “coisas da escola” como chave de leitura para as relações e sentidos que nela se configuram por meio das “palavras dos professores”, possibilita-nos perceber características e particularidades do ofício de professor, pois acerrar-se à dimensão material da escola, significa aproximar-se de práticas docentes (de trabalho e culturas).

Além disso, a efeito do movimento aqui realizado, podemos afirmar que a relação entre professores e os objetos escolares são [foram] resignificadas na e por uma arte de ensinar, em que os professores configuram os sentidos da profissão e de uma prática docente, constituindo, dessa forma, uma *tradição do ofício* (ESCOLANO BENITO, 2017).

Por fim, nosso objetivo foi o de demonstrar que os professores, ao operarem com a materialidade da escola em seu exercício, firmam uma relação dialógica com uma cultura material escolar e que esta, não só é constitutiva do ofício docente, como também se constitui a partir dele.

Portanto, investir nessa abordagem de estudo pode revelar aspectos do fazer docente, possibilitar um melhor entendimento dos modos de produção e “entrada” de um conjunto material na escola, refinar a concepção de uma cultura material escolar e propiciar um aprofundamento sobre a cultura empírica da escola.

Referências

A ESCOLA. Rio de Janeiro, v. I, p. 281, 1977. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DOCREADER/DOCREADER.ASPX?BIB=351199&pagfis=172>. Acesso em: 21 jul. 2020.

A INSTRUÇÃO PÚBLICA: Folha Hebdomadária. Rio de Janeiro, v. 32, p. 288, 1872. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/233048/per233048_1872_00032.pdf. Acesso em: 21 jul. 2020.

ÂLCANTARA, W. R. R. **Por uma história econômica da escola**: a carteira escolar como vetor de relações (São Paulo, 1874-1914). 2014. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, Faculdade de Educação, São Paulo, 2014.

BARRA, V. M. L. **Da pedra ao pó**: o itinerário da lousa na escola pública paulista do século XIX. 2001. Dissertação (Mestrado) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2001. Disponível em: <http://seminarioculturamaterialescolar.blogspot.com.br/2012/06/da-pedra-ao-po-o-itinerario-da-lousa-na.html>. Acesso em: 10 jul. 2020.

BENCOSTTA, M. L. A. (org.). **Culturas escolares, saberes e práticas educativas**: itinerários históricos. São Paulo: Cortez, 2007.

CASTRO, C. A. (org.). **Cultura material escolar**: a escola e seus artefatos (MA, SP, PR, SC e RS, 1870-1925). São Luis - MA: Café & Lápis, 2011.

CASTRO, C. A.; VIDAL, D. G.; PERES, E.; GASPAR DA SILVA, V. L.; SOUZA, G. de. Cultura Material Escolar: Fontes para a história da escola e da escolarização elementar (MR, SP, PR, SC e RS, 1870-1925). In: SOUZA, R. F.; GASPAR DASILVA, V. L.; SÁ, E. F. (org.). **Por uma teoria e uma história da escola primária do Brasil**: investigações comparadas sobre a escola graduada (1870-1930). Cuiabá: EdUFMT, 2013, p. 273-316.

CASTRO, R. X. S. **Da cadeira às carteiras escolares individuais**: entre mudanças e permanências na materialidade da escola primária catarinense (1836-1914). 2009. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano**: 1, Artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 2008.

DIAZ, A. Escuela normal mixta de maestros de 25 de mayo. **El Monitor de la Educación Común**, Argentina, t 56, p. 08-24, 1916. Disponível em:

<http://www.bnm.me.gov.ar/catalogo/Record/000198128>. Acesso em: 27 jul 2020.

DURSKY, J. Orçamento de material enviado pelo professor. **Arquivo Público do Paraná**. Coleção dos livros APs entre os anos de 1854-1889. Curitiba/PR: DEAP, 1876, AP. 501, p. 111.

DUSSEL, I. La cultura material de la escolarización: reflexiones en torno a un giro historiográfico. **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, v. 35, n. 76, p. 13-29, jul./ago. 2019. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40602019000400013&lng=pt&nrm=iso Acesso em: 27 jul. 2020.

ESCOLANO BENITO, A. Las culturas escolares del siglo XX: Encuentros y desencuentros. **Revista de Educación**, número extraordinario, 2000, p. 201-208.

ESCOLANO BENITO, A (ed.). **La cultura material de la escuela**. En el centenario de la Junta para Ampliación de Estudios, 1907-2007, Berlanga/Soria, CEINCE, 2007.

ESCOLANO BENITO, A. Patrimônio material de la escuela e historia cultural. **Revista Linhas**, Florianópolis, v. 11, n. 02, p. 13 – 28, jul. / dez. 2010.

ESCOLANO BENITO, A. Introducción: Arte y oficio de enseñar. *In*: PERANDONES, P.C. (Ed.). **Arte y Oficio de Enseñar**: Dos siglos de perspectiva histórica. XVI Coloquio Nacional de Historia de la Educación. El Burgo de Osma/España: Sociedad Española de Historia da Educación / Universidad de Valladolid / Centro Internacional de la Cultura Escolar, 2011, p. 17-26.

ESCOLANO BENITO, A. La construcción histórica de la escuela desde la lógica de la razón práctica. **Q. Times**, Revista online, Roma, año V, n.01, 2013.

ESCOLANO BENITO, A. **A escola como cultura**: Experiência, memória, arqueologia. Campinas, SP: Ed. Alínea, 2017.

ESCOLANO BENITO, A. Etnohistória e Cultura Material da Escola: a educação nas Exposições Universais. *In*: SILVA, G. da, V. L.; SOUZA, G. de; CASTRO, C. A. (org.). **Cultura material escolar em perspectiva histórica**: escritas e possibilidades. Vitória: EDUFES, 2018, p. 93-118.

FRANÇA, F. F. **Um inventário de saberes, um repertório de fazeres**: modos e práticas do ofício de ensinar na escola primária durante a

segunda metade do Séc. XIX (1856-1892). 2019. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2019.

GARCIA, G. A. **Itinerário moveleiro: o provimento material escolar para a instrução primária paranaense – anos finais do Século XIX e início do Século XX**. 2020. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2020.

LAWN, M. A materialidade dinâmica da educação escolar: professores, tecnologias, rotinas e trabalho. *In*: GASPARD DA SILVA, V. L.; SOUZA, G. de; CASTRO, C. A. (org.). **Cultura material escolar em perspectiva histórica: escritas e possibilidades**. Vitória: EDUFES, 2018, p. 341-366.

LAWN, M.; GROSVENOR, I. When in doubt, preserve exploring the traces of teaching and material culture in English schools. **History of Education**, 30-2, p. 117, 2001.

LOBO, H. D. C, Relatório de professor. **Arquivo Público do Paraná**. Coleção dos livros APs entre os anos de 1854-1889. Curitiba/PR: DEAP, 1862, AP. 139, p. 124.

MENESES, U. T. B. Memória e Cultura Material: documentos pessoais no espaço Público. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 89 - 104, 1998.

PERES, E; SOUZA, G. de. Aspectos teóricos-metodológicos da pesquisa sobre cultura material escolar: (im)possibilidades de investigação. *In*: CASTRO, C. A. (org.). **Cultura Material Escolar: a escola e seus artefatos (MA, SP, PR, SC e RS) – 1870-1925**. São Luis: EDUFMA: Café & Lápis, 2011.

SCHUELER, A. F. M. Representações da docência na imprensa pedagógica da Corte imperial (1870- 1889): o exemplo da instrução. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.31, n.3, p. 379-390, set./dez. 2005.

SOUZA, G. de. Cultura material na escola primária paranaense: rituais e gestos de professores e autoridades de ensino na organização do cotidiano escolar no século XIX. *In*: CASTRO, Cesar Augusto; CASTELLANOS, Samuel Luis Velázquez (org.). **A escola e seus artefatos culturais**. São Luiz: EDUFMA, 2013.

SOUZA, G. de; GASPARD DA SILVA, V. L. Artefatos escolares e saberes em apresentação: estudos de cultura material. **Educ. rev.**, Curitiba, v.35, n.,76, jul./ago. 2019. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40602019000400007. Acesso em 27 jul. 2019.

TARDIF, M. **Saberes docentes e formação profissional**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

VEIGA, C. G. A história da escola como fenômeno econômico: diálogos com história da cultura material. Sociologia econômica e história social. *In*: GASPAR DA SILVA, V. L.; SOUZA, G. de; CASTRO, C. A. (org.). **Cultura material escolar em perspectiva histórica**: escritas e possibilidades. Vitória: EDUFES, 2018, p. 29-66.

VIDAL, D. G. História da Educação como Arqueologia: cultura material escolar e escolarização. **Revista Linhas**, Florianópolis, v. 18, n. 36, p. 251-272, jan./abr. 2017.

VIDAL, D. G.. No interior da sala de aula: ensaio sobre cultura e prática escolares. **Currículo sem Fronteiras**, v. 09, nº 1, p. 25-41, jan/jun. de 2009.

Recebido em: agosto/2020

Aceito em: setembro/2020

Questão de materialidade: a carteira escolar no congresso da instrução pública do Rio de Janeiro (1883)¹

Etienne Baldez Louzada Barbosa²

Juarez José Tuchinski dos Anjos³

RESUMO

O artigo em tela volta-se para o Congresso da Instrução Pública, planejado para ocorrer no Rio de Janeiro, capital do Império, no ano de 1883. Toma como objeto de análise as discussões relacionadas à carteira escolar, e à sua materialidade, presentes nas *Atas e Pareceres* do congresso, publicadas apesar de o congresso efetivamente não ter sido realizado por falta de verbas. Valendo-se da metodologia da pesquisa histórica, o artigo persegue um duplo objetivo: 1) compreender o movimento de organização de tal congresso naquele período; 2) identificar que modelos de carteira foram debatidos e indicados como os mais adequados para serem utilizados nas escolas.

Palavras-chave: Carteiras escolares. Congresso da Instrução. Cultura material escolar.

Materiality issue: the school desk at the congress of public instruction of Rio de Janeiro (1883)

ABSTRACT

The article in question turns to the Congress of Public Instruction, which was planned to take place in Rio de Janeiro, capital of the Empire, in 1883. It takes as object of analysis the discussions related to the school desk and its materiality present in the Congressional Proceedings and

1 Pesquisa financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Distrito Federal (FAP-DF), agência para a qual deixamos aqui registrados nossos agradecimentos.

2 Doutora em Educação. Professora da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília. Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação, Modalidade Profissional, da UnB. E-mail: etienne.baldez@unb.br.

3 Doutor em Educação. Professor da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília. Professor do Programa de Pós-Graduação em Educação, Modalidade Profissional, da UnB. E-mail: juarezdosanjos@unb.br.

Reports, which were published despite the fact that the Congress was not actually held due to lack of funds. Using the methodology of historical research, the article pursues a double objective: 1) to understand the movement of organizing such a congress in that period; 2) identify which desk models were discussed and indicated as the most suitable for use in schools.

Keywords: School desks. Congress of Instruction. School Material Culture.

Cuestión de materialidad: el pupitre escolar en el congreso de instrucción pública de Río de Janeiro (1883)

RESUMEN

El artículo en cuestión se refiere al Congreso de Instrucción Pública, que estaba previsto que tuviera lugar en Río de Janeiro, capital del Imperio, en 1883. Toma como objeto de análisis las discusiones relacionadas con el pupitre escolar y su materialidad presentes en las *Actas y Pareceres* del congreso, las cuales fueron publicadas a pesar de que el Congreso no se realizó efectivamente por falta de fondos. Utilizando la metodología de investigación histórica, el artículo persigue un doble objetivo: 1) comprender el movimiento de organizar tal congreso en ese período; 2) identificar qué modelos de pupitre se discutieron e indicaron como los más adecuados para su uso en las escuelas.

Palabras clave: Pupitres escolares. Congreso de Instrucción. Cultura material da la escuela.

Introdução

Ao longo do século XIX, é possível acompanhar nos jornais brasileiros e nos relatórios de presidentes de província, inspetores/diretores gerais da instrução pública e professores, a circulação de questões concernentes à instrução pública – métodos, formação docente, matrícula, frequência, embasamento teórico, referências nacionais e internacionais sobre o ensino, etc. – e, entre essas, um debate sobre materiais escolares (utensílios e mobília). É para a materialidade escolar que este artigo se volta, delimitando o olhar ao Congresso da Instrução Pública, planejado para ocorrer no Rio de Janeiro em 1883, mas que não chegou a ser

realizado, tendo publicados apenas suas *Actas e Pareceres*, para analisar, especificamente, as discussões relacionadas à carteira escolar e à sua materialidade.

Atentar para a carteira escolar é compreender que, enquanto elemento material da cultura, ela é um objeto que, por suas características econômico-comerciais, pode até suscitar uma curiosidade histórica, mas, acima de tudo, possibilita levantar as relações travadas desde a sua concepção, fabricação, circulação e destino de uso final. Essas relações evidenciam práticas de diferentes sujeitos envolvidos. Como pondera Pesez (2005, p. 285), a retórica sobre cultura material “apresenta o interesse de reintroduzir o homem na história, por intermédio da vivência material”. Meneses (2005, p. 18) reforça que os objetos “não são apenas produtos, mas vetores de relações sociais”. Neste sentido, a carteira aqui investigada é um produto que então se destinava a um espaço específico – o escolar –, para ser utilizado por determinados sujeitos – alunos e alunas –, fazendo parte do que se denomina como cultura material escolar.

Ser um objeto que compõe a cultura material escolar significa dizer que ele se adapta ou amolda aos usos e sentidos pensados para aquele ambiente. Essa relação, contudo, não é estática. Um objeto pode ter sido pensado para o espaço escolar e ter sido apropriado pela sociedade no geral, fora da escola, da mesma forma que o inverso também pode ocorrer. “Portanto”, escreve Souza (2007, p. 177), “o que define um objeto como escolar depende da intencionalidade e do uso em determinadas situações e condições históricas”. As carteiras apresentadas ao Congresso de Instrução Pública foram pensadas para uso nas escolas, acompanhadas de justificativas para tal utilização.

Como ponderam Silva e Souza (2018), as carteiras-escolares, ao adotarem um aparato material que configura o que identificamos como espaço oficial de aprendizagem, se transformaram em ícones, “objetos que sozinhos representam a escola. Mobiliário e carteiras escolares irão compor uma agenda de debates e integram catálogos de fabricantes que passam a circular nas exposições universais, nos jornais e periódicos” (SILVA; SOUZA, 2018, p. 132). Alcântara (2016) pontua que catálogos de indústrias de mobília escolar em exposições universais não circulavam apenas nos pavilhões para serem exibidos a seus frequentadores; eram enviados a escolas para que estas escolhessem e comprassem o que lhes fosse necessário.

Já no Brasil, na exposição pedagógica realizada no Rio de Janeiro em 1883, os relatórios do júri, sistematizados, de acordo com Alcântara (2016, p. 117), em “um documento elaborado por especialistas, no qual descrevem os objetos que concorreram a prêmios, bem como os motivos das premiações recebidas na exposição”, acabam por se configurar como um catálogo, uma vez que indicam “a apreciação e apropriação dos modelos de carteira disponíveis no mercado pelos educadores brasileiros”. A Exposição Pedagógica de 1883 substituiu o Congresso de Instrução Pública, pensado e organizado para o mesmo ano, com inauguração prevista para o dia 1º de junho. Apesar de não ter ocorrido, o congresso deixou registro documental das teses e pareceres sobre questões de educação no Brasil que haviam sido selecionadas para as apresentações e discussões programadas.

Esse congresso havia sido convocado pelo conselheiro Leão Veloso, ministro do Império, em 1882, sendo indicado para a sua presidência o Conde d’Eu, que havia sugerido a realização de uma exposição pedagógica, seguindo o exemplo do que ocorrera em Paris e Bruxelas. Como explicita Bastos (2005, p. 121) “o congresso pretendia ser uma tribuna de discussão e decisões sobre os rumos da educação brasileira, tanto em aspectos formais e organizacionais, como em aspectos pedagógicos”. O ato do governo imperial, assinado por Veloso, circulou nos jornais de diversas províncias brasileiras. Nele havia dezessete artigos e as orientações sobre questões a serem tomadas após apresentação nas conferências. Entre as disposições para convocação, organização e conferências do congresso, o referido ato destaca que “o Congresso se dividirá em duas seções: a 1ª seção se aplicará ao estudo de questões relativas ao ensino primário, secundário e profissional; a 2ª se ocupará de questões concernentes ao ensino superior” (CONGRESSO PEDAGÓGICO, 1883, p. 292).

É para as atas e teses apresentadas na primeira seção, compiladas e publicadas mesmo após a não realização do congresso, que aqui voltamos o nosso olhar, admitindo a afirmativa de Felgueiras (2005, p. 97) de que “falar de cultura material da escola é mudar o foco de atenção [...]”, no sentido de ampliar a visão para os objetos que dão suporte às práticas educativas e não somente às ações de docentes (métodos, disciplina, castigos, relatórios), de inspetores/diretores gerais da instrução pública (fiscalização e orientação das práticas relacionadas às escolas – métodos, utensílios e mobília, matrícula e frequência,

obrigatoriedade do ensino – e ao papel da família nessa relação) e de presidentes de províncias (responsáveis por toda a dimensão educativa em seu território).

Quando aqui se tomam as carteiras escolares, consideram-se as discussões de outros estudos brasileiros que se têm ocupado da questão da materialidade no universo educacional, seja tratando de edifícios, utensílios e mobílias, de museus escolares, de manuais didáticos e materiais pedagógicos, etc.⁴ À luz do que pondera Escolano (2017) sobre as mudanças de materiais que coabitam no universo escolar e com ele interagem, a carteira pode aqui ser tomada como “testemunho” da escola primária, “como aquilo que corresponde aos métodos de aprendizagem, aos modos de ensinar, aos assuntos implícitos nos textos, às formas de sociabilidade que existem entre eles e a outros aspectos dos processos de desenvolvimento iniciados nas mesmas coisas” (ESCOLANO, 2017, p. 4, tradução nossa).

Diante do exposto, o olhar para o Congresso de Instrução do Rio de Janeiro (1883) aqui se divide em um duplo objetivo: 1) compreender o movimento de sua organização naquele período; 2) identificar que modelos de carteira foram debatidos e indicados como os mais adequados para serem utilizados nas escolas. A narrativa histórica aqui desenvolvida, no enalço desses objetivos, desdobra-se em duas partes.

Da proposição à não realização do congresso de instrução pública: entraves econômicos e políticos

Lourenço Filho (1946, p. 5) caracterizava como ‘malogrado’ o “Congresso de Instrução de 1883”, quando recordava iniciativas anteriores à I Conferência Nacional de Educação, realizada em 1941, “de reunir educadores e administradores do ensino de todo o país para o fim de estudar questões de organização pedagógica”. Neste sentido, o projeto do congresso não ocorreu por falta de verba, mas fracassou na forma como foi proposto.

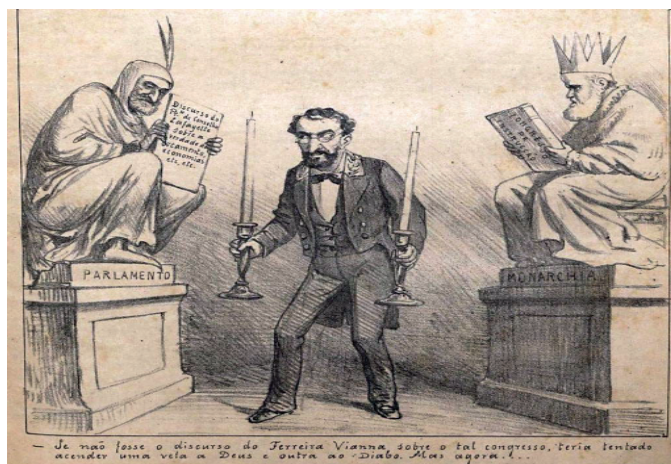
Convocado em dezembro de 1882 pelo ministro do Império para ser realizado seis meses depois, foram nomeados Leôncio de Carvalho para a organização e programa; o Conde d’Eu, como presidente da co-

4 Souza (2007), Barra (2007), Peres; Souza (2011). Castro; Silva (2012), Arriada; Tambara (2012); Alcântara (2016), Santos; Mignot (2018), entre outros.

missão diretora. Entre os apoiadores e articuladores estavam o visconde de Bom Retiro, o conselheiro Manuel Francisco Correia e Franklin Américo de Meneses Dória, todos por já se haverem destacado em momentos anteriores nas discussões e proposições voltadas à instrução no Brasil. Esta composição teria sido um dos motivos de embate com os liberais.

Desde o momento da convocação do congresso, é possível observar, nos jornais e revistas do país, posicionamentos de apoio ou repúdio ao evento. Quando confirmada a convocação, foi providenciado o envio de delegados ou de objetos de ensino. No jornal *O Orbe*, de Macaíó, vê-se uma ênfase de que tal evento deveria ser apoiado: “Quando o governo convoca um congresso de instrução pública, é necessário que de todos os lados e com energia surjam os arautos da opinião pública, a fim de que tenha êxito faustoso a ação do governo” (O ORBE, 1883a, p. 1). Em *Lucros e Perdas*, é possível ler que “o Congresso de Instrução, com verba ou sem verba, será sempre um mito no país” (LUCROS E PERDAS, 1883, p. 59). Por outro lado, na *Revista Illustrada*, lê-se que “o Congresso da Instrução Pública no Rio de Janeiro seria tão inútil quão inútil foi o congresso agrícola”, reforçando que a finalidade do congresso “é, parece, reformar-se o nosso sistema de instrução. E, para isso, se convida a Europa a vir dizer-nos o melhor sistema” (REVISTA ILLUSTRADA, 1883, p. 2). A capa da referida revista evidencia o dilema de efetivação do congresso (Fig. 1).

Figura 1 – Charge sobre o Congresso da Instrução Pública



Fonte: Revista Illustrada, 1883, nº 345 – Biblioteca Nacional.

Pelas características do personagem ao centro e pelas discussões na Câmara de Deputados, é possível aferir que seja o presidente do Conselho de Ministros, Lafayette Rodrigues. A discussão no Parlamento sobre o financiamento do Congresso de Instrução Pública e da Exposição Pedagógica já vinha indicando um posicionamento contrário à monarquia, no sentido de que “D. Pedro II se antecipara à medida legal”, uma vez que o Legislativo não tinha votado ou concedido os créditos para tal realização (COLLIGIO, 1987, p. 7). Num desses momentos de discussão parlamentar, Andrade Figueira interpelava a mesa:

1º se a Exposição Pedagógica anexada ao Congresso de Instrução Pública convocado para o dia 1º de junho próximo também foi adiada. No caso negativo, por conta de quem ocorrerão as respectivas despesas. 2º qual o programa da exposição aludida. 3º a quanto monta a importância de donativos feitos ao estado desde 20 de outubro de 1877 para serviços à cargo do ministério e, nomeadamente, para o Congresso da Exposição (GAZETA. DA TARDE, 1883, p. 2).

O que estava posto também nesses desencontros orçamentários, ainda que de forma velada, era a divergência entre conservadores e liberais, uma vez que Leão Veloso, ministro do Império, era do gabinete conservador e o que o substituiu, Francisco Antunes Maciel, era do gabinete de Lafayette, formado pelo Partido Liberal.

Ainda assim, a imagem tenta demonstrar que o referido gabinete teria ficado dividido, apesar do posicionamento do Parlamento sobre orçamentos e finanças. O que realmente teria constituído o peso da balança, que reforçou a decisão de Maciel de suspender a realização do Congresso da Instrução Pública, uma vez que este oneraria os cofres públicos, teria sido um discurso proferido por Ferreira Vianna.

O jornal *Gazeta de Notícias*, ao emitir o Boletim Parlamentar, mencionou como teria sido quando Ferreira Vianna entrou no debate sobre o crédito para o congresso e a exposição pedagógica. Segundo informa, mesmo observando serem “cruéis de ironia as palavras do Sr. Ferreira Vianna”, admite não se poder contestar que a preocupação prioritária com o programa a executar tinha sido com a economia, por meio da execução da lei do orçamento. Argumentava que “o congresso é simplesmente destinado, e o Sr. Ministro do império sabe - perfeitamente – à satisfação de uma alta fantasia”. Pontuava ainda o jornal que antes, como deputado, Maciel teria votado contra o crédito ao evento e que

agora, como ministro, não teria mudado a opinião a respeito de o Estado “gastar dinheiro com tais exibições” (GAZETA DE NOTÍCIAS, 1883, p. 1). Nas palavras de Ferreira Vianna:

A comissão reconhece que o crédito é de utilidade; mas não basta que um serviço seja útil para que se decrete a despesa. A despesa não se determina pela utilidade do serviço, principalmente em um regime de *déficit* como o nosso. [...] Para que iludir a expectativa pública? O congresso é um barulho. Achava mais razoável que o governo nomeasse uma comissão de pessoas para examinar as escolas de todo o império. O congresso pode ser aberto, mas os amadores que paguem (GAZETA DE NOTÍCIAS, 1883, p. 1).

Antes de ser efetivamente cancelado, enquanto ocorriam os debates sobre a sua importância e despesas, as províncias e as entidades/associações educativas do Rio de Janeiro⁵ se organizaram para enviar representantes ao Congresso de Instrução Pública. Dessa forma, pelo que foi publicado nos jornais brasileiros, é possível traçar uma circulação de professores, inspetores, médicos, advogados, ex-presidentes de província, entre outros, que se dirigiam ao Rio de Janeiro para tomar parte no congresso.

De passagem para a Corte, onde vai tomar parte no Congresso de Instrução Pública, esteve aqui o Exmo. Sr. Dr. João Thomé da Silva, lente da Faculdade de Direito do Recife e que já exerceu aqui o cargo de presidente da província. Desejamos a Sua Exc.^a. próspera viagem e que bem represente os interesses da instrução pública (O ORBE, 1883, p. 1).

O trecho deixa entrever que um representante da província de Pernambuco viajaria para a Corte, passando por Maceió/Alagoas, com o intuito de participar do I Congresso da Instrução Pública. É possível perceber três informações importantes no referido trecho: o *lugar*, no sentido ‘*certeuniano*’, de João Thomé da Silva – bacharel, ex-presidente de província, professor da faculdade de Direito –; o local e o motivo de

5 Nos jornais do Rio de Janeiro é possível acompanhar essas nomeações, tais como: a de Licínio Chaves Barcellos, lente da escola politécnica, delegado da Sociedade Propagadora das Bellas Artes (O GLOBO, 1883, p. 3); a de José Maria Moreir Senra, diretor das aulas da associação, para representar o Liceu Literário Português (O GLOBO, 1883, p. 2); a de Joaquim Fernandes Malheiros, delegado da Congregação da Escola Militar (O GLOBO, 1883, p. 1); a de Mabuel V. Paranhos Pederneiras, delegado do Instituto de Bacharéis em Letras (O GLOBO, 1883, p. 2).

sua viagem – Corte, para um congresso – e, por fim, o destaque dado à instrução pública, reforçando haver nisso interesses específicos. Ser professor poderia ser uma das razões para sua viagem, pois o convite para o congresso era direcionado especificamente aos partícipes do ensino. João Thomé da Silva, no entanto, já havia sido presidente de três províncias: Espírito Santo (1872/73); Santa Catarina (1873/75) e Alagoas (1876/77). Exercendo tal função, tinha conhecimento das principais questões que envolviam a instrução pública. Quando esteve à frente da província de Alagoas, teceu elogios, em seu relatório ao imperador, à mobilização que realizava em prol do desenvolvimento da instrução pública, listando as iniciativas que fariam o Brasil trilhar o caminho da prosperidade, e, entre elas, a importância das “associações propagadoras da instrução, [...] e das conferências literárias [...]” (SILVA, 1876, p. 21).

As conferências literárias, também chamadas de conferências populares ou conferências públicas, aconteciam desde 1873 em uma das salas da Escola Pública da Glória, no Rio de Janeiro. As discussões sobre instrução, realizadas em conferências diversas ao longo das décadas de 1870 e 1880, atreladas às notícias de outros congressos internacionais que se voltavam para a questão do ensino, oportunizaram um clima propício para a formulação de um congresso nacional voltado a esse debate. Em 6 de março de 1881, o conselheiro Antonio de Almeida Oliveira sustentou a ideia da proposição de um congresso de instrução no Brasil, enquanto que, em conferências nos meses de abril, maio e dezembro, o conselheiro Leôncio de Carvalho enfatizava a pertinência de determinado certame (LOURENÇO FILHO, 1946). Já Manuel Francisco Correa, ao convocar um congresso de instrução superior, em conferência de 25 de dezembro de 1881, dizia que o congresso fazia “apologia de uma circunstância notável que dá alma e prestígio à (sic) todas as discussões e que é ao mesmo tempo um elemento essencial da vida dos povos adiantados e uma condição inseparável dos congressos científicos”. Findava o pronunciamento afirmando que outro ponto importante era a grande publicidade que o fato daria. Sintetizava dizendo que “um congresso, qualquer que seja o ponto que reúne, na acepção mais genérica, científico, artístico, industrial, é uma das mais brilhantes manifestações da civilização deste século” (CEARENSE, 1882, p. 2).

Acompanhar relatórios de presidentes de província e conferências populares é vislumbrar um consenso, entre os que debatiam ques-

tões pertinentes sobre o ensino no país,⁶ de que um congresso científico era um momento importante para a configuração de ações para a instrução como um todo, atingindo um público maior do que uma conferência. Todavia, apesar de uma aparente consonância sobre a pertinência de um congresso desse porte, o panorama político e orçamentário não permitia sua concretização; contudo, as proposições descritas nas teses sobre as questões apresentadas, principalmente no que tinha relação com a materialidade escolar, permaneceram. E é para elas que nos voltaremos a seguir.

As carteiras escolares entram em cena no congresso de instrução

Os debates mais relevantes sobre mobiliário escolar e, especialmente, carteiras escolares, se o congresso se tivesse concretizado, teriam tido lugar por ocasião da discussão do quinto ponto - “Classificação das Escolas Primárias – Disciplinas que devem ser ensinadas – Material Escolar” (BRASIL, 1884). Os conferencistas que dele tratariam seriam, respectivamente, os professores Januário dos Santos Sabino, José Manoel Garcia, Manoel Olympio Rodrigues da Costa e a professora Rosalina Pereira Frazão.

Januário dos Santos Sabino era professor público primário desde 1872 (GAZETA DE NOTÍCIAS, 1882, p. 1), atuando, na década de 1880, como professor da 2ª escola de meninos da Lagoa (GAZETA DE NOTÍCIAS, 1881, p. 3) e estava envolvido com o associativismo docente da Corte, tendo sido presidente do Grêmio de Professores Públicos Primários (GAZETA DE NOTÍCIAS, 1882, p. 1). Era, também, com Antonio Estevão da Costa, autor do *Segundo Livro do Curso Metódico de Leituras* (GAZETA DE NOTÍCIAS, 1883).

José Manoel Garcia era natural da província do Maranhão, mestre em artes pela Universidade da Pensilvânia e doutor em Filosofia (JORNAL DO COMÉRCIO, 1884, p. 3). Atuou, dentre outros cargos, como professor da cadeira de português da Escola Normal da Corte (JORNAL DO COMÉRCIO, 1881, p. 1), como diretor dos cursos noturnos mantidos pela Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (JORNAL DO COMÉR-

6 Grupos diversos debatiam as questões concernentes à instrução pública no país, como aqueles que ocupavam cargos no governo imperial, mas, segundo Bastos (2002; 2003), Schueler (2005), Carula (2007), Gondra-Schueler (2008) e Costa (2012), também grupos de intelectuais, religiosos, sociedades e associações diversas.

CIO, 1882, p. 1) e criador, no Externato do Colégio Pedro II, de um curso secundário feminino (JORNAL DO COMÉRCIO, 1883, p. 1).

Manoel Oympio Rodrigues da Costa, antes de sua chegada à Corte, atuou como professor público na Bahia (JORNAL DO COMÉRCIO, 1882). Já no Rio de Janeiro, na década de 1880, o encontramos como professor vitalício da cadeira de português do Imperial Colégio Pedro II (JORNAL DO COMÉRCIO, 1883, p. 1), professor interino da Escola Normal da Corte, na cadeira de pedagogia e prática do ensino primário em geral (O APÓSTOLO, 1880, p. 2) e membro do conselho da Caixa de Beneficência do Corpo Docente (JORNAL DO COMÉRCIO, 1882, p. 2).

Rosalina Pereira Frazão, junto com Maria Guilhermina Loureiro de Andrade e Thereza Pizzaro Filha, foi uma das três mulheres a ter seu trabalho publicado nas *Atas e Pareceres* do Congresso de Instrução de 1883 (MONÇÃO, 2019). Era esposa do também professor Manoel Frazão (SCHUELER, 2002) e, como ele – apesar da busca por seu nome não haver retornado tantos resultados nos jornais da época quanto a do marido, quiçá por sua condição de gênero num mundo de magistério que só então começava a se feminizar (ALMEIDA, 2006) – bastante ativa nos debates sobre instrução, como os realizados nas conferências pedagógicas (SCHUELER, 2002). Na década de 1870, aparece como proprietária de uma escola particular de meninas na Lagoa (SCHUELER, 2007) e professora pública vitalícia da terceira escola da Freguesia da Glória, na década de 1880 (GAZETA DE NOTÍCIAS, 1884, p. 1).

Uma constatação feita pelos conferencistas em relação à materialidade da escola primária oitocentista era, como já observou Valdeniza Maria da Barra (2008), o de sua falta como empecilho para um projeto de escolarização das massas a ser conduzido pelos professores. É o que pontuou Januario dos Santos Sabino (1884, p. 6): “É aqui que a nossa pobreza toca a miséria; sem casas apropriadas, sem mobília conveniente, sem utensis, isto é, sem organização material, a regularidade do ensino é um milagre do zelo do professor”. José Manoel Garcia, por sua vez, foi mais adiante, descrevendo toda a materialidade de que necessitava uma sala de aula para seu bom funcionamento:

A mobília, bem como o local das escolas, deve corresponder necessariamente ao modo de organização que se adotar, e por isso faz-se mister prover cada jardim de crianças de mesas, vitrinas, bancos de encosto em número suficiente, conforme o tamanho da sala; e cada uma das elementares, das complementares e

das de adultos, tanto de estrados, secretárias, cadeiras e tímpanos para os professores ou professoras, como de assentos, carteiras, armários, caixas econômicas e lavatórios para os alunos (GARCIA, 1884, p. 10).

Garcia faz, aqui, a defesa não somente da materialidade da escola, mas dos diferentes tipos de escola que deveriam atender à crescente demanda pela escolarização no seu tempo: jardins de infância para as crianças pequenas – por sinal, objeto de um ponto específico a ser discutido no congresso de instrução (MONÇÃO, 2020); escolas elementares e complementares para as crianças em idade de escolarização e escolas para adultos trabalhadores, alvos de uma instrução tardia, sobretudo após a Reforma Eleitoral de 1881, que, para a qualificação como eleitor, exigia do cidadão que fosse alfabetizado. Para todas essas escolas, ele considerava necessárias mobílias específicas, com destaque para as *carteiras*, ausentes, somente, dos jardins de infância.

Rosalina Frazão, ao começar a discorrer sobre mobília escolar, vai direto ao ponto, afirmando: “Depois da casa [escolar], tem o primeiro lugar os bancos e as mesas para trabalho dos meninos” (FRAZÃO, 1884, p. 8). De fato, boa parte da reflexão sobre o mobiliário feita pelos conferencistas centrou-se nesse ponto que Rosalina, com mais ênfase, e José Manoel Garcia, em síntese, consideravam fundamental: como deveriam ser as mesas e bancos, ou melhor, as carteiras escolares sobre as quais se sentariam os alunos durante os trabalhos escolares. Desse debate emergem pontos que, em seu conjunto, tentam delinear o tipo ideal de carteira escolar a ser adotada nas escolas.

Ao discutir o modelo de carteira a se adotar, José Manoel Garcia e Rosalina Frazão revelam estar a par daquilo que Diana Vidal (2009) denominou de circulação transacional de sujeitos e objetos, defendendo, para tal adoção, modelos estrangeiros, presentes no Brasil e em outros países. José Manoel Garcia, nesse ínterim, defendia que, para “as aulas complementares e de adultos”, eram mais apropriadas as cadeiras-carteiras de tipo americano, que se usavam no externato do Imperial Colégio Pedro II” (GARCIA, 1884, p. 10). Já Rosalina Frazão, discorrendo um pouco mais, parece aproximar-se dos modelos franceses, defendidos por Mr. Bagnaux:

Este ponto tem sido tão discutido que nada poderei acrescentar que adiante ideia. Nas já referidas Conferências Pedagógicas da Soborna na sessão de 27 de

agosto de 1878, uma autoridade muito competente, Mr. Bagnaux, delegado cantonal em Paris, expôs magistralmente os inconvenientes de diversos sistemas defeituosos de bancos e mesas adotados por toda parte e menciona regras que já vi observadas na escola da Imperial Quinta da Boa Vista, em uma visita que lhe fiz (FRAZÃO, 1884, p. 8).

Embora, nesse ponto, os conferencistas não nos deem maiores explicações, sabemos que os bancos-carteiras de modelo americano eram, geralmente, de um ou dois lugares, com a base feita em ferro e tampo em madeira, como os fabricados pela Fábrica Röhre & Irmãos na Corte Imperial (ANJOS, 2019). Em termos higiênicos, eram, como tudo que se fabricava em ferro no Oitocentos, considerados os mais adequados e ergonômicos, já que geralmente contavam com mecanismos que permitiam ser articulados e eram mais resistentes que os móveis feitos de madeira.

Já a referência feita por Rosalina Frazão às Conferências Pedagógicas da Soborna particularmente à de M. de Bagnaux, é duplamente reveladora. De uma parte, confirma que os saberes higiênicos em circulação no Oitocentos sobre as características adequadas que deveriam estar presentes na fabricação das carteiras escolares – tema central da referida conferência francesa, que comparou diversos tipos de mobílias, chegando ao ponto de sugerir as medidas exatas que garantiriam a boa ergonomia desse móvel, adaptando-o ao corpo dos diferentes alunos (BAGNAUX, 1880) – atravessaram o oceano e chegaram a formar o repertório pedagógico de professores primários, como o da própria Rosalina. Por outro lado, anuncia uma característica que diferenciava a conferência de Rosalina das demais aqui analisadas: o recurso constante a uma autoridade – no sentido medieval do termo (VERGER, 1999) –, geralmente especializada e masculina, para referendar suas ideias femininas sobre instrução. Talvez fruto de desigualdades de gênero por ela percebidas e experienciadas, mas que se refletiam em sua forma de participação no congresso de instrução.

Outro aspecto sobre o qual se discutiria no congresso pode ser resumido na seguinte pergunta: Com quantos lugares se faz uma carteira escolar? Os bancos de quatro lugares – então os mais disseminados nas escolas do Império –, segundo Januário dos Santos Sabino, eram os mais inconvenientes à disciplina escolar e ao aprendizado da escrita:

Passando à mobília, vemos que os bancos carteiras, ou por causa do acanhamento das salas ou por qualquer outra razão econômica, ainda são distribuídos na razão de 1 para 4 alunos, o que não só prejudica a disciplina escolar, mas dificulta sumamente o processo da escrita (SABINO, 1884, p. 6).

Januário, do alto de sua experiência como professor primário, certamente sabia que as crianças eram bastante ativas no processo de escolarização (ANJOS, 2018) e recorda, por isso, o inconveniente de comportá-las em grupos de quatro nos bancos escolares, já que assim se podiam entreter em outros fazeres que não os ordinários (CHARTIER, 2000) da sala de aula. Também a escrita era dificultada pelo pouco espaço que cabia a cada aluno na mesa assim dividida. Por isso, para o professor Sabino, o ideal – a se julgar pelas dimensões existentes nas escolas primárias do período, que não poderiam, a seu ver, comportar bancos individuais por falta de espaço – seria “distribuir os bancos na razão de um para dois alunos, já que o acanhamento das salas em que funcionam as escolas não permite que cada um tenha o seu, como, a bem da disciplina, fora para desejar” (SABINO, 1884, p. 7). Perceba-se como o professor, de novo, insiste na tecla da disciplina: esta seria mais bem guardada não no banco de dois lugares – uma espécie de solução intermediária –, mas somente no banco individual.

Sem dúvida, a carteira individual era o modelo considerado mais adequado ao ensino pelos conferencistas. Em se tratando de escolas mistas, era o moralmente indicado, segundo o dr. José Manoel Garcia:

A respeito dos assentos e carteiras para alunos tem-se (sic) suscitado questões de alto interesse sob o duplo ponto de vista da higiene e da pedagogia. Prescindindo da discussão por amor da brevidade, declaro que de quantos tipos pude examinar de visu [sic] e de quantos nos dão notícia o relatório de Mr. Braum, os do Congresso Belga e as monografias de Mr. Narjoux, para as escolas mistas prefiro o do Orphilinato Rotschild, com assento isolado, por ser o mais simples e o mais cômodo. Uma vez que se lhe dê tamanho proporcionado à idade e desenvolvimento físico dos alunos, presta-se ele a arredá-los das distrações, oferece garantia de moralidade e não embarça o asseio das aulas (GARCIA, 1884, p. 10).

José Manoel Garcia, ao discorrer sobre o melhor modelo de carteiras para alunos, demonstra, mais uma vez, conhecimento de modelos estrangeiros em circulação – no caso, o do orfanato mantido pelos ricos Rotschild, em Paris, e aqueles de que teve notícia do Congresso Belga de Instrução Pública de 1880, e em relatórios de autoridades de ensino estrangeiras. Mas, vai além.

Embora não explique, podemos inferir que sua preferência pelo assento individual para escolas mistas se devia a questões de “garantia de moralidade”, fosse por permitir a devida separação entre corpos masculinos e femininos – público-alvo desse tipo de escola –, fosse por ser objeto de múltiplos discursos que o desqualificavam, sobretudo nos anos finais do Império, pela consequente mistura dos sexos, ao mesmo tempo em que possibilitava a expansão da oferta por escolarização.

Ademais, o banco individual evitaria distrações e asseguraria o mais fácil asseio das salas de aula. O banco individual, porém, só alcançaria tais benefícios se fosse produzido com “tamanho proporcionado à idade e desenvolvimento físico dos alunos”. Voltaremos a esse ponto da ergonomia mais adiante.

Os modelos individuais possuíam, ainda, outras vantagens, que foram objeto de destaque no parecer do professor Manoel Olympio Rodrigues da Costa:

Quanto a mobília, eu entendo que o sistema de uma só carteira e um só banco para cada aluno deve ser preferido; a disciplina ganha pela facilidade das evoluções na aula; a educação lucra, porque o aluno se habitua a responsabilidade de seus atos, a qual, com esta mobília, não pode tão facilmente ser dividida com os outros (COSTA, 1884, p. 12).

Uma vez mais, razões de ordem disciplinar aconselhavam a adoção da carteira individual, sobretudo porque cada aluno se tornaria responsável pelos atos ocorridos no lugar que ocupava no interior da sala de aula! Rosalina Frazão também fazia a defesa dos bancos-carteiras individuais, embora não deixasse de reconhecer que, na prática, sua utilização fosse mais problemática. De novo recorrendo a uma autoridade masculina para expor seu pensamento, transcrevendo parte do relatório do dr. Antonio de Paula Freitas, responsável pela confecção da mobília da Escola Imperial da Quinta da Boa Vista, fez suas as palavras dele:

Outra questão, que vem ao caso, é a dos lugares em cada mesa: se apenas um, se dois ou se mais. As mesas com um lugar são racionalmente as mais convenientes, porque os alunos ficam inteiramente separados uns dos outros; mas na prática nem sempre são as preferidas por motivos de economia e de falta de espaço. Na Escola Imperial [da] Quinta as mesas dão lugar a um só aluno, o qual, além das comodidades apontadas, encontra para seu uso um tinteiro embutido na tábua da mesa, uma pequena cavidade para guardar a caneta ou o lápis; e na parte inferior da tábua, uma prateleira para depositar os livros (FRAZÃO, 1884, p. 9, grifos do autor).

Aqui, a separação de corpos comparece como argumento disciplinar a aconselhar a adoção da carteira individual, porque nela “os alunos ficam inteiramente separados uns dos outros” (FRAZÃO, 1884, p.9). Em escolas como a da Quinta da Boa Vista, o resultado teria sido dos melhores, havendo, inclusive, compartimentos para guardar os utensílios de escrita e leitura, trazendo maior comodidade ao trabalho escolar. Mas, na maioria das escolas, a carteira escolar individual acabava sendo preterida por falta de espaço. Era, como temos notado, uma equação de difícil solução: a melhor carteira escolar era a individual, mas adotá-la requeria um espaço de que as escolas oitocentistas nem sempre dispunham.

Por essa razão, conquanto também defendesse a superioridade da carteira de um só lugar sobre as demais, o professor Manoel Olympio Rodrigues da Costa não deixou de refletir sobre as limitações para sua adoção generalizada nas escolas do Império:

As carteiras individuais demandam, porém, muito espaço. Uma sala de 1200 palmos quadrados não poderá conter mais de 60 meninos, deixados os corredores intermédios para as evoluções e as laterais e o fundo da sala para os exercícios nos grupos. Este sistema se pode adaptar melhor às condições do espaço, construindo mesas ou carteiras para 2 alunos e assento separado para cada um.

Quanto até hoje nas estreitas e mal alumadas salas de nossas escolas se apinham, e por muito tempo se apinharam, centenas de crianças em espaço que, a seguir-se os preceitos dos mestres, não caberia uma quinta parte, não é tão pouco que demos um passo, alargando o cômodo de cada menino (COSTA, 1884, p. 12).

O professor Manoel Olympio tinha em sua mente um tipo de escola que deveria abrigar grandes contingentes de estudantes, de modo que o uso da carteira individual, dependendo do tamanho da sala de aula, limitaria essa cifra a 60 alunos! Uma alternativa seria recorrer à conhecida solução meio-termo, aqui acrescida de uma novidade: bancos-carteiras de dois lugares, mas com assentos individuais. Se não era viável alargar o espaço dos alunos com uma carteira individual, ao menos seria possível ir “alargando o cômodo de cada menino”.

Por fim, questões de ordem ergonômica também foram consideradas pelos conferencistas. A crítica que se fazia era em torno da bitola, isto é, dos tamanhos disponíveis dos bancos. Sobre isso se manifestou Januário dos Santos Sabino: “... havendo só duas bitolas destes bancos e não podendo elas corresponder aos diferentes tamanhos da criança, fica esta sujeita a todos os perigos que um tal defeito acarreta”. Para ele, era necessário aumentar os tamanhos dos bancos disponíveis para a infância (SABINO, 1884, p. 7).

Mais demoradamente sobre a questão das bitolas deteve-se a professora Rosalina Frazão, novamente recorrendo ao relatório do dr. Antonio de Paula Freitas. Falando da opção pela produção de bancos e mesas firmes, não reguláveis – ao contrário de vários modelos americanos e franceses, então em circulação – este engenheiro, segundo citação dele feita pela professora primária, propunha, em contrapartida, vários tipos de bitolas, capazes de tornar os bancos adaptáveis aos diferentes tamanhos dos alunos, ainda que os móveis fossem fixos e grudados por parafusos:

Este inconveniente [o dos bancos ou mesas grudados por parafusos] fez preferir os bancos e mesas firmes, sem molas nem parafusos, sem prejuízo entretanto das dimensões e proporções gerais de cada uma das peças.

É claro que para este fim bastará adotar um certo número de bitolas que se acomodem às idades, ou antes, às estaturas dos alunos, desde o menino de 5 anos até o adulto.

Para os bancos teve-se em vista que a altura da tábua fosse igual ao comprimento da perna do aluno até a dobra do joelho, a profundidade da mesma [a largura] igual ao comprimento do fêmur; a tábua do assento ligeiramente inclinada de diante para trás cerca de 5%; o encosto construído de maneira a servir

de apoio às costas na região lombar, a fim de impedir que o peso do corpo se exerça sobre os rins, e não excedendo dessa altura a fim de não motivar a preguiça do aluno.

Para as mesas admite-se geralmente que a tábua seja ligeiramente inclinada de 10 a 12% para o lado dos bancos e a borda superior chegue a altura do côncavo do estômago, dessa forma o aluno, repousando o antebraço sobre a mesa, poderá não só escrever mantendo o corpo em uma posição favorável sem afastar-se do encosto do banco, como a vista em uma distância da escrita relativamente a mais racional.

Peço licença para interromper a exposição do ilustrado engenheiro, observando que eu acho um pouco forte esta inclinação de 10 a 12%. Quer me parecer que uma inclinação mais suave seria preferível (FRAZÃO, 1884, p. 8, grifos do autor).

Como se nota, o fato de as escolas primárias oitocentistas ainda serem frequentadas por crianças de diversas idades – afinal, estamos no período anterior ao da instalação da escola primária graduada, com a racionalização etária das classes escolares (SOUZA, 1998) – impunha que as carteiras escolares fossem pensadas para uso desses diferentes corpos, “desde o menino de 5 anos até o adulto”, escrevia o engenheiro Paula Freitas pela pena de Rosalina Frazão. O que definiria com precisão os tamanhos era a adequação das medidas a certas partes do corpo do estudante, como “a altura da tábua [...] igual ao comprimento da perna do aluno até a dobra do joelho” ou “a profundidade da mesma igual ao comprimento do fêmur”, e assim por diante. Percebe-se aí o esforço em tornar a mobília escolar, particularmente as carteiras escolares, adequadas aos usos que delas se fariam efetivamente: serem adaptáveis aos estudantes que nelas deveriam sentar-se para ali terem os seus aprendizados. Se possível, carteiras individuais. Quando não, carteiras minimamente adaptadas ao papel que desempenhariam no processo de escolarização.

Considerações finais

Ao longo deste artigo, perseguimos um duplo objetivo: compreender o movimento de organização do Congresso de Instrução em 1883 e identificar que modelos de carteiras foram debatidos e indicados como os mais adequados para serem utilizados nas escolas.

Em relação ao primeiro objetivo, evidenciou-se que, apesar de um clima intelectual favorável à realização de um congresso de instrução em 1883 – como uma espécie de coroamento de debates que vinham sendo realizados desde a década anterior – as mudanças políticas e a crise orçamentária frustraram sua realização, legando, contudo, um importante registro desse evento não realizado: as *Atas e Pareceres* do Congresso de Instrução, através das quais é possível, ainda hoje, ter-se uma ideia do que seria discutido naquela ocasião.

No que toca ao segundo objetivo, interrogando esse mesmo legado, percebemos que a carteira escolar individual, por motivos de ordem disciplinar e ergonômica, foi considerada, por parte dos conferencistas do quinto ponto do congresso de instrução, a mais adequada para ser utilizada nas escolas. Contudo, por razões de espaço físico disponível nas escolas, nem sempre esse modelo poderia ser adotado, o que levava, por vezes, a se propor um meio-termo entre as carteiras de dois lugares ou de dois lugares com assentos separados. A maior discussão sobre o melhor tipo de carteira estava relacionada ao melhor rendimento e aproveitamento por parte dos alunos da instrução recebida, a ponto de se recomendar que as carteiras fossem adaptadas aos corpos dos estudantes e a suas diferentes idades.

Este estudo sobre o I Congresso de Instrução de 1883 e a discussão sobre as carteiras escolares como uma questão de materialidade anuncia, finalmente, a relevância de se mapearem essas reflexões em outras fontes do período, bem como nos autores e eventos mencionados por alguns dos conferencistas aqui analisados, a fim de perceber se as vozes capturadas configuram uma tendência ou uma posição específica em relação à materialidade das carteiras escolares nos anos finais do período imperial.

Referências

ALCÂNTARA, W. A transnacionalização de objetos escolares no fim do século XIX. **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material**, v. 24, n. 2, p. 115-159, 2016. DOI: 10.1590/1982-02672016v24n0204. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/anaismp/article/view/122775>. Acesso em: 22 jun. 2020.

ALMEIDA, J. S. Vestígios para uma reinterpretação do magistério feminino em Portugal e no Brasil a partir do século XIX. In: SAVIANI, Dermeval *et al.*

O legado educacional do século XIX. Campinas: Autores Associados, 2006, p. 133-216.

ANJOS, J. J. T. Para uma história da protoindústria escolar no Brasil Império: a Fábrica Röhe & Irmãos e seus bancos-carreira. **Educar em Revista**. Curitiba, v. 35, n. 76, p. 71-94, jul./ago. 2019.

ANJOS, J. J. T. **Uma trama na História:** a criança no processo de escolarização primária nas últimas décadas do período imperial. Curitiba: Editora da UFPR, 2018.

ARRIADA, E.; TAMBARA, E. A cultura escolar material, a modernidade e a aquisição da escrita no Brasil no século XIX. **Educação**. Porto Alegre, v. 35, n. 1, p. 73-88, jan./abr. 2012.

BAGNAUX, M. Conférence sur le mobilier de classe... *In: Les conférences pédagogiques faits aux instituteurs délégués a l' Exposition Universelle de 1878*. Paris: Librairie Ch. Dalegrave, 1880, p. 369-452.

BARRA, V. M. L. Condições materiais para o exercício docente: sinais de um projeto educacional oitocentista. **Cadernos de História da Educação**. Uberlândia, v. 7, p. 165-177, 2008.

BARRA, V. M. L. Possíveis relações entre aspectos materiais (espaço, mobiliário e utensílios), modos de organização da escola e intervenções de ensino. **Revista Brasileira de História da Educação**. Campinas, n.14, maio/ago. 2007.

BASTOS, M. H. C. A educação como espetáculo. *In: STEPHANOU, M.; BASTOS, M. H. C (orgs.). História e memórias na educação do Brasil*. Vol. II: Século XIX. Petropolis: Editora Vozes, 2005. p. 116-131.

BASTOS, M. H. C. As conferências pedagógicas dos professores primários do município da corte: permuta das luzes e ideias (1873-1886). SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 22, João Pessoa. **Anais [...]** João Pessoa: UFPB, 2003.

BASTOS, M. H. C. Conferências Populares da Freguesia da Glória (1873-1890). *In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO*, 2. Natal. **Anais [...]** Natal: UFRN, 2002.

BRASIL. **Atas e Pareceres do Congresso de Instrução**. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1884.

CARULA, K. **As Conferências Populares da Glória e as discussões do darwinismo na imprensa carioca (1873- 1880)**. 2007. 179f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual de Campinas. Campinas, São Paulo.

CASTRO, R. X. S; SILVA, V. L. G. Cultura Material da Escola: entram em cena as carteiras. In: SILVA, V. L. G; PETRY, M. G. (Orgs.). **Objetos da escola: espaços e lugares de constituição de uma cultura material escolar** (Santa Catarina – séculos XIX e XX). Florianópolis: Insular, 2012.

CEARENSE. Fortaleza, 18 jan. 1882.

CHARTIER, A-M. Fazeres ordinários da classe: uma aposta para a pesquisa e para a formação. **Educação e Pesquisa**. São Paulo, v. 26, n. 2, p. 157-168, jul./dez. 2000.

COLLICHIO, T. A. F. Dois eventos importantes para a História da Educação Brasileira: a Exposição Pedagógica de 1883 e as Conferências Populares da Freguesia da Glória. **Revista Faculdade de Educação**. v.13, n. 2, p. 5-14, jul./dez. 1987.

CONGRESSO PEDAGÓGICO. Ato do Governo Imperial. In: **Gazeta Médica da Bahia** (publicação mensal), a. XV, n. 7, jan. 1883.

COSTA, A. L. J. **O educar-se das classes populares oitocentistas no Rio de Janeiro: entre a escolarização e a experiência**. 2012. (Doutorado em Educação) - Universidade do Estado de São Paulo, São Paulo, 2012.

COSTA, M. O. R. Classificação das escolas primárias – Disciplinas que devem ser ensinadas – Material escolar. In: **Atas e Pareceres do Congresso de Instrução**. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1884.

ESCOLANO, A. **Repensar la cultura material de la escuela: acotaciones y comentarios**. Macerata, 2017 (mimeo.)

FELGUEIRAS, M. L. Materialidade da cultura escolar. A importância da museologia na conservação/comunicação da herança educativa. **Proposições**, v. 16, p. 87-102, jan./abr. 2005.

FRAZÃO, R. P. Classificação das escolas primárias – Disciplinas que devem ser ensinadas – Material escolar. In: **Atas e Pareceres do Congresso de Instrução**. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1884.

GARCIA, J. M. Classificação das escolas primárias – Disciplinas que devem

ser ensinadas – Material escolar. In: **Atas e Pareceres do Congresso de Instrução**. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1884.

GAZETA DA TARDE. Rio de Janeiro, 31 maio 1883.

GAZETA DE NOTÍCIAS. Rio de Janeiro, 15 mar. 1884.

GAZETA DE NOTÍCIAS. Rio de Janeiro, 16 jun. 1883.

GAZETA DE NOTÍCIAS. Rio de Janeiro, 19 jul. 1883.

GAZETA DE NOTÍCIAS. Rio de Janeiro, 24 dez. 1882.

GAZETA DE NOTÍCIAS. Rio de Janeiro, 30 out. 1881.

GAZETA DE NOTÍCIAS. Rio de Janeiro, 8 ago. 1882.

GONDRA, J. G.; SCHUELER, A.. **Educação, Poder e sociedade no império brasileiro**. São Paulo: Cortez, 2008.

JORNAL DO COMÉRCIO. Rio de Janeiro, 1 abr. 1881.

JORNAL DO COMÉRCIO. Rio de Janeiro, 15 jul. 1884.

JORNAL DO COMÉRCIO. Rio de Janeiro, 20 jul. 1882.

JORNAL DO COMÉRCIO. Rio de Janeiro, 22 jul. 1882.

JORNAL DO COMÉRCIO. Rio de Janeiro, 4 nov. 1883.

JORNAL DO COMÉRCIO. Rio de Janeiro, 5 jun. 1882.

JORNAL DO COMÉRCIO. Rio de Janeiro, 8 jul. 1883.

LOURENÇO FILHO. Congresso e Conferência de Educação. Rápida resenha histórica. In: **Primeiro Congresso Nacional de Educação**. Ministério da Educação e Saúde: Serviço de Documentação, 1946. p. 5-8.

LUCROS E PERDAS. Rio de Janeiro, 2. ed. 1883.

MENESES, U B. A exposição museológica e o conhecimento histórico. In: FIGUEIREDO, B. G.; VIDAL, D. G. (Orgs.). **Museus: dos Gabinetes de curiosidades à museologia moderna**. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2005.

MONÇÃO, V. M. Debates sobre jardins de infância no Congresso de Instrução (Rio de Janeiro, 1883). **Caminhos da educação: diálogos, culturas, diversidades**. Teresina, v. 2, p. 43-67, 2020.

MONÇÃO, V. M. O Congresso da Instrução (1883): análise sobre a atuação feminina e as proposições sobre a educação infantil. SEMINÁRIO INTERNACIONAL AS REDES EDUCATIVAS E AS TECNOLOGIAS, 10., Rio de Janeiro. **Anais [...]** Rio de Janeiro: UERJ, 2019.

O APÓSTOLO. Rio de Janeiro, 9 abr. 1880.

O GLOBO. Rio de Janeiro, 11 jan. 1883.

O GLOBO. Rio de Janeiro, 12 jan. 1883.

O GLOBO. Rio de Janeiro, 19 jan. 1883.

O ORBE. Rio de Janeiro, 11 mar. 1883.

O ORBE. Rio de Janeiro, 20 maio. 1883.

PERES, E.; SOUZA, G. Aspectos teóricos-metodológicos da pesquisa sobre cultura material escolar: (im)possibilidades de investigação. In: CASTRO, C. A. et al. (Orgs.). **Cultura material escolar: a escola e seus artefatos** (MA, SP, PR, SC e RS) – 1870/1925. São Luís: EDUFMA: Café & Lápis, 2011.

PESEZ, J-M. História da Cultura Material. In: LE GOFF, J. (Org.). **A História Nova**. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

REVISTA ILLUSTRADA. Rio de Janeiro, A. 8, n. 345, 1883.

SABINO, J. S. Classificação das escolas primárias – Disciplinas que devem ser ensinadas – Material escolar. In: **Atas e Pareceres do Congresso de Instrução**. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1884.

SANTOS, H. H. M.; MIGNOT, A.C.V. Com a palavra, as carteiras escolares. In: SILVA, V.L.G.; SOUZA, G.; CASTRO, C. A. (Orgs.). **Cultura material escolar em perspectiva histórica: escritas e possibilidades**. Vitória: EDUFES, 2018.

SCHUELER, A. F. M. **Culturas escolares e experiências docentes na cidade do Rio de Janeiro (1854-1889)**. 2002. (Doutorado em Educação) - Universidade Federal Fluminense, Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2002.

SCHUELER, A. F. M. Professores primários como intelectuais da cidade: um estudo sobre produção escrita e sociabilidade intelectual (Corte Imperial, 1860-1889). **Revista de Educação Pública**. Rio de Janeiro, v. 32, p. 50-65, 2007.

SCHUELER, A. F. M. Representações da docência na imprensa pedagógica da Corte imperial (1870- 1889): o exemplo da instrução pública. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 31, n. 3, p. 379-390, set./dez. 2005.

SILVA, J. T. **Fala dirigida à Assembleia Legislativa Provincial, em 16/03/1876**. Maceió. Typ do Jornal das Alagoas, 1876.

SILVA, V. L. G.; SOUZA, G. Objetos de utilidade prática para o ensino elementar: museus pedagógicos e escolares em debate. *In*: SILVA, V. L. G.; SOUZA, G.; CASTRO, C. A. (Orgs.). **Cultura material escolar em perspectiva histórica: escritas e possibilidades**. Vitória: EDUFES, 2018.

SOUZA, R. F. História da Cultura Material Escolar: um balanço inicial. *In*: BENCOSTTA, M. L. (Org.). **Culturas escolares, saberes e práticas educativas: itinerários históricos**. São Paulo: Cortez, 2007.

SOUZA, R. F. **Templos de civilização: a implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo (1890-1910)**. São Paulo: Edunesp, 1998.

VERGER, J. **Homens e saber na Idade Média**. Bauru: Edusc, 1999.

VIDAL, D.G. A invenção da modernidade educativa: circulação internacional de modelos pedagógicos no Oitocentos. *In*: CURY, C. E.; MARIANO, S. (Orgs.). **Múltiplas visões: cultura histórica no Oitocentos**. João Pessoa: Editora da UFPB, 2009, p. 37-58.

Recebido em: agosto/2020.

Aceito em: setembro/2020.

Rumo ao interior: móveis e objetos numa escola rural de Antônio Prado/RS (1899 - 1912)

Terciane Ângela Luchese¹
Manuela Ciconetto Bernardi²

RESUMO

Os caminhos percorridos – produção, circulação e distribuição – de móveis e objetos escolares, de sua feitura ao espaço de uma sala de aula localizada no interior do Rio Grande do Sul, mais precisamente no município de Antônio Prado, são o foco do presente texto. A análise documental histórica das evidências apresentadas no livro de registros de inventário da 5ª aula pública mista, entre os anos de 1907 e 1910, somada às correspondências, jornais, relatórios de intendentess e fotografia, compõem a empiria pensada à luz das contribuições da História Cultural e da História da Educação. As minúcias do cotidiano escolar rural do início do século XX, na Serra Gaúcha, são pensadas pelas materialidades possíveis e disponíveis no interior da 5ª aula pública de Antônio Prado, em que lecionava a professora Natalina Maeffer. A artesanania e a industrialização de objetos e móveis escolares produzidos e distribuídos por meio da ação do poder público, com interdições da comunidade local, permitem pensar atravessamentos e nuances que matizaram o cotidiano daquela escola rural.

Palavras-chave: Móveis e objetos escolares. Cultura material. Escola rural.

1 Doutora em Educação. Professora nos Programas de Pós-Graduação em Educação e em História da Universidade de Caxias do Sul (UCS). Bolsista produtividade científica do CNPq e pesquisador gaúcho, FAPERGS. ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-6608-9728>. Email : taluches@ucs.br.

2 Bibliotecária. Mestranda no Programa De Pós-Graduação em Educação da Universidade de Caxias do Sul (UCS). Bolsista do Programa PROSUC/CAPEs. ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-0130-4845>. Email: mcbernardi1@ucs.br.

Towards the countryside: furniture and objects at a rural school in Antônio Prado / RS (1899-1912)

ABSTRACT

The paths taken - production, circulation and distribution - of school furniture and objects, from their making to the space of a classroom located in the countryside of Rio Grande do Sul, more precisely in the town of Antônio Prado, are the focus of the present text. The historical documentary analysis of the evidence presented in the inventory book of the 5th mixed public class, among the years 1907 and 1910, added to the correspondence, newspapers, reports of intendants and photography, compose the empiry thought in the light of the contributions of Cultural History and of the History of Education. The minutiae of the rural school routine in the beginning of the 20th century in the Serra Gaúcha are thought by the possible and available materialities and within the 5th public class of Antônio Prado, where the teacher Natalina Maeffer taught. The craftsmanship and the industrialization of school objects and furniture produced and distributed through the action of the public power, with interdictions from the local community, allow us to think about crossings and nuances that colored the daily life of that rural school.

Keywords: School furniture and objects. Material culture. Rural school.

Hacia el interior: muebles y objetos en una escuela rural de Antônio Prado /RS (1899-1912)

RESUMEN

Los caminos recorridos – producción, circulación y distribución – de muebles y objetos escolares, de su elaboración de acuerdo con el espacio de una aula ubicada en el interior de Rio Grande do Sul, más precisamente en el Ayuntamiento de Antônio Prado, son el enfoque del presente texto. El análisis documental histórico de las evidencias presentadas en el libro de registros de inventario de la Quinta escuela pública mixta, entre los años de 1907 a 1910, sumada a las correspondencias, los periódicos, los informes de alcaldes y la fotografía, componen el conjunto de fuentes considerado a la luz de las aportaciones de la Historia Cultural y de la Historia de la Educación. Las minucias del vivir cotidiano escolar rural del inicio del siglo XX en la sierra de Rio Grande do Sul son pensadas

por las materialidades posibles y disponibles en el interior de la Quinta escuela pública de Antônio Prado en la que enseñaba la profesora Natalina Maeffer. La artesanía y la industrialización de muebles y objetos escolares producidos y distribuidos por medio de la acción del poder público, con interdicciones de la comunidad local, permiten pensar en los obstáculos y los matices que caracterizaron el vivir cotidiano de aquella escuela rural.

Palabras clave: Muebles y objetos escolares. Cultura material. Escuela rural.

Introdução

Transcorria o ano de 1899. Dois importantes acontecimentos, ocorridos em Antônio Prado, interligam-se e são o ponto de partida desta nossa pesquisa: em 11 de fevereiro de 1899, foi instituído o município de Antônio Prado, que até então era distrito de Vacaria, no Estado do Rio Grande do Sul (RS); já aos 20 de novembro, a normalista Natalina Maeffer recebia seu diploma como professora na Escola Normal de Porto Alegre³. Dois fatos distintos, mas que se entrecruzam. Então formada, Natalina prestou concurso e foi nomeada para dar aula na 5ª aula pública mista, escola de Antônio Prado. Rumando para o interior, a professora encontrou condições diferenciadas para a sua prática docente, em um município que recém se constituía, formado por uma maioria de estrangeiros, imigrados da península itálica e da Polônia, os quais, em geral, eram agricultores que há poucos anos haviam se estabelecido no local. É sobre esse município e essa docente, em especial, que trata este artigo.

Assim sendo, o objetivo é analisar os caminhos percorridos – produção, circulação e distribuição – de objetos e móveis escolares, pensando na feitura e no espaço de uma sala de aula localizada no interior do Rio Grande do Sul, mais precisamente no município de Antônio Prado. Para a análise documental histórica, tem-se as evidências apresentadas no livro de registros de inventário da 5ª aula pública mista da professora Natalina Maeffer, ministradas entre 1907 e 1910, bem como as correspondências, jornais, relatórios de intendentes e fotografia compõem a empiria pensada à luz das contribuições da História Cultural e da História da Educação. O recorte temporal abrange os anos de 1899,

3 Conforme noticiado no Jornal A Federação, ano XVI, nº 262, 17/11/1899, p. 02.

quando da constituição do município de Antônio Prado, até 1912, uma vez que, a partir desse ano, os documentos localizados sobre a aula e a escolarização pública assumem outro viés, pois o Decreto Estadual n. 1895, de 23 de dezembro de 1912, forneceu subsídios para o início da expansão do ensino nesse município.

As minúcias do cotidiano que “se inventa com mil maneiras de *caça não autorizada*” (CERTEAU, 1994, p. 38), numa escola rural do início do século XX, na Serra Gaúcha, são pensadas pelas materialidades possíveis e disponíveis no interior da 5ª aula pública de Antônio Prado, na qual lecionava a professora Natalina Maeffer. A artesanania e a industrialização de objetos e móveis escolares produzidos e distribuídos por meio da ação do poder público, com interdições da comunidade local, permitem pensarmos nos atravessamentos e nuances que matizaram o cotidiano daquela escola rural.

A cultura material – constituída por móveis e objetos escolares – pensada por Burke (1992, p. 28), como algo próprio do “campo de ação tradicional dos arqueólogos”, mas que “os historiadores estão começando a competir com eles, se não escavando o passado [...] pelo menos prestando mais atenção aos objetos físicos”. É sobre essas materialidades⁴ que constituem a memória e a cultura da escola sob a qual nos debruçamos a partir do *corpus* documental que faz parte desta pesquisa.

A análise da materialidade provém das possibilidades fornecidas pelas fontes localizadas, já que não analisaremos o objeto, mas, sim, uma fonte que o cita, e, embora restritas para adentrarmos em questões específicas, como o mobiliário em termos de ergonomia, os documentos permitem-nos outras perspectivas que também julgamos efetivas para um diálogo, sendo possível evidenciar as relações desses objetos físicos para/com a sala de aula, bem como auxiliar na compreensão do processo de escolarização do município de Antônio Prado. Cabe destacar, considerando essa proposição, que, apesar das listas nos fornecerem o inventário completo da escola, atentar-nos-emos especialmente à aná-

4 Importantes estudos, que abordam as culturas materiais da escola, indicam o quanto o campo da História da Educação tem produzido análises sobre essa perspectiva investigativa. Em especial, Silva; Petry (2012), Castro (2011), Peres; Souza (2011), Silva; Souza; Castro (2018), bem como mais recentemente o dossiê ‘Artefatos escolares e saberes em apresentação: estudos de cultura material’, organizado por Souza; Silva (2019), no periódico Educar em Revista.

lise do mobiliário, pensando a partir de sua produção, circulação e utilização no ambiente escolar.

Dessa forma, tendo em vista as proposições deste trabalho, embasadas teoricamente, iniciamos com a contextualização de Antônio Prado, durante e após a produção do objeto analisado neste estudo, a fim de investigar os elementos para o diálogo posterior com o inventário. Em seguida, abordamos a análise da escola, discutindo sobre sua constituição, localização, quem eram os alunos e professora, para, então, partir para o quadro com a transcrição e análise do inventário. Tendo-o como objeto de investigação, buscamos compreender a materialidade, com ênfase no mobiliário, mas permitindo o diálogo com os materiais constantes na lista, sinalizando a emergência, utilização e propósito desses materiais no cotidiano da 5ª aula pública mista de Antônio Prado.

Contexto histórico e a escolarização do município de Antônio Prado – RS

Para tecer nossas reflexões, inicialmente, propomo-nos a contextualizar o município de Antônio Prado (RS), bem como o desenvolvimento do processo de escolarização. Sem esses elementos, compreendemos ser necessário marcar o lugar e período do qual tratamos. Sobre isso, Miglioranza e Possamai (2020, p. 515) alegam que “mesmo os acervos guardados em instituições educacionais, pouco nos dizem quando dissociados de seu contexto de produção, circulação e das práticas que lhes deram utilidade e significação”. De fato, compreendemos que é necessário uma visão contextualizada e correlacionada aos diversos elementos para a compreensão e sustentação da análise.

Antônio Prado está localizada no nordeste do Estado do Rio Grande do Sul (RS) e foi “a sexta e última das chamadas antigas colônias da imigração italiana” (BIAVASCHI, 2011, p. 174) a ser criada nesse Estado. Nessa cidade, o estabelecimento dos primeiros imigrantes ocorreu a partir de 1886, sendo eles, em sua maioria, italianos seguido de poloneses (PETROCCHI, 1904, p. 15). Com rápida ocupação e desenvolvimento, conseguiu autonomia para, em 11 de fevereiro de 1899, emancipar-se do município de Vacaria – RS (BIAVASCHI, 2011, p. 174), ao qual pertencia até então como 5º distrito.

O Intendente indicado, pelo Governo Gaúcho para assumir o município, foi o coronel Innocencio de Mattos Miller (BIAVASCHI, 2011,

p. 175), que se manteve no Poder de 1899 a 1906. Ao licenciar-se, assumiu Cristiano Ziegler, seu vice, entre os anos de 1907 a 1910. Além de intendente Miller ocupava o cargo de presidente do Conselho Escolar. A partir da emancipação de Antônio Prado e com intendente, ocorrem diversas mudanças na cidade, como: exploração continuada do território; melhorias nas vias de acesso; instalação de novos bens e serviços, com forte comércio na sede impulsionado pela agricultura, que era a principal atividade desenvolvida na época, indicando um município próspero no início do século XX. A título de exemplo, foi aberta a estrada Júlio de Castilhos, inaugurada em 1902, ligando Antônio Prado à cidade de São João de Montenegro, onde estava sendo instalada a estrada de ferro.

Com relação à população e a despeito do elevado número de nascimentos, houve um decréscimo, principalmente por conta da reemigração interna, isto é, as pessoas se mudavam especialmente para o noroeste do Estado. Na época, Antônio Prado tinha uma população composta por 87% dos residentes morando na zona rural⁵, assim como o restante da Serra Gaúcha⁶, sofreu com o êxodo de parte dessa população⁷, passando de 10.000 habitantes⁸, em 1909, para 7.500 residentes, em 1916. Todavia, é possível notar progressos e emergências nesse período: em se tratando da vida social, foram criados, na cidade, o Clube União⁹ e a Sociedade Pradense de Mútuo Socorro; para auxiliar nas produções agrícolas, a Cooperativa Agrícola de Antônio Prado¹⁰, a qual foi criada em 1911; nas comunicações, um jornal foi criado.

A fotografia¹¹ a seguir retrata a sede do município e seus arredores:

5 ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL DE ANTÔNIO PRADO. Relatório apresentado ao Conselho Municipal em 9 de Novembro de 1915 e Lei do Orçamento para o Exercício de 1916. Innocencio de Mattos Miller. Porto Alegre: Oficinas Graphicas da Casa de Correção, 1916.

6 LA TRASMIGRAZIONE II. La Libertà. Garibaldi, ano 1, n. 50, p. 1, 19 fev. 1910.

7 No que se refere as frentes de colonização, o êxodo foi tão grande que municípios inteiros foram formados por pradenses, a exemplo de Sananduva.

8 A FEDERAÇÃO: Orgam do Partido Republicano (RS). Porto Alegre, ano 26, n. 215, p. 1, 16 set. 1909.

9 A FEDERAÇÃO: Orgam do Partido Republicano (RS). Porto Alegre, ano 28, n. 265, p. 4, 18 nov. 1911.

10 Ela contou com 900 sócios porém também foi impactada pela crise econômica nos anos seguintes.

11 Fotografia de um cartão postal arquivado. Lê-se no verso "As três meninas e o menino são: A morena, Zezinha, Edih e Mauro Castro. Lembrança da praça de Antônio Prado".

Figura 1 - Antônio Prado [17 de Julho de 1911]



Fonte: Cartão Postal – Fundo João Spadari Adami – AHM/JSA

A Figura 1 oferece-nos uma visão ampla da área considerada urbana de Antônio Prado. É possível ver as proximidades com vegetação nativa, a igreja ao fundo e, à sua frente, a praça central, com casas aglomeradas no seu entorno. Como demonstra a foto, o local era pequeno e em desenvolvimento, com ruas delimitadas e expansão de terrenos no seu entorno.

Sobre a temática escolarização, há poucos estudos acadêmicos, mas com os documentos que fazem parte do *corpus* deste estudo é possível traçar um panorama da situação escolar da cidade. O período em que a localidade era ainda “colônia” de Vacaria, até 1899, ficou caracterizado pela baixa quantidade de escolas, chegando a possuir, no máximo, três aulas públicas em todo o território¹². Sem recursos públicos, há indícios de a escolarização desenvolver-se, ao longo desse tempo e após a emancipação, de outras maneiras, a exemplo de uma instrução dada pelas próprias famílias, por meio de escolas étnicas ou, até mesmo, por aulas particulares (MINISTERO..., 1895, p. 87; PETROCCHI, 1904, p. 16; PESCIOLINI, 1914, p. 60).

¹² ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL DE ANTÔNIO PRADO. Quadro de escolas públicas da 1ª região escolar – advindo do Decreto n. 124c de 15 de janeiro de 1898. Folhas avulsas.

Entre 1899 e 1912, podemos verificar a criação de novas escolas, dentre elas, a 5ª Aula Mista, escola-objeto deste nosso estudo. Nesse período, a localidade chega a ter 9 escolas públicas, todavia, há uma instabilidade na maioria delas, principalmente relacionado ao: fechamento, (re)abertura, troca de professores e localização dessas aulas, o que não chega a acontecer com a 5ª Aula Mista, ao menos até o fim do recorte temporal de nossa análise. A escolarização toma outro viés no fim de 1912, principalmente em virtude do Decreto n. 1895, que daria, a esta e outras localidades, subsídios financeiros estaduais para a criação de escolas situadas fora da sede do município, período que fica marcado pela expansão maciça de novas aulas públicas, passando de quatro para quinze escolas até 1914. Feita a contextualização acerca dos aspectos históricos e escolares de Antônio Prado, abordamos, no próximo item, o objeto deste estudo, que é a 5ª aula pública mista.

A 5ª aula pública mista: móveis e objetos

A escola, objeto deste estudo, localizava-se na Linha 10 de Julho, interior de Antônio Prado (RS). Situamos sua criação em 1900, como 5ª aula mista, e sua emergência e fechamento ocorreram concomitante à entrada e saída de Natalina Maeffer¹³. Sabe-se que essa professora foi designada para a sua regência, conforme afirma Lebrun (1935, p. 107):

Em virtude do decreto nº 293 de 8 de fevereiro de 1900, passou a reger a 5ª aula, mista de 1ª entrância da Linha 10 de julho, município de Antonio Prado, assumindo a 2 de março seguinte. Aprovada no concurso urbano a que se submeteu, si bem que inscrita no

13 Com relação à biografia da professora, foi possível localizar seu necrológico que, dentre outras informações, afirmava: "Necrológico. Professora Natalina Maeffer de Mesquita. Com a avançada idade de 92 anos, faleceu dia 20 último, em sua residência a venerada professora Natalina Maeffer de Mesquita que durante 40 anos exerceu o magistério primário neste Estado nas cidades de Gravataí, Antônio Prado e São Leopoldo. Era viúva do Maj. João Carneiro de Mesquita de tradicional família paraibana, que durante vários anos militou na política gaúcha e foi notário em São Leopoldo. A extinta era filha do casal Oto e Rosalina Maeffer, sendo natural desta Capital. Deixou um único filho, o Sr. João Carneiro de Mesquita Filho, do comércio local, sendo irmã da doutora Alice Maeffer Harddeger, a primeira médica formada pela nossa Faculdade de Medicina e da Sra. Delfina Maeffer de Mesquita, ambas falecidas. [...] Seu enterro realizou-se domingo passado com grande acompanhamento, saindo o féretro da residência da família. Hoje dia 28, às 10h será realizada missa de 7º dia na Igreja de Ipanema" (JORNAL Diário de Notícias, ano XXXIX, nº 48, domingo, 28/04/1963, p. 04, 2º Caderno). O mesmo texto foi publicado no Jornal do Dia, ano XVII, nº 4355, sábado, de 27/04/1963, p. 05).

rural, foi nomeada para reger efetivamente a 5ª aula, mista dos subúrbios da referida vila, passando para esta em 4 de setembro do ano seguinte, pelo decreto nº 972. Em 4 de outubro de 1911, foi removida, a pedido para a 9ª aula do Couto, município de Santa Cruz, assumindo o exercício a 14 de novembro seguinte. [...] Completou 35 anos, 2 meses e 11 dias de efetivo serviço a 31 de dezembro de 1934.

Com base nessa evidência, percebe-se que a 5ª aula mista foi uma das primeiras atividades de Natalina como professora e que ela permaneceu longos anos na regência dessa escola, que se localizava não muito distante da sede de Antônio Prado. Quanto aos alunos que ali estudaram, não há livros de frequências e matrículas remanescentes do período, no entanto, pelo livro do inventário, consta uma indicação dos materiais que cada um receberia: ao menos 18 alunos são listados, sendo 14 meninos e 4 meninas.

Entendendo que essa é a configuração do ambiente ao qual iremos analisar e dissertar sobre, com base nisso, é possível inferir que “o espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá.” (SANTOS, 2006, p. 39). É por meio de tal sinalização que podemos pensar na constituição do espaço “sala de aula” perante a sua definição, e compreender que as ações dos indivíduos, bem como a materialidade, são fundamentais na compreensão da história desse espaço. Além disso, voltando-nos à formação desse ambiente escolar, conforme já indicado por Santos (2006, p. 39), podemos refletir que a ação realizada nesse local “é subordinada a normas, escritas ou não, formais ou informais” (SANTOS, 2006, p. 50). Consoante esse viés, a escola possui características próprias, constituindo-se de forma objetiva como um lugar determinado e, de forma subjetiva, pelas marcas produzidas através das vivências nesse local (VIÑAO FRAGO, 2005, p. 17).

No que diz respeito às investigações da materialidade escolar, convém a reflexão de que “múltiplas interpretações podem ser geradas ao se pesquisar uma história da educação a partir dos objetos, tendo em vista que um mesmo artefato pode ter inúmeros usos e significações” (FERBER; KINCHESKI; SOUSA, 2013, p. 45). Ainda, de acordo com essas autoras, também é necessário, para uma análise consistente, o confronto de informações, não cabendo analisar individualmente os objetos, consideração que seguiremos para a elaboração desta pesquisa.

A listagem de inventário¹⁴ da 5ª aula pública mista, organizado pela professora Natalina Maeffer, permite-nos entrever, mesmo que parcialmente, as possibilidades existentes na escola investigada. A materialidade pode ser compreendida como parte da cultura escolar, pois os “objetos materiais – função, uso, distribuição no espaço, materialidade física, simbologia, introdução, transformação, desaparecimento [...] Alguém dirá: tudo. E sim, é verdade, a cultura escolar é toda a vida escolar”, consoante Viñao Frago (1995, p. 68-69, tradução nossa¹⁵), em que são incluídos aspectos materiais e imateriais.

Ainda, é necessário reconhecer que as investigações sobre a cultura escolar não foram introduzidas recentemente, mas ganharam força com a História da Educação nas últimas décadas (KINCHESECKI; SOUSA; SILVA, 2019, p. 7). Ora, se os objetos são parte da cultura escolar, emerge seu sentido como “cultura material escolar”, termo que é pontuado por Alves (2010, p. 103) como sendo “referida a um conjunto de artefatos, cuja existência, uso e significado se ligam historicamente ao processo de escolarização e à consequente disseminação da forma escolar”.

Consoante esse viés, Dussel (2019) pensa que no espaço da escola, mais do que considerarmos a especificidade do prédio, é importante pensarmos os móveis, os objetos e os artefatos didáticos que a autora

14 Nota metodológica: o inventário está registrado nas primeiras 5 páginas das 50 disponíveis. O livro apresenta, no seu interior, na página inicial, assinatura do presidente escolar, Innocencio de Mattos Miller, que também era o Intendente do município. Ele explica que o livro serviria para o inventário da 5ª aula, finalizando com a explicação que rubricaria todas as páginas, o que de fato aconteceu. À primeira página, a professora Natalina inicia com o título “Relação dos objetos existentes na 5ª aula pública mista em Novembro de 1907”, seguido da lista dos materiais, nome do município, data e sua assinatura; esse formato segue para o ano de 1908, após, as páginas contêm, respectivamente, a lista da distribuição de objetos aos alunos, inventário de 1909, distribuição aos alunos de 1909, relação de objetos recebidos em 1910 e inventário de 1910. Essa lista é escrita com um item a cada linha, ao longo das páginas. Por vezes, Natalina especifica alguns itens, em outras, sua descrição é genérica. A análise trata dos objetos do ponto de vista da professora, pois não temos eles diretamente à nossa frente, nem por meio de imagens ou ilustrações, apenas a sua descrição no caderno de inventário, mas compreendemos que essa é uma representação do objeto por parte da professora e que, apesar de ser um fenômeno subjetivo, não pode ser compreendido de forma individual (ALVES, 2010, p. 116), pois envolve processos de construção com o meio em que ela se encontra. A transcrição do inventário, assim como o restante do trabalho, foi adaptada às normas da língua vigente, porém, demos prioridade à transcrição direta do documento, por compreender que as especificidades escritas pela Natalina poderiam revelar informações acerca desses objetos. Assim sendo, apesar da ortografia estar corrigida, todo o quadro foi transcrito do documento original com base nos registros realizados.

15 No original: “[...] objetos materiales – función, uso, distribución en el espacio, materialidad física, simbología, introducción, transformación, desaparición [...] Alguien dirá: todo. Y sí, es cierto, la cultura escolar es toda la vida escolar [...]” (VIÑAO FRAGO, 1995, p. 68-69).

exemplifica como livros e quadro-negro. Portanto, com a transcrição das listas completas dos quatro anos de registro, podemos perceber alguns desses aspectos. Para isso, utilizamos quatro colunas tabuladas em um quadro com a relação de cada lista entre 1907 e 1910. No quadro 1 constam o conjunto de móveis e objetos disponíveis e listados pela professora Natalina:

Quadro 1 - Objetos da 5ª aula pública mista de 1907 a 1910

Ano	Móveis	Objetos	Material didático/livros ¹⁶
1907¹⁷	8 classes com os respectivos bancos 1 banco para talha 1 mesa 1 armário	1 cabide 1 quadro negro com o respectivo cavalete 1 estrado 4 ardósias já usadas	1 caderno de papel mata borrão 1 mapa dos Estados Unidos do Brasil por E. Levasseur 5 terceiros livros de leitura “O Rio Grande do Sul” 4 cartilhas mestra por um professor Alguns livros usados
1908¹⁸		1 quadro negro com o respectivo cavalete 1 tinteiro para mesa 6 ardósias 1 maço de giz 2 latinhas de tinta em pó 6 tinteiros para as classes 1 caixa de pena para ardósias 12 canetas 6 lápis 1 caixa de pena de aço 4 régua métricas	1 caderno de papel Mata borrão 12 terceiros livros O Rio Grande do Sul por J. Pinto. 4 livros para a escrituração da aula 1 resma de papel 12 educação moral e cívica por H. Ribeiro 6 História do Brasil por J. Von Franchenberg 5 seletas em prosa e verso por Alfredo Clemente Pinto 8 terceiros livros de leitura – Por Hilario Ribeiro 12 histórias do Rio Grande do Sul por João Maia 6 tabuadas metódicas por I. J. Lopes 6 primeiras aritméticas por José Theodoro de Souza 6 gramáticas portuguesas por Bebiano de Almeida 12 cartilhas primárias por um professor R. Grandense 8 segundos livros de leitura por um professor Rio Grandense 4 manuscritos 6 leituras escolhidas por A. C. Pinto 6 geografias elementares por João Von Franchenberg

16 A potência analítica da listagem de livros aqui apresentados não será, na extensão deste artigo, objeto de análise, devido aos limites de sua extensão.

17 ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL DE ANTÔNIO PRADO. Livro inventário 01/02/1909 a 28/02/1910. Relação dos objetos existentes na 5ª aula pública mista em 30 de novembro de 1907. p. 1.

18 Id. Relação dos objetos existentes na 5ª aula pública mista em 20 de junho de 1908. p. 1v.

Ano	Móveis	Objetos	Material didático/livros ¹⁶
1909¹⁹	8 classes com os respectivos bancos 1 banco para talha 1 mesa 1 armário	1 cabide 1 quadro negro com o respectivo cavalete 1 estrado 1 tinteiro para mesa 6 ardósias usadas 1 latinha com tinta em pó 6 tinteiros para as classes 8 penas para ardósias 6 canetas 3 lápis 15 penas de aço 4 réguas métricas	3 folhas de papel mata borrão 1 mapa dos E. U. do Brasil por E. Levasseur 15 terceiros livros de leitura – O R. G. do Sul J. Pinto Guimarães 8 cartilhas mestras – por um professor R. Grandense Alguns livros usados 4 livros para a escrituração da aula 12 cadernos de papel alonasso 12 educação moral e cívica por Hilário Ribeiro 6 Histórias do Brasil por J. V. Franchenberg 5 seletas em prosa e verso por A. C. Pinto 18ª edi. 8 terceiros livros por Hilário Ribeiro 11 histórias do R. G. do Sul por João Maia 6 tabuadas metódicas por Isidoro José Lopes 2 primeiras aritméticas por José Theodoro de Souza Lobo 4 gramáticas portuguesas por Bebiano de Almeida 3 segundos livros de leitura por um professor R. Grandense 4 manuscritos – Letras Manuscritas 6 leituras escolhidas por A. C. Pinto 6 geografias elementares por J. V. Franchenberg
1910²⁰	8 classes com os respectivos bancos 1 banco para talha 1 mesa 1 armário	1 cabide 1 quadro negro com o respectivo cavalete 1 estrado 1 tinteiro para mesa 14 ardósias – 4 já usadas 2 caixas com giz 1 lata de tinta em pó 18 tinteiros de vidro para as classes 1 caixa de penas para ardósias 24 canetas de latão (ilegível) 12 lápis 1 caixa de penas de aço	8 folhas de papel mata borrão 1 mapa dos E. U. do Brasil por E. Levasseur 8 terceiros livros de leitura – O R. G. do Sul (já usados) 15 cartilhas mestras – por um professor R. Grandense Muitos livros em mal estado 4 livros para escrituração da aula 1 resma de papel 8 educação moral e cívica (já usados) e 4 por Hilário Ribeiro 9 Histórias do Brasil – sendo 3 já usadas por J. V. Franchenberg 11 seletas em prosa e verso – A. C. Pinto 20 terceiros livros de leitura por Hilário Ribeiro 15 História do R. G. do Sul por João Maia 13 tabuadas metódicas por um professor R. Grandense 6 primeiras aritméticas por Souza Lobo 14 segundos livros de leitura por um professor R. Grandense

19 Id. Relação dos objetos existentes na 5ª aula pública mista em 10 de fevereiro de 1909. p. 2v e 3.

20 Id. Relação dos móveis e mais objetos escolares na 5ª aula pública mista em 28 de fevereiro de 1910. p. 4v e 5.

Ano	Móveis	Objetos	Material didático/livros ¹⁶
1910		11 canetas para penas de aço 12 esponjas 9 réguas métricas	6 manuscritos 6 geografias elementares por J. V. Franchenberg 1 livro para canto 6 livros de exercícios para aprender a língua portuguesa por (ilegível) 8 geografias do R. G do Sul por Henrique Martins 14 gramáticas 1º e 2º curso por A. C. Pinto 8 mundo infantis por Fanny Romagnoli e Sylvia Albertoni 6 trechos escolhidos por João Maia 6 aritméticas de Trajano 12 pequenas geografias por De J. M. Lacerda 12 pequenas histórias do Brasil por De J. M. Lacerda 6 geografias elementares por Souza Lobo 1 segundo livro de leitura O R. G. do Sul

Fonte: Elaborado pelas autoras com base no livro inventário 01/02/1909 a 28/02/1910 do AHMAP (2020)

Ao analisar o quadro, fica evidente o crescimento de número de livros fornecidos. Os móveis permanentes são: a mesa da professora, 8 carteiras e seus respectivos bancos, um armário; o estrado e o cavalete para o quadro negro; o cabideiro, provavelmente localizado próximo à porta. A organização da sala se configura e possibilita, como afirma Meda (2015, p. 9), pensar as relações “originárias com as práticas as educativas reais realizadas em sala de aula”.

Nesse sentido, percebemos que há uma adição de objetos materiais com o passar dos anos, principalmente no que tange aos livros didáticos. O aumento coincide com o crescimento do número de escolas em Antônio Prado. Em poucos anos, as condições das escolas, mesmo as rurais, com vários adiantamentos em uma mesma turma e uma única professora, puderam introduzir novos saberes, e tiveram suas práticas, por vezes, moldadas por essa cultura material (VIDAL, 2009, p. 26). Os livros denotam mudanças ao longo do período analisado, com títulos, autores e disciplinas diferentes. As mudanças vão sinalizando um ponto em comum com o exterior, por meio da criação de escolas, e no interior, pela materialidade delas.

No que tange à produção dos móveis, o fornecimento deles, pelo Estado do Rio Grande do Sul (RS), foi em parte realizado pela Casa da Correção. Há registros de pagamentos fornecidos por essa empre-

sa, e o motivo é explicado nos relatórios do Estado, conforme transcrito abaixo:

Devido ao grande aumento de escolas, é indispensável a aquisição de mobília escolar. Para os lugares servidos por viação férrea ou fluvial, convém enviar as mobílias fabricadas na Casa da Correção; para outros, porém, é evidentemente mais convincente mandar fabricar os móveis no próprio local da escola, com o que se evitam as grandes despesas, de difíceis transportes, e a destruição dos mesmos móveis por falta de veículos apropriados. (RIO GRANDE DO SUL, 1902, p. 214).

Ainda, é possível verificar que a Casa de Correção continuou o fornecimento em anos posteriores, conforme consta no relatório: “têm sido atendidas as necessidades urgentes, principalmente quanto ao suprimento de mobiliário fabricado na Casa da Correção ou nas respectivas localidades, conforme as conveniências do Thesouro” (RIO GRANDE DO SUL, 1906, p. 354). Essa urgência é pontuada, pois havia um movimento para a realização de um inventário de todo o material escolar no Estado. Quanto a isso, no mesmo trecho, o documento explica: “para o efeito de se poder fazer uma justa equitativa distribuição do necessário ao bom funcionamento das escolas”. Dessa forma, a Casa da Correção fornecia, de forma provisória, os móveis, e mesmo assim percebe-se que esse fornecimento corresponde, ao menos, aos anos de 1899 até 1912.

No entanto, há também notícias de compra de móveis e materiais importados, e mesmo que não tenham chegado a Antônio Prado, vale ressaltar a ausência, ainda, para o período em estudo de uma “indústria” para fornecimentos às escolas. A importação de objetos e móveis dos Estados Unidos é um fato evidenciado no jornal *A Federação*²¹, de 10 de setembro de 1912, que expõe compras e fornecimentos para diversos municípios do Rio Grande do Sul.

Direcionando nosso olhar à Antônio Prado, elencamos alguns vestígios, e mesmo que não possamos estabelecer com precisão a proveniência do material da 5ª aula mista investigada. As informações trazem-nos elementos importantes e possibilidades para a compreensão da produção e circulação dos móveis e objetos que eram utilizados nas escolas públicas. Um ponto que merece destaque é o de que, no Arqui-

21 A FEDERAÇÃO: Organ do Partido Republicano (RS). Porto Alegre, ano 29, n. 213, p. 1, 10 set. 1912.

vo Histórico de Antônio Prado, constam diversas compras de materiais didáticos, transporte de livros e troca de correspondências com gráficas, porém, no acervo da municipalidade, não há indícios sobre aquisição do mobiliário. A interdição da cultura local parece ser a explicação.

Na Serra Gaúcha era corriqueiro que um grupo de famílias se unisse e construísse um prédio escolar, o equipasse com os móveis necessários – em geral produzidos por um carpinteiro local e, após, exigisse que a municipalidade fornecesse professor para a escola. Outro rastro, para pensarmos o caminho do fornecimento dos móveis, foi localizado em 1900, em que se indica o pagamento do transporte. Conforme consta no documento:

Solicitou-se do secretário dos negócios da fazenda o pagamento, aos Srs. Felisberto Porfírio de Souza e C. da importância de 122\$500, proveniente do transporte de móveis escolares para as aulas públicas dos municípios de S. João de Montenegro, Bento Gonçalves, Alfredo Chaves, **Antônio Prado** e Vacaria. (A Federação, 1900, p. 2, grifo nosso).

Provavelmente, esse foi um dos fornecimentos de móveis escolares para as escolas públicas no recém-criado município de Antônio Prado – RS, e que vinha da Capital, Porto Alegre. O caminho, de Porto Alegre até Antônio Prado, era longo: em 1900, o percurso a ser seguido era pela via fluvial, até São Sebastião do Caí, e depois a íngreme subida da serra, com carroças em estradas que, por vezes, eram bem lamacentas. Para chegar a Antônio Prado, a passagem se dava pela balsa, atravessando o rio e, novamente, carroça. Dias e dias de viagem para tal transporte, rumo ao interior, até o local da escola. Já em 1903, consta no registro do jornal: “mandou-se indenizar a intendência municipal de Antônio Prado da quantia de 1:221\$500, proveniente do fornecimento de móveis às escolas públicas daquele município” (A Federação, 1903, p. 2). Em 1904, um trecho do jornal *O Cosmopolita*²² revela que uma parte do percurso que estes móveis (e também objetos) faziam, passava pelo município de Caxias do Sul (RS).

Como mencionado, é possível que a maioria dos móveis escolares fossem, no recorte desta análise, resultado da fabricação dos materiais no próprio local, já que, de acordo com o Relatório Estadual de

22 O COSMOPOLITA Organ dos interesses coloniais, Ano III, n. 121, 15 out. 1904, p. 02.

1902, anteriormente exposto, existia a alternativa da fabricação dos móveis para a redução de custos do Estado. A distância e as condições do caminho a percorrer – afinal, Antônio Prado situava-se a 182 quilômetros da capital – tornavam conveniente a fabricação da mobília na própria localidade. Entretanto, também existiram fornecimentos anteriores do próprio Estado, levando a crer que não houve, nesse período, uma única forma de incremento da materialidade das escolas públicas do município. Se permanecem lacunas de um lado, de outro, como afirmam Miglioranza e Possamai (2020, p. 517), desde o início do período republicano, o Estado foi responsável pelos materiais das aulas públicas, incluindo a seleção e distribuição do mobiliário. Ao menos em parte delas.

No caso específico de Antônio Prado, muitos dos prédios escolares e, até mesmo, o próprio terreno são doados à municipalidade. O que indica a interdição – ao menos em parte – das famílias, na construção e no fornecimento da mobília. Móveis e construções simples, mas que resolviam o problema da falta de local para funcionamento da escola. Nas listas de materiais, não há indicativos das especificidades dos móveis, e a hipótese de que foi produzida localmente, pela comunidade, encontra ressonância na oralidade²³. A convergência de informações parece nos indicar que a urgência no estabelecimento das escolas poderia ser um fator para que os móveis fossem fabricados pelos próprios habitantes ou encomendados no local, pela municipalidade, já que em confronto com relatórios estaduais existia uma demora no fornecimento deles. Assim, a produção e a circulação dos móveis mudavam, a depender das situações.

Entre 1907 e 1910, o mobiliário correspondente aos bancos, mesa, armário e quadro da 5ª aula mista não foram modificados em quantidade. Disso, inferimos que permaneceram os mesmos, constituindo um bem material “permanente”, evidentemente que possuiriam uma longa utilização, mas esta questão aflora um ponto de discussão, pois, ao mesmo tempo, os livros são marcados pela troca constante nessa escola. Diante disso, a introdução de novos materiais didáticos traria outro “fazer” escolar, e o mobiliário precisaria, conforme necessário, ser adaptado ao que a escola proporia a fazer, questão que dialoga com as

23 Cf. Grazziotin e Ferreira (1984, *passim*). As autoras também pontuam que a mobília seria bastante rudimentar e escassa nas escolas do interior.

movimentações no Estado para a troca de mobiliário ocorrida em 1907, pelo mesmo ser “julgado em desacordo com as prescrições da ciência” (MIGLIORANZA; POSSAMAI, 2020, p. 520).

No Estado do Rio Grande do Sul (RS), em 1896, um dos relatórios do secretário do Interior e Exterior, João Abbott, explica as condições para que o ensino fosse desenvolvido. Nele consta: “mestres capazes, bem preparados e bem remunerados; escolas boas, melhores edifícios, claros e espaçosos: **mobiliário escolar decente e moderno**, - eis as primeiras e mais urgentes necessidades para a desejada reforma de ensino público e primário entre nós” (RIO GRANDE DO SUL, 1896, p. 5, grifo nosso).

Fica evidente que o mobiliário da 5ª aula de Antônio Prado estaria sendo utilizado desde a abertura da escola, em 1900, e que a situação seria análoga nas escolas do Rio Grande do Sul com a utilização, há tempos, do mesmo mobiliário, e que a introdução de novos materiais didáticos e o desenvolvimento de maneiras diferentes de ensinar precisariam de instrumentos no âmbito material que apoiassem isso. No entanto, “apesar de a defesa de sua necessidade aparecer nos discursos, quando as fontes trazem dados sobre o provimento das instituições descortina-se um cenário que indica uma realidade defasada, se comparada à do ideal defendido” (KINCHESCKI; SOUSA; SILVA, 2019, p. 16).

Voltando-nos aos materiais didáticos, o inventário listado anualmente permite a compreensão de que, para o funcionamento da escola, a sua obtenção parte de uma lista “básica” de 1907, que inclui todo mobiliário, indicando este como necessário para as atividades, e que o incremento gradual e troca de livros deu-se para o aprimoramento da escola. Quanto à sua circulação, foi possível verificar que o transporte era realizado por uma pessoa contratada pela Intendência, e que os custos seriam arcados pelo Estado, mais especificamente pela Inspetoria Geral da Inspeção Pública. Para nos situarmos, em um dos registros²⁴ de 1905, foram transportados 17 caixotes de livros, os quais partiram de São Sebastião do Caí para Antônio Prado e, ao final de 1910, foi realizado outro transporte e mais um pedido de reembolso, sendo os materiais nove caixotes de livros que pesavam 410 kg²⁵.

24 ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL DE ANTÔNIO PRADO. Livro de correspondências da Intendência de 11.02.1899 a 10.02.1913. Correspondência de 29 de abril de 1905. p. 6.

25 ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL DE ANTÔNIO PRADO. Livro de correspondências da Intendência de 11.02.1899 a 10.02.1913. Correspondência de 29 de abril de 1905. Ato n. 29.

Outro elemento trazido pela professora Natalina Maeffer, com as listas, é a reutilização dos materiais de um ano para outro, pois alguns deles constam como “usados”. Para Garcia (2020, p. 84), a materialidade da escola estabelecida pela utilização de móveis usados e/ou doados estabelece, também, as suas relações sociais com o meio. A autora ainda frisa a importância de compreendê-los não apenas como objetos, mas nas relações e ações exteriores a eles (GARCIA, 2020, p. 39). Aqui, inclui-se a questão da proveniência do mobiliário, relações que irão vincular diretamente com o social, a comunidade local, ultrapassando a visão de uma escola somente como “pública”, uma vez que esta era, de fato, constituída pelas suas inter-relações. Ademais, cabe a ressalva de que a designação de “usados” foi utilizada pela professora apenas para os livros, mesmo estando de modo subjetivo compreendido que a mobília também não seria “nova”, o que de fato remete a compreensão deles como um bem “permanente” constituinte da escola.

Além disso, torna relevante pontuar que as dificuldades que os professores enfrentavam, no cotidiano das aulas, com poucos materiais e subsídios oferecidos, gerava o envio de correspondências por parte deles, mas, também, conclames públicos, como foi o caso da publicação do pedido de professores de Caxias, município vizinho de Antônio Prado, registrada²⁶ pelo jornal *O Cosmopolita*, em 27 de agosto de 1904, em que expõem a situação do ensino e a impossibilidade dos pais arcarem com os custos dos materiais. Mesmo sendo respectivo à Caxias do Sul, o inspetor pertencia à 3ª região, ao qual Antônio Prado estava inserida. Dessa forma, podemos refletir em correlações entre as escolas desta região, ou mesmo a manutenção e a situação em que elas se encontravam. A demora, o atraso e, muitas vezes, a falta de provimento das escolas são parte da documentação localizada e que nos informa das carências enfrentadas pelas escolas, em especial aquelas mais afastadas, em áreas rurais.

Os objetos presentes em uma sala de aula produzem um significado, sinalizam práticas e nos indicam o cotidiano desse local, pois “tomados como materialidade, esses objetos não apenas favorecem a percepção dos conteúdos ensinados [a exemplo de livros e materiais didáticos] [...] mas sobretudo suscitam o entendimento do conjunto de fazeres ativados no interior da escola” (VIDAL, 2005, p. 64) e, para isso, “adquirem realce os usos, os modos como os sujeitos lidaram com os

26 O COSMOPOLITA: Organ dos interesses coloniais. Ano 3, n. 114, p. 1.

materiais que foram distribuídos e/ou impostos a eles, perceptíveis nos vestígios do tempo por vezes inscritos nos espaços estratégicos do poder” (VIDAL, 2005, p. 65).

Com o anseio de compreender acerca desses objetos e seus usos, relacionamos este estudo de Arriada, Nogueira e Vahl (2012), em que percebemos inúmeras similaridades entre a sala de aula de Antônio Prado e as referidas pelos autores. Em se pensando sobre os bancos, relacionando a quantidade de alunos, no mínimo 18 crianças frequentavam a aula, temos, naquela época, 8 classes com os respectivos bancos, mostrando uma utilização conjunta de várias crianças, em ambos os estudos, que ao utilizá-lo juntavam os corpos, implicando, ainda, na prática do professor, e na ausência de questões higienistas que se mostrariam importantes vinculadas às carteiras individuais de estudo (ARRIADA; NOGUEIRA; VAHL, 2012, p. 44-45).

Assim sendo, “toda criação de objetos responde a condições sociais e técnicas presentes num dado momento histórico. Sua reprodução também obedece a condições sociais” (SANTOS, 2006, p. 43), e aos alunos, o “espaço escolar, rigidamente ordenado e regulamentado, tentará inculcar-lhes valores, padrões, normas de comportamento” (ARRIADA; NOGUEIRA; VAHL, 2012, p. 51), que podem ser lidas por meio dos objetos, como é o caso da utilização do estrado que facilitaria o controle do professor sobre o aluno.

Pensando acerca do método de ensino, sabe-se que o prescrito era o intuitivo, proveniente das normativas do Decreto n. 89, de 02 de fevereiro de 1897, que propôs a reorganização da instrução primária no Estado (MIGLIORANZA; POSSAMAI, 2020, p. 518), e que foi muito utilizado no Brasil ao longo do período e pressupõe “uma abordagem indutiva pela qual o ensino deveria partir do particular para o geral, do conhecido para o desconhecido, do concreto para o abstrato” (SOUZA, 2000, p. 12). A professora Natalina fizera o curso normal e estava preparada para implementá-lo. No entanto, nos perguntamos sobre as reais condições materiais de fazê-lo com o conjunto de materiais existentes no interior de sua escola.

Considerações finais

O exercício de examinar o livro de inventário da 5ª aula mista de Antônio Prado (RS) trouxe à tona a discussão acerca dos diversos arte-

fatos que compunham essa escola e que foram mobilizados na prática docente por Natalina Maeffer. O estranhamento da jovem professora formada na capital que rumava para o interior, para um município recém-criado, assim como ela, recém-formada. O percurso da professora Natalina, em direção a Antônio Prado, é o mesmo, provavelmente, dos materiais escolares que seguiam em caixotes nas carroças, na balsa... Dias de viagem para transpor os quase 200 quilômetros, boa parte de subida da serra.

A análise de alguns dos detalhes possíveis, permitiu-nos pensar o caminho 'rumo ao interior' do Rio Grande do Sul que a docente, móveis e objetos escolares faziam. Os móveis eram provenientes do trabalho realizado na Casa de Correção ou por carpinteiros locais; outros objetos, bem como livros, importados. Suas permanências, por anos, no inventário de bens da escola, os múltiplos usos que não puderam ser aprofundados no limite deste artigo, descortinam potencialidades para o aprofundamento. O modo como os sujeitos escolares utilizavam o espaço e o uso dos bens materiais, e que mesmo não sendo possível extrair da empiria informações sobre o uso efetivo e inventivo deles, a lista permitiu-nos pensar alguns indícios desse processo. Outros documentos entrecruzados permitiriam pensar no consumo de livros e objetos localizados no interior da escola da professora Natalina.

De forma geral, objetos descritos no inventário também indicam o processo na transmissão de saberes e possibilitam a discussão sobre as práticas pedagógicas, entre o prescrito e o vivido. O caminho percorrido por objetos e mesmo móveis escolares, da então Capital e mesmo do exterior, podem sinalizar limites, dificuldades, mas, também, investimentos feitos pelo Estado na escola pública. O consumo e a emergência de uma indústria para a escola. Os objetos e materiais da 5ª aula pública de Antônio Prado foram limitados, dado que havia materiais usados e em pequenas quantidades para um montante de alunos.

Mesmo assim, os estudantes e a professora Natalina persistiram, por diversos anos. O uso de materiais alternativos como a espiga de milho para as aulas de matemática nas escolas rurais ou de outros objetos do cotidiano nas práticas docentes emergem como brecha. As inventividades do cotidiano escolar e as possíveis interdições das famílias, por meio da construção do prédio escolar, a doação do terreno e mesmo dos móveis, constitui uma singularidade a ser considerada. Por fim, destacamos que o estudo do inventário da 5ª aula mista de Antô-

nio Prado demarca não só as especificidades da escola mencionada, de seus objetos, como possibilita a compreensão sobre o processo de escolarização do município dessa escola, corroborando diálogos futuros sobre os processos escolares regionais e nacionais que se aprofundam na temática dos objetos materiais e, especificamente, na questão da mobília escolar.

Referências

A FEDERAÇÃO: **Orgam do Partido Republicano** (RS). Porto Alegre, ano 17, n. 30, p. 2, 06 fev. 1900.

A FEDERAÇÃO: **Orgam do Partido Republicano** (RS). Porto Alegre, ano 20, n. 68, p. 2, 21 mar. 1903.

A FEDERAÇÃO: **Orgam do Partido Republicano** (RS). Porto Alegre, ano 26, n. 215, p. 1, 16 set. 1909.

A FEDERAÇÃO: **Orgam do Partido Republicano** (RS). Porto Alegre, ano 28, n. 265, p. 4, 18 nov. 1911.

A FEDERAÇÃO: **Orgam do Partido Republicano** (RS). Porto Alegre, ano 29, n. 213, p. 1, 10 set. 1912.

ALVES, C. Educação, memória e identidade: dimensões, imateriais da cultura material escolar. **História da Educação**. Pelotas, n. 30, p.101-125. jan./abr. 2010. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/asphe/article/view/28914/pdf>. Acesso em: 07 maio 2020.

ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL DE ANTÔNIO PRADO. **Livro de correspondências da Intendência de 11.02.1899 a 10.02.1913**. Correspondência de 29 de abril de 1905. p. 6 / Ato n. 29.

ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL DE ANTÔNIO PRADO. **Livro inventário 01/02/1909 a 28/02/1910**. Relação dos objetos existentes na 5ª aula pública mista em 30 de novembro de 1907. p. 1, 1v., 2v., 3, 4v. e 5.

ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL DE ANTÔNIO PRADO. **Quadro de escolas públicas da 1ª região escolar** – advindo do Decreto n. 124c de 15 de janeiro de 1898. Folhas avulsas.

ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL DE ANTÔNIO PRADO. **Relatório apresentado ao Conselho Municipal em 9 de Novembro de 1915**

e Lei do Orçamento para o Exercício de 1916. Innocencio de Mattos Miller. Porto Alegre: Oficinas Graphics da Casa de Correção, 1916.

ARRIADA, E; NOGUEIRA, G. M.; VAHL, M. M. A sala de aula no século XIX: disciplina, controle, organização. **Conjectura: filosofia e educação.** Caxias do Sul, n. 2, v. 17, p. 37-54, maio/ago. 2012. Disponível em: <http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/conjectura/article/view/1649>. Acesso em: 11 maio 2020.

BIAVASCHI, M. A. C. Coronelismo na região colonial italiana: Antônio Prado (1903-1928). **Historiae**, Rio Grande, v. 2, n. 3, p. 171-186, 2011. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/hist/article/view/2617/0>. Acesso em: 31 mar. 2020.

BRASIL, Decreto n. 1895 de 23 de dezembro de 1912. *In*: Relatório apresentado ao Sr. Dr. A. A. Borges de Medeiros, presidente do Estado do Rio Grande do Sul, pelo Dr. Protasio Antonio Alves, Secretário de Estado dos Negócios do Interior e Exterior, 1913. p. 288-290. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/189956>. Acesso em: 08 jun. 2020.

BURKE, P. Abertura: a nova história, seu passado e seu futuro. *In*: BURKE, P. **A escrita da História: novas perspectivas.** São Paulo: Editora UNESP, 1992.

CASTRO, C. A. (Org.). **Cultura material escolar: a escola e seus artefatos** (MA, SP, PR, SC e RS) – 1870/1925. São Luís: EDUFMA: Café & Lápis, 2011.

CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano.** 1 Artes do fazer. 8ª ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1994.

Diário de Notícias. Ano XXXIX, n. 48, 28 abr. 1963, p. 04, 2º Caderno.

DUSSEL, I. La cultura material de la escolarización: reflexiones en torno a un giro historiográfico. *In*: **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, v. 35, n. 76, p. 13-29, jul./ago. 2019. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/educar/article/view/67776/39568>. Acesso em: 28 maio 2020.

FERBER, L. P.; KINCHESCKI, A. P. S.; SOUSA, G. R. Móveis Cimo S.A: notas iniciais acerca do mobiliário em escolas primárias catarinenses. **Revista @mbienteeducação**, [S.l.], v. 6, n. 1, p. 44 - 53, jan./jun. 2013. Disponível em: <http://publicacoes.unicid.edu.br/index.php/ambienteeducacao/article/view/96/373>. Acesso em: 11 maio 2020.

GARCIA, G. A. **Itinerário moveleiro: o provimento material escolar para a instrução primária paranaense – anos finais do século XIX e início do século XX.** 200 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2020. Disponível em: <https://www.prppg.ufpr.br/siga/visitante/trabalhoConclusaoWS?idpessoal=76382&idprograma=40001016001P0&anobase=2020&idtc=1527>. Acesso em: 05 maio 2020.

GRAZZIOTIN, L. M. M.; FERREIRA, I. Z. A educação em nossos municípios. Trabalho apresentado para a disciplina História da Educação II do curso de Pedagogia da Universidade de Caxias do Sul. 1984.

KINCHESCKI, A. P. S.; SOUSA, G. R.; SILVA, V. L. G. Objetos da escola: modernidades que (im) portam! In: **Plures Humanidades**, v. 1, n. 1, p. 6-21, 2019. Disponível em: <http://seer.mouralacerda.edu.br/index.php/plures/article/view/479/358>. Acesso em: 08 maio 2020.

LA TRASMIGRAZIONE II. La Libertà. Garibaldi, ano 1, n. 50, p. 1, 19 fev. 1910.

LEBRUN, J. **Almanack escolar do Estado do Rio Grande do Sul.** Diretoria Geral da Instrução Pública. Edição oficial de 1935. Porto Alegre: Livraria Selbach, 1935.

MEDA, J. A “história material da escola” como fator de desenvolvimento da pesquisa histórico-educativa na Itália. In: **Revista Linhas**. Florianópolis, v. 16, n. 30, p. 7-28, jan./abr. 2015. Disponível em: <http://www.revistas.udesc.br/index.php/linhas/article/view/1984723816302015007>. Acesso em: 08 jun. 2020.

MIGLIORANZA, C. I. V.; POSSAMAI, Z. R. “De acordo com a moderna pedagogia”: as lições, as coisas e a materialidade na Instrução Pública do Rio Grande do Sul (1891-1928). **Cadernos de História da Educação**, v. 19, n. 2, p. 513-534, maio/ago. 2020. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/che/article/view/54498/28860>. Acesso em: 07 maio 2020.

MINISTERO DEGLI AFFARI ESTERI. Bollettino del ministero degli affari. Parte amministrativa e notiziario. n. 40, série 13, Tipografia di Gabinetto del Ministero degli affari esteri. Roma: jan. 1895, p. 84-87. In: HERÉDIA, Vania Beatriz Merlotti; ROMANATO, Gianpaolo. **Fontes Diplomáticas: Documentos da imigração italiana no Rio Grande do Sul.** Tomo I. 2017, p. 196-200. Disponível em: <https://www.ucs.br/site/editora/e-books/historia-e-imigracao/>. Acesso em: 04 abr. 2019.

O COSMOPOLITA: **Orgam dos interesses coloniais**, ano III, n. 121, 15 out. 1904, p. 2.

O COSMOPOLITA: **Orgam dos interesses coloniais**. ano III, n. 114,27 ago. 1904, p. 1.

PERES, El.; SOUZA, G. Aspectos teóricos-metodológicos da pesquisa sobre cultura material escolar: (im)possibilidades de investigação. In: CASTRO, C. A. (org.). **Cultura material escolar**: a escola e seus artefatos (MA, SP, PR, SC e RS) – 1870/1925. São Luís: EDUFMA: Café & Lápis, 2011.

PESCIOLINI, R. V. **Le colonie italiane nel Brasile meridionale**. Torino: Fratelli Bocca, 1914.

PETROCCHI, L. Le colonie italiane del distretto di Bento Gonçalves (Rio Grande do Sul). BE. p. 15-16, 1904. In: HERÉDIA, Vania Beatriz Merlotti; ROMANATO, Gianpaolo. **Fontes Diplomáticas**: Documentos da imigração italiana no Rio Grande do Sul. Tomo II. 2017. Disponível em: <https://www.ucs.br/site/editora/e-books/historia-e-imigracao/>. Acesso em: 04 abr. 2019, p. 379- 380.

RIO GRANDE DO SUL. Decreto n. 89 de 02 de Fevereiro de 1897. In: RIO GRANDE DO SUL. **Leis, actos e decretos do Governo do Estado do Rio Grande do Sul**. 1897. Porto Alegre: Officinas Typographicas de Echenique, 1897. p. 162-201. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/100091?show=full>. Acesso em: 05 maio 2020.

RIO GRANDE DO SUL. Relatório apresentado ao Presidente do Estado do Rio Grande do Sul, Sr. Dr. Julio Prates de Castilhos pelo Secretário dos Negócios do Interior, Dr. João Abbott, em 31 de julho de 1896. Porto Alegre: Livraria Americana, 1896. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/163647>. Acesso em: 09 maio 2020.

RIO GRANDE DO SUL. Relatório apresentado ao Sr. Dr. Antonio Augusto Borges de Medeiros, presidente do Estado do Rio Grande do Sul, pelo Dr. João Abbott, Secretário de Estado dos Negócios do Interior e Exterior, em 20 de agosto de 1902. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/174187>. Acesso em: 01 jun. 2020.

RIO GRANDE DO SUL. Relatório apresentado ao Sr. Dr. Antonio Augusto Borges de Medeiros, presidente do Estado do Rio Grande do Sul, pelo Dr. Protasio Antonio Alves, Secretário de Estado dos Negócios do Interior e

Exterior, em 15 de setembro de 1906. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/175167>. Acesso em: 01 jun. 2020.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**. São Paulo: EDUSP, 2006.

SILVA, V. L. G.; PETRY, M. G. (org.). **Objetos da escola: espaço, e lugares de constituição de uma cultura material escolar** (Santa Catarina – Séculos XIX e XX). Florianópolis: Insular, 2012.

SILVA, V. L. G.; SOUZA, G.; CASTRO, C. A. (Org.). **Cultura material escolar em perspectiva histórica: escritas e possibilidades**. Vitória: UFES, 2018.

SOUZA, Gisele de; SILVA, Vera L. Gaspar da. Artefatos escolares e saberes em apresentação: estudos de cultura material. **Educar em Revista**. Curitiba, Brasil, v. 35, n. 76, p. 7-12, jul./ago. 2019.

SOUZA, R. F. Inovação educacional no século XIX: a construção da escola primária no Brasil. **Cad. CEDES**. 2000. n. 51. p. 9-28. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v20n51/a02v2051.pdf>. Acesso em: 28 mar. 2020.

VIDAL, D. G. No interior da sala de aula: ensaio sobre cultura e práticas escolares. In: **Currículo sem Fronteiras**, v. 9, n. 1, p. 25-41. jan./jun. 2009. Disponível em: <http://www.curriculosemfronteiras.org/vol9iss1/articles/2-vidal.pdf>. Acesso em: 08 jun. 2020.

VIDAL, D.G. **Culturas escolares: estudo sobre práticas de leitura e escrita na escola pública primária (Brasil e França, final do século XIX)**. Campinas, SP: Autores Associados, 2005.

VIÑAO FRAGO, A. Espaços, usos e funções: a localização e a disposição física da direção escolar na escola graduada. In: BENCOSTTA, M. L. A. (org.). **História da educação, arquitetura e espaço escolar**. São Paulo: Cortez, 2005, p. 15-47.

VIÑAO FRAGO, A. Historia de la educación y historia cultural: Posibilidades, problema, cuestiones. **Revista Brasileira de Educação**, Campinas: SBHE, p. 63-82, set./dez. 1995. Disponível em: <http://educacao.uniso.br/pseletivo/docs/FRAGO.pdf>. Acesso em: 23 maio 2019.

Recebido em: junho/2020

Aceito em: setembro/2020

Um mobiliário para o ensino profissional: notas sobre a carteira de desenho

Júlia Naomi Kanazawa¹

Heloísa Helena Pimenta Rocha²

RESUMO

Este artigo tem como objetivo examinar o mobiliário destinado ao ensino de desenho técnico, que compõe o acervo do Centro de Memória da Escola Técnica Estadual Cônego José Bento, detendo-se, de modo mais específico, na carteira de desenho. A investigação sobre essa peça do mobiliário escolar procura rastrear pistas dos processos de aquisição, da utilização desse tipo de carteira nas práticas escolares e do seu percurso no interior da Escola Profissional Agrícola Industrial Cônego José Bento, entre as décadas de 1930 e 1950, em paralelo com as mudanças curriculares. O trabalho arqueológico proposto visa capturar vestígios sobre peças de mobiliário que sobreviveram às várias mudanças pelas quais passou essa instituição, criada em Jacareí em 1935, no âmbito do plano de expansão do ensino profissional, elaborado pela Superintendência do Ensino Profissional e Doméstica. Procura-se, por essa via, contribuir com os esforços dos historiadores da educação, com vistas a compreender a cultura material da escola como uma dimensão significativa da cultura escolar.

Palavras-chave: Cultura material. Mobiliário escolar. Carteira de desenho.

1 Mestra em História social pela Universidade de São Paulo. Doutoranda na Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas.. Professora da Etec Cônego José Bento. Professora coordenadora de projetos no Centro Paula Souza. E-mail: juliankanazawa@gmail.com.

2 Doutora em Educação pela Universidade de São Paulo, com estágios de pós-doutorado no Centro de Ciencias Humanas y Sociales (CCHS/CSIC/Espanha), PUC-SP e Universidad de Buenos Aires. Professora Livre-Docente na Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas. Coordenadora associada do Centro de Memória da Educação/FE-Unicamp. Editora-chefe da Revista Resgate. Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq. E-mail: heloisah@unicamp.br.

Furniture for vocational education: notes on the drawing desk

ABSTRACT

This article aims at analyzing the furniture designed for the teaching of technical drawing, which is part of the collection of the Memory Center of the State Technical School Cônego José Bento. It focuses specifically on the drawing desk. The investigation on this piece of school furniture aims at tracing evidence of the acquisition process and the uses of this kind of desk in school practices and its itinerary within the Agricultural Industrial Professional School Cônego José Bento, between the 1930s and the 1950s, alongside curricular changes. This archeological work tries to capture traces of the pieces of furniture that survived the multiple changes that influenced this institution, created in Jacareí in 1935, as part of the expansion plan for professional education, developed by Superintendency for Professional and Householding Education. Thus, it aims at contributing to the efforts made by historians of education to comprehend school material culture as a meaningful dimension of school culture.

Keywords: Material Culture. School Furniture. Drawing desk

Muebles para la enseñanza profesional: notas sobre la mesa de dibujo

RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo examinar los muebles destinados a la enseñanza del diseño técnico que componen el acervo del Centro de Memoria de la Escuela Técnica Estadual Cônego José Bento, deteniéndose más específicamente sobre la mesa de dibujo. La investigación sobre este tipo de mueble escolar busca rastrear huellas de los procesos de adquisición, su utilización en las prácticas escolares y su recorrido en el interior de la Escuela Profesional Agrícola Industrial Cônego José Bento, entre las décadas de 1930 y 1950, en paralelo con los cambios curriculares. El trabajo arqueológico que se propone busca capturar rastros sobre muebles que han sobrevivido a los varios cambios pasados por esta institución, creada en Jacareí en 1935, en el ámbito del plan de expansión de la enseñanza profesional elaborado por la Superintendencia de la Enseñanza Profesional y Doméstica. Se busca, de esta manera, contribuir con los esfuerzos de historiadores de la

educación para comprender la cultura material de la escuela como una dimensión importante de la cultura escolar.

Palabras clave: Cultura material. Mueble escolar. Mesa de dibujo.

Introdução

*as pessoas podem aprender sobre si
mesmas através das coisas que fazem,
a cultura material é importante.*
(SENNETT, 2009, p. 18).

Figura 1 – Carteira de desenho



Fonte: Centro de Memória Etec Cônego José Bento.

A fotografia com a qual iniciamos este artigo exhibe uma carteira de desenho inteiramente confeccionada em madeira, com sólidos pés, dotada de um tampo móvel, que possibilita sua inclinação em diferentes

graus (Fig. 1). A peça compõe o acervo do Centro de Memória da Escola Técnica Estadual Cônego José Bento, criado em 2000, para reunir, tratar e disponibilizar as fontes documentais produzidas por essa instituição de ensino profissional, ao longo de sua história.³ Localizada em Jacareí (SP), a instituição, criada em 1935 como Escola Profissional Agrícola Industrial Mista de Jacareí, integra atualmente a rede de escolas técnicas do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza. Como se pode observar na fotografia, a peça de mobiliário é numerada, o que a inscreve em uma série, indiciando as possíveis rotinas administrativas de aquisição, distribuição, registro em inventário e controle de patrimônio, que acompanharam sua chegada à escola e seu percurso como um artefato adquirido com o intento de dar suporte às práticas de ensino nas escolas profissionais do estado de São Paulo. A carteira não traz, entretanto, indícios que permitam identificar seu fabricante ou seu fornecedor, nem tampouco elementos que permitam precisar o momento em que foi incorporada ao patrimônio da instituição.

O exame dos objetos atualmente reunidos no Centro de Memória suscita algumas indagações, que se buscará tratar no presente artigo, por meio de um estudo que incide sobre o mobiliário destinado ao ensino de desenho técnico, com foco na carteira de desenho.⁴ A presença dessa peça do mobiliário escolar na instituição – preservada em meio a carteiras escolares, mesa, armário, porta-chapéus, bancada para serviços mecânicos; coexistindo com aparelhos de medição de pH e de avaliação de umidade das sementes, furadeiras de precisão, centrífugas, moinho e outros instrumentos e máquinas agrícolas, como arados, carpideiras, tratores – coloca algumas questões para o historiador da educação interessado na investigação da cultura material: que artefatos fizeram parte da dotação material das escolas voltadas para o ensino profissional? Quem os fabricou? Quais as suas características? A que disciplinas estiveram associados os seus usos? Que práticas escolares se articularam em torno desses artefatos? Quais os caminhos percorridos por eles, no âmbito dessas instituições, conforme

3 A criação do Centro de Memória resultou do projeto “O ensino público profissional no Estado de São Paulo: memória institucional e transformações histórico-espaciais”, coordenado pela Profª Drª Carmen Sylvia Vidigal Moraes (CM da FEUSP) e Julia Falivene Alves (Centro Paula Souza); e desenvolvido em parceria entre o Centro de Memória da Educação da FEUSP e o Centro Paula Souza, com financiamento da FAPESP.

4 Exemplares dessa carteira também podem ser encontrados na Etec Carlos de Campos (Capital), Etec José Rocha Mendes (Capital), Etec Trajano Camargo (Limeira) e EE Culto à Ciência (Campinas).

mudaram os currículos e os objetivos do ensino? Como se transformaram em parte do acervo de um centro de memória da educação?

Sem ter a pretensão de esgotar esse amplo questionário, este artigo tem como objetivo examinar peças de mobiliário destinadas ao ensino de desenho técnico preservadas pela instituição, procurando rastrear pistas dos processos de aquisição, da sua utilização nas práticas escolares, entre as décadas de 1930 e 1950, bem como do seu percurso no interior da escola, em paralelo com as mudanças curriculares. A carteira de desenho é tomada como um indício da cultura escolar de uma modalidade de instituição voltada para a formação profissional que, ao longo de sua história, assumiu diferentes ênfases, reunindo em seus espaços meninos e meninas, em regime aberto ou de internato. A análise proposta pretende contribuir com a reflexão acerca das indagações que têm acompanhado a constituição do Centro de Memória da Etec Cônego José Bento como “lugar de memória”. No trabalho de decifração dos indícios sobre essa peça do mobiliário escolar, são pertinentes as advertências de Escolano (2017, p. 216-217):

Os sinais e pistas dos objetos que integram o patrimônio da escola são também signos indiciários da cultura de que fazem parte. À sua decifração se lançam os práticos, burocratas e acadêmicos, obcecados por compreender os códigos da “caixa-preta” dessa cultura, de que vimos falando, nos quais, provavelmente, residem as chaves do êxito ou do fracasso de seus programas.

Retomando o excerto da obra de Sennett escolhido como epígrafe, que ressalta a importância da cultura material, o trabalho arqueológico proposto neste artigo visa capturar vestígios capazes de informar sobre peças de mobiliário, que sobreviveram às várias mudanças pelas quais passou essa escola profissional, procurando contribuir com os esforços empreendidos pelos historiadores da educação, com vistas a compreender a cultura material da escola como uma dimensão significativa da cultura escolar (BARRA, 2007; CASTRO, 2011; GASPARI, 2012; MEDA, 2015; SOUZA, 2007; VIDAL, 2005, 2017). Nessa direção, é importante atentar para as considerações de Felgueiras (2011, p. 79), que adverte para os riscos do “êxtase perante o passado”, advogando um exercício interpretativo que possa conduzir “dos objetos, sua proveniência e autoria aos sujeitos que os produziram, deles se apropriaram

e/ou os utilizaram em contextos educativos”. O exame dos objetos que constituem a cultura material da escola deve, portanto, como assinala a autora, nos reenviar à “problemática da cultura e da sua história através das suas expressões mais cotidianas” (FELGUEIRAS, 2011, p. 79).

As reflexões de Vidal mostram-se inspiradoras na definição dos aspectos a ter em conta no tratamento da cultura material como fonte para a história da educação:

[...] tomar a cultura material, e para nosso interesse particular a cultura material escolar, como fonte, requer uma atenção às características físicas da materialidade, bem como às suas alterações ao longo do tempo. Requer atentar para os constrangimentos e possibilidades que esta materialidade oferece à vida humana, sem descurar de considerar os efeitos imprevistos. Requer, também, inquirir sobre a interação entre corpo e materialidade [...]. (2017, p. 269)

Sem perder de vista a dimensão econômica dos processos de escolarização, que implica em pensar os objetos materiais como produtos industriais e objetos de consumo de um mercado escolar, como propõe Meda (2015), a investigação sobre a carteira de desenho aqui ensaiada incide, prioritariamente, sobre a inscrição desse artefato nas práticas educativas realizadas em uma instituição de ensino profissional. Assim, o questionário a que se submete o mobiliário fabricado e adquirido pela escola para o ensino de desenho procura compreendê-lo, fundamentalmente, como “objeto material, com uma forte inclinação didática e um destino e uso bem preciso” (MEDA, 2015, p. 9), sem ignorar a possibilidade de usos não previstos por aqueles que fabricaram esse artefato específico, em suas articulações com as dinâmicas do currículo e os distintos projetos de formação.

O ensino de desenho em uma escola profissional

A Escola Profissional Agrícola Industrial Mista de Jacareí, atualmente Escola Técnica Estadual (Etec) Cônego José Bento, foi criada em 1935, durante a gestão de Armando Sales de Oliveira no governo do estado de São Paulo, como parte do plano de expansão do ensino profissional elaborado pela Superintendência do Ensino Profissional e Doméstica. Vinculada à Secretaria de Educação e Saúde Pública, a escola iniciou seu funcionamento administrativo em 1936 e, em função da falta

de instalações adequadas, abriu suas portas aos primeiros estudantes apenas em 1937.

Entre as décadas de 1930 e 1950, ofereceu os cursos de iniciação agrícola, mecânica industrial e mestria agrícola, funcionando em regime de externato e internato, este último destinado aos alunos dos cursos agrícolas.⁵ A criação da escola procurava, segundo o texto legal, responder à “necessidade de localizar uma escola técnica-profissional servida pela Estrada de Ferro Central do Brasil, dado o desenvolvimento da agromensura e pecuária nessa zona” (SÃO PAULO, 1935). A organização a ser adotada assemelhava-se à da Escola Profissional Agrícola-Industrial de Espírito Santo do Pinhal, criada em abril do mesmo ano, com o objetivo de “preparação de operários, mestres de cultura, capatazes e administradores agrícolas”; “difusão dos conhecimentos e técnicas [de] trabalho rural, em todas as modalidades”; “formação de donas de casa, orientada, para as atividades do campo” (SÃO PAULO, 1935).

O ensino nessas escolas era organizado em dois cursos: o primário, de três anos, que visava à formação de operários agrícolas e donas de casa; o complementar, com um ano de duração, destinado a especialização e aperfeiçoamento de mestres de cultura, capatazes e administradores. Para a escola criada em Jacareí, previa-se, ainda, o oferecimento de um curso independente de mecânica industrial, idêntico ao que era oferecido nas escolas profissionais secundárias do Estado, com foco na construção de máquinas agrícolas. Os cursos oferecidos contemplavam uma parte propedêutica ou geral e uma destinada à formação técnico-profissional, dividida em duas seções: agrícola e industrial. Oferecer conhecimentos que permitissem aos estudantes concorrer com eficiência para “o progresso da agricultura” figurava como eixo da iniciativa de criação dessas instituições (SÃO PAULO, 1935).

O currículo da parte propedêutica incluía as disciplinas: “a) Portugues, Geographia Economica e Historia do Brasil; b) Arithmetica, Al-

5 As mudanças na legislação do ensino profissional responderam por alterações na denominação e na jurisdição da escola, as quais se fizeram acompanhar da redefinição dos objetivos, do público e dos cursos oferecidos. A título de exemplo, de 1956 a 1964, a escola, sob a denominação Escola Agrotécnica Cônego José Bento, esteve subordinada à Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo, oferecendo os cursos de iniciação agrícola e mestria agrícola. Sob a jurisdição da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo, a escola funcionou, entre 1964 e 1972, como Ginásio Agrícola Estadual Cônego José Bento e, de 1969 a 1975, como Colégio Técnico Agrícola Estadual Cônego José Bento, com o oferecimento dos cursos ginasial agrícola e técnico agrícola, respectivamente. Desde 1994, a instituição integra a rede de escolas técnicas do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza, que reúne 223 escolas técnicas e 73 faculdades de tecnologia.

gebra e Geometria; c) Noções de Sciencias Physicas e Naturaes; d) Desenho technico; e) Hygiene e Educação Physica; f) Puericultura (para as alumnas); g) Economia rural: noções de contabilidade, administração e legislação rural”, conforme prescrevia o decreto de criação da escola de Espírito Santo do Pinhal (SÃO PAULO, 1935). Para o trabalho com desenho técnico, estava prevista, desde o início do funcionamento da escola, a contratação de um mestre de ensino industrial e desenho.

Os primeiros anos de funcionamento da escola de Jacareí foram marcados por um entusiasmo, que parecia ter se dissipado, menos de uma década depois da sua criação. Segundo uma matéria publicada na imprensa, na década de 1950, na qual se fazia uma análise retrospectiva do cenário encontrado pelo diretor Arnaldo Laurindo, quando tomou posse em 1944, o que se via eram as marcas do completo abandono das instalações e equipamentos:

a) Inúmeros vidros da janela quebrados, principalmente dos dormitórios expunham os alunos aos rigores do tempo; b) As camas dos dormitórios, em péssimo estado, com colchões quase que vazios; c) Roupas de cama necessitando reforma. Nem todos os alunos possuem cobertores; d) Os dormitórios possuem unicamente camas, e nada mais, sem ainda instalações sanitárias. Os alunos a noite, sem cuecas e descalços às vezes enrolados em um cobertor ou colcha, tinham que enfrentar o tempo para as suas necessidades fisiológicas, em demanda das instalações sanitárias localizadas a uns duzentos metros, atrás das oficinas de ferramentas; e) Material de copa insuficiente. Falta de água nesta dependência; f) Dificuldade na limpeza do internato. Não havendo instalações de água no andar superior, as pessoas encarregadas da limpeza eram obrigadas a carregar sobre os ombros, vencendo longas escadas, pesadas latas do precioso liquido; g) Instalações elétricas de todo o prédio, defeituosas, expondo os alunos a sérios perigos (um aluno ao tocar, em certa ocasião, em uma torneira chegou a desmaiar por ter recebido grande descarga elétrica); h) Salas de aula em péssimo estado. Pintura, quadros negros, carteiras, cadeiras, vidros das janelas, instalações elétricas, tudo necessitando de reparos (felizmente em hora que não havia aula, chegou a desprender-se um lustre em uma das salas, ruindo no assoalho); i) A alimentação dos alunos sem controle não havia as cinco refeições. Os mapas sobre os cardápios e valores

nutritivos não eram remetidos a superintendência.
(O COMBATE, 1953)

As iniciativas do diretor, que permaneceu por dois anos na escola, incluíram a melhoria das instalações e a dotação material, como registrou o diário retrospectivamente, num momento em que o então diretor da escola ocupava o cargo de diretor geral do Departamento do Ensino Profissional do Estado de São Paulo. Segundo a matéria, não faltaram providências no sentido de aprimorar as condições para o oferecimento das disciplinas, entre elas o desenho técnico:

Instalação das Salas para os Administradores e para os Professores. Instalação de aparelhamento para Desenho Técnico. Instalação de Gabinete Médico e de uma enfermaria. Início da instalação de um Gabinete Dentário. Reinstalou-se a Sala de “Educação Física e Fanfarra Escolar”. Pintura geral da Cozinha. Extinção de grande número de baratas. Pintura e reforma dos chuveiros. Instalações de vestiários.

Reorganização, pintura, colocação de vidros nas janelas e reforma das instalações elétricas, dos Dormitórios do Internato. Novas camas, colchões, guarda-roupas, criados-mudos, anexados aos dormitórios. Água filtrada instalada nas diversas secções. Reorganização das Oficinas. Novas dependências foram destinadas à secção de Selaria.

Revisão dos serviços gerais de água e esgoto. Idem no de eletricidade. Postos de cimento armado construídos. Melhoria da alimentação dos alunos. Reorganização da Biblioteca, da cooperativa Escolar Agrícola. Reforma do caminhão da escola. Reforma das máquinas agrícolas, carroças e etc. Construção de uma dependência para “Tecnologia animal e vegetal”. Construção de um terreiro atijolado. Foram incentivados os esportes. A Escola brilhou em diversos desfiles cívicos. Reforma geral do mobiliário. Natal dos Diaristas e seus filhos. E outros tantos empreendimentos.
(O COMBATE, 23 ago. 1953)

Embora com a Lei Orgânica do Ensino Agrícola os estabelecimentos dessa modalidade de ensino tenham passado, na década de 1940, a ser administrados pela Secretaria da Agricultura, a escola permaneceu sob a jurisdição da Secretaria de Educação de São Paulo até 1956.⁶

⁶ Nesse ano, a instituição passou à jurisdição da Secretaria da Agricultura, situação que se

Conforme determinava o decreto 17.698/1947, que aprovou a consolidação da legislação relativa ao ensino:

Artigo 853 – A Escola tem sua sede na Chácara denominada “Colégio São Miguel”. De Jacareí, de propriedade do Bispado de Taubaté, cedida, por contrato, ao Estado. (253)

Artigo 854 – Todos os cursos da Escola funcionam na sede e sob os regimes de externato e internato, sendo este destinado exclusivamente aos alunos dos cursos agrícolas.

Artigo 855 – A Escola mantém os seguintes cursos, para a frequência mista: a – primário, de 3 anos, destinado à formação de operários agrícolas e donas de casa;

b – independente de mecânica industrial, idêntico aos existentes nas escolas industriais do Estado, visando especialmente a construção de máquinas agrícolas;

c – cursos livres.

Artigo 856 – Na medida das necessidades da região, poderão ser criados outros cursos de especialização industrial.

Artigo 857 – Os alunos matriculados no curso para formação de capatazes e administradores farão o Curso Complementar, de 1 ano, na Escola “Dr. Carolino da Mota e Silva”, de Pinhal.

Artigo 858 – Serão mantidos pelo Governo do Estado até 35 alunos internos, de preferência órfãos, com residência de 5 anos, pelo menos, na região do Estado servida pela Estrada de Ferro Central do Brasil, desde que satisfaçam os requisitos exigidos para a matrícula nos cursos agrícolas. (DECRETO, 1947)

A escola continuaria, assim, a oferecer o curso primário para meninos e meninas, voltado para a formação de operários agrícolas e de donas de casa. Em relação aos operários, a Lei Orgânica previa que o primeiro ciclo da formação compreenderia dois cursos: iniciação agrícola, com duração de dois anos, voltado para a formação de operários agrícolas qualificados; mestria agrícola, que viria em seguida ao curso de iniciação e teria uma duração igual a esse, visando formar mestres agrícolas (BRASIL, 1946).

manteve até a década de 1960, quando retornou à Secretaria de Educação, por conta das alterações decorrentes da LDB 4.024/1961.

No ensino profissional paulista do início do século XX, o desenho recebeu tratamento privilegiado em relação às outras disciplinas. Considerado como uma linguagem universal, capaz de facilitar o percurso dos alunos entre as aulas teóricas e as seções práticas, era indicado para as diferentes faixas etárias. Seu ensino foi defendido por Aprígio Gonzaga, professor normalista que desempenhou importantes cargos nos órgãos de inspeção e administração do ensino público, participando ativamente na criação das escolas profissionais paulistas e atuando como diretor da Escola Masculina da Capital e da Escola Profissional Feminina.

Como destaca Moraes (1990, p. 218), o desenho constituiu-se em “medula espinhal do organismo técnico profissional”, uma vez que, conforme se acreditava, ele educava “pela correção da visão e firmeza de observação”, facilitava a leitura da forma e satisfazia o fim principal de habilitar o operário a executar o traçado gráfico da peça a ser feita nas oficinas e construí-la em conformidade com a planta e suas indicações. Ajudava também nos trabalhos com ferramentas e maquinário de extrema periculosidade, os quais representavam uma ameaça para meninos de 12 anos, que deles se utilizavam. Além disso, o ensino de desenho era pensado como forma de evitar o desperdício dentro das oficinas, na medida em que oferecia parâmetros para os aprendizes tirarem melhor proveito do corte de prancha de metais ou de madeira.

O programa de ensino, de acordo com Pereira (2007), contemplava o estudo das formas geométricas e da perspectiva: os alunos realizavam exercícios com base na observação do natural, incluindo os sólidos geométricos, para depois passarem aos exercícios de projeção, exercícios de corte e perspectiva, exaustivamente utilizados nas seções industriais (PEREIRA, 2007, p. 109).⁷ Inicialmente, os desenhos eram realizados nas aulas; durante a década de 1930, eles foram sendo substituídos por modelos enviados pela Superintendência da Educação Profissional e Doméstica (PEREIRA, 2007, p. 106). Segundo Aprígio Gonzaga, os egressos da escola eram a tal ponto valorizados pelos seus conhecimentos de desenho técnico que, muitas vezes, preferiam colocar-se como desenhistas industriais a trabalhar nas profissões em que haviam se formado, pois eram grandes as vantagens econômicas oferecidas.

⁷ Os dados extraídos dos livros de contas evidenciam que, visando dar conta dos requisitos necessários para o ensino de desenho técnico no curso de iniciação agrícola, a escola adquiriu, além de mobiliário específico, diversos materiais, como cadernos de desenho, cadernos de cartografia, compassos, esquadros, transferidores, borrachas (Livros de conta corrente, 1939, 1941, 1945).

Carteira de desenho: que móvel é esse?

As reflexões propostas por Meneses acerca dos artefatos materiais como documentos mostram-se instigantes quando se procura analisar o mobiliário produzido para o ensino de desenho técnico, adquirido pela escola profissional de Jacareí, como a carteira em madeira, que atualmente faz parte do acervo do Centro de Memória. Sublinhando a importância de atentar para a matéria-prima, as técnicas de fabricação, a morfologia, as distintas durações inscritas nos artefatos, o autor indaga: “qual a natureza do objeto material como documento, em que reside sua capacidade documental, como pode ele ser suporte da informação?” (1998, p. 90).

Em relação ao “provimento mobiliário das instituições públicas de ensino” e, em particular, às carteiras escolares, os estudos desenvolvidos por Alcântara (2016, 2018) têm oferecido importantes elementos, permitindo evidenciar como, em torno desse artefato, se articularam, entre os séculos XIX e XX, discursos pedagógicos, médico-higienistas, tecnológicos, econômicos e comerciais. Examinando documentos produzidos nesse momento marcado pelas iniciativas do Estado com vistas à institucionalização e difusão da escolarização, os quais reúnem informações valiosas sobre os vários modelos de carteira disponíveis para a dotação material das escolas, seus fabricantes, os modos como eram comercializados e distribuídos, a autora assinala que, para além de objeto escolar, a carteira deve ser pensada como um artefato industrial.

Conforme ressalta, as carteiras figuraram, nas exposições universais realizadas no período, como expressão do “progresso científico, técnico e material no campo da educação” (2016, p. 118). Tal presença pode ser compreendida quando se tem em conta que a educação era concebida como “signo de modernidade”, um dos pilares para a “edificação controlada da sociedade ocidental moderna”, como assinala Kuhlmann Júnior (2001, p. 9), ao registrar a presença da educação nessas exposições, desde o ano de 1862, lado a lado com a produção industrial, artística e com as novidades tecnológicas. De igual modo, as carteiras escolares figuraram em exposições e congressos nacionais, como a Primeira Exposição Pedagógica do Rio de Janeiro, realizada em 1883 (ALCÂNTARA, 2016).

Na documentação produzida no século XIX, são frequentes as referências às mesas e aos longos bancos e bancas, que vão se converter, a partir de meados desse século, em objeto de crítica por parte do dis-

curso médico-higienista, em sua defesa da superioridade da moderna carteira escolar, produzida segundo os preceitos ergonômicos e higiênicos. Preceitos esses elaborados a par de estudos sobre o corpo infantil, em suas relações com as práticas escolares, especialmente a leitura e a escrita, com foco nos possíveis impactos de tais práticas sobre a saúde dos alunos. Ainda segundo os estudos de Alcântara (2018) sobre a dotação material da escola pública em São Paulo, a carteira escolar foi se tornando um item cada vez mais indispensável ao funcionamento da escola e à expansão da rede de ensino.

Distintamente das carteiras escolares ou dos bancos-carteiras estudados pela autora, a peça de mobiliário que hoje faz parte do acervo do Centro de Memória Etec Cônego José Bento não está conjugada a um assento, seja ele um banco ou uma cadeira.⁸ Tal ausência suscita indagações sobre as especificidades das carteiras de desenho, as posições assumidas pelos alunos durante as práticas dessa disciplina, bem como sobre os usos desse artefato, em distintos momentos da história da escola, que podem, eventualmente, ter sido responsáveis pela sua desarticulação de um assento. Algumas indagações podem ser levantadas em relação a isso: seriam as práticas de desenho realizadas pelos alunos de pé, prescindindo de assentos? Ou teriam os assentos, com o tempo, sido separados das carteiras, passando a ser usados em outras práticas escolares, restando, portanto, apenas uma parte do mobiliário utilizado nas aulas de desenho? Numa outra direção, é possível supor que as carteiras de desenho eram comercializadas separadamente dos assentos.

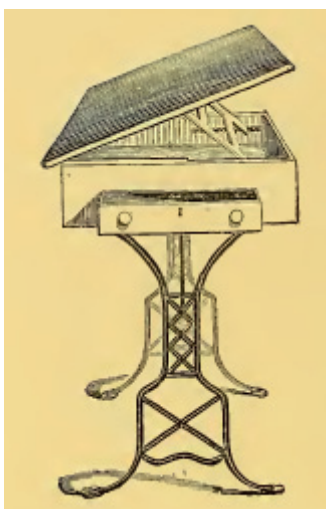
Entre os documentos levantados por Alcântara, o *Official Catalogue of the American Department*, produzido para a exposição de Viena (1873), faz referência à “carteira para desenhar”, como parte do mobiliário escolar (ALCÂNTARA, 2016, p. 130). A imagem da “drawing desk”,⁹

8 Estudando o mobiliário escolar, Rugoni de Sousa (2019, p. 90) aponta algumas das características observadas na produção das carteiras escolares: “esses artefatos eram compostos por um banco e uma mesa que eram unidos por três ou quatro vigas de madeiras que garantiriam sua sustentação e as distâncias adequadas para privilegiar o conforto do corpo das crianças. Uma das preocupações do autor era a de prescrever um *design* de carteira escolar que tivesse apoio para os pés. Os princípios higiênicos e disciplinares também ganham força quando Jean-Baptiste Daligault indica que as carteiras escolares deveriam ser dispostas de modo que todas as crianças ficassem com seus rostos voltados diretamente para o professor. Outro elemento que chama a atenção é a prescrição sobre o suporte de madeira utilizado para os alunos guardarem seus materiais de escrita e leitura. Privilegiar a organização do espaço era fundamental e a carteira deveria possuir soluções que contribuíssem para usos adequados”.

9 A imagem, extraída de um catálogo norte-americano, foi gentilmente cedida por Gustavo Rugoni. Cabe registrar que as reflexões sobre a carteira de desenho que apresentamos neste

extraída do catálogo de Joseph L. Ross (1872) – “importante negociante americano do ramo de carteira” (ALCÂNTARA, 2016, p. 137) – ilustra uma peça que se assemelha, pela sua concepção, ao item de mobiliário preservado pela instituição, o que pode apontar para uma concepção e uma forma de comercialização distintas das que eram adotadas para as carteiras escolares. Com pés em ferro, a carteira de desenho comercializada por Ross permitia a inclinação do tampo, lançando mão também de um dispositivo de gradação da inclinação, que se diferencia do que observamos na carteira de desenho em estudo (Fig. 2).

Figura 2 – “Drawing desk”



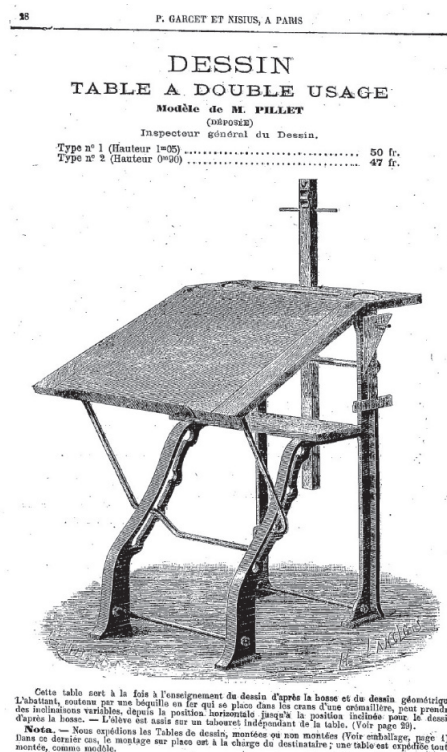
Fonte: Ross (1872).

O mobiliário para o ensino de desenho parece ter recebido nomenclaturas diversas, o que pode ser lido como um indício dos interesses de ordens variadas que atravessaram a produção do mobiliário destinado às práticas escolares, dentre eles as disputas pelo mercado escolar, como também das distintas fórmulas experimentadas na produção desse artefato. Se em documentos dos fabricantes norte-americanos do século XIX, essas peças figuram como “drawing desks”, os fabricantes franceses as apresentavam como “tables de dessin”. Alcântara registra também o termo “cavaletes para desenho”, para se referir

item em muito se beneficiaram da interlocução com Gustavo Rugoni e Vera Gaspar, a quem agradecemos imensamente pelas pistas valiosas para examinarmos esse tipo de carteira.

a um tipo de mobiliário apresentado na Exposição Pedagógica do Rio de Janeiro, pela fábrica H&G Edwards, sediada em Londres. Dentre os expositores nacionais que participaram do evento, a Livraria Faro & Lino apresentou móveis da Hachette & Comp., de Paris, como a mesa Hachette para desenhar (ALCÂNTARA, 2016, p. 150). É possível supor que os termos carteira (em inglês, *desk*), mesa (em francês, *table*) e cavalete, empregados em documentos do século XIX, se refiram a peças de mobiliário que serviam de suporte para as práticas escolares de desenho, em suas distintas conformações. Os termos usados para nomear esse artefato parecem sugerir que a carteira de desenho, distintamente das carteiras escolares, não era uma peça produzida e comercializada junto com assentos. Um indicativo disso pode ser encontrado no catálogo *Mobilier Scolaire et Matériel d'Enseignement* de Garcet & Nisius, publicado em 1882 (Fig. 3):

Figura 3 – “Table a double usage”



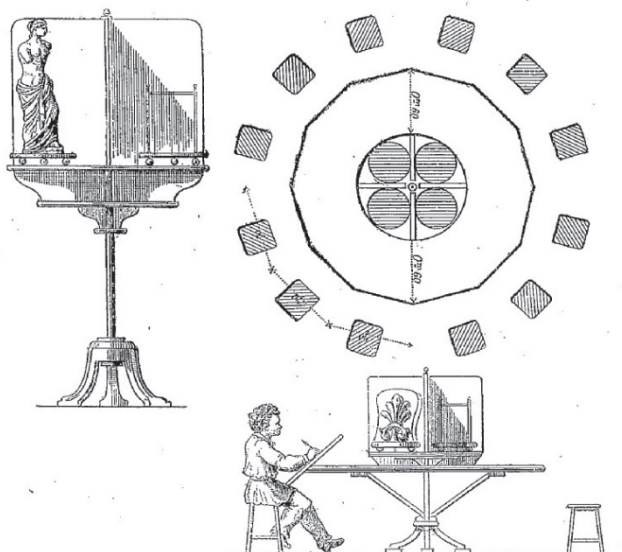
Fonte: Garcet & Nisius (1882, p. 28).

O anúncio da mesa modelo Pillet, dotada de um sistema de regulação que permitia distintas práticas de desenho, informa que o aluno deveria se sentar em um banquinho independente da mesa, provavelmente do tipo descrito em outro anúncio referente aos itens necessários para o curso de corte e costura: banquinho de 0,46 por 0,70 de altura (1882, p. 30).

A hipótese de que as práticas de desenho poderiam ser realizadas pelos alunos de pé diante das carteiras não parece se confirmar quando se observam alguns registros. O primeiro (Fig. 4), uma ilustração extraída do catálogo *Mobilier des Écoles. Système Lenoir* (1879):

Figura 4 – Mobiliário para o ensino de desenho

GRUPE CENTRAL POUR ÉTUDE DE BAS-RELIEF ET DE BOSSE
Pl. 52.



Par suite des réformes récentes apportées dans l'application des méthodes de l'enseignement du dessin et qui nécessitent l'étude plus étendue du relief, les dispositions du mobilier nous laissent difficilement l'espace voulu pour l'aménagement dans les centres des salles.

Fonte: Exposition de 1878 (1879, p. 52).

A mesa plana, sem um dispositivo que permitisse a inclinação do tampo, serve de apoio a uma prancha sobre a qual os alunos, sentados em bancos sem encosto, realizam as atividades de desenho. Mesas planas e sem dispositivos para inclinação também podem ser vistas na

fotografia de um “salão de desenho” da Escola de Aprendizes e Artífices de Alagoas, de 1910 (Fig. 5). Aí também os alunos figuram sentados sobre bancos sem encosto (neste caso, bancos altos), em torno de mesas planas montadas sobre pés em forma de cavalete:

Figura 5 – Salão de desenho, 1910



Fonte: Álbum (1910).

A ilustração que acompanha a conferência sobre o desenho (Fig. 6), proferida em 1916 pelo pintor Louis Anquetin e publicada no jornal francês da *Association amicale des professeurs de dessin de la ville de Paris et du département de la Seine*, pode ser lida como mais um indício de que as práticas escolares de desenho eram, em geral, realizadas com os alunos sentados, embora, diferentemente das carteiras escolares, os assentos não fizessem parte dessa mobília, sendo comercializados separadamente, como se pode observar também em anúncios dos fabricantes. Curiosamente, a postura dos alunos durante as práticas de desenho não pareceu ser objeto de preocupação por parte dos médicos-higienistas, que se batiam em torno da forma a ser assumida pelas carteiras escolares, considerando os riscos para a saúde dos alunos, expressos recorrentemente nas alusões aos desvios da coluna vertebral.

Figura 6 – Ensino de desenho



Fonte: Anquetin (1916, p. 45).

A mesa do professor: mais algumas pistas sobre o mobiliário para o ensino de desenho

A busca de informações sobre o mobiliário utilizado no ensino de desenho na Etec Cônego José Bento conduz a outra peça, a mesa de desenho topográfico, composta por uma prancha em madeira, fixada sobre pé de ferro fundido por meio de um dispositivo que permite o ajuste da posição, contando com um apoio em madeira, em sua base (Fig. 7). No verso do tampo dessa mesa que era utilizada pelo mestre, uma etiqueta registra o nome do fabricante, João Giansi e Filhos Fabricantes, além de outras informações: o número da nota fiscal, o valor (Cr. 1.536,11) e o registro “móveis S21 especialidade em mesa para desenho”.

Um anúncio publicado no jornal *Correio Paulistano*, em dezembro de 1937, traz algumas informações sobre a empresa, que se apresenta como “Carpintaria industrial e modelos para fundição”, fabricante dos “melhores aparelhos para bobina de papel e mesa para desenho”. Na ilustração que compõe o anúncio, sobrepõem-se, como em uma torre, os pés em ferro que davam sustentação às mesas de desenho fabricadas pela empresa. A estrutura em ferro do móvel, produzido por uma empresa especializada em “carpintaria industrial”, marca uma distinção em relação à carteira de desenho em madeira em estudo. Destinadas às

Figura 7 – Mesa do mestre



Fonte: Centro de Memória Etec Cônego José Bento.

práticas de ensino de desenho técnico nos cursos de formação agrícola, as duas peças de mobiliário que hoje compõem o acervo do Centro de Memória, uma destinada ao trabalho dos alunos, outra ao mestre, certamente, foram produzidas por diferentes fabricantes e percorreram diferentes caminhos até chegar à escola.

Alguns documentos administrativos da escola oferecem informações sobre o processo de compra e o espaço ocupado pelo mobiliário destinado às práticas de desenho, no âmbito da escola: a) o livro de conta corrente, referente ao período de 1941 a 1946, traz uma identificação de mobília para essa finalidade e registra a data de aquisição, 27/08/1945; b) a ficha de patrimônio da então denominada Escola Agrotécnica Cônego José Bento, além da identificação, registra que o mobiliário ocupava a seção da mecânica; c) o inventário geral dos bens móveis do Ginásio Agrícola Estadual Cônego José Bento de Jacareí, de 31/12/1968, reúne a identificação, o preço, a localização (seção da mecânica), além da quantidade de itens (1).

As carteiras destinadas aos alunos, muito provavelmente, chegaram à instituição por caminhos distintos da mesa do mestre. Na

reunião técnico-pedagógica de fevereiro de 1948, o diretor da escola, Francisco Aparecido Ferraz de Toledo, “deu a conhecer aos senhores funcionários que iria brevemente receber um mobiliário completo para os trabalhos da administração, internato bem como de carteiras apropriadas para as aulas de desenho técnico e corte e costura” (ATA DE REUNIÕES TÉCNICO-PEDAGÓGICAS, 1945, folha 6). Parte desse mobiliário a que se refere o diretor, a carteira preservada no Centro de Memória, deve ter chegado à instituição em outubro de 1951, juntamente com outras 34 peças, adquiridas por meio de permuta com a Escola Técnica Getúlio Vargas, situada na Capital (LIVRO DE CONTA CORRENTE, 1951 a 1955, folha 106).

Os processos de aquisição do mobiliário

Editais de compra publicados no *Diário Oficial do Estado de São Paulo*, entre 1950 e 1952, também oferecem alguns indícios sobre a aquisição do mobiliário destinado ao ensino de desenho pelo Estado. O primeiro edital localizado data de 26/05/1950:

Edital de concorrência nº 5, do Departamento do Ensino Profissional, para compra de 40 carteiras para aula de desenho, pranchetas compensadas, envernizadas, com detalhes de construção, conforme desenho nº 21; e 40 bancos para uso com carteiras de desenho tamanho 600 x 300, com detalhes desenho nº 22. Para o curso prático de Ensino Profissional de Salles. (DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO, 1950, p. 22)

Edital semelhante a esse foi publicado no início do mês seguinte para a compra de carteiras e bancos, nesse caso para o curso prático de Ensino Profissional de Assis. Dois outros editais, publicados em junho de 1951 e maio de 1952, dão conta da aquisição de um número maior de móveis. No primeiro caso: 220 carteiras destinadas às escolas industriais do interior do estado. É possível observar que a dotação material da escola se inscreveu em um movimento mais amplo, que se dava em outras instituições profissionais, na década de 1950, seja por meio de compras diretamente dos fabricantes ou de permutas.

Para além disso, os editais oferecem pistas sobre esse tipo de móvel, quase sempre adquirido juntamente com bancos, nem sempre

em número proporcional, como se pode observar no edital de concorrência do ano de 1951, que se referia à compra de 220 carteiras, sem fazer qualquer alusão a bancos, enquanto o do ano seguinte tratava da compra de 160 carteiras e 40 bancos; neste caso, sem nenhuma menção à instituição a que se destinava. O conjunto de dados até agora levantados permite supor uma possível independência entre as carteiras e os bancos, nos usos escolares cotidianos. Por outro lado, também se pode imaginar que carteiras e bancos tiveram sua chegada às escolas em momentos distintos e por vias diversas, conforme as disponibilidades do orçamento para a sua aquisição e as operações de permuta. O que, de todo modo, autoriza a pensar que, em algumas instituições, as carteiras podem ter sido utilizadas sem o apoio dos bancos ou lançando mão de mobiliário já existente na escola e ainda em condições de uso.

Na ausência de elementos que ofereçam um detalhamento da configuração dos móveis, referidos nos editais de concorrência como desenhos 21 e 22, o que se pode captar, em relação à materialidade desses objetos, é o material de que são confeccionados: trata-se, no caso das pranchetas, de uma mobília de madeira compensada, envernizada, contendo detalhes. No entanto, faltam dados para responder a indagações sobre esses detalhes. Seria possível pensar que se refiram ao mecanismo de ajuste da posição do tampo?

A carteira, as práticas e o espaço escolar

A carteira adquirida para as aulas de desenho técnico exigiu um lugar específico: a sala de desenho. A planta baixa de 1935 permite observar que a sala de desenho seria construída juntamente com outras salas, em um espaço em frente ao prédio administrativo. No entanto, essa sala acabou sendo instalada no prédio da seção de laticínios, que se encontrava ocioso.

No segundo semestre de 1951, quando um prédio maior, que devia abrigar a seção de tecnologia e laticínios, foi concluído, procedeu-se à divisão do espaço em quatro partes, sendo uma delas destinada à sala de desenho. Segundo o Relatório da Seção Escolar desse ano, a escola teria, então, dotado essa seção masculina com carteiras apropriadas, adquiridas por meio de permuta com a Escola Técnica Getúlio Vargas (LIVRO DE CONTA CORRENTE, 1951 a 1955, folha 106).

Uma fotografia da década de 1950 permite flagrar algumas nuances das práticas escolares de desenho, nessa instituição de ensino profissional (Fig. 8). Numa sala equipada com carteiras de desenho enfileiradas, sem bancos, meninos debruçados sobre o mobiliário realizam seus trabalhos. A presença de esquadros, lápis, transferidores e réguas sobre o tampo das carteiras não deixa dúvida quanto ao conteúdo da atividade em curso, embora a posição do mestre e a própria atitude dos alunos não deixe claro se se tratava de uma aula, da realização de um exercício ou de um momento de avaliação daquilo que fora aprendido. Evidência da presença do desenho no currículo da instituição e da presença de um espaço específico para as atividades ligadas a esse conteúdo curricular, a fotografia oferece alguns elementos para avançarmos na investigação sobre a carteira numerada, com a qual iniciamos as nossas reflexões, permitindo flagrar os usos em situações escolares, nas quais a presença dos bancos parecia ser opcional.

Figura 8 – Aula de desenho técnico (década de 1950)



Fonte: Centro de Memória Etec Cônego José Bento.

As mudanças pelas quais passou a escola na década de 1960, quando foi transformada em Ginásio Agrícola Estadual Cônego José Bento, sob a responsabilidade da Secretaria da Educação de São Paulo, redundaram em uma nova organização curricular, na qual o ensino de desenho parece ter perdido o peso que assumia na formação dos alunos. Um indício disso pode ser observado quando se leva em conta

que as aulas passaram a ser ministradas nas mesmas salas em que eram trabalhadas as matérias do núcleo comum. A alteração do currículo e da concepção do ensino de desenho dispensou o uso de carteiras específicas para o seu aprendizado. Assim como nas demais disciplinas, as práticas dessa disciplina passaram a ser realizadas nas carteiras escolares, fabricadas em madeira, com pés em ferro fundido, presentes em várias unidades do sistema paulista de ensino, desde o final do século XIX, hoje também parte do acervo do Centro de Memória.

Reorganizado o ensino de desenho, inseridas as práticas dessa disciplina nas salas de aula das demais disciplinas, desmontadas as salas onde era ensinada, há que se perguntar que destino teria sido dado ao mobiliário até então utilizado, seja o mobiliário dos alunos, seja o do mestre. Onde terão sobrevivido essas peças do mobiliário, durante anos, até se tornarem itens de um centro de memória? A que outras práticas terão dado suporte?

Conforme anotações da ficha de patrimônio e do inventário geral de bens de 1968, que registram o seu desuso, uma vez que já não era necessário um mobiliário especial para o ensino de desenho, foram distribuídas por outros espaços da escola: 4 encontraram utilidade no setor de tecnologia, 2 na seção escolar, 14 na silvicultura e 15 na fanfarra.

Algumas considerações

Tomando como objeto e fonte de estudo peças do mobiliário destinado ao ensino de desenho técnico, em uma escola de ensino profissional, as quais compõem atualmente o acervo do centro de memória da instituição, procurou-se, neste artigo, por meio dos indícios presentes nesses artefatos e nos registros produzidos pela instituição, responder a algumas indagações sobre a dimensão material da cultura escolar.

Um rol de artefatos fez parte da dotação material das escolas voltadas para o ensino profissional. Visando oferecer cursos relacionados ao ensino agrícola e industrial, a escola Cônego José Bento necessitou de recursos específicos para o ensino das matérias de cultura geral e técnica, como arados, tornos, tratores, enxadas, e outros instrumentos, fabricados por empresas atuantes no mercado agroindustrial, como a Bromberg e a Herrero.

A carteira de desenho representou um artefato importante nas práticas desenvolvidas no âmbito dessa escola, carregando, em sua

materialidade, as marcas de sua idealização, fabricação e comercialização. Em articulação com outros documentos, o exame desse artefato permitiu uma aproximação de alguns vestígios dos processos de produção, aquisição e dos usos do mobiliário destinado às práticas escolares de desenho. Elemento básico no ensino da instituição escolar Cônego José Bento, em determinado período de sua trajetória, essa peça do mobiliário compõe hoje, juntamente com outros artefatos, o acervo de um centro de memória, que visa fomentar a reflexão acerca da realidade e do funcionamento escolar, no passado, sem perder de vista as questões postas pelo presente. Por fim, cabe observar que não fez parte dos objetivos deste artigo esgotar os mais diversos aspectos que envolveram a dimensão material do ensino de desenho, nessa instituição de ensino profissional, mas sublinhar as possibilidades de investigação da cultura material dessa modalidade de ensino, por meio do exame de peças do mobiliário destinadas ao ensino desse componente curricular.

Referências

ÁLBUM comemorativo do 5º mês de funcionamento da Escola ["Salão de desenho. Primeiras noções de desenho linear e esboços ao natural" NP 148], 1910. Maceió (AL). **Museu da República**. Disponível em: http://brasilianafotografica.bn.br/brasiliansa/discover?scope=/&rpp=10&page=1&query=aula+desenho&group_by=none&etal=0. Acesso em: 18 ago. 2020.

ALCÂNTARA, W. R. R. A transnacionalização de objetos escolares no fim do século XIX. **Anais do Museu Paulista**, São Paulo, v. 24, n. 2, p. 115-159, maio/ago. 2016.

ALCÂNTARA, W. R. R. Produção e distribuição do mobiliário escolar: uma história econômica do investimento na escola pública paulista (1854-1895). **Revista Brasileira de História da Educação**, São Paulo, v. 18, e008, 2018.

ANQUETIN, L. Le Dessin. **Le Dessin. Paris**: L'Association Amicale des Professeurs de Dessin de la Ville de Paris, III, n. 55, p. 45-46, maio 1916. Disponível em: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k65569727/f1.image.r=table%20dessin>. Acesso em 15 ago. 2020.

BARRA, V. M. Possíveis relações entre aspectos materiais (espaço, mobiliário, utensílios) modos de organização da escola e intervenções de ensino. **Revista Brasileira de História da Educação**. São Paulo, v. 7, n. 14, p. 15-36, 2007.

BRASIL. Decreto-Lei n. 9.613, de 20 de agosto de 1946. Lei Orgânica do Ensino Agrícola. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 22 ago. 1948.

CASTRO, C. A. (Org.). **Cultura material escolar**: a escola e seus artefatos (MA, SP, PR, SC e RS, 1870-1925). São Luís: EDUFMA, Café & Lápis, 2011.

CORREIO PAULISTANO. **João Giansesi & Filhos**. São Paulo, 27 dez. 1937. Anúncio.

DIÁRIO OFICIAL DO GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO. São Paulo, 1950.

ESCOLA PROFISSIONAL AGRÍCOLA INDUSTRIAL MISTA CÔNEGO JOSÉ BENTO. **Ata de reuniões técnico-pedagógicas**, 1945. Acervo: Centro de Memória Etec Cônego José Bento.

ESCOLA PROFISSIONAL AGRÍCOLA INDUSTRIAL MISTA CÔNEGO JOSÉ BENTO. **Livro de Conta Corrente**, 1939, 1941, 1945. Acervo: Centro de Memória Etec Cônego José Bento.

ESCOLA PROFISSIONAL AGRÍCOLA INDUSTRIAL MISTA CÔNEGO JOSÉ BENTO. **Livro de Conta Corrente**, 1951 a 1955. Acervo: Centro de Memória Etec Cônego José Bento.

ESCOLANO, A. **A escola como cultura**: experiência, memória e arqueologia. Campinas: Editora Alínea, 2017.

EXPOSITION DE 1878. **Le mobilier scolaire à l'Exposition Internationale de 1878**. Disponível em: gallica.bnf.fr. Acesso em: 15 ago. 2020.

FELGUEIRAS, M. L. Herança educativa e museus: reflexões em torno das práticas de investigação, preservação e divulgação histórica. **Revista Brasileira de História da Educação**. Campinas, v. 11, n. 1, p. 67-92, jan. abr. 2011.

GARCET; NISIUS. **Mobilier scolaire et matériel d'enseignement. Catalogue**. Paris: Usine à Faucogney et à la Coorveraine, 1882. Disponível em: gallica.bnf.fr. Acesso em: 15 ago. 2020.

GASPAR, V. L.; PETY, M. G. (Orgs.). **Objetos da escola:** espaços e lugares de constituição de uma cultura material escolar (Santa Catarina – séculos XIX e XX). Florianópolis: Insular, 2012.

JOSEPH L. ROSS. Joseph L. Ross's **Illustrated Catalogue of Improved School, Church, and Vestry Furniture**. Boston, Massachusetts, Estado Unidos da América, 1872. Disponível em: Internet Archive. Acesso em: 15 ago. 2020.

KUHLMANN JUNIOR., M. As grandes festas didáticas: a educação brasileira e as exposições internacionais (1862-1922). Bragança Paulista: Editora da Universidade São Francisco, 2001.

MEDA, J. A história material da escola como fator de desenvolvimento da pesquisa histórico educativa na Itália. **Revista Linhas**, Florianópolis, v. 16, n. 30, p. 7-28, 2015.

MENESES, U. T. B. Memória e cultura material: documentos pessoais no espaço público. **Estudos históricos**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 89-103, 1998.

MORAES, C. S. V. **A socialização da força de trabalho:** instrução popular e qualificação profissional no Estado de São Paulo – 1873 a 1934. 1990. 293 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1990.

O COMBATE, 23 ago. 1953. Acervo: Arquivo Público e Histórico da Prefeitura Municipal de Jacaré/Fundação Cultural José Maria de Abreu.

PEREIRA, P. R. A. **O fazer e o aprender** – uma interação singular na produção de mobiliário artístico da Escola de Artes e Ofícios de Amparo. 2007. 163 f. Dissertação (Mestrado em Artes) – Universidade Estadual Paulista, São Paulo, 2007.

RUGONI DE SOUSA, G. **A (re)invenção do mobiliário escolar:** entre saberes pedagógicos, higienistas e econômicos (1851-1889). 2019. 266 p. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade do Estado de Santa Catarina. 2019.

SÃO PAULO. Decreto n. 17.698, de 26 de novembro de 1947. Aprova a Consolidação mandada elaborar pelo Decreto n. 17.211, de 13 de maio de 1947. **Diário Oficial do Estado de São Paulo**, São Paulo, 04 jan. 1948. Suplemento.

SÃO PAULO. Decreto n. 7.073, de 6 de abril de 1935. Cria uma Escola Profissional Agrícola-Industrial Mista em Espírito Santo do Pinhal. **Diário Oficial do Estado de São Paulo**, São Paulo, 7 abr. 1935.

SÃO PAULO. Decreto n. 7.319, de 5 de julho de 1935. Cria uma Escola Profissional Agrícola Industrial-Mista em Jacarey. **Diário Oficial do Estado de São Paulo**, São Paulo, 7 jul. 1935a.

SENNETT, R. **O artífice**. 2. ed., Rio de Janeiro: Record, 2009.

SOUZA, R. F. História da cultura material escolar: um balanço inicial. In: BENCOSTTA, M. L. A. (Org.). **Culturas escolares, saberes e práticas educativas**: itinerários históricos. São Paulo: Cortez, 2007. p.163-189.

VIDAL, D. G. **Culturas escolares**: estudo sobre práticas de leitura e escrita na escola pública primária (Brasil e França, final do século XIX). Campinas: Autores Associados, 2005.

VIDAL, D. G. História da educação como arqueologia: cultura material escolar e escolarização. **Revista Linhas**, Florianópolis, v. 18, n. 36, p. 251-272, jan./abr. 2017. Disponível em: <http://www.revistas.udesc.br/index.php/linhas/article/view/1984723818362017251/pdf>. Acesso em: 15 jan.2018.

Recebido em: setembro/2020

Aceito em: setembro/2020

O mobiliário das escolas cristãs no século XVII: um elemento humanizador

Clóvis Trezzi¹

RESUMO

A escola como um ambiente especializado para o ensino-aprendizagem se desenvolveu a partir do século XVII e, nesse ambiente, foi introduzido um mobiliário escolar desenvolvido de acordo com o método pedagógico utilizado. Este artigo parte dessa premissa para investigar, a partir da função social, o mobiliário escolar das Escolas Cristãs, rede de escolas criada por João Batista de La Salle (1651-1719) na França a partir de 1689. O objetivo é mostrar que a escolha desse mobiliário tinha, mais do que uma função prática, uma função social. Para tanto, o artigo faz uma leitura hermenêutica do Guia das Escolas Cristãs, obra pedagógica de La Salle, para concluir que o padrão científico dos móveis desenhados para a sala de aula seguia o mesmo princípio pedagógico das Escolas Cristãs e tinha a mesma função: dar dignidade para as crianças pobres.

Palavras-chave: Mobiliário escolar. Escolas Cristãs. La Salle

The christian achools furniture in the 17th century: a humanizing element

ABSTRACT

The School as a specialized environment for teaching and learning was developed from the 17th century on. In that environment, school furniture was developed according to the pedagogical method. This article starts from this premise to investigate, from the social function, the school furniture of the Christian Schools, a network of schools created by John Baptist de La Salle (1651-1719) in France as from 1689. The objective is to show that the choice of this furniture had, more than a practical function, a social function. Therefore, the article makes

¹ Doutor em Educação pela Universidade La Salle de Canoas/RS. Professor no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade La Salle e na área de Educação e Cultura da mesma Universidade. ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-5682-6579>. E-mail: clovis.trezzi@unilasalle.edu.br.

a hermeneutic reading of the *"The Conduct of the Christian Schools"*, La Salle's pedagogical work, to conclude that the scientific standard of the furniture designed for the classroom followed the same pedagogical principle of the Christian Schools and had the same function: to provide dignity for poor children.

Keywords: School furniture. Christian Schools. La Salle

El mobiliario escolar de las escuelas cristianas del siglo XVII: un elemento humanizador

RESUMEN

La escuela como un lugar especializado para la enseñanza y el aprendizaje se desarrolló a partir del siglo XVII y, en ese lugar, el mobiliario escolar se desarrolló de acuerdo con el método pedagógico utilizado. Este artículo parte de esta premisa para investigar, a partir de la función social de la escuela, el mobiliario escolar de las Escuelas Cristianas, una red de escuelas creada por Juan Bautista de La Salle (1651-1719) en Francia desde 1689. El objetivo es mostrar que la elección de este mobiliario tenía, más que una función práctica, una función social. Por lo tanto, el artículo hace una lectura hermenéutica de la "Guía de las Escuelas Cristianas", el trabajo pedagógico de La Salle, para concluir que el estándar científico de los muebles diseñados para el aula siguió el mismo principio pedagógico de las Escuelas Cristianas y tuvo la misma función: dar dignidad a los niños pobres.

Palabras-clave: Mobiliario escolar. Escuelas Cristianas. La Salle

Introdução

O objeto de investigação do presente artigo é a introdução de um mobiliário escolar cientificamente planejado na França, na virada do século XVII para o XVIII. Toma-se como base a Sociedade das Escolas Cristãs, posteriormente chamada de Instituto dos Irmãos das Escolas Cristãs, criada por São João Batista de La Salle em 1680 com o fim de dar educação gratuita para meninos pobres. Parte-se do pressuposto de que esse mobiliário tinha uma função mais importante do que permitir que a criança aprendesse melhor, com mais conforto ergonômico. Era parte da estética de uma escola que tinha uma função social bem de-

finida: elevar a dignidade das crianças pobres que, na sociedade, não dispunham de praticamente nenhuma.

Há uma certeza entre os principais historiadores da educação sobre a educação moderna: ela se desenvolveu a partir de um novo paradigma educacional desenvolvido no século XVII. Segundo Manacorda (2010), Gauthier (2014) e Hengemüle (2007), um dos marcos dessa mudança foi a fundação, pelo sacerdote francês João Batista de La Salle (Reims, 1651 – Rouen, 1719), da Sociedade das Escolas Cristãs.

Este artigo faz uma leitura hermenêutica das ideias revolucionárias introduzidas na educação do século XVII por La Salle, que podem ser encontradas nos seus escritos². Essas ideias mostram que, para ele, a preocupação com a complexidade do processo escolar era um elemento importante da educação. Essa complexidade incluía o processo organizativo da escola, bem como os conteúdos e métodos de ensino. Mas, mais que isso, o todo da escola, incluindo os espaços físicos e o mobiliário, devia ser pensado em função da dignificação do aluno e do professor.

Na modernidade, que surge a partir do final do século XIV, mas que leva cerca de dois séculos para amadurecer, a escola passa a ser vista como um espaço sociocultural especializado na educação que desloca a criança de sua família para o convívio mais amplo em sociedade. A pedagogia ganha contornos científicos, ou seja, começa a ser pensada a partir de um método educativo, e a educação recebe uma função social. “Abrir uma escola é fechar uma prisão”, dizia Charles Démia (apud GAUTHIER, 2014, p. 111). Foram diversos os movimentos iniciados na primeira metade do século XVII no sentido de dar à escola um sentido social. Fiévet (2001) aponta diversos educadores que se empenharam nisso: Vicente de Paulo, Charles Démia, Nicolas Barré, Nicolas Roland, Bataillon entre outros.

Partindo do fato de que as principais mudanças na educação moderna se dão na segunda metade do século XVII, e que João Batista de La Salle é um dos principais protagonistas dessas mudanças, este artigo, que investiga o mobiliário escolar das Escolas Cristãs na perspectiva de sua função social, divide-se em três partes. Na primeira, apresenta a Sociedade das Escolas Cristãs como uma novidade para a sociedade da época; na segunda, trata de descrever o mobiliário daquelas escolas,

2 As Obras Completas de La Salle foram publicadas no Brasil em 2012. Nesta tese serão utilizados alguns textos, devidamente identificados.

tal como descrito pelo Fundador; na terceira, associa este mobiliário à função social da escola. O objetivo é demonstrar que, nas Escolas Cristãs fundadas por São João Batista de La Salle, a educação era pensada a partir de um conjunto de elementos que compunham um todo pedagógico, e cada um desses elementos estava a serviço do papel principal da escola que era dar dignidade social aos “filhos dos artesãos e dos pobres” (LA SALLE, 2012b, p. 18).

A educação nas escolas cristãs

A França da segunda metade do século XVII é o cenário no qual se desenvolve o projeto pedagógico de La Salle. Este nasceu em Reims, em 1651, e faleceu em Rouen em 1719. Membro da alta burguesia renense, foi ordenado sacerdote em 1678 e, em 1680, doutorou-se em Teologia. Nesse intervalo, em 1679, tomou contato com o mundo da educação por intermédio de um educador de Rouen, chamado Adrien Nyel, que lhe propôs assumir a organização e o financiamento de escolas gratuitas para os meninos pobres da região de Reims. Nyel, contudo, tinha um espírito mais de empreendedor do que de pedagogo, o que levou La Salle a deixar de lado seus projetos e ambições pessoais e assumir integralmente a coordenação das escolas.

Estes dados – que podem ser encontrados em biógrafos diversos, dentre os quais foi consultado, para este artigo, o historiador Bédel (1998) –, são importantes para que se possa compreender a questão básica deste artigo que é a função do mobiliário introduzido por La Salle nas escolas por ele organizadas. Essas escolas, que foram crescendo em quantidade – eram cerca de 50 em 1719, de acordo com Sauvage (2001, p. 20) –, passaram a compor a chamada Sociedade das Escolas Cristãs, da qual faziam parte todos os professores. Estes professores, a partir de 1684, passaram a denominar-se Irmãos das Escolas Cristãs.

O contexto social na abertura das primeiras Escolas Cristãs foi o de uma pobreza urbana crescente. Fiévet (2001) apresenta, entre outros motivos, o início de uma migração da população do campo para as cidades, o que aumentava em muito a pobreza urbana. A isso some-se uma série de intempéries – invernos rigorosos intercalados com períodos de forte seca –, como descrito por Bédel (1998) e aos gastos excessivos da Corte em uma sociedade na qual os mais pobres dificilmente tinham

acesso a benefícios sociais como a educação, e tem-se aí um quadro bem resumido do caos reinante nas cidades, especialmente nas maiores.

Associado ao aumento da população urbana, Fiévet (2001) explica que se tornava mais comum também o desemprego e a informalidade do trabalho, elementos que contribuíam com o aumento da desigualdade social. Estima-se que, somente na grande seca de 1693-1694, morreram de fome, na França, cerca de um milhão e meio de pessoas (BÉDEL, 1998), número considerável para a época.

A tabela a seguir, que expõe o índice de mortalidade na Europa na virada do século XIX para o século XX, induz à seguinte conclusão: se, quase três séculos após a fundação das Escolas Cristãs por La Salle ainda havia uma taxa de mortalidade altíssima na França, infere-se que, na metade do século XVII, esta era ainda maior.

Tabela 1 – Índice de Mortalidade em alguns países europeus

Período	Inglaterra País de Gales	Alemanha	França	Holanda	Espanha
1871	21,4%	27,2%	23,7%	24,3%	30,8%
1901-1910	15,4%	18,7%	19,5%	15,2%	25,2%

Fonte: Sposito (2004, p. 49)

O contexto educacional era diretamente ligado à questão social. O século XVII ainda não conhecia as escolas para atendimento em massa. O método mais difundido era o individual, pelo qual o aluno passava um tempo sozinho com seu professor, em geral na casa deste, e aprendia aquilo que o professor tinha condições de ensinar. Nesse modelo de escola, não havia professor preparado nem ambiente específico para as aulas (GAUTHIER, 2014). Era professor quem detinha algum tipo de conhecimento e não tinha habilidade para fazer outra coisa; servia como escola qualquer espaço definido para este fim pelo professor. Além disso, as aulas eram pagas, o que excluía os mais pobres que, além de tudo isso, não encontravam estímulo para ir à escola (HENGEMÜLE, 2007), já que não havia perspectiva de mudança nas suas condições de vida.

Havia iniciativas, especialmente ligadas à Igreja Católica, como as Escolas Paroquiais que eram destinadas a atender à população pobre; estas, porém, eram insuficientes, considerando-se que o método simultâneo de ensino ainda não era muito difundido.

A fundação das escolas de La Salle tinha destinatários definidos: os “filhos dos artesãos e dos pobres” (LA SALLE, 2012b, p. 180). Bédel (1998, p. 11) conceitua os pobres dessa época como *“personas sin recursos asegurados, pero que se benefician de la asistencia de los demás habitantes, a diferencia de los ‘mendigos’ y ‘vagabundos’”*. Havia, também os artesãos, definidos por Bédel (1998, p. 9) como aqueles que *“viven sobre todo en las ciudades y ejercen numerosos oficios. Algunos de ellos, por vender su producción (los panaderos, por ejemplo), se asemejan a los **comerciantes**”* (Grifos do autor).

A Sociedade nasceu, de acordo com Bédel (1998), a partir da iniciativa de Nyel que comprometeu La Salle com a educação dos pobres. Passo a passo, a instituição foi se organizando até desenvolver um método de ensino próprio, associado com um modelo de gestão e organização da escola concebido por La Salle e os primeiros Irmãos. Este método, baseado principalmente na observação, transformou-se em livro cerca de 30 anos depois da abertura da primeira escola: a *“Conduite des Écoles Chretiennes”* (Condução das Escolas Cristãs), traduzido para o português como “Guia das Escolas Cristãs”, um manual que indica em detalhes como deveria ser conduzida uma escola. Foi reeditado até 1916 (LAURAIRE, 2014).

Desenvolvia-se, assim, um modelo de escola para os mais pobres que apostava em uma educação qualificada, organizada e metódica, em uma época em que se acreditava que os pobres, especialmente os filhos dos trabalhadores, não deviam ir à escola, tal como o explica Hengemüle (2007, p. 19): “para não arriscar reverter a estrutura da sociedade, para não atentar contra o sacrossanto equilíbrio social, para manter a desigualdade em que se acreditava fielmente no Grande Século”. As Escolas Cristãs associavam a educação na religião à preparação para a vida, recusando-se a ensinar latim e priorizando a aprendizagem do francês. Tinham, também, como grande preocupação o ensino das Regras de Urbanidade (LA SALLE, 2012c), que eram uma forma de ensinar, na prática, a viver em sociedade.

Esse modelo de educação mostrava que todos, mesmo aqueles que eram considerados indignos de receber educação, tinham condições de ser tão educados quanto os mais ricos. O humanismo cristão, que guiou o pensamento de La Salle e dos mestres das Escolas Cristãs, também chamados de Irmãos, tornou-se a base de toda a pedagogia lassaliana que, por sua vez, impulsionou a pedagogia moderna, segundo Gauthier (2014).

O mobiliário nas escolas cristãs

A valorização da escola como ambiente de aprendizagem, embora incipiente, não era totalmente novidade na primeira metade do século XVII. Encontramos, por exemplo, em Comenius (2016), um dos escritos mais antigos sobre a escola como um lugar organizado, que desperta o interesse do aluno, já em 1657:

A própria escola deve ser um lugar bonito, que ofereça, dentro e fora, agradável espetáculo para a vista. Que dentro, o ambiente seja bem iluminado, limpo, ornado por pinturas, [...]. Do lado de fora, nas imediações da escola, deve haver não só um espaço para brincar e andar (pois as distrações não podem ser negadas às crianças de quando em quando, como veremos oportunamente), mas também um jardim aonde seja possível levá-las para que se recreiem aos olhos vendo árvores, flores, relva. Se a escola for assim, pode-se supor que para lá as crianças não irão com menos alegria do que sentem quando vão ao mercado, onde sempre esperam ver e ouvir algo novo. (COMENIUS, 2016, p. 169-170).

Gauthier (2014, p. 108) traça um panorama sobre a situação da escola elementar no começo daquele século: ensino individual, sem um método específico; professor pobre, não profissional, que ensina apenas o que sabe, sem formação; não havia um ambiente específico para o ensino, que podia ser desde a casa do mestre até outro ambiente qualquer; não havia preocupação com a pessoa da criança, que podia receber castigos físicos livremente.

A partir dessa realidade, a segunda metade do século XVII viu surgir outra, também descrita por Gauthier (id. *ibid*): uma escola de ensino simultâneo, funcional; que seguia um método específico de ensino, na qual o professor era profissional com dedicação exclusiva; com um ambiente organizado; com professores formados e supervisionados; recebia crianças pequenas em classes seriadas; com um ambiente exclusivo para o ensino.

O contraste entre os dois modelos que coexistiram num mesmo período revela a passagem para a educação moderna. Gauthier (2014), Manacorda (2010), Ariés (2015) são alguns dos historiadores que atribuem a La Salle e aos primeiros Irmãos das Escolas Cristãs a responsabilidade por essa transição. Isso porque as escolas de La Salle foram o

primeiro e grande projeto educacional que experimentou e fez funcionar esse modelo moderno de escola e, mais do que isso, deixou-o documentado.

O *Guia das Escolas Cristãs*, que era o texto de referência para a organização da escola a partir de 1706, apresenta um capítulo especial sobre a estrutura física da escola, esmiuçada em detalhes. Conhecer esses dados é importante para que se possa compreender como foram concebidas as Escolas Cristãs, como foi sendo construída uma teoria do mobiliário escolar e como era a relação pedagógica estabelecida nesse espaço especializado na educação de crianças, filhos de artesãos e de pobres urbanos.

No tocante à função da escola, La Salle (2012a, p. 235) afirma que elas “devem ser estruturadas de tal forma que mestres e alunos possam cumprir nelas facilmente seus deveres”. Percebe-se que a função é muito mais utilitária e pragmática do que romântica, como a de Comenius (2016), apresentada anteriormente. Capta-se a ideia de que o aluno e o professor devem sentir-se bem nela, não apenas porque é um espaço agradável, mas porque conseguem exercer com tranquilidade as suas atividades como professor e aluno. Isso se reflete também na descrição da sala de aula e do mobiliário escolar.

Contudo, não se pode, de maneira alguma, afirmar que La Salle foi o primeiro a descrever a escola nesses moldes. Grandière (2007) demonstra que outros pedagogos descreveram uma possível organização da escola nesse mesmo período ou anteriormente. Dentre eles, destaca-se Batencour³, com uma descrição detalhada do edifício escolar e do espaço da sala de aula das escolas paroquiais: “Batencour prevê salas grandes, para cem a cento e cinquenta crianças, iluminadas de cada lado por grandes janelas e aquecidas por lareiras”. (GRANDIÈRE, 2007, p. 27).

É possível que outros autores tenham, também, escrito ou pensado em questões relativas ao espaço físico da escola. Essa preocupação tem uma íntima relação com a passagem de um prédio escolar que não tinha qualquer organização para uma escola que era prática e funcional. No início do século XVII, era comum o modelo de escola assim descrito (não significando, com isso, que fosse o único modelo existente):

3 Jacques de Batencour, sacerdote e pedagogo francês do século XVII, autor de um dos mais antigos tratados sobre a educação elementar intitulado *A escola paroquial*, no qual descreveu seus anos de experiência como professor. É um dos inspiradores de La Salle.

Um velho mestre, com a palmatória na mão, interrogando um aluno por vez, enquanto uma quinzena de outros, de idades variadas, se dedicam a todo tipo de ocupações, brincam ou brigam. O local, uma espécie de porão, é sujo e está completamente em desordem. (GAUTHIER, 2014, p. 106).

Este tipo de aula, típico das escolas onde não se aplicava o método simultâneo, do qual La Salle foi um grande divulgador, era comum até o século XVII e continuou existindo nos séculos seguintes, até que o método simultâneo se tornou cada vez mais popular. Os Irmãos das Escolas Cristãs evitaram o método individual nas suas escolas.

Manacorda (2010, p. 286), ao descrever a escola e a pedagogia de La Salle, recorda que “com a prudência de suas prescrições, ele descreve um edifício escolar que lembra o edifício idealizado por Boncompagno de Signa, mas com a vantagem de representar um edifício real, o moderno edifício escolar com seus aspectos positivos e negativos”.

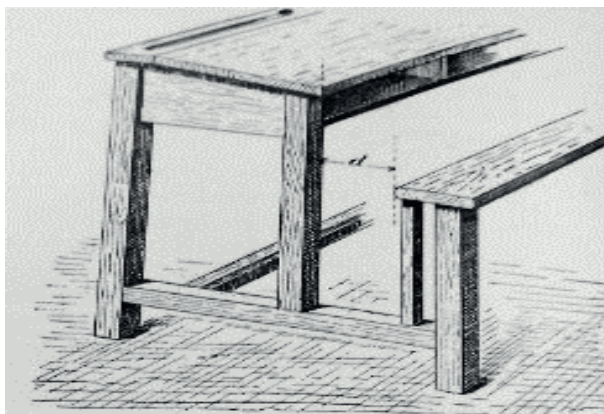
Para além de um pensamento complexo sobre a escola, que transparece nos escritos de La Salle, encontramos uma ampla descrição de todos os ambientes escolares, desde os mais básicos, como o tamanho e a colocação dos cartazes nas paredes, até o mais complexo, para os quais eram necessários estudos: o tamanho das carteiras, considerando a idade e respectivo tamanho médio dos alunos que integravam cada classe.

Os bancos nas escolas devem ter diversas alturas, a saber: de 8, 10, 12, 14 e 16 polegadas, e comprimento de 12 a 15 pés⁴, tudo encaixado. A espessura de cada banco deve ter ao redor de uma polegada e meia, e a largura, aproximadamente 6. Cada banco deve ter três conjuntos de pés de apoio, e cada conjunto, duas peças verticais de sustentação e uma travessa na base. Em cada uma das classes inferiores deve haver dois bancos de 8 polegadas de altura, para os alunos menores; 3 de 10 e 3 de 12, para os alunos médios e os maiores, bancos cujo número pode ser diminuído ou aumentado de acordo com a quantidade de alunos. (LA SALLE, 2012a, p. 235).

4 É difícil calcular com exatidão o tamanho, uma vez que no século XVIII não havia um padrão de medidas. A partir do padrão atual, pode-se calcular que a altura varia de 20 cm a 40 cm; entre 30 a 80 cm de comprimento e uma largura de 15 cm.

A estética da escola assume um padrão científico, ou seja, mais do que ser um espaço de aprendizagem, ela é um local pensado exclusivamente para esse fim, que segue um padrão de medidas e passa por um processo de experimentação para tornar-se funcional. O ideal humanista de educação ganha contornos de ciência; a escola passa a existir como instituição organizada e a educação começa a ser tratada com a seriedade científica própria da modernidade. A experiência estética passa a ser dimensionada e passível de observação. Já não está em jogo apenas o “ir à escola” para que alguém que sabe algo ensine o que sabe, mas esta ação torna-se uma experiência carregada de sentido.

Figura 1 – Representação do século XIX dos bancos das Escolas Cristãs⁵



Fonte: Frères dDes Écoles Chretiennes (1897, p. 376)

Pensar a escola dessa maneira não é algo exclusivo de La Salle, mas próprio de sua época. Uma descrição da escola muito similar é encontrada em Batencour ([1669] apud GAUTHIER, 2014, p. 117):

As mesas devem ser postas no lugar mais claro da escola, ficando cada extremidade delas perto da janela, de modo que as crianças tenham o lado esquerdo voltado para essa janela. Cada aluno deve dispor de quatorze polegadas [cerca de 35 cm] para o seu lugar,

⁵ Esta imagem faz parte de um estudo de 1897 em preparação a uma nova edição do *Guia das Escolas Cristãs*. Embora seja separado por quase dois séculos da primeira edição impressa do *Guia*, a legenda afirma: “Modelo antigo”, o que leva a crer que esta imagem se aproxima dos modelos de bancos escolares do século anterior.

se tiver talhe médio; se é pequeno, doze [cerca de 30 cm], se é grande, dezesseis [cerca de 40 cm]. Também é necessário que nem todas as mesas tenham altura igual, mas que haja parte delas mais altas e parte mais baixas, a fim de que as crianças se assentem comodamente, para que escrevam bem.

Embora a descrição seja diferente, percebe-se que a preocupação era a mesma: ter um espaço escolar que fosse ergonômico e agradável para os alunos aprenderem. Talvez, pela primeira vez na história da educação, se estivesse imaginando uma escola pensada para a criança.

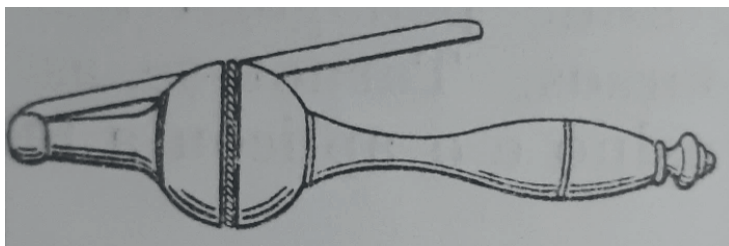
Este padrão científico aparece também na descrição que o *Guia das Escolas Cristãs* faz dos cartazes que devem ser afixados nas paredes (LA SALLE, 2012a, p. 42). Como elementos fundamentais para a aprendizagem, estes deveriam ser colocados de maneira tal que estivessem sempre à vista dos alunos e a uma distância tal “que os alunos que os leem possam ver neles com facilidade todas as letras e sílabas” (id., p. 42). Da mesma forma, o tamanho das letras e a distância entre elas deveria facilitar a visualização e a leitura (id., p. 42).

Descrevendo os equipamentos utilizados nas Escolas Cristãs, Manacorda (2010, p. 281) diz que as prescrições do *Guia das Escolas Cristãs* sobre o assunto

[...] concernem especialmente a materiais e técnicas materiais referentes ao papel: o transparente para copiar à vista das letras (para os menos hábeis), as penas (que eram realmente penas de ganso, das quais era preciso levar duas para a escola), o canivete, o corta-penas, a tinta, o tinteiro de chumbo (um para cada dois alunos), os modelos de letras do alfabeto.

Para evitar o uso das punições corporais comuns nos sistemas educacionais franceses do século XVII, as escolas de La Salle utilizaram-se de dois recursos culturais inusitados para manter a disciplina na sala de aula: um código de sinais (LA SALLE, 2012a, p. 133) e pequenos presentes ou recompensas descritas em La Salle (id., p. 152). Utilizava-se, para o código, um aparelho chamado simplesmente “sinal”, desenvolvido nas escolas lassalistas.

Figura 2 - Sinal



Fonte: Justo (1991, p. 219).

Além destes elementos, insistia-se junto ao corpo docente para manter registros padronizados da vida escolar com os chamados “catálogos” (id., p. 141). Estes, que na verdade eram atas que registravam tudo o que acontecia na escola, tinham a função de manter o controle sobre a vida escolar dos alunos e permitir que cada um fosse tratado a partir do histórico pessoal.

Hébrard (2007, p. 16) diz ainda que as Escolas Cristãs introduziram como mobiliário escolar o quadro-negro. Não que este não existisse, mas era utilizado em outros ambientes, como as fábricas. Para Hébrard, a grande revolução da introdução do quadro-negro na escola foi a democratização da aprendizagem: um instrumento de baixo custo que atendia a todos os alunos ao mesmo tempo. Isso era tremendamente importante, já que o público das Escolas Cristãs era formado pelos mais pobres.

Apesar das limitações do incipiente conhecimento pedagógico do século XVII, a experiência escolar de quase 30 anos que antecede a primeira versão manuscrita do *Guia das Escolas Cristãs* permitiu que La Salle e seus Irmãos professores experimentassem, percebessem e sistematizassem uma teoria sobre o modo como o espaço escolar mais ou menos adequado incidia no processo pedagógico. De forma peculiar e historicamente precoce, os Irmãos perceberam e procuraram utilizar a dimensão estética e ergonômica aplicadas à educação elementar.

O problema da educação havia se agravado com o inchaço urbano. O aumento da população urbana, com o consequente crescimento do número de jovens pelas ruas, desocupados, e o respectivo aumento da criminalidade levou a um questionamento sobre o papel da escola. E foi justamente a percepção de que esta tinha um papel social que abriu as portas para a nova compreensão, que passou a ser uma maneira mais racional de manter a ordem social e de atender os jovens que, a partir de

então, começaram a ser vistos como necessitados de mais educação ao invés de maior rigor na repressão policial.

Essa nova escola traz, subjacente, um conceito antropológico. Ela não aparece aleatoriamente, tampouco é fruto pura e simplesmente de um aperfeiçoamento do modelo pedagógico. Identificar essa antropologia ajuda na compreensão do processo pedagógico posterior que, a despeito dos revezes históricos, perpassou os séculos chegando até nossos dias. Ajudará a compreender, também, o projeto pedagógico lassalista hoje, quase 300 anos após a morte de La Salle.

A função social das escolas cristãs: dar dignidade aos alunos pobres

A preocupação com o aluno, na pedagogia de La Salle, ganha forma a partir de uma nova mentalidade que emergia naquele período histórico. Segundo Ariès (2015), no século XVII começa a surgir uma nova preocupação com a infância. As crianças passam a ser vistas como indivíduos e não mais como projetos de adulto. Essa nova compreensão, que deriva do humanismo quatrocentista, ganha corpo com o surgimento de uma nova pedagogia que valoriza a criança. Mais do que valorizar a infância, vê nela um ser educável que deve ser preparado para a vida adulta por meio de uma educação que o valorize como pessoa.

Para tanto, foram desenvolvidos nesse período métodos e técnicas de ensino com esse objetivo. Essa precoce pedagogia ativa é identificada por Manacorda na pedagogia das Escolas Cristãs. Este historiador afirma que o aluno lassalista aprendia a escrever a partir da realidade do eventual mercado de trabalho disponível para ele:

Na sexta ordem da escrita redonda e na quarta da escrita cursiva, introduzia-se um conteúdo que, pelo nome, parece nos levar atrás, mas que, na realidade, é a parte mais inovadora destas escolas: a ortografia; [...]. Indicam-se, em seguida, algumas destas escritas burocráticas, cartoriais e privadas: contratos, quitações, obrigações, procurações etc. que, após os exercícios de transcrevê-las, os próprios alunos as escreviam sem mais copiá-las. Dessa forma, sob o título antigo de ortografia, escondia-se o fato mais moderno dessa escola. (MANACORDA, 2010, p. 282).

Chama a atenção essa relação direta da aprendizagem com a realidade do educando. É mais do que aprender a escrever para depois

utilizar a escrita na vida ou em uma profissão; é a aprendizagem da profissão conjuntamente com a da escrita, o que inaugura uma nova visão de mundo, a de que a educação deve estar integrada à vida do educando. Isso em uma época em que, de acordo com Ariès (2015), ainda havia pouquíssima preocupação com a criança enquanto tal. Esta era costumadamente encarada como um adulto em miniatura, e isso se pode depreender das ilustrações da época: crianças vestidas como adultas ou com corpo de adultas, apenas numa dimensão menor.

Em se tratando da educação dos pobres, é ainda mais surpreendente esse pensamento em uma época em que se acreditava estar a pessoa condicionada, pelo nascimento, a uma determinada função na sociedade e a permanecer em uma classe social. Os Irmãos das Escolas Cristãs parecem não se preocupar com o porquê de ensinar coisas novas para crianças fadadas a seguir a sina dos pais, pois já tinham bem claro qual era o papel da escola.

Simard (2014, p. 78) demonstra que, desde o Renascimento, com o advento do humanismo, “o homem se torna um modelo para si mesmo, autor da própria imagem e criador de um mundo do qual é responsável”.

O homem não é o que existe de mais admirável sobre a terra? - dizia Pico della Mirandola, inspirando-se também nas fontes árabes. Assim, a ação e a reflexão dos homens, tais como Ficino, Erasmo, Rabelais, More, Montaigne, Da Vinci, Michelangelo e tantos outros não teriam consistido em definir um modelo de perfeição humana – intelectual, moral, estético –, cujas fontes de inspiração estão na Antiguidade greco-romana. [...] na Antiguidade, os humanistas do Renascimento encontram, acima de tudo, o amor à cultura e à civilidade, ou seja, a cultura que expressa o ideal do letrado, do homem de cultura clássica dominando as línguas, a palavra e a escrita, tal como Erasmo, para quem nada é mais admirável que o discurso. (SIMARD, 2014, p. 80).

Este pensamento humanista reaparece em La Salle quando afirma que qualquer criança pobre “sabendo ler e escrever, é capaz de tudo” (LA SALLE, 2012a, p. 197). Quer dizer que o processo de mudança do ser humano começa na escola. A sociedade, por si só, não é capaz de evoluir; o próprio ser humano não muda sem um processo de aprendizagem. La Salle coloca na escola uma forte carga de esperança,

porque a concebe como responsável pelo processo de mobilidade social no contexto da sociedade aristocrática francesa fundamentada na impossibilidade de ascensão social decorrente do mérito educacional dos indivíduos pobres. A visão de que o ser humano é capaz de tudo quando sabe ler e escrever amplia a concepção antropológica acerca da capacidade do ser humano que, posteriormente, veio a ser o objetivo das ciências da educação, principalmente no século XXI, na sociedade do conhecimento.

A compreensão de ser humano com a qual La Salle concebe o seu aluno, implica na necessidade de transcender a visão aristocrática do docente. O papel do professor é revisto. Tanto o aluno quanto o professor estão no centro do processo educativo, enquanto seres humanos em crescimento, e são apresentados como igualmente importantes para que o processo pedagógico aconteça. Não se trata mais de um adulto superior que sabe e pode transmitir a um infante inferior que nada sabe. A relação antropológica é entre um docente adulto que se sabe capaz de aprender com a criança o modo mais adequado de ensiná-la. Parece que La Salle “pedagogiza” o amor preferencial de Cristo pelos pequeninos, especialmente, as crianças (Mateus 25, 45).

Na prática pedagógica descrita por La Salle, os procedimentos pedagógicos carregam em si uma finalidade ética. Um dos princípios pedagógicos das Escolas Cristãs era ensinar às crianças a bem viver, o que significava ensinar a praticar o bem e evitar o mal. Além de ser uma aprendizagem para a vida, o ensinar a bem viver consiste na formação do sujeito moral, capaz de viver em sociedade de acordo com as suas normas. A escola assume a função de civilizar o sujeito. Conforme a percepção de Manacorda, a análise das regras do *Guia das Escolas Cristãs* que separam o ensino da leitura do ensino da escrita demonstra “a coexistência de duas instruções diferentes: a aculturação religiosa moral e uma pré-aprendizagem das profissões artesanais mercantis. Esta é a grande novidade das ‘escolas cristãs’ e, é claro, não somente dessas!”. (MANACORDA, 2010, p. 283).

Ainda sob o regime aristocrático, a pedagogia das Escolas Cristãs antecipa as funções da escola moderna de realizar a socialização e preparar de forma geral para o exercício das diversas profissões decorrentes da divisão social do trabalho inerente ao modo de produção capitalista da sociedade democrática que estava se constituindo por dentro desta sociedade aristocrática.

Considerações finais: para além da praticidade

A pedagogia das Escolas Cristãs tinha, repita-se, a função de, além de ensinar o básico (ler, escrever e contar), dignificar a pessoa da criança pobre, em um período histórico no qual estas não eram valorizadas e os pobres estavam destinados a serem pobres para sempre.

Embora no *Guia das Escolas Cristãs* não se descreva a função do mobiliário, é possível, através de uma leitura hermenêutica, chegar a algumas conclusões. Em primeiro lugar, é importante salientar que eles foram desenhados a partir de uma perspectiva científica: destacam-se neles as medidas importantes para cada idade e tamanho da criança: “Os bancos das escolas devem ter diversas alturas [...]” (LA SALLE, 2012a, p. 235). O fato de realizar um estudo científico mostra a importância que se dava para este elemento fundamental na escola.

Mais importante que isso é perceber que as Escolas Cristãs de La Salle funcionavam organizadas de tal forma que é possível perceber em todos os seus aspectos a mesma característica: a organização. Não apenas uma organização prática, mas pedagógica, ou seja, o todo da escola era pensado de forma a não separar um elemento do outro.

Assim, se a escola possuía uma pedagogia científica, bem estruturada, baseada num método de ensino, com um objetivo bem claro que era o de proporcionar uma educação cristã humanizada e preparar a pessoa para enfrentar o mundo com dignidade, a escola inteira era pensada dessa forma. Esta é, também, uma novidade da educação moderna introduzida ainda no século XVII, especialmente pelos Irmãos das Escolas Cristãs.

Esta novidade, aliada a outros elementos já mencionados neste artigo, é o que Gauthier (2014) afirma ser a base da pedagogia moderna como um processo organizado de aprendizagem. A escolha do mobiliário escolar nesse período segue o mesmo princípio. Nas Escolas Cristãs, além da função pedagógica, ele cumpria o mesmo papel desempenhado pelos demais elementos da escola.

As crianças que frequentavam as Escolas Cristãs viviam em situação de pobreza e abandono social; a maioria delas, em casas miseráveis e famílias desestruturadas. Desta forma, o acolhimento em escolas de qualidade, esteticamente bem organizadas, com professores que se intitulavam “Irmãos”, e com móveis de qualidade pensados exclusivamente para o seu tamanho, a percepção de que ali era um lugar feito para elas

e que lhes dava a importância que de fato tinham como pessoas exercia um papel importante na vida delas.

A leitura que pode ser feita deste processo pedagógico é que o mobiliário escolar não era apenas prático, de modo a facilitar que todos pudessem cumprir facilmente seus deveres (LA SALLE, 2012a, p. 235). Não era somente a ideia de que, aprendendo melhor, as crianças seriam pessoas melhores na sociedade, mas que, sentindo-se pessoas melhores, elas podiam aprender mais.

Esse pensamento pedagógico, novo no século XVII, tornou-se basilar na pedagogia moderna que se desenvolveu a partir daí. Os processos e métodos pedagógicos com embasamento na Psicologia da Educação e em outras ciências auxiliares, que se tornaram pontos fortes na educação a partir do século XIX, já eram incipientes naquele período.

O mobiliário escolar das Escolas Cristãs, então, estava inserido dentro de um processo pedagógico humanizador. Se, até então, não havia preocupação com métodos, técnicas ou organização da escola ou mesmo com a pessoa do professor e/ou do aluno (GAUTHIER, 2014), essa nova escola trouxe justamente o oposto: um método de ensino baseado no amor cristão pela humanidade e, principalmente, pelas crianças.

Referências

ARIÈS, P. **História social da criança e da família**. 2. ed., Rio de Janeiro, RJ: LTC, 2015.

BÉDEL, H. **Orígenes 1651-1726**: Iniciación a la historia del Instituto de los Hermanos de Las Escuelas Cristianas. Roma, Itália: Hermanos de las Escuelas Cristianas, 1998.

COMENIUS, J. A. **Didática Magna**. 4. ed., São Paulo, SP: WMF Martins Fontes, 2016.

FIÉVET, M. **Les enfants pauvres à l'école**: La révolution scolaire de Jean-Baptiste de La Salle. Paris, França: Imago, 2001.

FRÈRES DES ÉCOLES CHRÉTIENNES. **Notes de Pédagogie Chrétienne**. Pour servir a la préparation d'une nouvelle édition de la Conduite des

Écoles d'après les princes du Bienheureux J. B. de La Salle. Paris, França: Procure Générale, 1897.

GAUTHIER, C. O século XVII e o nascimento da Pedagogia. In: GAUTHIER, C.; TARDIF, M. (orgs.). **A Pedagogia**: teorias e práticas da Antiguidade aos nossos dias. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014, p. 101-127.

GRANDIÈRE, M. Um modelo de escola na França em torno de 1660-1740: A escola cristã. **Revista História da Educação**, Pelotas, RS, v. 11, n. 21, p. 23-50, jan-abr, 2007. Disponível em: <http://www.redalyc.org/html/3216/321627125003/>. Acesso em: 11 fev. 2017.

HÉBRARD, J. A lição e o exercício: algumas reflexões sobre a história das práticas escolares de leitura e escrita. **Educação**, Santa Maria, RS, v. 32, n. 01, p. 11-20, 2007. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/reveducacao/article/view/657/468>. Acesso em: 17 maio 2020.

HENGEMÜLE, E. **Educação Lassaliana**: Que educação? Canoas, RS: Salles, 2007.

JUSTO, H. **La Salle Patrono do Magistério**. 4ª ed., Canoas, RS, Editora La Salle, 1991.

LA SALLE, J. B. **Guia das Escolas Cristãs**. Canoas, RS: Unilasalle, 2012a. Coleção Obras Completas vol. III.

LA SALLE, J. B. **Regras Comuns dos Irmãos das Escolas Cristãs**. Canoas, RS: Unilasalle, 2012b. Coleção Obras Completas vol. II-A.

LA SALLE, J. B. **Regras do decoro e da urbanidade cristãos**. Canoas, RS: Unilasalle, 2012c. Coleção Obras Completas vol. III.

LAURAIRE, L. **La Guía de las Escuelas**: Enfoque diacrónico. Evolución del texto de 1706 a 1916. Roma, Itália: Casa San Juan Bautista de La Salle, 2014. Col. *Cahier Lassalien* n. 67.

MANACORDA, M. A. **História da educação**: da antiguidade aos nossos dias. 13. ed., São Paulo, SP: Cortez, 2010.

SAUVAGE, M. **Juan Bautista de La Salle y la fundación de su Instituto**. Roma, Itália: Maison Jean-Baptiste de La Salle, 2001. Col. *Cahier Lassalien* n. 55.

SIMARD, D. O Renascimento e a educação humanista. In: GAUTHIER, C.; TARDIF, M. (orgs.). **A pedagogia**: teorias e práticas da Antiguidade aos nossos dias. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014, p. 76-100.

SPOSITO, M. E. B. **Capitalismo e urbanização**. 14. ed. São Paulo, SP: Contexto, 2004.

Recebido em: maio/2020

Aceito em: setembro/2020

As mobílias escolares nas escolas radiofônicas: uma análise sobre a produção, circulação e os métodos de ensino para os jovens e adultos na Amazônia bragantina (1961-1968)

Rogério Andrade Maciel¹

Cesar Augusto Castro²

RESUMO

O presente artigo teve por objetivo analisar a produção, a circulação e os métodos de ensino, presentes nas mobílias escolares para os jovens e adultos das escolas radiofônicas na Amazônia Bragantina, no período de 1961-1968. A metodologia utilizada foi a abordagem da Nova História Cultural. As imagens contidas nos *Livros de Tombo do Tribunal de Contas* da Diocese de Bragança, o uso dos decretos e as leis foram as principais fontes deste estudo. Foi constatado que as mobílias eram produzidas na oficina anexada ao Escritório do Sistema Educativo Radiofônico de Bragança (SERB) e enviadas apenas para três municípios. As outras localidades fabricavam suas mobílias com a ajuda dos marceneiros de suas respectivas comunidades. Foram identificadas, nas imagens, o uso de dois tipos de mobílias escolares nas escolas radiofônicas: a de mesas rústicas com cadeiras de assento e apoio para as costas, encontradas numa escola municipal. Elas variavam de tamanho, visto que eram produzidas para o ensino de crianças, o que causava um desconforto para os adultos. Já a mobília de mesas rústicas com bancos rústicos, sem encosto, prejudicava a aprendizagem dos alunos (agricultores que passavam o dia trabalhando na lavoura), uma vez que não tinha

1 Doutor em Educação pelo Programa de Pós- Graduação em Educação na Universidade Federal do Pará- (PPGED/ICED/UFPA/2019). Professor da Universidade Federal do Pará (Campus Universitário de Bragança). Associado da Sociedade Brasileira de História da Educação -(SBHE). Líder do Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa em História da Educação e Currículo na Amazônia (NIPHECA). Membro do Núcleo de Estudos e Documentação em História da Educação e das Práticas Leitoras do Maranhão (NEDHEL). ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1673-5215>. E-mail: rogeriom@ufpa.br.

2 Doutor em Educação pela Universidade de São Paulo (1998). Pós-Doutor em Educação pela USP (2006) e pela Universidade do Porto (2011). Professor da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) no Programa de Pós-Graduação em Educação e no Curso de Biblioteconomia (UFMA). Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Pará (UFPA). Coordenador do Núcleo de Estudos e Documentação em História da Educação e Práticas Leitoras (NEDHEL). ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7650-895X>. E-mail: cesarcastro@ufma.br.

encosto para descansar as costas e ajudar na postura. Assim, a partir dos resultados, é fato que a distribuição e organização das mobílias nas salas de aula das escolas radiofônicas estavam constituídos por dois métodos de ensino: os círculos de cultura e o diálogo, princípios educativos freireanos que eram usados para alfabetizar os jovens e adultos na Amazônia Bragantina.

Palavras-chave: Mobília Escolar. Jovens e Adultos, Amazônia Bragantina.

School furniture in radio schools: an analysis of production, circulation and teaching methods for young people and adults in the Bragantine Amazon (1961-1968)

ABSTRACT

This article aimed to analyze the production, circulation and teaching methods present in school furniture for young people and adults in radio schools in the Bragantina Amazon, in the period 1961-1968. The methodology used was the New Cultural History approach. The images contained in the Tombo Books of the Court of Accounts of the Diocese of Bragança, the use of decrees and laws were the main sources of this study. It was found that the furniture was produced in the workshop attached to the Bragança Radio Educational System Office (SERB) and sent only to three municipalities. The other locations made their furniture with the help of carpenters from their respective communities. In the images, the use of two types of school furniture in radio schools was identified: that of rustic tables with seating chairs and back support, found in a municipal school. They varied in size, since they were produced for teaching children, which caused discomfort for adults. The furniture of rustic tables with rustic benches, without backrest, hindered the students' learning (farmers who spent the day working in the fields), since there was no backrest to rest their backs and help with their posture. Thus, based on the results, it is a fact that the distribution and organization of furniture in the classrooms of radio schools were constituted by two teaching methods: culture circles and dialogue, Freirean educational principles that were used to literate young people and adults in the Bragantina Amazon.

Keywords: School Furniture. Young People and Adults. Bragantina Amazon.

Muebles escolares en las escuelas de radio: un análisis de los métodos de producción, circulación y enseñanza para jóvenes y adultos en el Amazonas Bragantine (1961-1968)

RESUMEN

Este artículo tuvo como objetivo analizar los métodos de producción, circulación y enseñanza presentes en el mobiliario escolar para jóvenes y adultos en las escuelas de radio de la Amazonia Bragantina, en el período 1961-1968. La metodología utilizada fue el enfoque de la Nueva Historia Cultural. Las imágenes contenidas en los Tombo Books del Tribunal de Cuentas de la Diócesis de Bragança, el uso de decretos y leyes fueron las principales fuentes de este estudio. Se encontró que el mobiliario fue producido en el taller adjunto a la Oficina del Sistema Educativo de Radio de Bragança (SERB) y enviado solo a tres municipios. Los otros lugares hicieron sus muebles con la ayuda de carpinteros de sus respectivas comunidades. En las imágenes se identificó el uso de dos tipos de mobiliario escolar en las escuelas de radio: el de las mesas rústicas con sillas para sentarse y respaldo, encontradas en una escuela municipal. Varían en tamaño, ya que fueron producidos para enseñar a los niños, lo que causaba molestias a los adultos. El mobiliario de mesas rústicas con bancos rústicos, sin respaldo, dificultaba el aprendizaje de los estudiantes (agricultores que pasaban el día trabajando en el campo), ya que no había respaldo para descansar la espalda y ayudar con su postura. Así, a partir de los resultados, es un hecho que la distribución y organización del mobiliario en las aulas de las escuelas de radio estuvo constituida por dos métodos de enseñanza: círculos culturales y diálogo, principios educativos freireanos que se utilizaron para alfabetizar a los jóvenes y adultos en el Amazonas Bragantina.

Palabras clave: Mobiliario Escolar. Jóvenes y Adultos. Bragantina Amazon.

Introdução

O período de 1960 é marcado pela preocupação de diversos setores em efetuar ações para minimizar os altos índices de analfabetismo no Brasil. Por isso, a criação dos Sistemas Educativos Radiofônicos esteve articulada com base em três segmentos: o Estado, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e o engajamento dos

movimentos populares nesses sistemas de ensino, como o Movimento de Educação de Base (MEB).

Ao Estado, coube o financiamento de diversos programas educativos em prol do desenvolvimento da educação de jovens e adultos. A CNBB ficou responsável por implantar e coordenar os sistemas educativos radiofônicos. Em alguns Estados Brasileiros já existiam rádios e o sistema radiofônico foi sendo instalado, a partir de 1961. Em outros, os sistemas possibilitaram a criação de uma rádio com recursos do governo Federal e, ao serem implantadas, *a posteriori* houve o engajamento dos movimentos populares, como o MEB, configurado por sujeitos provindos de uma formação pela teologia da libertação, constituinte da Juventude Universitária Católica (JUC) e Ação Católica Popular (ACP), dentre outros. Essas articulações tinham por finalidade minimizar o analfabetismo, representando as políticas públicas de alfabetização e escolarização, destinadas aos educandos jovens e adultos no Brasil (MACIEL, 2019a).

Nessa esfera, entre o Estado, a CNBB e o MEB, foram desenvolvidos inúmeros convênios e parcerias para a captação de recursos financeiros, cuja finalidade era a aquisição de diversos materiais escolares tanto para os sistemas quanto para as escolas radiofônicas, são eles: caixa amplificadora, cadernos escolares, microfones, rádio cativo, antenas parabólicas, fio terra, caixa de estúdio, canetas, lápis, lampiões e mobílias escolares. Esta última faz parte da cultura material escolar e compõe, no *Sistema Educativo Radiofônico* de Bragança (SERB), um conjunto de ações inovadoras que são delineadas pela heterogeneidade nesse universo escolar.

Conforme Castro (2013), as mobílias são constituídas e constituídas de um universo de significados que estão presentes na forma de organização dos bancos, bancas, mesas, cadeiras, carteiras, quadro, dentre outros objetos que estão contidos no cerne das instituições educativas.

Sobre mobília escolar, Sousa (2019) afirma que elas permitem identificar os dispositivos legais, o processo de produção, a circulação/distribuição, a apropriação e, principalmente, a organização do espaço escolar, dentre os diferentes modos de fazer e ver esses artefatos culturais, constituídos na história das instituições educativas.

Afirmamos, ainda, que são raras as pesquisas em âmbito nacional e internacional sobre o uso de mobiliário escolar em escolas radiofônicas, cuja proposta objetiva analisar a produção, a circulação e os métodos de

ensino, presente para a alfabetização dos jovens e adultos. Por isso, esta pesquisa torna-se inédita, visto que contribui para outras pesquisas e pesquisadores que estejam interessados em discutir a temática em tela, no campo da História da Educação de Jovens e Adultos no Brasil.

Metodologicamente, o estudo faz parte da abordagem da Nova História Cultural e privilegia uma análise da produção e circulação das mobílias que estão associadas com as “[...] práticas culturais, seus sujeitos e seus produtos, estes últimos se configuram em sua materialidade como objetos culturais” (NUNES; CARVALHO, 2005, p. 41), estes que possibilitaram encontrar os métodos de ensino praticados nas escolas radiofônicas da Amazônia Bragantina.

Nesse âmbito, o texto apresenta a criação da escola radiofônica de Bragança a partir do SERB e o conjunto de parcerias e convênios para a permanência desse patrimônio educativo, associados ao uso dos materiais escolares, entre eles a mobília escolar, desde a sua produção, circulação e os métodos de ensino para alfabetizar os jovens e adultos.

As mobílias escolares nas escolas radiofônicas: uma análise sobre a produção, circulação e os métodos de ensino para alfabetizar os jovens e adultos na Amazônia bragantina

Para analisar a produção, circulação e os métodos de ensino, projetados para alfabetização de jovens e adultos nas escolas radiofônicas de Bragança, fizemos uma breve incursão sobre a implantação do SERB e o conjunto de convênios firmados a fim de identificar a relação das mobílias escolares no cerne dessas instituições educativas.

O referido Sistema Educativo Radiofônico de Bragança (SERB) teve sua origem em 27 de janeiro de 1958, quando os Padres da Prelazia do Guamá, numa reunião plenária, examinaram a necessidade de alfabetizar os jovens e adultos, aprovando por unanimidade a organização do Sistema. Após a implantação desse sistema educativo, no dia 17 de setembro de 1960, Pe. Giambelli compõe a primeira Equipe Central do SERB que se dedicou a organizar cursos para monitores nas várias paróquias da Prelazia e as escolas radiofônicas nas comunidades (MACIEL, 2015).

O Bispo D. Eliseu e o Pe. Maria Giambelli (coordenadores desse sistema) foram os principais responsáveis de articular, constatar e intervir na implantação, organização; aquisição dos objetos de comunicação e escolares; e acompanhamento com os alunos (MACIEL, 2019a).

Vale mencionar, ainda, que existem duas formas de organização para implantação desses sistemas de ensino: um Sistema Radiofônico, localizado na sede de cada município e um conjunto de escolas radiofônicas nas comunidades desses municípios.

O SERB³ ficava localizado no Município de Bragança, nordeste paraense, a 210 km da capital de Belém do Pará. Nesse sistema, trabalhavam os professores locutores que ministravam as aulas nos estúdios da rádio, além disso, tinham os técnicos que manuseavam os aparelhos, como: a caixa amplificada, os transmissores, os microfones, dentre outros. Já nas escolas radiofônicas existiam aqueles líderes das comunidades, chamados de monitores, responsáveis pela orientação dos alunos nas escolas radiofônicas das comunidades, bem como, formar as turmas, durante e após as falas dos professores, conforme menciona Fávero (2006). Essa eram as formas de organização de cada Sistema Rádio Educativo e isso estava atrelado a um conjunto de ações, orientações e parcerias nacionais que fundavam essas instituições escolares.

No Centro de Documentação Professor Casemiro dos Reis Filho (CEDIC/ PUC/ SP), identificamos o documento do MEB (apostila 1/ série A) que trata sobre os dispositivos legais, baseado na estrutura do programa a partir dos convênios com os ministérios do Governo Federal para sua organização administrativa, pedagógica e orientadora aos Sistemas Educativos Radiofônicos no Brasil. No artigo 8º, encontramos a estrutura do MEB que funcionou na forma de um regime de Colaboração com os setores administrativos em nível federal, onde seus convênios de sustentação foram firmados para além da área educativa.

No Ministério da Educação e Cultura, o MEB contou com a Campanha de Educação Rural, com a Campanha Nacional de Educação de Adultos, pela Merenda Escolar, pela Campanha de Erradicação do Analfabetismo e pelo Sistema Radioeducativo Nacional; b) O Ministério da Agricultura especialmente pela Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinária, pelo Departamento Nacional de Produção Vegetal. Departamento Nacional de Produção Animal. Serviço de Informação Agrícola. Serviço de Economia Rural. Instituto Nacional de Imigração e Coloniza-

3 No SERB existiam os mais variados espaços escolares: a Rádio Educadora; as Casas dos Transmissores; o Centro de Treinamento dos Líderes dos Monitores e o Escritório do MEB, este último tem um importante papel sobre a produção das mobílias escolares no interior dessas escolas radiofônicas.

ção; c) O Ministério da Saúde pelo Departamento Nacional de Endemia/Rurais especialmente seu Serviço de Educação Sanitária e pelo Departamento Nacional da Criança; d) O Ministério da Aeronáutica pelos Serviços de Transportes da Força Aérea Brasileira; e) O Ministério de Viação e Obras Públicas pela Comissão Técnica de Rádio, pelo Departamento Nacional dos Correios e Telégrafos, pelo Departamento Nacional de Obras contra as Secas e pelo Departamento Nacional de Obras e Saneamento; f) Serão Considerados órgãos- cooperadores, ainda a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, o Serviço Social Rural, a Comissão do Vale do São Francisco e a Superintendência da Valorização da Amazônia [...]. (ARQUIVO DO MEB, 1961-1965, p. 5-6).

Estruturado pelo convênio firmado com cinco Ministérios do Governo Federal e órgãos cooperadores, o MEB e a CNBB consolidaram uma parceria de larga escala para o desenvolvimento de um programa educativo por meio das escolas radiofônicas, nas áreas do Nordeste, Centro-Oeste e Norte do país. Cada Ministério tinha atribuição de executar uma ação para o desenvolvimento do MEB, cumprindo, assim, o dispositivo do artigo 87, Inciso I da Constituição que considera “a necessidade de fornecer às populações rurais elementos gerais de educação, com cunho de uma educação de base as populações nas áreas subdesenvolvidas” (ARQUIVO DO MEB, 1961-1965, p. 3).

No Sistema Educativo Radiofônico, a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) cooperou com inúmeros recursos financeiros tanto na construção dos patrimônios do SERB, como o Centro de Treinamento aos Monitores, quanto para as capacitações dos monitores. A Frente Agrária Paraense (FRAP) foi responsável pela capacitação sobre sindicalismo aos Padres. O Ministério de Viação e Obras Públicas pela Comissão Técnica de Rádio aprovou o Funcionamento da Rádio Educadora de Bragança, ou seja, esse patrimônio acompanhou as diretrizes do MEB e do Governo Federal para desenvolver seu programa educativo aos jovens e adultos na Amazônia Bragantina, no período de 1961-1965.

Outro convênio importante firmados entre o Movimento de Educação de Base para os Sistemas Radiofônicos e suas respectivas escolas radiofônicas, com o intuito da manutenção desses sistemas e escolas, foi com a Fundação Nacional de Material Escolar (FENAME)⁴. Esta tinha

4 A Fundação Nacional de Material Escolar (FENAME) foi instituída pela Lei nº 5.327, de 2 de

por finalidade produzir e distribuir material didático a fim de melhorar a qualidade, o preço e a utilização destes para as instituições educativas nas mais variadas regiões brasileiras.

No Decreto nº 62.411, de 15 de Março de 1968, o presidente da república⁵, usando da atribuição que lhe confere o artigo 83, item II, da Constituição e de acordo com o disposto no artigo 13 da Lei nº 5.327, de 2 de outubro de 1967, decreta “[...] aprovado o Estatuto da Fundação Nacional do Material Escolar, que êste (sic) acompanha, assinado pelo Ministro da Educação e Cultura” (BRASIL, 1968, art.1). Ou seja, foi aprovado um estatuto da FENAME, cuja finalidade era a de gozar autonomia administrativa e financeira a respeito da produção e circulação dos materiais escolares as instituições.

No capítulo I sobre a Sede, do Fôro e dos Fins, identificamos no Art. 5, o entendimento sobre respectivos materiais escolares e didáticos que foram distribuídos as instituições educativas do Brasil:

- a) cadernos escolares e blocos de papel diverso;
- b) cadernos de exercício;
- c) peças, coleções e aparelhos para o estudo de diversas disciplinas dos currículos escolares;
- d) guias metodológicos e manuais sobre matérias ou disciplinas consideradas de maior interesse;
- e) dicionários, atlas, enciclopédias e outras obras de consulta;
- f) material para o ensino audio-visual (sic) de disciplinas de cursos de grau elementar, médio e superior;
- g) material em geral, de uso freqüente (sic) por alunos e professôres (BRASIL, 1968).

É preciso atinar que a Fundação Nacional do Material Escolar, não foi consolidada com fins lucrativos, pois visava à produção e a distribuição, pelo preço de custo, do material escolar e didático,

outubro de 1967. O seu artigo 1 mostra que esta foi organizada da seguinte maneira: Fica o Poder Executivo autorizado a instituir a Fundação Nacional de Material Escolar, vinculada ao Ministério da Educação e Cultura, com sede e fôro (sic) na cidade do Rio de Janeiro, Estado da Guanabara, e com jurisdição em todo o território nacional. Em seu parágrafo único afirma que – quando as condições justificarem, a sede e fôro (sic) da Fundação serão transferidos para Brasília, Distrito Federal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/1950-1969/L5327impressao.htm. Acesso em: 14 fev. 2019.

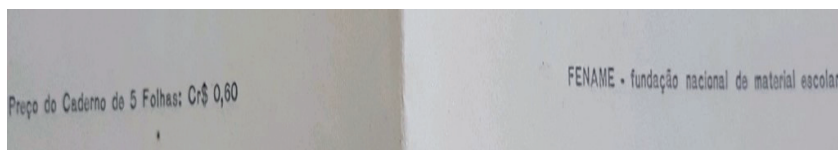
5 Artur da Costa e Silva.

contribuindo, dessa maneira, para a melhoria quantitativa e qualitativa e a maior facilidade de aquisição e utilização do referido material.

Os materiais escolares e didáticos, destinados para as instituições educativas, eram um conjunto de prescrições que estavam relacionados aos: cadernos, peças, globos, dicionários, obras de consulta, guias metodológicos de disciplinas, cadernos escolares e blocos pedagógicos, material para o ensino audiovisual. Esses materiais compunham o cotidiano das escolas brasileiras na década de 1960 a 1970.

No *Livro de Tombo IV- Prelazia do Guamá (1971-1979)*, identificamos uma série de cadernos escolares e cadernos de exercícios, além de folhas para registros e listas de frequência dos funcionários da instituição, indicando a origem desse papel. A seguir apresentamos o fragmento sobre preço das folhas disponibilizadas pela FENAME para o SERB:

Figura 1 – Fragmento da folha de caderno dos Registros dos Funcionários do SERB.



Fonte: Livro de Tombo IV, Prelazia do Guamá, (1971-1979).

Cinco (05) folhas de cadernos custavam sessenta cruzeiros, este era um dos orçamentos que estavam previstos no custo do material didático informados ao SERB e suas respectivas escolas radiofônicas. Os leitores devem estar questionando: o que isso tem a ver como as mobílias escolares destinadas as escolas radiofônicas?

Estamos analisando as produções e a circulação dos mobiliários existentes para as escolas radiofônicas no SERB, e mesmo identificando os materiais disponibilizados pela FENAME e os recursos do convênio com o MEB⁶, constatamos que há ausência de recursos financeiros destinados a mobílias escolares para as escolas radiofônicas. Isso se deve porque o próprio Movimento de Educação de Base (MEB), sinalizava que as escolas radiofônicas deveriam funcionar em escolas municipais,

6 Um dos decretos importantes para manter esse patrimônio educativo foi a assinatura de D. Eliseu no Decreto do MEB 50.370, que obteve inúmeros recursos para a permanência da rádio e das escolas radiofônicas, durante todo período de 1960 a 1970 (LIVRO DE TOMBO IV, PRELAZIA DO GUAMÁ, 1971-1979).

estaduais e até mesmo nas casas dos monitores, líderes das comunidades que orientavam os alunos. De certa forma, as mobílias sempre eram oriundas de outras instituições (estaduais e municipais) e, em sua maioria, produzidas pelas próprias instituições.

Isso é afirmado quando verificamos no *Arquivo do MEB/documentos legais – apostila 1/série a- fundo MEB, acervo CEDIC (1961-1965, p. 27-28)*, que para funcionar uma escola radiofônica deve se respeitar o horário dos alunos e que esta escola deveria funcionar no:

[...] “grupo escolar”, a sala da “casa paroquial”, a sala da “casa da fazenda” e até mesmo a sala da casa de um dos moradores da localidade. Nesta sala deverá haver, os seguintes materiais: mesas ou carteiras-cadeiras ou bancos- um quadro-negro-giz e apagador-um aparelho de rádio cativo-lâmpioes quando não houver luz elétrica⁷.

Nessa assertiva, constatamos que o funcionamento das escolas radiofônicas era realizado em diversos espaços escolares. E que o uso de materiais escolares, incluindo as mobílias: cadeiras, carteiras, quadro e mesa, era de responsabilidade de cada sujeito escolar. No caso das escolas radiofônicas da Amazônia Bragantina, por exemplo, essas escolas funcionavam em escolas municipais, estaduais, salão paroquial e na casa do monitor. Já as mobílias foram construídas, inicialmente, no Escritório Central do SERB – um dos patrimônios educativos construídos pelos padres, onde encontramos as produções de mobílias escolares. A seguir apresentamos, nas figuras a seguir, o Escritório Central do Sistema Educativo Radiofônico de Bragança:

Na Figura 2, observamos o prédio do Escritório do SERB de Bragança, localizado na Av. Barão do Rio Branco, hoje, Avenida Nazeazeno Ferreira, no Bairro do Centro de Bragança, que tinha por finalidade facilitar a circulação dos monitores e alunos para serem orientados pelas equipes dos professores-locutores. Tal orientação facilitava o desenvolvimento das práticas culturais dos sujeitos que estavam nas comunidades mais longínquas desse sistema de ensino para as diversas escolas radiofônicas do SERB, conforme menciona Maciel (2019a).

⁷ Observamos aqui o uso dos materiais escolares que constitui a sala de aula de uma escola radiofônica.

Figura 2 – Escritório do SERB.



Fonte: *Livro de Tombo da REB* (1960-1980).

Figura 3 – Oficina anexa do Escritório do SERB.



Fonte: *Livro de Tombo da REB* (1960-1980).

Na Figura 3, identificamos uma oficina anexa à garagem do Escritório do SERB⁸, cuja finalidade era a produção de móveis escolares. Dessa forma, a produção de móveis acontecia sob duas vertentes: eram produzidas na oficina anexa à garagem desse escritório e para escolas radiofônicas mais longínquas a orientação era que os monitores solicitassem a um marceneiro da comunidade produzi-las com as madeiras da região.

Conforme Certeau (2014), quando os sujeitos entram em contato com os objetos de consumo durante a sua produção, estes produzem saberes e reinventam o seu cotidiano para adaptar a organização das instituições educativas. Para Castro (2011), as tipologias dos materiais, seus usos e o modo como se fizeram ou se fazem presente no cotidiano permitem compreender a organização, o funcionamento das escolas e as práticas escolares, nos mais variados territórios. Isto porque existe uma série de elementos que constituem o universo escolar, tais como:

[...] Os objetos de leitura e escrita (lápis, caneta, livros etc.), materiais de limpeza (panos, vassouras, tapetes etc.), mobiliários (cadeiras, carteiras, bancos, mesas etc.), indumentárias (fardamentos, chapéus, calçados etc.), dentre outros, os quais podem ser estudados sob perspectivas e ângulos teóricos e metodológicos diversos, inclusive sob um enfoque mais regionalizado, pela diversidade e pela abundância de recursos naturais característicos das diversas regiões do Brasil [...]. (CASTRO, 2011, p.13).

Diante da diversidade de recursos naturais, nas mais diversas regiões do Brasil, reconhecemos que isso tem permitido a ênfase sobre a produção de materiais escolares regionalizados com uma finalidade educativa, configurando-se, dessa maneira, em diversas análises que vão desde a produção, a circulação e os diferentes modos de apropriação nas escolas.

É preciso considerar, ainda, que a fabricação/ produção das móveis escolares, circulavam, eram distribuídas para os diversos municípios da Prelazia do Guamá, conforme a imagem a seguir:

8 É preciso frisar que nesse prédio funcionava toda parte de organização da Secretaria do SERB/MEB e dos consertos dos rádios, além da produção de móveis e era onde o gravador ficava guardado pela Secretaria, este, no momento em que os professores necessitavam o levavam para sala de estúdio para ser conectado aos outros aparelhos que permitiam a gravação.

Figura 4 – Mapa das escolas radiofônicas na Prelazia do Guamá.



Fonte: Livro de Tombo – Figuras Diversas (1972- 1975).

Conforme a figura apresentada, observamos os diversos municípios onde eram produzidas as mobilias escolares para as escolas radiofônicas. As setas apontam em que local as mobilias foram produzidas pelo Escritório do SERB, no município de Bragança, que eram distribuídas/circulavam apenas para os respectivos municípios: Augusto Corrêa,

Capanema e Ourém. Já nos municípios de Paragominas, KM 48 – Pará-Brasília (1971), Km – 47 – Pará – Maranhão (1970), BR 010- BR316, Arquidiocese de Belém (1963), São Domingos do Capim, Santa Maria, Irituia, São Miguel do Guamá e Viseu, a orientação dos coordenadores do SERB era que o padre da sua localidade, juntamente com seus monitores, selecionasse alguns sujeitos das comunidades, marceneiros, para produzir as mobílias, mesas e bancos rústicos a serem utilizadas nas salas de aulas das escolas radiofônicas.

Isso acontecia porque “era um trabalho árduo produzir e distribuir mobílias para todos municípios, uma vez que, se tinha poucos meios de locomoção nos primeiros anos do SERB para conduzirem as mobílias até as comunidades” (MACIEL, 2019a, p. 158-159). Na assertiva de Certeau (2010), a circulação dos objetos de consumo nos mais variados territórios é definida como redes socioculturais, visto que elas permitem distinguir na superfície de um determinado contexto sociocultural, os lugares de venda, os preços, as marcas, o tipo de objeto, a sua função técnica e finalidade, toda uma série de indícios, estratificações mentais dos grupos sobre as mais variadas maneiras de fazer com os objetos de consumo.

Dessa forma, visualizamos que toda essa organização, nos mais variados municípios, surgiu, conforme o relatório contido no *Livro de Tombo (1960- 1980)*, da necessidade de uma infraestrutura capaz de servir de suporte para um trabalho bem mais amplo no campo da evangelização, da educação, da promoção e da valorização do homem interiorano até então relegado à própria sorte. Desprovido de meios de comunicação, de transporte, de assistência socioeconômica, religiosa e, principalmente, cultural; habitando em condições de vida subumana em aglomerados e desconhecendo os mais elementares princípios da higiene.

Com a ignorância, as moléstias e a prostituição proliferando cada vez mais, por falta de melhores condições de vida, além do aumento descontrolado da natalidade e sem meios para uma assistência maior à família, o interiorano mais e mais necessitava de uma reforma estrutural de seu *habitat*.

Possuidores de um largo latrocínio, homens sensatos e realistas, sobretudo imbuídos de um espírito humanista, os Padres viam a educação uma arma poderosa capaz de combater todos os males, daí sentiram a necessidade de fazerem algo e de imediato em prol daquela gente sofrida que mais e mais aumentava, populacionalmente apenas.

Foi daí então que surgiu a ideia de criação de um método até então inédito na Amazônia: o da Educação Radiofônica.

As cenografias, a seguir, demonstram os lugares/espços onde as escolas radiofônicas funcionavam para o desenvolvimento das atividades de alfabetização com os jovens e adultos nas turmas de Educação de Jovens e adultos. O funcionamento de uma escola radiofônica em uma escola municipal e a outra em um barracão de palha, na casa do monitor, mostram as afirmações de Castro (2011) sobre as instituições educativas e seus respectivos objetos escolares, onde são identificados o funcionamento e o tipo de escola, os materiais de escrita e a leitura, o lugar de produção do espaço escolar, os tipos de mobílias⁹ e outros artefatos que são usados com os recursos naturais para uma finalidade educativa.

Na imagem a seguir, mostramos a cenografia da sala de aula de uma escola radiofônica, constituída em uma escola municipal:

Figura 5 – Escola radiofônica em uma escola municipal.



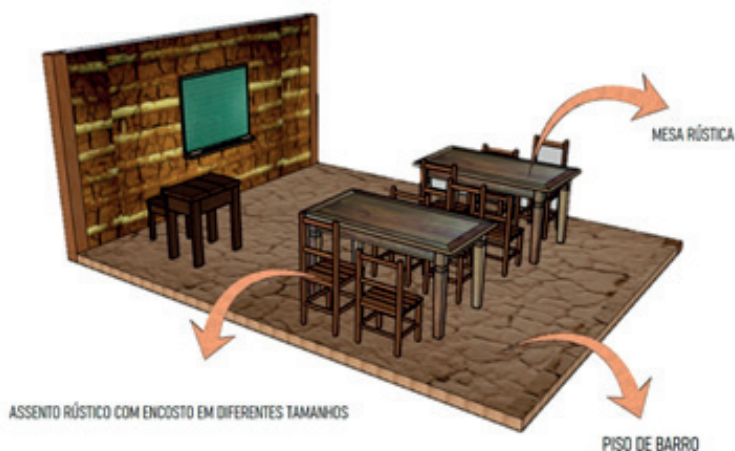
Fonte: *Livro de Tombo – Figuras Diversas* (1972- 1975).

⁹ É evidente que encontramos diversos objetos escolares nas duas cenografias que constitui a cultura material de uma escolas radiofônica, tais como: lápis, canetas, quadro negro, indumentárias de chita dos alunos, o rádio cativo, lampião porque não se tinha energia elétrica nesses espaços escolares, folhas de cadernos, dentre outros materiais escolares. Todavia, fizemos a análise apenas das mesas e cadeiras que compõem o mobiliário escolar, foco principal desta pesquisa.

Distinguimos na Figura 5 que o funcionamento da escola radiofônica em uma escola municipal era constituído por mobílias rústicas, aqui, duas mesas de madeiras e cadeiras com encostos para os alunos firmarem suas costas. Conforme Sambugari, Andolfato e Sardinha (2007), a maioria dos alunos sente dores nas costas, por ficar muito tempo sentado, escutando os professores, por isso, as mobílias com assento e encosto para as costas¹⁰ servem para manter a postura correta e prevenir as dores nas costas, além de melhorar a circulação sanguínea.

A seguir visualizasse a reconstituição das mobílias de mesas e cadeiras com encostos nas escolas radiofônicas:

Figura 6 – Reconstituição das mobílias escolares constituídas por mesas e cadeiras de madeiras com encosto.



Fonte: Elaborado pelos autores (2020).

Na reconstituição das mobílias escolares, verificamos que as cadeiras tinham “diversas medidas de altura¹¹” (LIVRO DE TOMBO-PRELAZIA DO GUAMÁ, 1960-1980, p. 7), e, a maioria delas eram pequenas, isso

10 De certa forma, essa mobília era ergonômica para as crianças e apresentava diferentes tamanhos, aquelas que eram adaptadas para o ensino das crianças, serviam, ainda, para o descanso temporário da coluna e na medida de suas alturas.

11 Distinguimos alguns fragmentos de registros, nos relatórios dos *Livros de Tombo*, sobre algumas reclamações dos alunos sobre as mobílias, cadeiras pequenas para sentar nas escolas radiofônicas.

porque essa escola radiofônica funcionava em uma escola municipal, sendo que esta tinha o ensino destinado para as crianças, o que resultava no desconforto dos alunos jovens e adultos quando estes estavam escutando a aula pelo rádio e usando mobílias pequenas para sentar. Além disso, elas não eram apropriadas para o ato de sentar, visto que ao serem colocadas no chão de barro, havia o desvelamento da altura das cadeiras em ambos os lados, devido ao peso corporal dos adultos, o que causava outro desconforto no momento da aula.

A adaptação do mobiliário escolar ao aluno é extremamente necessária para que possa haver uma perfeita harmonia entre o estudo e o corpo humano. Segundo Perez (2002, p.35), “[...] considera-se que o homem é um ser em movimento, desta forma, a postura sentada transgride essa característica humana básica, trazendo, como consequência (sic), incômodos físicos”. Por isso, deveria haver recomendações sobre a adaptação dos mobiliários escolares para a melhor efetividade do ensino e aprendizagem para as escolas radiofônicas, uma vez que é necessária uma sintonia entre o corpo humano dos alunos da EJA e o assento em suas respectivas mobílias para o estudo.

Na segunda cenografia desse espaço escolar, reconhecemos as mobílias de uma escola radiofônica em um barracão de palha que funcionava na casa de um monitor:

Figura 7 – Escola Radiofônica em um barracão de palha.

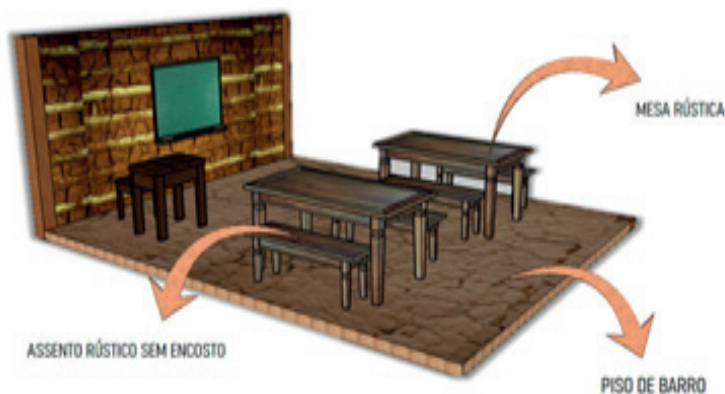


Fonte: *Livro de Tombo – Figuras Diversas* (1972- 1975).

De acordo com Maciel, Castro e França (2019b), há uma distribuição dos alunos nas escolas radiofônicas: os alunos estão sentados em bancos de madeira (toscos) e apoiando seus braços nas mesas de madeira cobertas com algumas toalhas artesanais. É evidente que a ausência de um assento que firmasse as costas dos alunos prejudicava sua saúde, visto que eles já chegavam exauridos nas escolas devido às suas atividades nos campos, no comércio e nos domicílios durante o dia. Logo, no período da noite não tinham como encostar a coluna.

De certa forma, entre a altura dos bancos e mesas, alguns alunos levavam seu rosto até perto das folhas e outros traziam as folhas para próximo de sua visão por apresentarem problemas de vista. A seguir visualizasse as mobílias de mesas e cadeiras sem encostos numa escola radiofônica:

Figura 8 – Reconstituição das mobílias escolares constituídas por mesas e banco toscos de madeiras sem encosto.



Fonte: Elaborado pelos autores, 2020.

Segundo Moro (2003), se faz necessário entender que o uso das mobílias para os espaços escolares traz inúmeros constrangimentos corporais quando esses não seguiam/seguem as recomendações de seu uso correto/prescrito pelo Estado. Nessa assertiva, essa imagem revela que quando as pessoas estão sentadas nas mobílias, bancos sem encosto, a coluna cervical precisa suportar todo o peso do corpo, pois, quando a pessoa senta, o abdômen relaxa, jogando todo

o peso para **a coluna**. Assim, surge um estresse extra, visto que os discos da **coluna** são pressionados, gerando as tão conhecidas dores crônicas nas costas e hérnias, escoliose entre os sujeitos escolares, dentre outras doenças.

De certa forma, segundo Mario (2002), quando o aluno está estudando num mobiliário correto, seguindo os padrões ergonômicos, estes, por sua vez, terão conforto, segurança e maior prazer para estudarem em sala de aula. Por isso, quando os jovens chegavam exauridos de suas atividades ainda tinham que passar por esse desconforto, uma vez que, as mobílias também não foram adaptadas para o ensino dos alunos da EJA (bancos sem encosto).

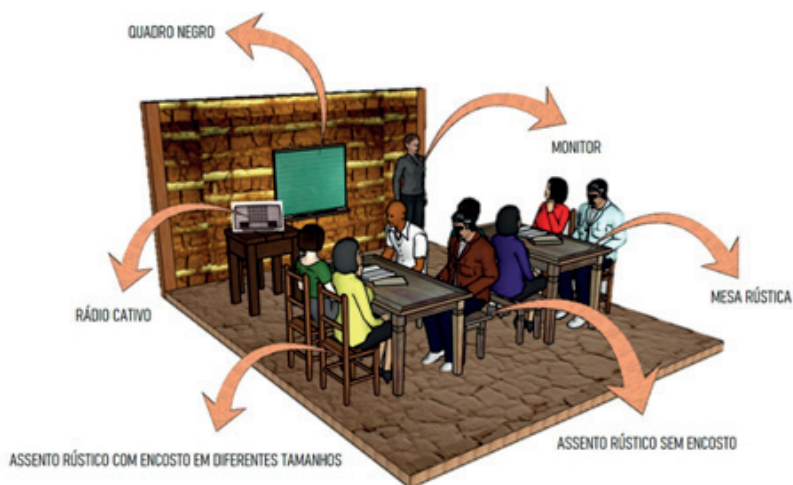
Vale mencionar, ainda, que as mobílias confeccionadas para as instituições de ensino, apresentam diversos métodos de ensino. De acordo com Vidal (2009), as mobílias estão relacionadas a diferentes tempos históricos: as mobílias de banco e banca eram utilizadas para o agrupamento das crianças na relação do mesmo estágio de conhecimento, cujo método era orientado pelo ensino mútuo ou método Lancaster durante as décadas iniciais dos Oitocentos. Posteriormente, as mobílias destacadas como carteiras de modelo individual com um ou dois lugares, eram fixadas com pé de ferro fundido para evitar o deslocamento do aluno no espaço escolar, aqui, o ensino era seguido pela observação do concreto para a formulação do pensamento abstrato mediado, descrito pelo método intuitivo.

A partir de 1920, as mobílias com “[...] cadeiras separadas de mesas que permitiam novas combinações do espaço escolar, está se deu concomitante ao ideário da escola ativa onde o aluno ao ser orientado pelo professor passava a construir sua própria aprendizagem pela experiência vivida [...]” (VIDAL, 2009, p. 33-34).

Visualizamos, desse modo, que a organização das mobílias para os sujeitos escolares em seus diferentes acontecimentos históricos está associada aos métodos de ensino. Estes que, na maioria das vezes, atendiam ou não os usos prescritos, dos dispositivos legais das mobílias para o ensino dos alunos no cerne das instituições educativas.

Na reconstituição das mobílias, a partir dos espaços escolares nas escolas radiofônicas de uma escola municipal e no barracão de palha, apresentamos a imagem, com cenas do cotidiano das escolas radiofônicas e outros artefatos culturais, para os leitores entenderem os métodos de ensino nesses espaços escolares.

Figura 9 – Reconstituição das mobílias escolares constituídas por mesas e banco toscos de madeiras com/sem encosto na sala de aula de uma escola radiofônica e seus respectivos métodos de ensino.



Fonte: Elaborado pelos autores, 2020.

A distribuição de mobílias alçadas na Figura 9, no interior das salas de aula das escolas radiofônicas, foi construída com base tanto nas imagens anteriores quanto nos registros de relatórios, presente nos respectivos *Livros de Tombo*. Elas apresentam algumas orientações sobre as formas de ensinar os alunos. No livro de *Tombo Prelazia do Guamá* (1971-1979, p. 3-4), identificamos o seguinte registro: “[...] para o bom ensino dos alunos nas escolas radiofônicas é de responsabilidade do monitor, escutar os conteúdos pelo rádio e escrever no quadro, pois depois das aulas esse deve-se explicar aos alunos aquilo que foi passado naquele dia, retirando as dúvidas entre eles”. Já no *Livro de Tombo Notas Históricas do SERB* (1960-1980, p.18), “[...] Os alunos devem anotar nas folhas de cadernos aquilo que os professores-locutores explicaram naquele dia pelo rádio, depois vão conversar sobre o que entenderam e escrever as lições de ensino para se alfabetizarem!”

De certa maneira, existiam práticas orientadoras de aprendizagens e ensino: o primeiro de escutar os conteúdos advindos pelos professores-locutores, registros nos cadernos e retiradas de dúvidas após as aulas. Além disso, verificamos, nas imagens, que os alunos estavam posi-

cionados um de frente para o outro, nas mobílias com ou sem encostos e mesas rústicas. Isso nos remete a dois métodos de ensino que eram prescritos/orientados pelo Movimento de Educação de Base (MEB) para facilitar a aprendizagem dos alunos nas escolas radiofônicas: **os círculos de cultura e o diálogo**, dois princípios educativos freireanos que eram usados para alfabetizar os jovens e adultos.

Conforme Maciel, Castro e França (2019b), os bancos e as mesas retangulares nos remetem a analisar a forma de organização da sala de aula. A distribuição dos alunos com as mobílias perpassa também pelos círculos de culturas, propostos pelos programas educativos de alfabetização de Paulo Freire (1993), dos quais, o MEB se apropriou para desenvolver nas escolas radiofônicas como um dos métodos de ensino. Os círculos de cultura aproximavam os alunos pela linguagem, culturas, saberes experienciais que contribuíam para superar suas dificuldades; era uma aprendizagem com o outro, visto que, os alunos apreendiam as lições de forma coletiva. Isso, de certa forma, rompia com o que Bourdieu (2010) menciona sobre o funcionamento da escola, que foi projetada enquanto um sistema de ensino relacionado aos diferentes grupos sociais que têm bens culturais e simbólicos e produzem *habitus* que geram um sistema de significações hierarquizadas e, de certa maneira, acirram as desigualdades sociais.

Para Freire (1993), os Círculos de Cultura estão fundamentados em uma proposta pedagógica, cujo caráter radicalmente democrático e libertador propõe uma aprendizagem integral que rompe com a fragmentação e requer uma tomada de posição perante os problemas vivenciados em determinado contexto, de forma que possibilita aos alunos o estreitamento para aprendizagem pela mediatização do diálogo entre eles, o monitor e os grupos de alunos.

O diálogo era assumido nas escolas do MEB, pela escuta do rádio com as informações advindas pelos professores-locutores. O diálogo, em Freire (1993), assume um caráter de emancipação dos sujeitos, a favor da valorização da escuta do outro, da problematização das palavras significativas, do respeito pelos saberes emergentes no cotidiano das escolas, pelo respeito aos sujeitos escolares em sala de aula, desde a sua ação e transformação do mundo. Portanto, o diálogo como palavra-ação tinha o intuito de criticar o sistema opressor, uma vez que se acreditava na libertação das consciências humanas, a partir das lutas e reivindicações dos direitos dos cidadãos.

Assim, é fato que as mobílias não eram apropriadas para serem utilizadas no ensino das escolas radiofônicas para as turmas de EJA, contudo, a organização e a distribuição das mobílias propiciavam métodos de ensino: o diálogo e círculos de cultura, esses que respeitavam os sujeitos escolares das escolas radiofônicas do SERB na Amazônia Bragantina.

Considerações finais

É fato que no interior da Amazônia bragantina se fez necessário promover a criação de um Sistema Rádio Educativo (com a educação radiofônica), cuja finalidade iria ampliar as atividades pastorais, de evangelização, da educação, da promoção humana, ajudando o homem do interior que estava relegado à própria sorte a se educarem no sentido de combater todos os males da realidade desses sujeitos que viviam excluídos das inúmeras políticas de direito do estado.

Para a permanência e ampliação das escolas radiofônicas nos mais variados municípios, a parceria entre o MEB, FENAME, CNBB foi fundamental para a designação de recursos financeiros destinados a compra de materiais escolares para as escolas radiofônicas. Todavia, os indícios revelam que havia uma ausência em relação ao envio e a designação do tipo de mobílias, cadeiras e mesas, para os alunos da EJA estudarem nas escolas radiofônicas.

O material identificado nas imagens das escolas radiofônicas nos permite considerar algumas situações: a) havia uma orientação para o funcionamento das escolas radiofônicas em diversos espaços escolares. b) Identificamos, ainda, que mesmo com a FENAME, disponibilizando diversos objetos escolares para as escolas, em seu cerne havia uma precarização desses, uma vez que não se tinha, globos, enciclopédias, matérias audiovisuais eram inviáveis, porque não se tinha energia elétrica. c) Cada sistema e o conjunto de escolas radiofônicas eram responsáveis por organizar os espaços escolares com seus materiais escolares, incluindo as mobílias.

As mobílias escolares nas escolas radiofônicas do SERB, mesas e cadeiras retangulares eram produzidas tanto na garagem anexa do Escritório do SERB quanto nas próprias comunidades, construídas pelos marceneiros. O marceneiro, por sua vez, não era contratado pelo SERB para tal operação, ele contribuía de forma voluntária para a fabricação de mobílias. Em nosso entendimento, ele pode ser considerado como

um sujeito escolar, aquele que está operando uma prática cultural para uma finalidade educativa, visto que, os modos de fazer a mobília estão imersos a saberes específicos dos amazônidas e conectados ao uso dos recursos naturais da Amazônia.

A circulação das mobílias ocorreu pela seguinte organização: os municípios mais próximos recebiam mobílias fabricadas pelo escritório do SERB; já aqueles que estavam nos lugares mais longínquos, deveriam ser fabricados em sua própria localidade. Com a distribuição e o funcionamento dos espaços escolares nas escolas radiofônicas foi possível identificar os princípios educativos freireanos, projetados na organização das mobílias: os círculos de cultura e o diálogo, dois modos de organização, oriundos das prescrições do MEB para as escolas radiofônicas, que foram importantes para a valorização do sujeito do campo quando respeitam as práticas orientadoras nos modos sensoriais: do ouvir/escutar as informações do rádio, observar o monitor após as aulas; obter habilidade de escrever no caderno; conversar/dialogar entre os sujeitos foram práticas de alfabetização que permitiram o ensino e a aprendizagem nas escolas radiofônicas da Amazônia Bragantina.

Referências

ARQUIVO DO MEB/NACIONAL. **Acervo do centro de documentação Professor Casemiro dos Reis Filho (CEDIC – PUC – SP – 1961-1965).**

Disponível em: http://www4.pucsp.br/cedic/meb/o-meb/arquivos-pdf/1_apostila-documentos-legais.pdf. Acesso em: 14 fev. 2019.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Tradução de Fernando Tomaz. 13. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

BRASIL. Decreto nº 62.411, de 15 de março de 1968. Aprova o estatuto da Fundação Nacional do Material Escolar (FENAME) e dá outras providências.

Diário Oficial da União: Brasília, DF, Seção 1 de 20 mar. 1968. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-62411-15-marco-1968-403549-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 15 jan 2020

CASTRO, C. A. A presença dos materiais escolares no Maranhão oitocentista. In: CASTRO, C. A.; CURY, C. E. (org.). **Objetos, práticas e sujeitos escolares no Norte e Nordeste**. São Luís: EDUFMA; UFPB: Café & Lápis, 2011. p. 13-34.

CASTRO, C. A.; CASTELLANOS, S. L. V. (org.). **A escola e seus artefatos culturais**. São Luís: EDUFMA, 2013.

CERTEAU, M. As produções do lugar. In: CERTEAU, M. **A escrita da história**. Tradução de Maria de Lourdes Menezes. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010

CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano**: 1. Artes de Fazer. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. 22. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

FÁVERO, O. **Uma pedagogia da participação popular**: análise da prática educativa do MEB – Movimento de Educação de Base (1961-1966). Campinas: Autores Associados, 2006.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

LIVRO DE TOMBO DA REB. **Fotografias**. Memorial de D. Eliseu (1960 –1980). Bragança: Tribunal de Contas da Cúria da Diocese de Bragança, [s.d].

LIVRO DE TOMBO DA REB. **Prelazia do Guamá (1971-1979)**. Bragança: Tribunal de Contas da Cúria da Diocese de Bragança, s.d.

LIVRO DE TOMBO. **Figuras diversas (1972-1975)**. Bragança: Tribunal de Contas da Cúria da Diocese de Bragança, s.d.

MACIEL, R. A. **Cultura material escolar e as representações de educação no Sistema Radiofônico para os Caboclos “Ingênuos” na Prelazia do Guamá (1957-1980)**. 2019a. 354 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Pará, Programa de Pós-Graduação em Educação, Instituto de Ciências da Educação, Belém, 2019a.

MACIEL, R. A. **Sistema educativo radiofônico de Bragança**: saberes da prática educativa na educação de jovens e adultos (1960 –1970). 2015. 171 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Estado do Pará, Belém, 2015.

MACIEL, R. A.; CASTRO, C. A.; FRANÇA, M. P. S. G. S. A.. Cultura material escolar nas escolas radiofônicas de Bragança: entre permanências e inovações pedagógicas (1960-1970). **Educar em Revista**, Curitiba, v. 35, n. 77, p. 183-203, set./out. 2019b. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/educar/article/view/68060>. Acesso em: 14 fev. 2019.

MARIO, P. **Proposta de metodologia para compras em uma instituição pública de ensino**. 2002. 136 f. Dissertação (Mestrado em

Administração de Empresas) –Departamento de Economia Ciências Contábeis, Universidade de Taubaté, Taubaté, 2002.

MORO, A. R. P. **Ergonomia da sala de aula**: constrangimentos posturais impostos pelo mobiliário escolar, 2003. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/28084789_Ergonomia_da_sala_de_aula_constrangimentos_posturais_impuestos_pelo_mobiliario_escolar. Acesso em: 10 mar. 2007.

NOTAS HISTÓRICAS DO SERB. **Livro de tombo**: histórias do SERB (1960 -1980). Bragança: Tribunal de Contas da Cúria da Diocese de Bragança, s.d.

NUNES, C.; CARVALHO, M. M. C. Historiografia da educação e fontes. In: GONDRA, J. G. (org.). **Pesquisa em história da educação no Brasil**. Rio de Janeiro: DP&A, 2005. p. 509-523.

PEREZ, V. **A Influência do mobiliário e da mochila escolares nos distúrbios músculo – esqueléticos em crianças e adolescentes**. Disponível em: Acesso em: 26 ago. 2020.

PRELAZIA DO GUAMÁ, 1971-1979. **Livro de Tombo**. Tribunal de Contas da Cúria da Diocese de Bragança, s.d. v. IV.

SAMBUGARI, F. R.; ANDOLFATO, K. R.; SARDINHA, M. O. B. **Análise ergonômica do mobiliário de uma escola pública em Apucarana**, 2007. Disponível em: <https://www.novafisio.com.br/analise-ergonomica-do-mobiliario-de-uma-escola-publica-em-apucarana>. Acesso em: 14 fev. 2019.

SOUSA, M. S. A. **O mobiliário escolar na instrução pública primária do Pará na primeira República**: entre as “vitrines do progresso” e o “estado de ruínas”. 2019. 256 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Pará, Programa de Pós-Graduação em Educação, Instituto de Ciências da Educação, Belém, 2019.

VIDAL, D. G. No interior da sala de aula. Ensaio sobre culturas e práticas escolares. **Revista Currículo sem Fronteiras**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, p. 25-41, jan./jun. 2009.

Recebido em: junho/2020

Aceito em: setembro/2020

Espaços, mobiliário escolar e práticas culturais no Ginásio Sagrado Coração de Senhor do Bonfim – BA (1951)

Virgínia Pereira da Silva Ávila¹

Nilton Ferreira Bittencourt Junior²

Dulcineia Cândida Cardoso de Medeiros³

RESUMO

Este texto analisa o papel atribuído aos espaços, ao mobiliário escolar e às práticas culturais no relatório de verificação do Ginásio Sagrado Coração, localizado em Senhor do Bonfim – BA. Organizado pelo inspetor Othoniel Almeida Moura, em 1951, o relatório registra a história da instituição, mas também apresenta as marcas e a significação do momento histórico e político vivenciado na sociedade brasileira. O relatório possui 110 páginas e contém dados sobre o histórico do estabelecimento, os aspectos relativos à estrutura física, a capacidade das salas, o corpo docente em exercício, a relação de livros da biblioteca, os materiais didáticos, a relação de materiais e os equipamentos de Educação Física, além de 26 fotografias. Composto de 07 (sete) divisões, nele são expostos e avaliados de maneira pormenorizadas, numa escala de 0 a 10 (dez), diversos aspectos referentes à localização, ao edifício, às instalações, às salas de aula, às salas especiais e os materiais didáticos, às instalações

1 Doutora em Educação Escolar pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP). Pós-doutora em História da Educação pela Universidade de Lisboa. Professora da Universidade de Pernambuco (UPE), Campus Petrolina. Membro do Colegiado de Pedagogia e no Programa de Pós-Graduação em Formação de Professores e Práticas Interdisciplinares. Membro do Conselho Editorial da Editora da Universidade de Pernambuco – EDUPE. Coordena o Núcleo de Extensão e Pesquisas em História, Educação, Linguística e Literatura (NEPHEL). Colabora como investigadora nas áreas da educação e na implantação de projetos de educação na Escola Superior de Educação e Ciências Sociais (ESECS) do Politécnico de Leiria, Portugal. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2634-1474>. E-mail: virginia.avila@upe.br.

2 Doutor em Educação – PPGED – Universidade Federal de Uberlândia. Professor do curso de Pedagogia da Universidade Federal do Piauí – UFPI/CSHNB. Pesquisador na área de Educação. ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-2148-3828>. E-mail: niltonbittencourt@ufpi.edu.br.

3 Especialista em Atendimento Educacional Especializado – Área de Concentração: Educação Especial pela Universidade Estadual de Maringá – Paraná. Graduação em Pedagogia pela Universidade do Estado da Bahia – Campus VII. Professora da Rede Pública Municipal de Senhor do Bonfim – Ba. ORCID: <http://orcid.org/0000-0003-0650-2274>. E-mail: dccmedeiros@gmail.com.

para semi-internato, às instalações para internatos. O texto dialoga com os estudos sobre cultura material, cultural escolar e patrimônio histórico-educativo. Autores como Benito (2012), Vinão Frago (2005), Castro e Gaspar da Silva (2011), Alcântara e Vidal (2018) e Rocha (2018) auxiliam na compreensão do patrimônio material escolar como o registro empírico e efetivo das práticas culturais “de uma época, de cada época, de todas épocas”. Por fim, o estudo possibilitou o levantamento de hipóteses das práticas culturais desenvolvidas pela instituição, assim como a compreensão da utilização dos espaços e dos materiais seguindo os padrões nacionalmente estabelecidos.

Palavras-Chave: Ginásio. Fontes de pesquisa. História da Educação.

Spaces, school furniture and cultural practices in the Sagrado Coração de Senhor do Bonfim gymnasium - BA (1951)

ABSTRACT

This text analyzes the role attributed to spaces, school furniture and cultural practices in the verification report of the new facilities of the Ginásio Sagrado Coração, located in Senhor do Bonfim – BA. Organized by inspector Othoniel Almeida Moura, in 1951, the report records not only the history of the institution, but also presents the marks and the significance of the historical and political moment experienced in Brazilian society. The report has 110 pages and contains data on the history of the establishment, the aspects related to the physical structure, the capacity of the rooms, the teaching staff in office, the list of books in the library, the teaching materials, the list of materials and the equipment of Physical Education, in addition to 26 photographs. Composed of 07 (seven) divisions, it is exposed and evaluated in a detailed way, on a scale of 0 to 10 (ten), several aspects related to the location, the building, the facilities, the classrooms, the special rooms and the materials educational facilities, semi-boardng facilities, boarding facilities. The text dialogues with studies on material culture, school culture and historical-educational heritage. Authors such as Benito (2012), Vinão (2005), Castro and Gaspar da Silva (2011), Alcântara and Vidal (2018) and Rocha (2018) help to understand school material heritage as the empirical and effective record of cultural practices “of one season, each season, all seasons”. Finally, the study made it possible to raise hypotheses about cultural practices developed by the institution,

as well as to understand the use of spaces and materials following nationally established standards.

Keywords: Gymnasium. Search sources. History of Education.

Espacios, mobiliario escolar y prácticas culturales en el gimnasio Sagrado Coração de Senhor do Bonfim - BA (1951)

RESUMEN

Este texto analiza el papel atribuido a los espacios, el mobiliario escolar y las prácticas culturales en el informe de verificación de las nuevas instalaciones del Ginásio Sagrado Coração, ubicado en Senhor do Bonfim – BA. Organizado por el inspector Othoniel Almeida Moura, en 1951, el informe registra no solo la historia de la institución, sino que también presenta las marcas y la importancia del momento histórico y político experimentado en la sociedad brasileña. El informe tiene 110 páginas y contiene datos sobre la historia del establecimiento, los aspectos relacionados con la estructura física, la capacidad de las habitaciones, el personal docente en la oficina, la lista de libros en la biblioteca, los materiales de enseñanza, la lista de materiales y el equipo. de Educación Física, además de 26 fotografías. Compuesto por 07 (siete) divisiones, se expone y evalúa de manera detallada, en una escala de 0 a 10 (diez), varios aspectos relacionados con la ubicación, el edificio, las instalaciones, las aulas, las salas especiales y los materiales, instalaciones educativas, instalaciones de semi-embarque, instalaciones de embarque. El texto dialoga con estudios sobre cultura material, cultura escolar y patrimonio histórico-educativo. Autores como Benito (2012), Vinão (2005), Castro y Gaspar da Silva (2011), Alcântara y Vidal (2018) y Rocha (2018) ayudan a entender el patrimonio material escolar como el registro empírico y efectivo de las prácticas culturales “de una temporada, cada temporada, todas las estaciones”. Finalmente, el estudio permitió plantear hipótesis sobre las prácticas culturales desarrolladas por la institución, así como comprender el uso de espacios y materiales siguiendo estándares establecidos a nivel nacional.

Palabras clave: Gimnasio. Buscar fuentes. Historia de la educación.

Introdução

Como refere Mogarro (2005), os documentos escolares, quando transformados em fontes, permitem análise dos vários discursos produzidos pelos “actores educativos”. Além disso, são portadores de informações que trazem, do passado até o presente, vários aspectos da vida escolar, considerados patrimônio educativo de cada instituição, ocupando lugar de destaque na reconstrução do itinerário da instituição escolar. Esses documentos registram não somente a história da instituição, mas também apresentam as marcas e a significação do momento histórico e político vivenciado na sociedade brasileira. É o caso dos relatórios de inspeção escolar do Ginásio Sagrado Coração, situado no município de Senhor do Bonfim, no estado da Bahia, escritos pelo inspetor Othoniel Almeida Moura, no período entre os anos de 1944 a 1954.

Neste trabalho, destaca-se o relatório de verificação das novas instalações do Ginásio Sagrado Coração, compilado em livro, datado de 1951, endereçado à professora Lúcia Magalhães, Diretora do Ensino Secundário do Ministério da Educação e Saúde. O relatório possui 110 páginas e contém dados sobre o histórico do estabelecimento, os aspectos relativos à estrutura física, a capacidade das salas, o corpo docente em exercício, a relação de livros da biblioteca, os materiais didáticos, a relação de materiais e de equipamentos de Educação Física, além de 26 fotografias, das quais somente 24 se encontram afixadas nas suas páginas. Aos itens são atribuídas notas 0 a 10^4 .

O Ginásio Sagrado Coração iniciou o seu funcionamento no ano de 1944, na cidade de Senhor do Bonfim, no interior da Bahia. De propriedade da Ordem dos Irmãos Maristas, funcionava em regime de internato e semi-internato, exclusivamente para meninos. Esta escola passou por uma transformação no início da década de 1950, com a construção de um novo prédio e com a adequação a um modelo pedagógico moderno. Por ocasião da mudança para novas instalações, ocorrida em 1951, o inspetor Othoniel Almeida Moura realizou a inspeção preliminar do estabelecimento, produzindo o Relatório de verificação das novas instalações do Ginásio Sagrado Coração.

No decorrer do relatório, o inspetor apresenta algumas justificativas para as notas atribuídas, a exemplo de as salas de línguas vivas e a

4 A esse respeito, ver Medeiros e Ávila (2020). Nesse estudo, as autoras analisam os relatórios de inspeção do inspetor Othoniel Almeida Moura.

sala de trabalhos manuais, que ainda não se encontravam construídas, dispondo apenas dos materiais. Justifica-se também a nota atribuída às carteiras que se apresentavam duplas e individuais, relatando o inspetor que “Pretende o ginásio, renovar, em futuro próximo, o mobiliário atual, a fim de uniformizá-lo com carteiras individuais” (MOURA, 1951, p. 8).

Ao analisar o Relatório de verificação das novas instalações do Ginásio Sagrado Coração, logo nas primeiras páginas é exposto o objetivo da instituição: “[...] destina-se à instrução primária e secundária da juventude, segundo os moldes dos programas oficiais do Colégio Pedro II do Rio de Janeiro” (MOURA, 1951, p. 3). O Colégio Pedro II do Rio de Janeiro era referência para a nação. Criado pelo governo imperial em 1837, o Colégio Pedro II permanece em funcionamento após a República, sendo mantido pelo Governo Federal, conservando, até meados do século XX, o caráter de instituição modelar para todo o ensino secundário brasileiro (MENDONÇA, 2013 *et al.*). Há de se destacar também o pensamento pedagógico que circulava no Brasil e no mundo, no período que antecede a criação do Ginásio Sagrado Coração no interior da Bahia, e que possivelmente influenciou na organização dos espaços e do mobiliário escolar.

Diante disso, indaga-se: Que condições materiais influenciaram e possibilitaram que o ensino ofertado no Ginásio Sagrado Coração seguisse os padrões estabelecidos no Colégio Pedro II? Como eram organizados os espaços no ambiente escolar? Quais modelos pedagógicos circulavam na proposição das novas instalações? Para responder a essas questões, analisam-se a estrutura física e o material da instituição e as notas atribuídas de 0 (zero) a 10 (dez), na ficha de classificação utilizada pelo inspetor Othoniel Almeida Moura. O parâmetro utilizado para a atribuição dessas notas, provavelmente, estava amparado na Portaria Ministerial nº 375, de 16 de agosto de 1949, conforme relata o inspetor, quando faz referência à essa portaria. Declara também que o Ginásio estava cumprindo com as disposições legais vigentes, ministrando ensino eficiente e cumprindo o regimento interno.

Dos 40 itens avaliados pelo inspetor Othoniel Moura, na ficha de classificação básica, somente 12 não obtiveram nota 10 (dez). Apenas em um item não foi atribuída a nota, pois, referia-se ao auditório que ainda estava em construção. Os itens que não obtiveram avaliação máxima e sua respectiva nota foram: extintores de incêndio, 4 (quatro); número de salas de aula, 9 (nove); disposição das janelas das salas de

aula, 8 (oito); carteiras, 5 (cinco); móveis diversos, 7 (sete); biblioteca, 7 (sete); sala de Geografia, 8,5 (oito e meio); sala de línguas vivas, 1 (um); sala de ciências, 7 (sete); sala de desenho, 9 (nove); sala de trabalhos manuais, 5 (cinco); e sala dos professores, 8 (oito). No decorrer do relatório, apresentam-se algumas justificativas para as notas atribuídas, a exemplo das salas de línguas vivas e a sala de trabalhos manuais, que ainda não se encontravam construídas, dispondo apenas dos materiais. Justifica-se também a nota atribuída às carteiras que se apresentavam duplas e individuais, relatando o inspetor que “Pretende o ginásio, renovar, em futuro próximo, o mobiliário atual, a fim de uniformizá-lo com carteiras individuais” (MOURA, 1951, p. 8).

O texto está organizado em três partes, compostas de uma introdução, de duas seções e de as considerações finais. A primeira seção, *Pressupostos científicos e a organização dos espaços*, dedica-se à análise dos itens do relatório, à verificação das instalações do Ginásio, bem como às notas atribuídas pelo inspetor, Othoniel Moura, e à sua relação com os preceitos médico-higienistas. Na segunda seção, *A materialidade nas salas especiais de geografia e ciências*, discute-se a disposição das salas especiais, incluindo o mobiliário e os materiais didático pedagógicos.

Por fim, o estudo aponta a necessidade de investigações mais aprofundadas com outros recortes temporais, a fim de ampliar o conhecimento sobre os usos dos espaços e do mobiliário e de sua repercussão nas práticas culturais no Ginásio Sagrado Coração.

Pressupostos científicos e a organização dos espaços

O relatório de verificação das instalações, produzido pelo inspetor Othoniel Moura, em 1951, inicia-se com um documento dirigido ao Ministério da Educação e Saúde, seguido de histórico do estabelecimento. Composto de 07 (sete) divisões, no relatório são expostos e avaliados de maneira pormenorizadas os diversos aspectos referentes à localização, ao edifício, às instalações, às salas de aula, às salas especiais e os materiais didáticos, às instalações para semi-internato, às instalações para internatos. Há uma seção dedicada à Educação Física em que são avaliados os itens referentes à área livre, às instalações, aos materiais desportivos, ao gabinete biométrico, ao vestiário e aos chuveiros. Apresenta também 60 anexos compreendidos entre fotografias, cálculos para atribuição das notas, relação de corpo docente, regulamento, “croquis”.

Na primeira Divisão, referente à localização, constam dados sobre salubridade, ausência de ruídos, ausência de perigos, causas perturbadoras de atenção, natureza e permeabilidade do terreno, regularidade do terreno, área coberta para recreio, área livre. Na segunda Divisão, referente ao edifício, encontram-se itens sobre a disposição interna, a situação, o número de pavimentos, o material de conservação, as entradas, as escadas e os corredores. O Ginásio obteve notas 10 em todos os itens. Para Vinão Frago (2005, p. 17), um dos elementos centrais

[...] na configuração da cultura escolar de uma determinada instituição educativa, juntamente com a distribuição e os usos do tempo, os discursos e as tecnologias da conversação e comunicação nela utilizados, é a distribuição e os usos do espaço, ou seja, a dupla configuração deste último como lugar e como território.

Na organização dos espaços do Ginásio Sagrado Coração de Senhor do Bonfim, a influência higienista se manifesta claramente na análise dos itens avaliados na terceira Divisão do relatório (extintores, caixa de água, instalações para limpeza geral do prédio, bebedouros, lavatórios, gabinetes, sanitários). Com exceção dos extintores aos quais foi atribuída a nota 4 (quatro), possivelmente em virtude da pequena quantidade, apenas 4 (quatro), os demais itens obtiveram nota 10 (dez). Chama a atenção a observação do inspetor no item instalações para limpeza geral do prédio, quando diz “não é possível utilizar aspiradores elétricos por não fornecer a Prefeitura Municipal energia elétrica durante o dia. A varredura é feita com panos umedecidos” (MOURA, 1951, p. 7). Embora esclareça que os aspiradores não são usados por falta de energia, não são expostas as quantidades desse item. Além dos aspiradores, constam 8 (oito) bebedouros automáticos, de jato lateral.

A quarta Divisão se refere as salas de aula, compostas dos seguintes itens: número de salas, área, forma, isolamento, quadros negros, pintura, área de iluminação, disposição das janelas, acústica, carteiras, móveis diversos. Aos aspectos estruturais apresentados, foram atribuídas notas 10, com exceção do número de salas, que obteve nota 9, e da disposição das janelas, nota 8. A estrutura física, por sua vez, foi motivo de elogios por parte do inspetor. Na maioria dos itens avaliados, no decorrer do relatório, foi atribuída a nota 10.

Com relação às carteiras escolares, de acordo com os estudos realizados por Vidal e Alcântara (2018), seus diferentes modelos exigiram, ao longo da história, uma diversidade de materiais e almejavam a diferentes corporeidades (postura correta ao sentar, ao ler, ao escrever, ao recitar) atreladas a modelos pedagógicos. No exame dessas autoras, o objetivo dos movimentos médico-higiênicos e pedagógicos, nas primeiras décadas do século, era que tais condutas fossem devidamente incorporadas pelos discentes. Todavia, elas ressaltam que esse movimento não era linear, referindo-se às singularidades dos discentes, que resultam em uma heterogeneidade de práticas corporais e o prescrito nos manuais, isto é, o que se almejava nem sempre se concretizava na prática. Com ênfase na disciplina e no controle dos corpos, o Estatuto do Ginásio Sagrado Coração de Bonfim estabelecia, entre as obrigações dos alunos, “estar atento durante as aulas e conservar-se numa postura digna” (GINÁSIO SAGRADO CORAÇÃO, 1944, p. 8).

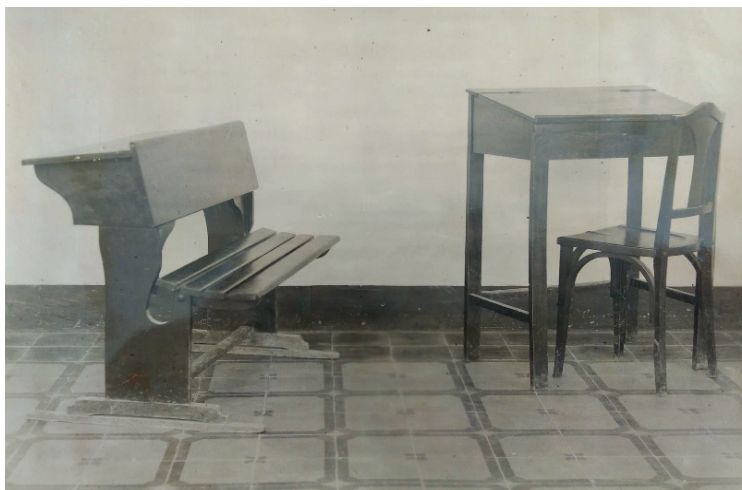
No Ginásio Sagrado Coração, essas carteiras eram de dois tipos, individuais e em dupla. Na ficha de classificação, foi atribuída a nota 5 (cinco) para esse item, um indicativo de que as carteiras em dupla não satisfaziam aos padrões requeridos. No relatório consta que as carteiras duplas seriam trocadas por carteiras individuais. Neste aspecto, concorda-se com Castro e Gaspar da Silva (2011, p. 212) quando afirmam que,

“como parte integrante desta base material, as carteiras escolares não são dispostas ao acaso nas salas de aula. A disposição guarda intenções previamente estabelecidas, ou pela vontade do professor e acompanhada de métodos de ensino, manuais, regulamentos, ou por lei”.

Vidal e Alcântara (2018) compartilham dessa ideia. Para elas, embora a mobília escolar apresente prescrições e guias, as apropriações e os usos desses materiais pelos sujeitos serão estabelecidas nas relações dinâmicas ocorridas na sala de aula.

A quinta Divisão do relatório de verificação das novas instalações do Ginásio Sagrado Coração compreendem as salas especiais e os materiais didáticos. Nessa divisão, foram avaliados o auditório, a biblioteca, a sala de Geografia, de Ciências, de Línguas Vivas, de Desenho, de Trabalhos Manuais, a sala dos professores, as salas da administração. Essa divisão apresentou lacunas, pois algumas dependências ainda estavam em construção (como o auditório), outras não construídas (como as

Fotografia 1 – Carteira dupla e carteira simples individual, 1951.



Fonte: Moura (1951, anexo 32)..

salas de línguas vivas e de trabalhos manuais) ou funcionando em locais provisórios (por exemplo, a biblioteca e as salas da administração). O inspetor Othoniel Moura fez alguns apontamentos sobre o auditório, que apresentava paredes erguidas já com 1,5m e com dimensões de 26m x 10m; a biblioteca, que, embora funcionasse em sala provisória, recebeu elogios do inspetor, era bem organizada e de fácil acesso de docentes e de discentes, dispondo de livros de Religião, de História Geral e do Brasil, de Geografia Geral e do Brasil, de Matemática, de Ciências Naturais, de Inglês, de Latim, de Português, de Francês, de Física e de Química, de Desenho, de Música, de Pedagogia, de Dicionários e revistas, todos catalogados e discriminados no relatório; das salas não construídas - de Línguas Vivas e de Trabalhos Manuais, e a de Desenho (com a discriminação da relação dos materiais), sendo atribuídas respectivamente as notas 1 (um), 5 (cinco) e 9 (nove); a sala dos professores era arejada, com mobília confortável, poltronas, escrivaninhas e armários, e as 3 (três) salas da administração estava por inaugurar no decorrer do ano.

A sexta Divisão do relatório se destinava à avaliação das instalações para o semi-internato, abrangendo as seguintes dependências: refeitório, lavatório, cozinha, copa, despensa. Em todas as dependências avaliadas foi dada atenção especial aos aspectos relacionados à ventila-

ção, à iluminação, ao piso, ao revestimento das paredes e aos materiais disponíveis. A análise das condições de higiene era perceptível e ainda mais enfática, quando expõe que as 6 (seis) pias do refeitório e as 2 (duas) pias da cozinha são com instalações de água fria e quente para esterilização das louças. O inspetor Othoniel Moura esclarece ainda que talheres e copos eram de uso individual, os armários a prova de moscas e as latas para lixo dotadas de tampas.

Os preceitos higienistas e de cuidados com a saúde constituem a sétima Divisão do relatório de verificação das instalações, quando foram avaliados itens como dormitórios, instalações higiênicas, enfermaria e instalações diversas.

As duas áreas destinadas aos dormitórios mediam 280m² cada e comportavam 55 leitos. Obtiveram nota 7 (sete). Quanto às instalações higiênicas, os lavatórios foram classificados com nota 8 (oito) e os chuveiros, 9 (nove). Em todas as classificações referentes ao internato, as notas foram atribuídas fazendo-se cálculos que consideraram o número máximo de 110 alunos.

A enfermaria ainda estava em 'vias de conclusão', mas já apresentava alguns dados preliminares como piso ladrilhado, paredes revestidas de cimento branco, 10 camas de ferro esmaltado, banheiro de imersão com chuveiro, 2 (dois) banheiros individuais, 2 (dois) *water closets* (somente com pia e vaso) e todo o material próprio para pequenos curativos ou curativos de emergência. Em quarto contínuo, na enfermaria se localizavam o gabinete dentário, o qual deveria ser inaugurado simultaneamente com a fachada do edifício. O inspetor não discrimina a lista de materiais do consultório dentário, mas observa que parte do material já existia no ginásio. Quanto à farmácia, destaca apenas que "existem medicamentos e materiais necessários a prestar os primeiros socorros" (MOURA, 1951, p. 13). A sua nota atribuída foi 10. Inseridas na ficha suplementar II, foram atribuídas à enfermaria as seguintes notas: pavimentação, nota 10 (dez); revestimento das paredes, 9 (nove); condições de isolamento, 10 (dez); e no item material e instalações não foi atribuída nota. Aos itens que não foram atribuídas notas, o inspetor justificou que, em verificações posteriores para o reconhecimento da instituição, seria realizado um exame mais aprimorado.

O relatório de verificação também apresenta uma seção destinada à Educação Física. No anexo 2 do relatório consta a lista de professores, sendo o de Educação Física, um militar. O setor contava com uma

boa quantidade de materiais e de área livre disponível para as atividades físicas, perfazendo 8.400m². Nessa seção, consta a enumeração das instalações para a prática esportiva (caixa para saltos, aparelho para salto em altura, alvo para arremesso etc.), bem como as relações de materiais: bolas para diversas modalidades, *medicine-balls*, trena, cronômetro, cordas, fardos cilíndricos, redes, bastão para revezamento, discos, material de *ping-pong*, varas para salto, destacando-se que eram suficientes para o número de alunos.

Ainda na seção de Educação Física, o inspetor registrou aspectos referentes ao Gabinete Médico Biométrico, ao vestiário, aos chuveiros e algumas observações gerais sobre a instituição. Concernente ao Gabinete médico biométrico consta avaliação, porém sem atribuição de nota. De todo modo, é instalado em sala própria equipada com os seguintes materiais: uma fita métrica metálica de 2m; uma balança com precisão até 10gr; uma toesa para estatura e altura do busto; um espirômetro de água; um compasso de correção; um quadro mural de envergadura; um quadro mural para sentido muscular; um dinamômetro manual para criança; um dinamômetro manual para adultos; um dinamômetro para medida da força escapular; fichas médico-biométricas; mesa de exames clínicos; aparelhos de socorro de urgência.

Fotografia 2 – Gabinete Médico Biométrico, 1951.



Fonte: Moura (1951, anexo 57).

Em estudo realizado sobre a influência médico-higienista e a aquisição de instrumentos e equipamentos nas escolas primárias de São Paulo, nas primeiras décadas do século XX, Rocha (2018) aponta a importância da higiene na cultura material escolar paulista e apresenta fragmento do verbete Écolier (*Hygiène de l'*), do *Dictionnaire pratique de médecine et d'hygiène*, de Desesquelle e Niewenglowski, publicado em Paris, em 1921, no qual Niewenglowski aponta a necessidade de que, desde a entrada na escola, a criança seja examinada e as suas informações registradas em dossiê escolar.

Os objetos apresentados na lista do Gabinete médico biométrico do Ginásio Sagrado Coração e as indicações apresentadas pelos médicos franceses, em 1921, podem ser considerados vestígios da materialização das ideias disseminadas naquele período. Todos os materiais necessários para a avaliação dos alunos são apresentados na relação de materiais disponíveis no Ginásio. No Gabinete do Ginásio Sagrado Coração, eram registradas as fichas médico-biométricas. Nessas fichas, assinadas pelo médico, pelo inspetor federal e pelo professor de Educação Física, constavam dados do aluno (nome, sexo, data de nascimento, curso, série) e dados da instituição, espaços específicos para anotações do exame biométrico, exame clínico, dados etnológicos e exame prático.

Quanto ao vestiário, de dimensões 10m x 7m, era equipado com cabides e bancos que proporcionavam relativo conforto aos alunos, segundo o inspetor. O Ginásio dispunha de 22 chuveiros, todos individuais com piso ladrilhado revestido em azulejos brancos, até 1,30m de altura.

De modo geral, o novo edifício obedecia aos critérios de conforto, de higiene e de cientificidade, evidenciando a importância do estudo dessa materialidade para a compreensão das práticas culturais de uma época. Como lembra Escolano (2012), a escola tem sido e é um lugar de produção de cultura. Esta cultura se traduz nas práticas em que se operacionalizam os processos formativos. As ações se materializam nos espaços, nos objetos, nas fotografias e nos textos que formam parte do patrimônio histórico-educativo.

A materialidade nas salas especiais de geografia e ciências

No Relatório de Verificação das novas Instalações do Ginásio Sagrado Coração, realizado pelo Inspetor Othoniel Almeida Moura, no ano de 1951, também podemos encontrar a descrição, tanto dos aspectos

arquitetônicos do prédio, da disposição de salas de aula, dos pátios, dos auditórios, quanto na introdução de salas especiais, incluindo materiais didático pedagógicos.

Além das salas de aulas regulares e do auditório e biblioteca, o relatório cita a existência de 5 salas especiais. Podemos verificar que Bocchi (2020), no estudo sobre a reforma e a adequação do Colégio Marista Arquidiocesano de São Paulo, cita as salas especiais de ensino como parte no processo de adequação aos princípios pedagógicos do Colégio Pedro II. Estas salas são caracterizadas pela racionalidade da pedagogia moderna, ambientadas com equipamentos didáticos próprios da Matéria (disciplina) a ser ensinada, conforme o Método Intuitivo escolanovista. No relatório, o Inspetor Othoniel relata que algumas dessas salas estavam em construção e outras já prontas e equipadas com diversos materiais pedagógicos. As salas prontas e equipadas eram as Salas de Geografia, de Ciências e de Desenho. Em construção, estavam a Sala de Línguas vivas e de Trabalhos manuais. De modo especial, centramo-nos na descrição e na análise das salas especiais 'em atividade' de Geografia e de Ciências.

No anexo 35 do relatório do Inspetor Othoniel, no item 34 se observa a intencionalidade das proposições pedagógicas no detalhamento da materialidade da sala especial de ensino de Geografia. Na relação de material, há objetos como Globo terrestre, telúrio, Carta celeste, tabuleiro de areia, bússola, termômetro, cartas murais, atlas, amostra de produtos e coleção de vistas.

Quando o foco é a aplicação dos princípios da racionalidade pedagógica utilizadas na sala especial de ensino de Geografia do Ginásio Sagrado Coração, podemos perceber que obedece a alguns dos princípios adotados no Colégio Pedro II, universalizados na década de 1930, com a publicação do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, em 1932. Nesse manifesto foram difundidos os princípios pedagógicos "[...] de adequar o ensino à fase de desenvolvimento mental do aluno, tornando-a prática através da obrigação do professor em dar exemplos brasileiros dos fenômenos estudados e da presença dos vários ramos dessa ciência." (COSTA, 2011, p. 274). No Ginásio Sagrado Coração, a sala especial de geografia também acompanha estas mudanças, que já ocorriam com maior ou menor intensidade, em diferentes regiões do país.

Interessa-nos entender a relação dos objetos relacionados no anexo 35 do relatório do Inspetor Othoniel, a partir da utilização pedagógica dos objetos geográficos, como a cartografia, descrita por Delga-

do de Carvalho⁵, e a possibilidade de aplicação para a compreensão da identidade regional, entre outras questões pedagógicas propostas por ele, e a sua utilização no Ginásio Sagrado Coração. No entendimento de Costa (2011, p.272),

Para atingir tal objetivo, Delgado de Carvalho acreditava ser necessária a elaboração de uma metodologia para a disciplina na qual o espaço tinha um papel privilegiado. Em espaço adequado, os alunos se sentiriam mais motivados, ficariam mais concentrados e conseguiriam se integrar.

Se comparado aos instrumentos e objetos elencados por Delgado de Carvalho, pode-se dizer que havia a intenção do Ginásio Sagrado Coração em trabalhar o tema de climatografia, quando se observa a existência de material de meteorologia (termômetro e barômetro) e de orientação espacial como bússolas. Segundo Costa (2001, p. 277), “Desa maneira, poderiam ser feitas experiências com o objetivo de explicar fenômenos geográficos, como a formação do dobramento do relevo e o achatamento dos polos”.

Fotografia 3 – Sala de Geografia, 1951.



Fonte: Moura (1951, anexo 36).

5 Intelectual de formação francesa, chegou ao Brasil em 1906. Francês de nascimento, filho do embaixador do império brasileiro na França, só conheceu o Brasil aos 23 anos, sem inclusive falar a língua portuguesa, pois seu pai, após o fim do império, desgostou do Brasil e nunca retornou.

No anexo 36, é visível um modelo, composto de esferas e de engrenagens, possivelmente para reproduzir os movimentos (rotação, revolução, translação) de corpos celestes (Terra; Lua; Sol), utilizado na exposição do comportamento real deste sistema e seu envolvimento no entendimento das estações do ano, por exemplo. Para além deste exemplo de possibilidade de uma aula expositiva com o auxílio de objetos didáticos, não é possível concluir se esses objetos eram para exposição, experimentação e/ou manipulação pelos discentes. O mesmo ocorre na relação de objetos pedagógicos do anexo 36, em que nada consta a respeito da quantidade de utilização de cada instrumento/objeto. Todavia, pode-se inferir que havia um conjunto de intencionalidades, em consonância com os princípios de racionalização da educação moderna, na época. Delgado de Carvalho, citado por Costa (2011), via nesta possibilidade de manipulação dos objetos, pelos discentes, o dinamismo de tornar real o conhecimento geográfico. Segundo ele, “Os murais deveriam ser amplos e conter não só mapas, mas também fotos, ilustrações, recortes de jornal, enfim, tudo que atribuisse “impressão de vida, de trabalho em curso e de atividades várias” (CARVALHO, *apud* COSTA, 2011, p. 277). Este será um ponto importante no novo processo didático de aprendizado da Geografia.

Ao observar a fotografia 3, a disposição das carteiras dos alunos está em fila indiana, diferindo-se do recomendado nos estudos sobre estas salas no Colégio Pedro II. Sobre essa questão, Costa (2011, p. 277) recorre a Zarur, quando este explica que disposição das carteiras deveria ser em “U” (semi-círculo), facilitando, desse modo, as aulas, a partir da demonstração de uso dos instrumentos/materiais. Isto permitiria a observação de objetos disponibilizados em vários pontos da sala, retirando o foco central da mesa do professor. Como bem disse,

Tal disposição das carteiras também facilitaria a observação do globo terrestre, que deveria estar suspenso e iluminado, mas ao alcance dos alunos. Sempre que solicitado, o professor deveria colocá-lo ao contato das mãos dos estudantes [...] (COSTA, 2011, p. 277).

Além das carteiras em fila indiana, nota-se que a mesa que existe na sala de aula é idêntica à existente em outras salas, não havendo diferenciação quanto ao seu uso para estudo de mapas, ou para a elaboração de plantas baixas pelos alunos. Isto dificultaria a elaboração de

atividades práticas de Cartografia, ponto básico nas observações didático-pedagógica dos trabalhos com cartas (mapas) na matéria de Geografia. Acerca dessa questão,

Delgado de Carvalho salienta que, para entender a proporção utilizada nos mapas, era necessário que se aplicasse o exercício de reprodução de plantas. Utilizando o papel quadriculado sobre a mesa ao invés do quadro-negro, a criança compreenderia com muito mais facilidade (COSTA, 2011, p. 273).

Para Delgado de Carvalho, o aluno deveria fazer diversas plantas baixas, da sala de aula, do pátio escolar, da escola, do bairro da escola, e assim por diante em um movimento de irradiação do conhecimento geográfico.

Outro componente encontrado no Relatório de verificação das novas dependências do Ginásio Sagrado Coração, de autoria do Inspetor Federal Otoniel, é a Sala de Ciências. Acompanhando o princípio modernizador de criação de salas especiais, o anexo 38 registra a relação do material existente na sala de ciências, e os anexos 39 e 40 registram fotografias retratando esta sala.

Fotografias 4 e 5 – Sala de Ciências



Fonte: Moura (19 51, anexo 39 e 40).

Nas fotografias 4 e 5, podemos ver retratadas a Sala de Ciências. Na primeira fotografia, verificam-se dois quadros afixados na parede que retratam, de forma esquemática, o esqueleto humana (frente e costas) e outros quadros, demonstrando esquematicamente o interior de um peixe, uma raia e outros peixes que não foram possíveis identificar. Em outro quadro, há o esquema de répteis e batráquios. Em um armário de vidro, há objetos artificiais anatômicos dos seres humanos (olho, ouvido, crânio) e uma coleção de insetos. Sobre este armário, um boneco ‘esfolado’⁶ do ser humano e um objeto (aparentemente um órgão humano). Em uma bancada expositora, há uma coleção com nomes, porém de difícil identificação na foto. Ainda há equipamento fixado a esta bancada que aparenta ser um desidratador botânico. Acima, um objeto cilíndrico-coniforme afixado na parede (não identificada a nomenclatura e sua função). Também o couro de um jacaré afixado na parede.

A segunda fotografia é a continuação da primeira foto, pois retrata objetos e mobiliários que se encontram recortados na lateral da fotografia anterior. Nesta fotografia, identificaram-se outros dois mobiliários com materiais: uma mesa em que se pode ver sobre ela rochas diversas e uma vértebra de animal de grande porte. Este objeto não consta na relação do anexo 38. Tudo leva a crer que se trata de uma vértebra de um cetáceo ou ainda a possibilidade de ser um grande réptil fossilizado, uma vez que o município tem um grande sítio arqueológico próximo a sua região, no município de São Raimundo Nonato – PI. Na relação consta a existência de peixes fossilizados. Embaixo da mesa, há uma prateleira expondo uma diversidade de rochas e cristais.

A fotografia 5 apresenta um armário em duas partes (bancada e armário superior), composto por equipamentos de química e de física. Há uma vidraria que lembra uma botica antiga, além de tubos de ensaio, “caixas kosmos” de equipamentos (kits) didáticos de ensino de Ciências, termômetro, espectrômetro, cadinhos e balanças. Ao lado, sobre um banco de madeira, há um suporte com vários balões de ensaio.

Na parede, há afixado um grande quadro retratando esquematicamente alguns processos de industrialização, desde a extração de matéria-prima até a confecção de aparatos tecnológicos. Há também couro de animais (aparentemente de duas cobras e um mamífero) e nove quadros menores com esquemas – Coleções de classes biológicas (galiná-

6 Molde do corpo humano sem a cobertura da pele.

ceos, crustáceos etc.). Também se verifica entre as peles de animais um objeto branco afixado, possivelmente outra pele de animal.

Não foram observados no relatório as dimensões desta sala. Acredita-se que acompanhava a dimensão de 8 x 6,5 metros, pois essa era a dimensão da maioria das salas do novo prédio. No relatório, a avaliação das instalações da sala relaciona os itens para o uso pedagógico de ensino de Ciências, como mesa de laboratório com pedra mármore, instalação elétrica, dispositivo para escurecer a sala, mesa para microscópio, quadro negro, quadros, murais, entre outros.

Na relação de material, há uma lista de 64 itens, denominados “Materiais de demonstração”, porém sem a quantidade de cada item. O que nos leva a pensar novamente sobre como estes materiais eram utilizados durante as aulas, se eram para exposição, apresentação de experimentação e/ou para a manipulação de objetos pelos alunos. Deduzimos que este material foi classificado em 49 itens de equipamentos pedagógicos, entre os quais: microscópio, espectroscópio, esfolado completo, lâmpada dos mineiros⁷, termômetros, 11 itens de “coleções” físicas ou retratadas em quadros (carpoteca, insecta, moluscos, vermes, pequeno herbário, peixes fósseis etc.) e 5 quadros (sendo 1 de esqueletos em que se lê quadros, supondo que são mais de 1, esqueleto de ave, esqueleto de crânio de carnívoro e 2 de coleções de classes biológicas). Em outra lista, encontram-se 32 itens denominados no relatório com “Material de experimentação” (cadinhos diversos, tubos de ensaio, tripés, buretas, pipetas etc.) e, por fim, uma lista denominada “Reagentes” com 65 itens (ácidos, sulfatos, óxidos etc.).

Ao comparar a relação de material no anexo 38 com as fotografias nos anexos 39 e 40, identificamos 14 quadros em exposição nas fotografias e não 5 como relatado na lista. Ainda podemos entender que as coleções são partes de objetos retratados em quadros e que há, na retratação, duas coleções físicas (uma na bancada do anexo 39, que pode ser a referência de ‘pequeno herbário’ e outra de rochas e fósseis. Além do já citado objeto, “vértebra animal de grande porte” que não consta na relação de itens do anexo 38.

Outro fato que nos chama a atenção é a ausência de retratação dos mobiliários de adequação para a sala especial de Ciências, que é ci-

⁷ Equipamento usado em minas, que consiste em um tanque onde se colocam carbureto e água. A reação produz metano, que alimenta uma chama próxima de um pequeno espelho, em um dispositivo afixado na cabeça do mineiro.

tado no início do relatório 38. Não foi possível verificar nas fotografias a existência de mesas (com pedra de mármore e para microscópio), disposição ou mesmo as carteiras, quadro negro e mesa do professor, e dispositivos para escurecer a sala. Estas discrepâncias entre os anexos podem ter ocorrido devido a falhas e a limitações na elaboração do relatório.

Da forma como consta no relatório do Inspetor Othoniel, é possível perceber a intencionalidade pedagógica de adotar o método intuitivo, como a lição das coisas e o uso de objetos didáticos científicos. Como se trata de um relatório sobre a verificação das novas instalações, fica clara esta intenção.

A questão da existência da sala especial de ensino de Ciências é uma intencionalidade de prática destes princípios pedagógicos. Mas faltam elementos para confirmar se o instituído ocorria. Alguns indícios apontam para a adaptação a uma realidade de salas especiais de ensino. O próprio Delgado de Carvalho, nos anos 1950, aponta algumas críticas para a difusão dos princípios pedagógicos em sala-ambiente de Geografia:

[...] Delgado de Carvalho faz um balanço dos empecilhos mais encontrados à realização de sua proposta de sala ambiente, apresentada por ele pela primeira vez ainda na década de 1920: os horários, o tamanho das turmas, os extensos programas. E alerta para uma prática de certos colégios: “acumulam grande riqueza de material que só se acha aí ‘para inglês ver’, pois é julgado imprudente o professor que dele se quer utilizar em aula. Abundância de material não é sinônimo de ensino eficiente” (CARVALHO *apud* COSTA, 2011, p. 278).

Para Delgado, a sala-ambiente é uma metodologia em que o espaço tem lugar privilegiado. O ideal do ensino de Geografia é que os alunos pudessem viajar por todas as regiões do país. Como refere Costa (2011, p. 275), “Na impossibilidade disso, a sala de aula deveria fornecer recursos didáticos que permitissem tal exercício. Nesse aspecto, tal espaço deveria se diferenciar de qualquer outro da escola, começando pela própria denominação: sala-ambiente ou gabinete de geografia.”

Entendemos que estes objetos são auxiliares no processo educativo, devendo, assim, o professor atuar no planejamento de utilização deles. Estar em uma sala-ambiente sem um projeto de sua utilização não faz parte da transformação educativa proposta. É essa nossa intenção na análise do mobiliário do Ginásio Sagrado Coração.

Considerações finais

A análise do Relatório de verificação das novas instalações do Ginásio Sagrado Coração possibilitou o levantamento de hipóteses das práticas culturais desenvolvidas pela instituição, assim como a compreensão de a utilização dos espaços e materiais, seguindo os padrões nacionalmente estabelecidos. Os princípios higienistas e científicos se apresentam com grande influência sobre todos os aspectos de constituição da instituição. Desde a construção do edifício e sua localização, perpassando pela distribuição das salas de aulas, das salas especiais e das demais dependências até a aquisição de materiais pedagógicos e artefatos industriais. Nesse contexto, o estudo dessa materialidade possibilita a apropriação dos significados e das condições historicamente construídas, as quais podem se apresentar de forma contraditórias, a depender da atuação e da ação dos sujeitos sobre os espaços e os materiais, em cada época.

Nas salas especiais relatadas pelo Inspetor Othoniel, os princípios do movimento de renovação/modernização da educação secundária brasileira podem ser constatados pelos aspectos da intencionalidade didática, compreendidos pelo método intuitivo e pela lição das coisas, com a utilização dos objetos pedagógicos que equipavam essas salas. Porém, não foi possível identificar a forma como estes objetos foram utilizados nas práticas culturais. O que podemos inferir é que a intencionalidade destas práticas de renovação no método de ensino estava presente, pois condizem com a forma vislumbrada tanto no colégio Pedro II, quanto no Colégio Arquidiocesano de São Paulo. Neste último caso, outro aspecto se destaca: a possibilidade de circulação/irradiação deste modelo na Rede de escolas da Ordem dos Maristas, da qual fazem parte a escola em São Paulo, e, certamente, influenciaram na Escola de Senhor do Bonfim – BA.

Para finalizar, o estudo aponta a necessidade de investigações mais aprofundadas com outros recortes temporais, a fim de ampliar o conhecimento sobre os usos dos espaços e do mobiliário e de sua repercussão nas práticas culturais no Ginásio Sagrado Coração.

Referências

ALCÂNTARA, W. R. R.; VIDAL, D. G. Corpo e matéria: relações (im)previsíveis da cultura material escolar. *In*: SILVA, V. L. G.; SOUZA, G.; CASTRO, C. A.

(org.). **Cultura material escolar em perspectiva histórica**: escritas e possibilidades. Vitória: EDUFES, 2018, p. 235-260.

BENITO, B. E. Las materialidades de la escuela (a modo de prefacio). In: SILVA, V. L. G.; PETRY, M. G. (Orgs.). **Objetos da escolar**: espaços e lugares de constituição de uma cultura material escolar. Santa Catarina: Editora Insular, 2012, p.11-18.

BOCCHI, L. A. Espaço escolar e ciências: relações entre as prescrições governamentais e o ensino. **RIDPHE_R Revista Iberoamericana do Patrimônio Histórico-Educativo**, v. 6, n. 00, p. e020004, 3 jun. 2020. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/ridphe/article/view/12304/8927>. Acesso em: 17 jun. 2020

CASTRO, R. X.A.; SILVA, V. L. G. Cultura Material da Escola: entram em cena as carteiras. **Educar em Revista**, [S.l.], v. 27, n. 39, p. p. 207-224, apr. 2011. ISSN 1984-0411. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/educar/article/view/15080>. Acesso em: 10 jul. 2020.

COSTA, P. C.. Apresentar o Brasil aos brasileiros, aproximar os brasileiros de sua pátria: a materialidade na geografia escolar de Delgado de Carvalho. **Estud. hist. (Rio J.)**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 48, p. 265-283, Dec. 2011. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-21862011000200002. Acesso em: 10 jul. 2020.

GINÁSIO SAGRADO CORAÇÃO. Estatutos do Ginásio Sagrado Coração. Com aprovação eclesiástica em 30 de novembro de 1944.

MENDONÇA, A. W.. P. C. *et al.* A criação do Colégio de Pedro II e seu impacto na constituição do magistério público secundário no Brasil. **Educ. Pesqui.**, São Paulo, v. 39, n. 4, p. 985-1000, dez. 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1517-97022013000400011>. Acesso em: 10 jul. 2020

MOGARRO, M. J. Arquivos e educação a construção da memória educativa. In: **Revista Brasileira de História da Educação**, n. 10, jul./dez. 2005. Disponível em: <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/38647/20178>. Acesso em: 20 jun. 2020.

MOURA, O. A. **Relatório de verificação das novas instalações do Ginásio Sagrado Coração**. Senhor do Bonfim, Bahia, 1951.

ROCHA, H. H. P. Higienismo e cultura material escolar: notas sobre a invenção dos objetos e de suas funções. In: SILVA, V. L. G.; SOUZA,

G.; CASTRO, C. A. (Orgs.). **Cultura material escolar em perspectiva histórica**: escritas e possibilidades. Vitória: EDUFES, 2018, p. 208-234.

VINÃO FRAGO, A. Espaços, usos e funções: a localização e disposição física da direção escolar na escola graduada. *In*: BENCOSTTA, M. L. A. (Org.). **História da educação, arquitetura e espaço escolar**. São Paulo: Cortez, 2005. p.15-47.

Recebido em: julho/2020

Aceito em: setembro/2020

Mobiliário para escolas públicas de ensino primário em Caxias do Sul/RS (1890-1930): vestígios da cultura escolar

Samanta Vanz¹

José Edimar de Souza²

RESUMO

O estudo investiga a cultura material escolar para o ensino primário no município gaúcho de Caxias do Sul, RS, entre 1890-1930. A perspectiva teórica e metodológica sustenta-se na História Cultural, dialogando com autores como Burke (1992), Chartier (1990) e Pesavento (2014), para atribuir sentido à cultura escolar e às escolas para o desenvolvimento do ensino primário. Nesse sentido, a análise documental histórica mobilizou conceitos de culturas escolares a partir de Escolano Benito (2017). A construção do *corpus* empírico envolveu fontes documentais como as correspondências de professores, inspetores escolares e intendentes municipais, solicitações e inventários escolares, relatórios da intendência, atos e decretos, assim como jornais da época. Desse modo, identificou-se que nas escolas públicas municipais os objetos mediaram o processo de escolarização, baseados na perspectiva do projeto republicano positivista de civilização, pátria e progresso. Dentre os artefatos identificados, destaca-se o papel do mobiliário escolar nas evidências de modos de fazer e produzir uma cultura escolar. Observa-se a importância da cultura escolar como constituinte do espaço escolar e mediadora das relações entre sujeitos: alunos, professores, inspetores escolares e comunidades.

Palavras-chave: Mobiliário escolar. Ensino primário. Caxias do Sul/RS.

1 Mestre em Educação pela Universidade de Caxias do Sul. Integra o Grupo de Pesquisa História da Educação, Imigração e Memória (GRUPHEIM). Professora do curso de Design do Centro Universitário da Serra Gaúcha. E-mail: sam_vanz@yahoo.com.br

2 Doutor em Educação com estágio de pós-doutorado na UNISINOS. Professor e pesquisador do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Caxias do Sul. Vice-líder do Grupo de Pesquisa História da Educação, Imigração e Memória (GRUPHEIM). Pesquisa vinculada ao projeto financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul - FAPERGS - Instituições escolares no Vale do Rio dos Sinos e na Serra Gaúcha: práticas e processos de escolarização na primeira metade do século XX. Processo número 19.2551.00013035. E-mail: jesouza1@ucs.br

Furniture for public schools of primary education in Caxias do Sul / RS (1890-1930): traces of school culture

ABSTRACT

The study investigates the school material culture for primary education in the city of Caxias do Sul, RS, between 1890-1930. The theoretical and methodological perspective is based on Cultural History, dialoguing with authors such as Burke (2008), Chartier (1990) and Pesavento (2014), making it possible to give meaning to the school culture attributed to schools for the development of primary education. In this sense, the historical documentary analysis mobilized concepts of School Cultures from Escolano Benito (2017). The construction of the empirical corpus involved documentary sources such as: correspondence from teachers, school inspectors and city councilors, school requests and inventories, reports from the council, acts and decrees, as well as newspapers of the time. Thus, it was identified that in municipal public schools, objects mediated the schooling process, based on the perspective of the positivist republican project of civilization, homeland and progress. Among the artifacts identified, the role of school furniture in the evidence of ways of making and producing a school culture stands out. It is observed the importance of School Culture as a constituent of the school space and mediator of the relationships between subjects: students, teachers, school inspectors and communities.

Key words: School furniture. Primary school. Caxias do Sul/RS.

Muebles para escuelas públicas de educación primaria en Caxias do Sul / RS (1890-1930): huellas de cultura escolar

RESUMEN

El estudio investiga la cultura del material escolar para la educación primaria en la ciudad de Caxias do Sul, RS, entre 1890-1930. La perspectiva teórica y metodológica se basa en la Historia Cultural, dialogando con autores como Burke (2008), Chartier (1990) y Pesavento (2014), lo que permite dar sentido a la cultura escolar atribuida a las escuelas para el desarrollo de la educación primaria. En este sentido, el análisis documental histórico movilizó conceptos de Culturas Escolares de Escolano Benito (2017). La construcción del corpus empírico involucró fuentes documentales como: correspondencia de maestros, inspectores

escolares y concejales de la ciudad, solicitudes e inventarios escolares, informes del consejo, actos y decretos, así como periódicos de la época. Así, se identificó que en las escuelas públicas municipales, los objetos median el proceso de escolarización, basado en la perspectiva del proyecto republicano positivista de civilización, patria y progreso. Entre los artefactos identificados, se destaca el papel del mobiliario escolar en la evidencia de formas de hacer y producir una cultura escolar. Se observa la importancia de la Cultura Escolar como componente del espacio escolar y mediador de las relaciones entre las asignaturas: alumnos, docentes, inspectores escolares y comunidades.

Palabras-clave: Muebles escolares. Escuela primaria. Caxias do Sul/RS.

Considerações iniciais

Ao investigar os vestígios da cultura material para constituição de uma narrativa histórica sobre a educação primária do município gaúcho de Caxias do Sul, assume-se que a materialidade presente no interior do espaço escolar configurava determinados códigos, ritos, práticas e modos de ensinar, mediando não apenas a relação entre sujeito-objeto, mas também a relação entre sujeito-sujeito. Estes vestígios possibilitam o estudo sobre os elementos de uma cultura escolar, com seus sujeitos, seus tempos, suas práticas e seus espaços, sempre considerando como pressuposto destas relações o processo de escolarização.

Utilizando a perspectiva da cultura material, é possível voltar os objetivos de investigação para as formas visíveis dos produtos humanos, para a materialidade representada por objetos escolares, pelo material didático, pelo mobiliário escolar, pelo espaço escolar, sendo que é esta materialidade que permite entender os objetos físicos e o espaço escolar como elementos importantes para compreender os processos históricos (BURKE, 1992).

A abordagem da História Cultural, conhecida em um primeiro momento como “Nova História” em contraste com a “antiga”, considera aspectos da experiência de vida e o contexto onde se construíram estas narrativas. A nova corrente historiográfica da História Cultural, ou seja, a Nova História Cultural se constituiu a partir da história francesa dos *Annales*, apresentando-se como uma abordagem para se pensar a ciência histórica, considerando a cultura como “[...] um conjunto de significados partilhados e construídos pelos homens para explicar o mundo” (PESA-

VENTO, 2014, p.15). Nessa perspectiva, as grandes explicações e abordagens totalizantes são substituídas por problematizações *micro*, que possibilitam o estudo de particularidades. Sendo assim, a História Cultural “[...] tem por principal objeto identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade cultural é construída, pensada, dada a ler” (CHARTIER, 1990, p.16-17). Nesse sentido, faz-se importante articular a representação de um espaço escolar específico para o processo de escolarização com a construção de uma cultura e sua respectiva materialidade.

A cultura é aqui entendida como campo particular de “práticas/produções” que constituem um conjunto de significações que se materializam pelos diferentes enunciados e condutas. Dessa forma, investigam-se como as “práticas/produções” manifestam as apropriações culturais que foram tecidas na trajetória profissional de professores e professoras do município. Este modo singular de trabalhar o ensino numa “parte” do município designa um conjunto de significações historicamente inscritas e que se expressam de forma simbólica num “saber-fazer” capaz de perpetuar e desenvolver a cultura, a instrução e o conhecimento (CHARTIER, 2002).

A análise é sempre um processo interpretativo e construído historicamente. Além disso, como argumenta Pimentel (2001), o documento representa já uma interpretação de fatos elaborados por seu autor, e, portanto, não devem ser encarados como uma descrição objetiva e neutra desses fatos. Pela análise documental, buscou-se identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída a partir do entrecruzamento de aspectos que emergiram na construção dos diferentes documentos (atos, atas, decretos).

Ao aprofundar o estudo da materialidade escolar, é possível encontrar fontes que colaboram para a investigação das práticas culturais escolares, se considerarmos os objetos e espaços como seu reflexo visível: o legado das escolas reflete a cultura empírica deste local, assim como a tradição corporativa e os discursos teóricos e normativos projetados pela prática do ofício de ensinar. Como reflexo visível da cultura escolar, os objetos escolares tornam-se os representantes materiais das mudanças epistemológicas e sociais relacionadas ao contexto escolar e são considerados fontes para a formação do conhecimento das dimensões práticas

do passado da escola, de uma identidade que representa a interação dos sujeitos que vivenciaram aquela cultura. (ESCOLANO BENITO, 2007).

Para Silva, Mendes de Jesus e Ferber (2012), a materialidade tem o poder de educar e estabelecer valores, posturas e sentimentos de pertença. Nesta perspectiva, como os vestígios da materialidade escolar, mais especificamente o mobiliário, podem ajudar na construção de uma narrativa histórica acerca da escolarização no município de Caxias do Sul?

Para auxiliar a responder esta questão, torna-se fundamental a aproximação entre a cultura escolar com as práticas e as representações que a constituem, com o conceito de apropriação. Tratando-se a maneira como os sujeitos incorporam os elementos constituintes da cultura, tendo em vista que a apropriação “visa uma história social dos usos e das interpretações, referidos a suas determinações fundamentais e inscritas nas práticas específicas que a produzem” (CHARTIER, 1991, p. 180). A escola, como configuração formal, institui determinada cultura: seus elementos materiais, objetos, espaço, mobiliário são vestígios de um sistema específico de valores, como a ordem, a disciplina; representantes de um discurso constituído de símbolos estéticos, culturais e de certas ideologias. É nesta relação entre material e imaterial que se permite a investigação das características específicas da espacialidade e da temporalidade das instituições escolares.

Mobiliário para o ensino primário: vestígios de uma cultura escolar

Pensar a escolarização primária de Caxias do Sul exige um diálogo entre as concepções teóricas, as investigações já realizadas acerca do tema em caráter nacional e regional, e a consulta às fontes selecionadas para esta pesquisa. É uma tarefa, portanto, que exige aproximações entre o contexto regional, uma colônia de imigração italiana que pautou inicialmente a sua educação em uma tríade baseada na família, no catecismo e na escola³, o contexto nacional, com o processo de constituição da República, e o contexto educacional, com as heranças do Ato Adicional de 1834 e seu efeito de pulverização das responsabilidades

3 A partir de Luchese (2015, p. 105): “A educação das crianças se fazia na participação da família, no exemplo e na execução de responsabilidades, das quais elas, desde cedo, tinham de dar conta (trabalho), no ensinamento/catecismo religioso e, também, na escola – pensada, especialmente, em seu sentido prático e básico – a leitura, a escrita, e as quatro operações”.

com a educação primária⁴, que passava a ser dever de cada Província (SUCUPIRA, 2005).

É importante ressaltar, porém, que o recorte temporal que emergiu nesta pesquisa abrange diversas mudanças políticas e sociais que influenciaram diretamente na maneira como o Estado brasileiro trabalhou a representação da escola e da escolarização no período histórico que compreende os anos de 1890 e 1930. A Proclamação da República, em 15 de novembro de 1889, permite que se pense na escolarização como um elemento importante para a consolidação de uma representação de país independente cujo território, história e língua passam a ser peças importantes para o processo de *civilização*⁵ do povo (SOUZA, 1998; FARIA FILHO, 2000). Para Souza (1998, p. 28), essa crença no poder regenerador da sociedade tornou a educação um “projeto civilizador”, que tratava a educação pública como “uma necessidade política e social”. Para Corsetti (2008, p. 59),

[...] a questão da educação passou a ter uma ênfase destacada. Uma educação física, intelectual e moral da mocidade, com a finalidade de possibilitar ao espírito todas as noções necessárias para melhor garantir a ordem, colocou-se como central para que todos os homens tivessem consciência de seu papel social. Em outras palavras, a educação foi vinculada à formação do cidadão [...].

No Rio Grande do Sul, nesse período da Primeira República, o poder administrativo foi liderado por republicanos com ideários positivistas. Nesse sentido, os positivistas que assumiram o poder lançaram mão de três princípios que podem ser considerados as bases da escola como um meio de formar cidadãos constituídos nos ideais políticos, quais se-

4 “A apertada centralização de nossa primeira Constituição produziu a reação política do Ato Adicional de 1834 e a garantia da instrução primária gratuita que ela dava aos brasileiros tornou-se dever das províncias” (SUCUPIRA, 2005, p. 59). Para ilustrar essa descentralização, Sucupira (2005, p. 66) ainda discorre: “Enquanto as províncias, em 1874, aplicavam em instrução pública 20% de suas parcas receitas, o governo central não gastava, com educação, mais de 1% da renda total do Império”.

5 O termo civilização é utilizado por Souza (1998, p. 27) como, “Instrumento de moralização e civilização do povo. Eis algumas das representações sobre a educação em vigor no Brasil no fim do século XIX”, e Faria Filho (2000, p. 140), “O ideário civilizatório iluminista irradiava-se, a partir da Europa, para boa parte do mundo e, também, para o Brasil. Como componente central desse ideário estava a ideia da necessidade de alargar as possibilidades de acesso de um número cada vez maior de pessoas às instituições e práticas civilizatórias”. É importante, portanto, que se pense o ato de civilizar como uma maneira de controle social, de disseminação da moral, dos bons costumes e das práticas de polidez e de dulcificação.

jam: a educação com foco enciclopédico; a educação fundamentada a partir de proposições concretas; e a ênfase na educação técnica profissionalizante (POSSAMAI, 2009). Esse ideário era fortemente cunhado em um modelo autoritário de poder, centralizador e de propostas de modernização, objetivando um reordenamento da sociedade dentro desta nova perspectiva de regime político (CORSETTI, 2008).

Assume-se no período republicano que a escola passava a adotar o papel de disseminadora dos valores desse novo regime político, imprimindo o discurso de formação do novo cidadão, fundamentado na modernização das ações pedagógicas e na organização escolar dos países centro-europeus e dos Estados Unidos. Para alcançar esse ideário, Gouvea e Schueler (2012, p. 323) apontam que “foram desenvolvidas ações técnicas que incidiram sobre a saúde, através da intervenção de sanitaristas, moradia, disciplinando-se o espaço urbano e educação, esta através do investimento na instrução pública”.

O pensamento positivista, como argumenta Corsetti (2008), colaborou para a formação de uma atuação caracterizada pela intervenção do Estado nas ações educacionais, desenvolvendo políticas que culminaram em uma prática de liberdade de ensino⁶, com desdobramentos em ações específicas como, por exemplo, o controle do Estado em relação ao cotidiano e às práticas escolares por meio de regimentos internos. Como afirma Corsetti (2008, p. 66),

Para a organização educacional rio-grandense, não menos importante foram os regulamentos e regimentos internos das escolas que, pelo conjunto de determinações que encerraram, possibilitam a percepção da ação governamental num plano muito específico, ou seja, o interior da própria escola.

Os regimentos internos, como parte do projeto modernizador da educação, passam a funcionar, junto com a fiscalização e os programas curriculares, como uma maneira de controlar o funcionamento dos locais de ensino – servindo como orientação ao funcionamento desses estabelecimentos, os regimentos previam a organização serial das clas-

6 Corsetti (2008, p. 63) afirma: “Em síntese, foi possível perceber que a bancada gaúcha, através de seu trabalho persistente e coeso no Parlamento Federal, contribuiu significativamente para, por um lado, impedir uma maior ação do Estado Nacional no campo do ensino elementar e secundário e, por outro, garantir esse espaço para a iniciativa privada ampliar sua penetração”.

ses, as atribuições de cada profissional no contexto escolar, o currículo do programa, as condições materiais da escola (PERES, 2000).

Nesse contexto, também se faz necessário entender que os municípios passam a ser um ator social que desempenha importância na instrução pública, o que permite que se pense na gestão da educação como uma “superposição entre os poderes responsáveis pela oferta de instrução” (GOUVEA; SHUELER, 2012, p. 338), sendo esses poderes relacionados ao tensionamento entre as responsabilidades da Província e dos próprios municípios. Desse modo, os poderes, a fiscalização da educação passa a ser formalizada por meio da figura do inspetor escolar. A proposta de normatização dos inspetores repercute não apenas no controle de comportamentos, códigos e condutas, mas também na materialidade do espaço que constitui o cenário escolar. Ao inspetor, em sua figura de controle, também cabia a aferição das solicitações de materiais para as escolas, como demonstrado nas correspondências da professora Luiza Morelli e o inspetor Antonio Moro, em 1891.

Precisa-se que pela Intendencia Municipal d'esta villa, sejam fornecidos a esta aula os seguintes moveis que são necessários ao crescido numero de alumnos que frequentão a dita aula:

Uma escrivaninha com tinteiros. Um Banco e uma Talla de barro para agua.

Aula publica mixta da 7ª Legoa 30 de Junho de 1891.
(CAXIAS DO SUL, 1890 – 1927)

Em relação ao fornecimento dos objetos, faz-se importante no contexto da pesquisa mais uma vez relacionar os poderes de controle à cultura material para tomar as medidas administrativas referentes ao fornecimento e orçamento dos materiais e objetos destinados à instrução elementar; organizava-se a estrutura de maneira que os seus contratos de fornecimento e a sua fiscalização fossem realizados por intermédio da Diretoria da Instrução Pública, reforçando ao papel de controle do Estado no contexto dos objetos e do mobiliário que era utilizado em sala de aula. Porém, cabiam ao município algumas despesas relativas ao ordenado de professores e aquisição de objetos e mobiliários, como é possível identificar neste trecho do Ato nº 11, de 1º de fevereiro de 1898:

Art. 3º Os vencimentos dos professores, bem como o fornecimento de moveis, livros e mais utencilios ne-

cessarios ao ensino, correrão por conta da Intendencia, servindo de base as tabella que com este baixa.[...]
(CAXIAS DO SUL, 1898)

Tabela 1 - Tabella dos ordenados dos professores e mais despesas das aulas municipaes de Caxias

		Vêncimentos		Total
		mensal	annual	
3	Aulas	80:000	960:000	2:880:000
	Casa e asseio	8:000	96:000	288:000
18	Classes	12:000		216:000
18	Bancos	3:000		54:000
3	Mesas	6:000		18:000
3	Armários	8:000		24:000
9	Cadeiras	1:000		9:000
3	Baldes	3:000		9:000
	1º e 2º livros, taboadas, papel, tinta, pennas, lousas, canetas	84:000		252:000
				3:750:000

Fonte: Caxias do Sul (RS). Ato nº 11 de 1º de fevereiro de 1898.

Como reforça a tabela anexada ao Ato, os materiais que compunham o cenário escolar também eram investimentos municipais: mesmo que assessorando com os elementos básicos, como mobília e objetos para escrita e leitura, é importante que se perceba a maior participação das intendenções municipais nos assuntos que tangiam à educação.

Mesmo Caxias do Sul possuindo uma verba pública específica, como fica visível no Ato nº 11 de 1º, era de comum conhecimento pelas autoridades da Província que a situação dos recursos voltados ao ensino público era precária. Como sinalizam Gouvea e Schueler (2012, p. 345), a população de imigrantes, que chegaram ao país com um nível de letra-

7 Actos e decreto intendençiaes e projecto da lei orçamentaria no anno de 1898. "Acto nº 11 de 1º de fevereiro. Considerando que o Conselho Municipal decretou a verba de 3:750\$000 reis para ser applicada na instrucção publica do município". CAXIAS DO SUL. Ato nº 11 de 1º de fevereiro de 1898. Arquivo Histórico João Spadari Adami, 1898.

mento maior que o da população nacional, “[...] iria demandar do Estado a ampliação do número de escolas, principalmente nas colônias rurais do sul do país”.

Nesse sentido, a visão de uma educação como responsabilidade do Estado denotava a necessidade de uma orientação que direcionava não apenas os métodos e as concepções educacionais, mas também os elementos materiais. Cabe ressaltar que

o projeto de modernização incorporou, nos anos finais do Império e principalmente no início da República, entre suas ações e edificações de escolas marcadas pela imponência arquitetônica, as quais deram contorno aos desenhos dos projetos de urbanização. Cabe a ressalva de que as escolas monumentais foram construídas, na sua grande maioria, em espaços urbanos e de grande visibilidade na esteira de afirmação de projetos políticos, mas não foram estes os espaços que escolarizaram a parcela mais significativa da população (VIDAL; SILVA, 2011, p. 35).

Ao município, o papel nessa empreitada de uma educação moderna e civilizatória empreendidos pelo governo no processo de expansão do ensino refletiu na demanda de solicitações de aberturas de aulas públicas junto à comunidade, sendo até mesmo noticiadas em jornais, como é possível identificar nesta nota de agradecimento do Jornal O Cosmopolita, de julho de 1903 :

Os abaixo assignados commissionados pelos habitantes da linha Marcolina Moro, vem publicamente manifestar os seus agradecimentos aos senhores Intendente Alfredo de Abreu, João Lucena e Hugo Ronca, pelo feliz exito da campanha que sustentaram, para conseguirem a localisação d’uma aula aqui, para educação de nossos filhos. [...]

O povo d’aqui já soube corresponder ao exímio mestre, mandando, no próprio dia da abertura da aula, que foi a 10 de Julho corrente, 38 alumnos.

Agora, nós, para podermos corresponder aos favores dos eminentes patriotas Drs. Julio de Castilhos e Borges de Medeiros, desejamos pedir aos tres primeiros cidadãos acima nomeados, para interessarem-se pela criação de uma mesa eleitoral na linha Marcolina Moro [...]. (JORNAL O COSMOPOLITA, 1903)

O investimento com a instrução pública aparece como uma preocupação em documentos de 1898, sendo visto, por exemplo, no Ato nº 11⁸, que aponta questões como a verba destinada à instrução pública por meio do Conselho Municipal, a insuficiência de aulas em virtude da população do município e abertura de aulas públicas em localidades onde era necessário. Porém, mesmo sendo estabelecidas em Ato, nessas considerações, sobre as responsabilidades do município, em muitos momentos, há um endosso à necessidade de provimentos às aulas, como presente na correspondência da professora Luiza Morelli, em junho de 1891:

Precisa-se que pela Intendencia Municipal d'esta villa sejam fornecidos a esta aula os seguintes moveis que são necessários ao crescido numero de alumnos que frequentão a dita aula:

Uma escrivaninha com tinteiros.

Um banco.

Uma talha de barro para agua.

Aula publica mixta da 7ª legoa. 30 de Junho de 1891.
(CAXIAS DO SUL, 1890 – 1927)

As reivindicações recorrentes nas solicitações dos professores nos possibilitam problematizar que a realidade do cenário escolar à época divergia do discurso operacionalizado pelos documentos públicos, sendo que o previsto nem sempre era realmente realizado em todas as localidades, o que pode ser endossado pelas solicitações de materiais serem os documentos em maior número nas análises desta pesquisa.

O cenário do interior das aulas públicas de Caxias do Sul contrastava com o discurso dos monumentais grupos escolares que se estabeleciam no país no período da Primeira República. As aulas isoladas, resquícios do ensino imperial, continuaram sendo a realidade do ensino primário no município; com uma única sala, ministradas por um único professor, falar do mobiliário dessas escolas também é pensar em uma narrativa própria das representações e apropriações acerca da escolaridade.

Para Souza (1998), materiais e mobiliário revelam hábitos, padrões e costumes sociais que se pretendia disseminar nos sujeitos. A ordem e a organização do espaço, dessa maneira, podem ser instituídas pela localização, forma e constituição do mobiliário ali presentes. Mas e como se configurava a organização espacial das aulas do município?

8 CAXIAS DO SUL. Ato nº 11 de 1º de fevereiro de 1898. Arquivo Histórico João Spadari Adami, 1898.

Luchese (2015, p. 335), ao argumentar sobre os mobiliários do interior das escolas em Caxias do Sul, indica que

Em seu interior, havia um estrado na parte frontal da sala, sobre o qual ficava o quadro-negro e, às vezes, também a mesa do professor, além de uma cadeira com braços. Vinham depois as classes (bancos/mesas) de madeira, enfileirados. Na entrada, ficava um cabide, um barril de água e uma caneca esmaltada. Quase todas as aulas públicas possuíam, também, um armário.

Os vestígios desses materiais, encontrados nas fontes documentais utilizadas nesta pesquisa, permitem reforçar esse cenário descrito anteriormente, com seus espaços sendo constituídos por um conjunto de elementos, sejam simples ou complexos. Nesses documentos pouco se fala sobre as características desses objetos, havendo poucas referências descritivas de sua forma ou constituição. Alguns detalhes vinham acrescentados para que se possa pensar em sua composição formal, como é o caso das cadeiras com braços e do armário de cedro com vidro envernizado; outras aparecem de uma maneira tão genérica que convida o pesquisador a pensar que havia uma espécie de formalidade instituída no que diz respeito à construção desses móveis – medidas, materiais, acabamentos. Em um único documento de 1895, identificado no acervo do Arquivo Histórico João Spadari Adami, há menção de características físicas mais específicas do mobiliário⁹: armário de cedro com vidro envernizado, mesa de cedro envernizada.

Para Silva, Mendes de Jesus e Ferber (2012, p. 150), ao considerar os objetos escolares como ponto de análise, é importante que se pondere que eles são uma construção social, e que

[...] o desafio é não atribuir finalidade ao objeto, como se ele pudesse falar por si próprio, mas realçar a necessidade de recompor partes dos cenários e identificar formas e forças, formas de uso, forças que impõem, disponibilizam ou não um objeto ou um grupo deles para determinado grupo ou lugar, articulando-os, sempre que possível, com a indústria que os sustenta, seja pela comercialização das ideias, seja pela comercialização mesmo dos produtos.

⁹ Este documento é um orçamento de fornecimento de material entregue à Intendência por Julio João Montanari, em 1895, onde consta, entre outros objetos, os descritos no texto.

Essa articulação, que estabelece também uma relação de poderes, permite que se construa uma abordagem a respeito da apropriação dos usos desses elementos no contexto escolar do município. O Quadro 1 apresenta os itens de mobiliário identificados nos documentos, organizando-os em uma classe que se refere ao seu uso, e a descrição com que ele era indicado nas correspondências.

Quadro 1 – Mobiliário presente nas salas de aula

Uso	Descrição
Armário	Armário
	Armário de cedro com vidro envernizado
	Armário para livros
Banco	Banco
	Banco para escrivaninha
	Banco para meninos
	Banquinho para assento
	Banco para talha
Cabide	Cabide
	Cabide para chapéus
Cadeira	Cadeira
	Cadeira simples
	Cadeira de braço
	Cadeira de braço para o professor
Carteira	Carteira
Cavalete	Cavalete
Classe	Classe
Escrivaninha	Escrivaninha
	Escrivaninha com tinteiro
	Escrivaninha com tinteiro de chumbo
Estrado	Estrado
	Estrado para mesa
Mesa	Mesa
	Mesa para professor(a)
	Mesa de cedro envernizada

Fonte: Elaborado pelos autores (2019).

O mobiliário que aparece nas solicitações e nos inventários configura-se nos elementos básicos para a organização das salas de aula: os móveis

para o professor e os móveis para os alunos, além de também aparecer nessa lista alguns elementos que funcionam para a organização do ambiente e encontram-se datados, como o caso dos cabides, que serviam, como a sua própria descrição permite estabelecer, para acomodar os chapéus.

Antes de pensarmos na configuração desses objetos, é necessário que se pense nesse espaço escolar, em sua maioria prédios de madeira alugados ou erguidos pelos próprios colonos, e, em muitas vezes, em salas emprestadas ou alugadas¹⁰, que circundavam e, de certa maneira, também limitavam os elementos móveis de seu interior. Como, então, pensar na organização da disposição dos móveis em ambientes que não seguiam nenhum tipo de padronização?

As más condições desses espaços foram, muitas vezes, motivos de reclamações por parte de professores, sendo que, em muitos casos, o município e o Estado não disponibilizavam local adequado para o ensino, ficando a cargo dos professores os custos com o espaço escolar, como identificado no excerto retirado do Jornal O Popular (1929):

Pois bem, até hoje a searas destinadas às aulas públicas só percebem as quantias marcadas em lei de cerca meio século atrás, para aluguel, água e vassoura. Como uma sala para escola em meios populosos precisa de espaço, ar, luz e dependências exteriores, resulta que um professor público fica obrigado a custear o acréscimo dessa despesa com seus exíguos vencimentos. Se, em todos os sentidos vêm melhorando as condições da instrução pública estadual, é extranhável que este pequeno detalhe tenha permanecido estacionário, apesar de ir se tornando intolável.

Percebe-se no trecho acima o envolvimento dos professores em melhorias da materialidade das aulas públicas quando não havia a intervenção custeada pelo município nem pelo Estado, e em como as dificuldades vivenciadas no cotidiano destes sujeitos eram adversas ao ideal positivista.

10 Esta pesquisa não se deterá nos aspectos arquitetônicos das casas-escolas de Caxias do Sul; para colaborar com a construção desse cenário que se relaciona com os aspectos móveis (mobiliário e demais objetos do interior dessas salas de aula), esta pesquisa se ancorou nas pesquisas já realizadas por Luchese (2015).

Em outros casos, a própria população fazia o reclame desses ambientes, como exemplificado no trecho do Jornal Correio do Município (1914).

Escola publica – Fomos informados que a aula publica regida pela professora Ilda Verkhaner Kretz, sita no Lageado, 1º districto deste municipio, está funccionando em um galpão de taboas, sem luz e ar, e que servia de gallinheiro. Diz mais o nosso informante que o referido galpão está em ruinas. Chamamos a attenção do sr. Presidente do conselho escolar para esse inqualificavel abuso.

Neste caso, a comunidade se torna um sujeito ativo das relações de poder que se constituem na esfera da instrução pública do município, intercedendo em prol de melhores condições das aulas públicas, reivindicando uma materialidade mínima para a escolarização de suas crianças.

Além da problematização sobre como padronizar esses espaços, esses trechos também incutem outros questionamentos: como pensar na organização interna desses lugares que muitas vezes eram inadequados à atividade? Como os mobiliários solicitados, e também os que aparecem nas relações de materiais existentes, eram organizados nesses espaços? Quais eram as orientações dadas aos professores para a organização e disposição dos móveis?

Para Luchese (2015, p. 342), havia diferenças significativas no espaço e na materialidade existente nas escolas isoladas, nas escolas elementares e nos grupos escolares, sendo que “a presença de ambientes educativos, como: biblioteca, secretaria, sala de direção, museus, turmas seriadas, existiu tão somente em colégios elementares e em alguns grupos escolares”. Isso fica visível pelos exemplos de mobiliários solicitados: a tentativa de organizar alguns materiais, como, por exemplo, com o uso dos armários para os livros, permite que se pense na adaptação necessária para tornar esses espaços aptos à pedagogia moderna. Percebe-se, portanto, que é possível tecer uma narrativa que coloque em foco a compreensão da escolarização e das práticas escolares utilizando o mobiliário como cerne de problematização: os professores, muitas vezes em situações de precária materialidade dos ambientes escolares, utilizavam para o ensino escolar o que estava ao seu alcance, o que era fornecido também por um poder público que enfrentava dificuldades

orçamentárias para disponibilizar materiais e provimentos para as aulas (FORMOLO; HERÉDIA; RAMOS, 1998).

A empiria nos permite identificar diferentes tipos de móveis: os destinados ao uso dos professores e o destinado ao uso dos alunos. Cadeiras passam a se tornar representações de relações de poder no momento em que são utilizadas como objetos distintivos nas aulas; as cadeiras de braços, no contexto escolar, tornam-se elementos que diferenciam a figura do professor. Em geral, as solicitações de cadeiras de braços aparecem em quantidades significativamente menores que as cadeiras simples ou os bancos, colaborando para reforçar o destino de seu uso. Para Silva e Castro (2012, p. 170), “bancos e cadeiras ordenavam espaços e sujeitos dentro de um universo delimitado. Na escola, mesa e cadeira encontraram força singular que as transformaram em objetos com atuação direta na higiene do corpo [...]”.

Essa mesma distinção acontece com as mesas que são direcionadas ao uso dos professores: sempre em menores quantidades, distinguem-se das carteiras, classes e escrivaninhas, estas destinadas ao uso dos alunos. Na relação de objetos existentes na aula da “6ª Légoa da Villa de Caxias”¹¹, em 1892, o professor Miguel Affonso Soares Dutra lista os seguintes objetos e suas respectivas quantidades: seis escrivaninhas; seis bancos; uma mesa; um estrado; três cadeiras. Essa relação nos permite pensar que as escrivaninhas e os bancos eram de uso dos alunos, enquanto a mesa e a cadeira eram de uso do professor. A solicitação de três cadeiras pode ser explicada por meio da análise de Luchese (2015), que traz a possibilidade das demais cadeiras serem um indício do mobiliário utilizado para o professor “tomar a lição” individualmente dos alunos, que passam do banco, seu espaço comum do cotidiano, para uma cadeira ao lado da mesa do professor.

Outra questão levanta-se com a relação acima mencionada: a quantidade de mesas e bancos inventariados nos permite pensar que esses mobiliários não eram de uso individual – essas escrivaninhas e seus respectivos bancos eram fabricados de modo que diversos alunos pudessem utilizá-las, referência essa que fica evidente por meio de pesquisas já realizadas a respeito das carteiras escolares. As quantidades de materiais também podem ser observadas no Ato n. 11, que apresenta a tabela das despesas, incluindo a aquisição de 18 classes,

11 CAXIAS DO SUL. Fundos Arquivos da Prefeitura Municipal. Subfundos Patrimônio. Relação de material escolar. 1890-1927 Arquivo Histórico João Spadari Adami, 1890-1927.

18 bancos, três mesas, três armários e nove cadeiras, sendo esses materiais destinados às três aulas públicas que funcionavam, corroborando para as quantidades apresentadas pelo professor Miguel Affonso Soares Dutra.

Além de conformar as crianças perante o ideário positivista de disciplina, moral e higiene, os móveis solicitados também nos permitem pensar na figura do professor como central a partir do uso dos estrados nas salas de aula. Os estrados, por exemplo, possibilitavam ao professor uma posição privilegiada: “ordenados em fileira, de frente para o professor que, sobre o estrado, controlava e transmitia conhecimentos, punia atitudes consideradas inconvenientes, os alunos eram formados para saber ler, escrever e calcular” (LUCHESE, 2015, p. 338). A existência desses elementos em sala de aula permite identificar certas condutas que podem ser mapeadas pelos vestígios dessa cultura material, permitindo que se pense em uma recorrência de padrões.

A cultura se constitui numa espécie de agregado coerente de condutas, normas e valores, que dava coesão à vida social, tanto no plano coletivo como no das subjetividades. Isso era particularmente visível na ordem das estruturas, se se examinava do ponto de vista comunitário; e dos hábitos, se se analisava os comportamentos dos indivíduos. Estruturas e hábitos garantiram, desse modo, a réplica e a previsibilidade dos padrões configuradores de toda cultura (ESCOLA-NO BENITO, 2017, p. 110).

Para pensar nesse espaço que se desvela a partir dos elementos que ali eram colocados e relacioná-lo com padrões e condutas é importante que aqui se fale não apenas da mobília, mas também de outros objetos que participaram na organização e composição do ambiente escolar: a existência dos materiais que permitiam a organização do cotidiano também se faz representada nos documentos que compõem a empiria desta pesquisa. São livros de matrícula e de escrituração das aulas; livro expediente e livro para marcar o grau da instrução dos alunos; livros de atas e visitas; talha para água, barril e caneca; espanador para a limpeza; campanhas para determinarem os tempos escolares; ornamentos como as tabuletas com as Armas da República e com o emblema nacional; regimentos internos: todos esses objetos que compartilhavam o espaço com os móveis, constituíram o espaço escolar,

marcavam uma ordem específica para o contexto das aulas públicas. Para Luchese (2015, p. 341),

O espaço da sala de aula permite pensar sobre a rotina, o cotidiano escolar, sobre as relações de poder estabelecidas, os conhecimentos e os valores embutidos na disposição da mobília, dos retratos, dos quadros, das bandeiras. Eram elementos simbólicos que educavam e dos quais os sujeitos se apropriavam, fazendo uso deles.

Os materiais que se fazem presentes em diferentes locais nesse mesmo período permitem que se discuta também sobre elementos que compõem a cultura política da escola, que, sob a perspectiva de Escolano Benito (2017, p. 122), “expressa, sem dúvida, uma determinada modalidade de cultura: a da escola como organização institucional”, materializada por meio das escolhas dos materiais didáticos utilizados para a instrução pública.

Nesse contexto, no período que relaciona os anos iniciais da Primeira República com o sistema de ensino em fase de estruturação no município de Caxias do Sul, percebe-se a necessidade do ambiente escolar, seja ele uma iniciativa da comunidade, seja por intermédio da intendência, como um elemento no processo de aculturação dos imigrantes.

Nessas práticas e espaços que se configuram a partir do ordenamento político e social da época, há uma maneira de fortalecer a representação de patriotismo, de civismo; são esses elementos, de cunho simbólico, que possibilitavam uma troca – ao mesmo tempo em que educavam os sujeitos, também eram passivos de apropriação por meio da forma como esses sujeitos faziam uso deles (LUCHESE, 2015). É essa interação que permite que se assume a materialidade como um elemento dinâmico na cultura escolar.

Esses materiais servem como vestígios do cotidiano escolar, permitem construir uma narrativa de extremos a respeito da escolarização, da adaptação do ideal pedagógico e do modelo de ensino dos grupos escolares à realidade das aulas públicas e de como os hábitos e costumes sociais que deveriam ser instituídos e disseminados eram representados por meio dos objetos materiais a que essas escolas tinham acesso. Faz-se necessário refletir sobre como as representações de ordem, higiene e civilidade eram trabalhadas a partir do que se possibilitava aos professores e alunos do município.

Considerações finais

A modernização pedagógica prevista com os modelos de colégios elementares necessitou de adaptações dentro do contexto das aulas públicas, impactando nas práticas de ensino e na materialidade desses locais, seja por meio do mobiliário que organizava as salas, seja por meio dos livros e cartilhas adotados pelos professores, seja pelo uso de materiais pedagógicos – a configuração desses locais demandou ajustes na política educacional, repercutindo na cultura escolar resultado desses processos.

Além dos materiais utilizados para a escrita, os móveis escolares também instituíam ordem, organização e disciplina no ambiente escolar. Carteiras, mesas, bancos, estrados e armários eram dispostos a fim de caracterizar o tipo de ambiente e distinguir os espaços de cada sujeito. Havia móveis para professores e para alunos; a lógica centralizadora definia a figura do professor como alvo da atenção dos alunos que, enfileirados, dividiam suas carteiras com outros alunos, observando o professor em uma posição mais alta em função do uso do estrado. A fim de conformar corpos e doutrinar mentes, o mobiliário da sala de aula tinha a função de impor a organização do espaço, funcionando como dispositivos facilitadores do controle dos alunos por parte dos professores. Há, portanto, tanto organização do ambiente como a instituição de condutas escolares relacionadas com os usos desses móveis escolares.

Os vestígios de uma cultura material presentes nas escolas de Caxias do Sul se fazem constituintes da historicidade desse município, para construir uma narrativa acerca da escolarização e das relações que se estabeleceram entre o contexto político, social, cultural e educacional da região. Como afirmam Silva, Mendes de Jesus e Ferber (2012, p. 150), construir essas relações é “realçar a necessidade de recompor partes dos cenários, identificar formas e forças, formas de usos, forças que impõem, disponibilizam ou não um objeto ou um grupo deles para um determinado grupo ou lugar”. Articular essas relações é tecer possibilidades de compreender a materialidade representada pelos espaços e pelos objetos como parte da constituição da identidade da escola primária de Caxias do Sul.

As solicitações e correspondências trocadas entre inspetor e professor também fornecem pistas de como os docentes eram reconhecidos perante a comunidade. A representação de autoridade construída

em torno desses sujeitos pode ser reiterada a partir do endosso da comunidade ao fortalecer os pedidos por melhorias na instrução pública e até mesmo pela imprensa local ao possibilitar que professores se manifestassem em prol de condições mais favoráveis.

É possível sustentar que as aulas públicas de Caxias do Sul careciam, muitas vezes, de materiais essenciais para se legitimar a pedagogia moderna prescrita pelos positivistas. Os inventários dos materiais presentes nas aulas públicas permitem que se fale em certa estrutura para o ensino: havia mobiliário, presença de material didático e objetos para escrita. O que se percebe, em contrapartida, é a sua precariedade. As quantidades desses objetos muitas vezes não se faziam suficientes perante a quantidade de alunos que frequentavam as aulas, perceptível pela recorrência em solicitações.

Referências

BURKE, P. Abertura: a Nova História, seu passado e seu futuro. In: BURKE, P. **A escrita da História: novas perspectivas**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.

CAXIAS DO SUL (RS). **Ato nº 11 de 1º de fevereiro de 1898**. Arquivo Histórico João Spadari Adami, 1898.

CAXIAS DO SUL (RS). Fundos Arquivos da Prefeitura Municipal. Subfundos Patrimônio. **Relação de material escolar 1890-1927** Arquivo Histórico João Spadari Adami, 1890-1927.

CHARTIER, R. *À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietudes*. Porto Alegre: Ed. Universidade, 2002.

CHARTIER, R. **A história cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: DIFEL, 1990.

CHARTIER, R. O Mundo como Representação. **Estudos Avançados**. São Paulo, v. 5, n. 11, p. 173-191, jan./abr. 1991.

CORSETTI, B. Cultura política positivista e educação no Rio Grande do Sul/Brasil (1889/1930). **Cadernos de Educação**, FaE/PPGE/UFPel, Pelotas [31]: 55- 69, julho/dezembro 2008.

ESCOLANO BENITO, A. **A escola como cultura: experiência, memória e arqueologia**. Campinas: Alínea, 2017.

ESCOLANO BENITO, A. La cultura material de la escuela. In: ESCOLANO BENITO, A. **La cultura material de la escuela**. En el centenario de la Junta para la Ampliación de Estudios, 1907-2007. Soria, ES: Berlanga de Duero, 2007.

FARIA FILHO, L. M. Instrução Elementar no século XIX. In: LOPES, E. M. T.; FARIA FILHO, L. M.; VEIGA, C. G. **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

FORMOLO, M. V. D. V.; HERÉDIA, V. B. M.; RAMOS, F. **Retratos de um saber: 100 anos de história da rede municipal de ensino de Caxias do Sul**. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, 1998.

GOUVEA, M. C. S.; SCHUELER, A. F. M. Condições de instrução da infância: entre a universalização e a desigualdade. In: ARAÚJO, J. C. S. SOUZA, R. F.; PINTO, R. M. N. **Escola Primária na Primeira República (1889-1930): subsídios para uma história comparada**. Araraquara, SP: Junqueira&Marin, 2012.

JORNAL CORREIO DO MUNICÍPIO, [S. I.], ano XII, n. 330, 6 jul. 1914.

JORNAL O COSMOPOLITA, [S. I.], ano II, n. 56, 30 ago. 1903.

JORNAL O POPULAR, [S. I.], ano I, n. 25, 23 maio 1929.

LUCHESI, T. A. **O processo escolar entre imigrantes no Rio Grande do Sul**. Caxias do Sul: Educus, 2015.

PERES, E. T. **Aprendendo formas de pensar, de sentir e de agir: a escola como oficina da vida: discursos pedagógicos e práticas escolares da escola pública primária gaúcha – 1909-1959**. 2000. Tese (Doutorado em Educação) – FAE/UFMG, Belo Horizonte, 2000.

PESAVENTO, S. J. **História e História Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014.

PIMENTEL, A. O método da análise documental: seu uso numa pesquisa historiográfica. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 114, p. 179-195, nov. 2001.

POSSAMAI, Z. R. Uma escola a ser vista: apontamentos sobre imagens fotográficas de Porto Alegre nas primeiras décadas do Século XX. **História da Educação**, ASPHE/FaE/UFPel, Pelotas, v. 13, n. 29 p. 143-169, set./dez 2009.

SILVA, Vera. Lúcia Gaspar da.; MENDES DE JESUS, C.; FERBER, L. P. O mínimo necessário: mobiliário escolar de escolas isoladas (Santa Catarina, 1910-1920). In: SILVA, V. L. G. da ; PETRY, M. G. **Objetos da escola**: espaço, e lugares de constituição de uma cultura material escolar (Santa Catarina – Séculos XIX e XX). Florianópolis: Insular, 2012.

SILVA, Vera. Lúcia Gaspar da.; CASTRO, R. X. S. Cultura material da escola: entram em cena as carteiras. In: SILVA, V. L. G da ; PETRY, M. G. **Objetos da escola**: espaço, e lugares de constituição de uma cultura material escolar (Santa Catarina – Séculos XIX e XX). Florianópolis: Insular, 2012.

SOUZA, R. F. **Tempos de civilização**: a implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo (1890-1910). São Paulo: UNESP, 1998.

SUCUPIRA, N. O Ato Adicional de 1834 e a descentralização da educação. In: FÁVERO, O. **A educação nas Constituintes Brasileiras – 1823-1988**. Campinas, SP: Autores Associados, 2005.

VIDAL, D. G.; SILVA, V. L. G. da. Por uma história sensorial da escola e da escolarização. In: CASTRO, C. A. **Cultura material escolar**: a escola e seus artefatos (MA, SP, PR, SC e RS) – 1870/1925. São Luís: EDUFMA: Café & Lápis, 2011.

Recebido em: julho/2020

Aceito em: setembro/2020

Uma Nova Cultura Escolar: a implementação de espaços e de mobiliários no Grupo Escolar de Lavras – MG

Jardel Costa Pereira¹

Jefferson da Costa Moreira²

RESUMO

Esta pesquisa se propõe a investigar e a compreender a implementação dos mobiliários escolares na instalação do Grupo Escolar de Lavras, cidade localizada na Região Sul do Estado de Minas Gerais, a partir da reforma da educação pública primária iniciada no governo João Pinheiro no ano de 1906. Neste estudo, será utilizada a metodologia bibliográfica e documental³ para fundamentar as reflexões apresentadas, considerando como principais referenciais Faria Filho (2000; 2002), Gatti Júnior (2000) e Costa (1907; 1908; 1913). A partir disso, ao percorrer esse itinerário educacional, observou-se que os resultados apontaram que esse grupo escolar acompanhou a ordenação de uma nova cultura escolar, rica e complexa, com os elementos que a compõem como um fenômeno que educa, seja por meio dos tempos, dos espaços, dos sujeitos e dos conhecimentos escolarizados.

Palavras-chave: Grupo Escolar. História da Educação. Mobiliário Escolar.

1 Doutorado em Educação Escolar pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - UNESP. Pós-doutorando pela Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Professor do Curso de Pedagogia da Universidade do Estado de Minas Gerais, na Unidade Acadêmica de Leopoldina. Pesquisador nas áreas: Instituições Escolares, Filosofia e Práticas Pedagógicas; História da Educação Brasileira (séculos XIX e XX); Cultura Escolar, dentre outras. Membro fundador do Grupo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas de História e Educação (GIEPHE), da Universidade Federal de Lavras (UFLA). Membro do Grupo de Pesquisa em História da Educação (GEPHE) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e do Núcleo de Pesquisas da Universidade Estadual de Minas Gerais (UEMG). Pesquisador da Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais (FAPEMIG). ORCID: <http://orcid.org/0000-0003-0978-2873>. E-mail: jardelcostper@gmail.com.

2 Graduando em Filosofia na Universidade Federal de Lavras (UFLA), na modalidade de licenciatura. Integra o Grupo Interdisciplinar de Estudo e Pesquisa em História da Educação (GIEPHE/UFLA) e o Grupo de Pesquisa Movimento, Sabedoria, Ideias e Comunhão (MOSAICO/UFLA). Bolsista PIVIC/UFLA. ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-0612-4296>. E-mail: jeffcostmoreira@gmail.com.

3 Optou-se por manter a grafia original presente nos documentos que foram pesquisados e transcritos neste artigo.

A New School Culture: the implementation of spaces and furniture in the School Group of Lavras – MG

ABSTRACT

This research aims to investigate and understand the implementation of school furniture in the installation of Grupo Escolar de Lavras, a city located in the southern region of the State of Minas Gerais after the reform of primary public education initiated in the João Pinheiro government in 1906. Are benefited in this study, for the substantiate the reflections presented, the bibliographic and documentary methodology, considering the main references such as Faria Filho (2000; 2002), Gatti Júnior (2000) and Costa (1907; 1908; 1913). From that, as we went through this educational itinerary, the results showed that this school group followed the ordering of a new school culture, rich and complex, with the elements that compose it as a phenomenon that educates, whether through time, spaces, subjects and schooled knowledge.

Keywords: School Group. History of Education. School Furniture.

Una Nueva Cultura Escolar: la implementación de espacios y muebles en el Grupo Escolar de Lavras – MG

RESUMEN

Esta investigación tiene como objetivo investigar y comprender la implementación del mobiliario escolar en la instalación del Grupo Escolar de Lavras, una ciudad ubicada en la región sur del estado de Minas Gerais después de la reforma de la educación pública primaria iniciada durante el gobierno de João Pinheiro en 1906. Son privilegiados en este estudio, para apoyar las reflexiones presentadas, la metodología bibliográfica y documental, considerando las principales referencias como Faria Filho (2000; 2002), Gatti Júnior (2000) y Costa (1907; 1908; 1913). Con base en eso, a medida que avanzamos en este itinerario educativo, los resultados mostraron que este grupo escolar siguió el orden de una nueva cultura escolar, rica y compleja, con los elementos que la componen como un fenómeno que educa, ya sea a través del tiempo, espacios, asignaturas y conocimiento escolar.

Palabras Clave: Grupo escolar. Historia de la Educación. Mobiliario Escolar.

Introdução

Este trabalho debruçou-se sobre a educação pública primária mineira no período que vai dos primeiros anos ao final da segunda década do século XX, quando houve a afirmação de uma nova forma escolar no Estado de Minas Gerais. Sendo assim, investigou-se a organização de alguns espaços e seus mobiliários do primeiro Grupo Escolar da cidade de Lavras, a partir da reforma das escolas públicas primárias que ocorreu no Governo de João Pinheiro em 1906.

Entre os sujeitos recrutados para ocupação, organização e funcionamento do tempo e do espaço escolar, encontravam-se o diretor, os professores, os alunos e os demais funcionários. Atento à importância do resgate de todos esses atores sociais, foi de suma importância os escritos do diretor Firmino da Costa Pereira, já que foi por meio deles que se obteve parte das informações necessárias para a construção da organização do Grupo Escolar de Lavras, chegando ele próprio a indicá-los como referência:

Nos relatórios anteriores, que mereceram, todos eles, a honra da publicação oficial, tive os assumptos tinentes ao ensino primario. Esses meus estudos, graças à patriótica cooperação do governo estadual, têm sido de anno para anno postos em pratica no grupo escolar, que desde sua instalação, em 1907, venho dirigindo nesta cidade. (JORNAL MINAS GERAES, 1918, grifos nossos)

Os relatórios de Firmino Costa foram relevantes para a divulgação da importância do desenvolvimento da escolarização em Minas Gerais, principalmente por intermédio da imprensa, de livros, de revistas especializadas, além do periódico por ele criado, *Vida Escolar*, fonte principal para a escrita deste artigo.

Dessa forma, ao estudar a história do Grupo Escolar de Lavras, surgiu a ideia de contribuir de alguma forma para ampliar o conhecimento da população sobre o movimento de constituição de uma nova cultura escolar em Minas Gerais, movimento este experimentado nas duas décadas iniciais do século XX, pois, como afirma Faria Filho (2002 p. 34):

[...] é dessa escola que somos herdeiros, tanto quanto somos herdeiros e construtores da sociedade em que

ela se insere. É possível reinventá-la? Uma resposta positiva a esta questão é o que tem movido um grande número de estudiosos e professores ainda neste início de século XXI. Tal perspectiva tem perpassado os estudos históricos que, à sua maneira, têm contribuído em tal façanha buscando entender as várias formas de constituição da escola na sociedade brasileira.

As interpretações presentes no desenvolvimento de investigações no campo da história das instituições educacionais constituem a possibilidade de escrita de uma história da educação brasileira que seja capaz de considerar as particularidades regionais e as singularidades locais e institucionais, fundamentada em um conjunto de estudos monográficos rigorosos e criteriosos, elaborados, paulatinamente, nas diversas regiões brasileiras.

A história da educação brasileira tem sido reescrita em consequência do volume e da qualidade das pesquisas que têm sido feitas ultimamente, nomeadamente com a utilização de fontes primárias, o que poderá gerar novas sínteses que especifiquem os processos educacionais criados na imensidão que é o território brasileiro (GATTI JÚNIOR, 2000, p. 146).

A reforma do ensino primário de 1906: uma nova cultura escolar em Minas Gerais

Em 1906, João Pinheiro da Silva assumiu o cargo de presidente do Estado de Minas Gerais e nomeou Manoel Tomás Carvalho de Brito titular da Secretaria do Interior, responsável pela instrução pública. Devido à precariedade da Instrução Pública primária que ainda persistia nas “Escolas Isoladas” em razão dos baixos investimentos, as autoridades perceberam a necessidade de transformar um povo ignorante e sem cultura em pessoas instruídas e civilizadas, garantia consequente do progresso da nação republicana. Somando-se a esses fatores, encontrava-se ainda a existência de um movimento que vinha exigindo reformas no sistema educacional desde a Proclamação da República em 1889, o que fez com que esse governo colocasse em marcha a reforma do ensino primário.

Com a Lei n. 439, de 28 de setembro de 1906, que autorizava o governo estadual “[...] a reformar o ensino primário, o normal e o superior

do Estado”⁴ (MINAS GERAIS, 1906) e fixava as diretrizes genéricas, permitiu-se que se baixassem decretos que regulamentassem as mudanças na instrução primária. O Decreto n. 1.947, de 30 de setembro de 1906, aprovou o novo programa do ensino primário, e o Decreto n. 1.960, de 16 de dezembro de 1906, aprovou outro regulamento para a instrução primária e normal de Minas Gerais.

A principal novidade trazida por essa Reforma foi a instituição dos grupos escolares como nova forma de organização do ensino primário. Em 11 de novembro daquele ano, instalou-se o primeiro Grupo Escolar de Minas, em Belo Horizonte, formado a partir da agregação de escolas isoladas. Dessas escolas, deveriam ser aproveitados os professores disponíveis que, formados na Escola Normal, estariam classificados em três categorias: efetivos, adjuntos e substitutos.

O Regimento Interno dos grupos escolares foi aprovado pelo Decreto n. 1.970, de 3 de janeiro de 1907, e a Lei de 28 de setembro de 1906 estabeleceu diretrizes para o ensino público em geral e normas especiais para os cursos primário e normal. Entre as principais novidades, encontrava-se a tentativa de impor a obrigatoriedade da matrícula e de frequência da criança no ensino primário, que deveria ser gratuito e difundido em todas as regiões do Estado.

A Reforma propunha a criação facultativa de cursos técnicos no ensino primário, com proposta de auxílio aos alunos pobres que revelassem aptidões, possibilitando-lhes matrícula gratuita no Ginásio Mineiro ou em estabelecimentos equiparados.

Decretou-se, também, a criação de uma Escola Normal modelo, em Belo Horizonte, e de escolas normais regionais, que tinham como objetivo formar “bons professores”, com “qualidades pedagógicas indispensáveis”. Eles seriam fiscalizados por uma inspeção escolar em suas práticas pedagógicas, as quais deveriam ser baseadas no novo programa escolar, constituído de um método simples, prático e intuitivo.

Na reforma do ensino de 1906, previu-se tanto a construção, ou a adaptação e preparação dos prédios escolares, como a prescrição de

4 Nas cidades com número insuficiente de habitantes para a abertura de um Grupo Escolar com quatro salas de aula, continuariam funcionando as escolas isoladas públicas regidas por um programa de ensino específico, elaborado a partir da reforma de 1906. As escolas isoladas particulares também continuaram funcionando nas pequenas localidades e nas fazendas. Um artigo de Jacintho de Almeida, professor do Grupo Escolar de Lavras, relata que a situação dessas escolas particulares era a seguinte: não seguiam o programa de ensino, ministravam o ensino religioso e faziam ainda o uso da palmatória, além disso eram regidas por professores incompetentes (COSTA, 1908, p. 2-3).

um novo programa, com as “matérias” a serem ministradas e, ainda, as instruções de como elas seriam ensinadas e qual o método a ser utilizado para garantir o aprendizado dos alunos.

O novo programa prescrito (Decreto n. 1.947, 1906) incluía Leitura, Escrita, Língua Pátria, Aritmética, Geografia e História do Brasil, Instrução Moral e Cívica, História Natural, Física e Higiene, Trabalhos Manuais, Exercícios Físicos e Música Vocal. O programa era dividido entre quatro séries (ou anos) e as disciplinas ou matérias⁵ eram distribuídas por semestre.

Iniciou-se também a execução do Programa do Ensino Público Primário que adotou os métodos intuitivo⁶ e simultâneo⁷ com um ensino concêntrico⁸ – como no Estado de São Paulo. Ao analisar essa reforma, Faria Filho (2000) a caracterizou como um movimento de afirmação de uma nova forma de cultura escolar em que a reorganização da instrução primária com a criação dos grupos escolares significou,

[...] fundamentalmente, uma estratégia de atuação no campo do educativo escolar, moldando práticas, legitimando competências, propondo metodologias, enfim, impondo uma outra prática pedagógica e social dos profissionais do ensino através da produção e divulgação de novas representações escolares. (FARIA FILHO, 2000, p. 37)

Tratava-se do resultado de um movimento que já ocorrera nos Estados Unidos (1860), França (1868), Inglaterra (1870), Espanha (1898).

5 A palavra “matéria”, às vezes, era utilizada para designar os conteúdos a serem ensinados, mas também tinha o mesmo sentido que “disciplina”, como conteúdo de estudo. Como a palavra disciplina pode também designar ordem, organização, optou-se pela palavra “matéria” para referir-se a determinado conjunto de estudo, mas deve-se ficar atento quando a palavra “disciplina” for expressa como “matéria” por Firmino Costa ou pelo Programa de Ensino.

6 Esse método foi criado na Alemanha (final do século XVIII) por Basedow, Campe e Pestalozzi, que sofreram forte influência de ideias e da pedagogia de filósofos da época (Bacon, Locke, Hume, Rousseau, Rabelais, Comenius, Froebel e outros). Considerava-se como fundamento de todo conhecimento a intuição, a faculdade pela qual se adquiria conhecimento pelos sentidos e pela observação do objeto, que deveria ser abordado de maneira indutiva, partindo do particular para o geral ou, desconhecido o objeto, passava-se a conhecê-lo, indo do concreto para o abstrato (SOUZA; VALDEMARIN; ALMEIDA, 1998). Essa maneira de abordar encontrava-se no manual *Lições de Coisas*, que orientava os pais, professores e alunos a como ensinar pelo Método Intuitivo (RESENDE *et al.*, 2002, p. 442).

7 A criação desse método é atribuída a Jean-Baptiste de la Salle. Por esse método, o ensino deveria ser ministrado coletivamente para um grupo de 40 ou até 60 alunos num único momento, quando o professor era quem apresentava a matéria a ser estudada. Esse método tornou-se mais conhecido a partir do final do século XVII, diferenciando-se do método individual, que se ensinava a um único aluno (FARIA FILHO; BASTOS, 1999).

8 O programa do ensino das matérias abrangia todas as matérias, concomitantemente, numa mesma série e em séries que se seguiam imediatamente a outra.

No Brasil, aconteceu primeiramente no Estado de São Paulo (1893) e, em seguida, no Rio de Janeiro (1896). O processo de instalação dos primeiros grupos escolares em São Paulo foi explorado por Rosa Fátima de Souza que o denominou “a universalização do ensino primário”, quando “[...] a escola primária foi ‘(re)inventada’: novas finalidades, uma outra concepção educacional e uma outra organização do ensino” (SOUZA, 1998, p. 21).

Ressignificando os prédios: produzindo um outro espaço escolar

Quanto ao local onde funcionaria o Grupo Escolar, um dos aspectos diz respeito ao Programa Oficial do Governo que traçou normas de construção e de adaptação dos primeiros prédios que deveriam obedecer a regras de higiene. Para Firmino Costa, a profilaxia seria a medicina do futuro que marcaria definitivamente a diferença das escolas de antes e depois da Reforma João Pinheiro: “É dos nossos dias a escola installada em sala pequena, escura, mal iluminada, paredes brancas de cal onde os raios de sol reverberam nos olhos da meninada um excesso de luz que offusca [...]” (COSTA, 1907, p. 1). Esse relato informa que a precariedade das escolas atingia não somente as escolas isoladas que funcionavam em casas particulares, mas também se fazia presente nas escolas primárias que tinham espaço próprio e público.

A reforma dos prédios mostra a transformação da *Casa do Colégio* e da *Casa de Instrução* – termos análogos à casa de Deus, à casa do comércio e à casa de família – que se distinguiriam das demais casas e se transformariam em um único prédio, agora para abrigar o novo modelo, o Grupo Escolar⁹, que deveria seguir um único regulamento, respeitando princípios de higiene: as salas espaçosas¹⁰, a luz natural entrando pelo plano lateral esquerdo, graças às janelas altas e largas e “[...]”

9 Faria Filho (2000), ao acompanhar o movimento de escolha do nome que melhor expressaria essa mudança, lembra que a denominação “grupo escolar” no início foi rejeitada por dar a ideia de reunião de escolas, o que não representava a verdadeira identidade que se queria imprimir à nova instituição escolar que era de uma escola inserida na cidade, no mundo urbano, fazendo parte de um processo de modernização e urbanização. Na cidade de Lavras, onde já existia um agrupamento das escolas isoladas na “Casa de Instrução e do Colégio”, com a reforma de 1906, foi preciso abarcar os dois prédios, em um quarteirão, para transformá-los em grupo escolar, o que representou, além de uma materialização de modernização, a realização dos ideais republicanos de progresso (FARIA FILHO, 2000, p. 38).

10 No Grupo Escolar de Lavras, as salas não tiveram uma similitude. O tamanho variava de 7 a 9 metros de comprimento por 4 a 8 metros de largura, e algumas possuíam duas, três e, até mesmo, seis janelas.

todos os compartimentos são forrados e assoalhados, com janelas envidraçadas, as paredes pintadas de azul ou de verde-claro [...]” (COSTA, 1907, p. 1), deixando-as mais coloridas e, ao mesmo tempo, reforçando a claridade.

Seguir os preceitos higiênicos tornou-se uma preocupação obsessiva das autoridades republicanas a partir do momento em que se reuniram, em um único lugar, centenas de crianças. A arquitetura, a distribuição do tempo, o programa de ensino e o código de disciplina deveriam funcionar para que esses preceitos fossem cumpridos e atingissem os corpos das crianças, como afirmou Vago (2002, p. 93): “A tentativa era, enfim, a de civilizar os seus corpos, representados como portadores ambulantes dos vícios e males que se queria combater”.

Com a reforma e a adaptação, cada prédio ficou com uma única entrada, separados por um muro: “A entrada principal do edifício fica do lado da Rua Mata-Cabrito,¹¹ em um muro que liga os dois prédios, havendo na mesma rua também uma porta de entrada para a casa do fundo” (COSTA, 1907, p. 1). Nessa perspectiva, no primeiro prédio, que antes era a *Casa de Instrução*, funcionariam as aulas para alunas do sexo feminino e na antiga *Casa do Colégio*, que ficava nos fundos, funcionariam as aulas para os alunos do sexo masculino.

Ambos possuíam o seu pátio de recreio com alpendres cimentados e banheiros. No primeiro edifício concentrou-se a sala do diretor, onde ficava um toucador¹² para as professoras, e, entre as cinco salas, havia outra destinada aos trabalhos manuais e um jardim para as meninas. No segundo, havia uma saleta de entrada, outro toucador e cinco salas de aula, além da sala destinada ao museu escolar.

A resignificação produzida nos espaços que eram, até então, da “Casa de Instrução” e da “Casa do Colégio” indicia o surgimento de uma nova cultura escolar que teve o seu marco inicial na mudança das estruturas dos edifícios, inaugurando-se outro momento em que os republicanos utilizaram a reforma educacional como propaganda que abarcou a ocupação dos espaços, chamando e despertando a atenção para a existência de um lugar próprio para a educação das crianças.

Do início da reforma do prédio para acolher a nova instituição escolar ao momento de instalação e inauguração, transcorreram-se de

11 Atual Rua Barbosa Lima.

12 Espécie de cômoda encimada por um espelho e que serve a quem se touca ou se penteia.

quatro a cinco meses de preparação. Em ofício enviado ao secretário do Interior, Manoel Tomaz de Carvalho Brito, em 3 de fevereiro de 1907, Firmino Costa relatou:

Comunico-lhe que o Grupo Escolar de Lavras não poderá instalar-se em 1º de março, conforme era seu desejo. Os serviços de adaptação do prédio são grandes, e pelo calculo do administrador das obras elles só ficarão concluidos em fins de março. Parece-me conveniente que o Governo trate desde já da remessa da mobília e mais utensílios para o Grupo. São precisas 150 carteiras para 300 alumnos. [...] Dr. Gammon oferece para fazer as carteiras. (SECRETARIA DO INTERIOR, 1907)

Com efeito, várias vezes, sua inauguração foi adiada em decorrência da falta de materiais que dependiam da Secretaria do Interior, como mostra o ofício enviado pelo futuro diretor do Grupo Escolar Firmino Costa à Secretaria do Interior, em 8 de abril de 1907:

[...] Devia eu installar o Grupo no dia 22 do corrente, mas não o posso fazer pela falta de remessa das carteiras e do material escolar [...] Espero que V. Excia. se digne providenciar com toda a urgencia para se poder installar o Grupo, visto como começa a produsir mau effeito ao publico a demora da inauguração, quando o predio já se acha completamente adaptado, tendo-se a Camara Municipal esmerado em tornal-o o mais proprio possivel aos fins a que ele se propõe. (SECRETARIA DO INTERIOR, SI 2829, 1907)

Depois da transformação do espaço físico, com a produção de outra arquitetura para abrigar o Grupo Escolar, houve a sua ocupação com objetos e símbolos dos ideais republicanos, como a bandeira nacional, que deveria ser hasteada todos os dias, tendo sido colocada uma haste “na sacada [da] terceira sala.” (COSTA, 1907, p. 4).

No salão de entrada, no prédio onde funcionaria as aulas do sexo feminino, além de uma “[...] mesa grande, cadeiras austriacas, uma estante, uma mesinha com uma caixa métrica [...]”, foram colocados também “um globo geographico, e nas paredes – quadros de museu escolar, mappa geomettrico e outros mapas [...]” (COSTA, 1907, p. 4), tendo muito mais suntuosidade do que a entrada do prédio destinado aos meninos.

Além das carteiras americanas, simples ou duplas, nas salas de aula, havia

[...] uma mesa de gaveta com cadeira e estrado para o professor, um quadro negro mural, uma talha d'água potável, um tympano de mesa, uma cesta para papéis, um tinteiro com descanço-caneta e outros pequenos utensílios escolares, existindo nas paredes um mappa do Brasil, um do Estado e outro da viação ferrea do Oeste e Sul de Minas. (COSTA, 1907, p. 4)

Esses objetos tinham como objetivo afirmar e expressar a cultura escolar que se queria impor.

As salas foram ocupadas igualmente, tanto para os meninos quanto para as meninas, mas outros objetos e o local em que foram colocados determinavam a separação e a especificidade para cada sexo:

No salão de entrada ha [...] um porta-guarda-chuvas com cabides para as meninas [...] e na entrada do predio do fundo encontram-se uma mesinha com cadeira para o porteiro e um porta-guarda-chuvas para os meninos. No alpendre do predio da frente fica um lavatorio com toalha para as meninas, e no alpendre do outro predio, alem do lavatorio para os meninos, ha quatro ordens de cabides numerados. (COSTA, 1907, p. 4)

No primeiro prédio havia um porteiro que ficava na entrada comunicando-se com o diretor por meio de uma campainha ligada ao seu gabinete, localizado no prédio das meninas, que também tinha uma sineta elétrica no salão da frente. Em seu escritório havia “[...] cadeiras [...] mesas, armario com objectos escolares, relógio, quadro com a planta da cidade, mappa [do municipio de Lavras] e outros mappas.” (COSTA, 1907, p. 4).

Parte do material escolar que Firmino Costa reclamou em abril de 1907 foi adquirida em junho daquele ano, como mostra a nota de compra. A propósito, a compra foi feita na Casa Comercial Firmino da Costa Pereira, de propriedade do diretor¹³. O orçamento foi enviado à Secretaria do Interior e o pagamento foi autorizado pelo Governo do Estado, conforme apresentado no Quadro 1.

¹³ Esse fato indica que com a morte de seu pai, capitão Antônio José da Costa Pereira no ano de 1899, Firmino Costa tornou-se o proprietário do estabelecimento.

Quadro 1 – Nota de compra de material escolar reclamada por Firmino Costa em abril de 1907

CASA COMMERCIAL DE FIRMINO DA COSTA PEREIRA

Fazendas, armarinhos, chapéus, roupas feitas, calçado, livros, papel, ferragens.

Praça municipal – Cidade de Lavras – Minas

Lavras, 26 de Junho de 1907.

Sr. Grupo Escolar de Lavras Compr _____

A praso de mez e na falta, mais o premio de um por cento ao mez pelo tempo que se conceder.

v	8	Tympanos electricos			v	102.	000
v	6	Caixas de giz branco	3500		v	21.	000
v	1	Caixa de giz de cor			v	6.	000
v	2	Caixas de lapis para lousa	1500		v	3.	000
v	1	Grosa de cannetas			v	5.	500
v	8	Dusias de lousas	8500		v	68.	000
v	2	Baldes para agua			v	7.	300
v	2	Pares de moringas	6000		v	12.	000
v	1	Pasta de oleado para papeis			v	6.	000
v	2	Novelos de fio de cor	600		v	1.	200
v	8	Tinteiros americanos			v	34.	000
v	1	Escrevaninha nichelada			v	28.	000
v	6	Copos com pé			v	5.	000
v	1	Dusia toalhas de algodão			v	10.	000
v	2	Vassouras americanas	2800		v	5.	600
v	4	Expansadores de cabelo	4600		v	18.	400
	5	Livros em branco 1/2500 3/3500 1/4500			v	17	500
	40	Cartilhas Nacionais	240		v	9	600
	30	Hilario, 2º livro	400		v	12	000
	50	Cadernos grupo escolar	160		v	8	000
v	1	Tesoura			v	4	500
v	1	Grosa de lapis para papel			v	8	500
v	1	Descanço cannetas			v	2	200
						395	300
1907		Transporte				395	300
	1	Carimbo de borracha				10	000
	5	Maria Guilhermina – Segundo Livro	2700			13	500
						418	800
	8	Toalhas e frute				96	000
	2	Dusias de cadeiras				290	000
Maio 10	2.70	Ms. de oleado	7000			16	900
	4.40	Ms. de retinela	1000			4	400
	1	Maço de taxas					700
	8	Canecas ferro agach				6	400
						833	200

Recebemos da Câmara Municipal desta cidade a importância de oitocentos e trinta e tres mil e dusetos réis.

Para seu documento passamos este e outro em duplicata com um só effeito.

Lavras, 26 de Julho de 1907. Carvalho Costa

Fonte: Secretaria do Interior (1907)

Mesmo não estando prontas as obras de adaptação do prédio, pois faltava ainda muito material, desde móveis até livros didáticos, a inauguração do Grupo Escolar foi marcada para 13 de maio de 1907, e,

com o passar do tempo, o Grupo foi se configurando conforme previa o Programa de Ensino dos Grupos Escolares, sendo aqui escolhido alguns tópicos dessa materialização, o Museu e a Biblioteca, que tiveram uma circulação de mobiliários escolares para espaços específicos.

Os objetos museológicos e a materialização do ensino

Na reforma do prédio para a instalação do Grupo Escolar de Lavras, uma sala foi reservada para o funcionamento do “museu” no edifício onde funcionariam as aulas do sexo masculino. No salão do museu, caso fosse espaçoso, poderia funcionar também a biblioteca, e ambos contariam com a ajuda de donativos, sendo que o dinheiro da Caixa Escolar somente poderia ser utilizado para a aquisição de livros e a aquisição de objetos para o museu deveria ser feita pelos próprios alunos. O Sr. Bernardino Maceira ofereceu o primeiro donativo: “uma collecção de 50 amostras de madeiras” do município de Lavras.

No relatório de 1908, Firmino Costa informou à Secretaria do Interior que o museu escolar não havia sido desenvolvido como ele queria, sendo que a instalação aconteceu somente em 1909:

[...] Museu [...] Para o museu escolar tenho conseguido alguns objectos. Como talvez seja fácil ao governo do Estado dotar o museu do grupo com algumas copias de quadros de nossa historia fotografias de brasileiros illustres e vistas de capitaes e cidades do Brasil, venho solicitar-vos esse valioso auxilio. (COSTA, 1908, p. 2)

O inspetor escolar Antonio Baptista dos Santos, quando enviou um relatório de inspeção de março de 1910 ao secretário Estevam Leite de Magalhães Pinto, fiscalizando o prédio do Grupo Escolar, registrou que a biblioteca já possuía muitos livros didáticos e pedagógicos de autores diversos, mas o museu contava com poucos objetos.

Em 1911, Firmino Costa diz ter gasto 8\$000 do dinheiro da Caixa Escolar adquirindo materiais para a biblioteca e para o museu, demonstrando que ele não cumpriu o que o regimento interno dos grupos escolares prescrevia, ou seja, a aplicação de recursos deveria ser somente para a aquisição de livros.

O programa de ensino prescreveu alguns objetos que deveriam fazer parte do Museu escolar, como “produtos agrícolas e industriais,

plantas, animais, minérios etc.” sendo que Firmino Costa, no relatório de 1912, elencou outros objetos que ele denominou “material didático útil para a transmissão do método intuitivo”:

Não podendo, porém, ir longe este processo directo do methodo intuitivo, revela servir-se tambem do processo indirecto para a organização do museu escolar. Além dos materiaes enumerados no regulamento da instrucção, parece-me serem necessarios ao museu os seguintes: gravuras coloridas para descripções oraes e escriptas; relogio escolar para conhecer as horas; mappamundi, planisferio e mappas das partes do mundo; vistas das principaes cidades do Brazil; diagrammas chorographicos de nosso paiz; quadros da historia patria e photographias de brasileiros illustres; maximas impressas de instrucção moral e civica; quadros contendo prescripções de hygiene, etc. (COSTA, 1913, p. 19)

Nesse mesmo ano foi publicado no livro de Firmino Costa, denominado *O Ensino Popular*, um artigo intitulado *Museu Escolar* em que o diretor, de maneira bem expressiva, caracterizou o museu como o corpo do ensino, especificando inúmeros materiais didáticos que poderiam fazer parte do programa de ensino, facilitando o aprendizado dos alunos:

[...] gravuras coloridas para descripções oraes e escriptas; relogio escolar para conhecer as oras; um mapa-mundi, um planispherio e mappa das cidades principaes do Brazil e de Minas; diagrammas chorographicos de nosso paiz; quadros de historia pátria e photographias de brasileiros illustres; máximas impressas de instrucção moral e civica; quadros contendo prescripções de hygiene, etc.’ (COSTA, 1913, p. 57)

No parecer do diretor, o Museu deveria fornecer recursos para que o ensino se tornasse o mais concreto possível, desde materiais utilizados pelos professores em sala de aula até “quadros de propaganda”, que deveriam ser espalhados pelos espaços escolares para ilustrar as várias formas de higiene que os alunos deveriam praticar:

Quando elle [o professor] dispuzer de um bom museu, como os viajantes das casas commerciaes dispõem, para os seus negocios, de um bom mostruario, só então o ensino primario terá preenchido cabalmente o seu fim. Ao governo estadual, auxiliado talvez pelas camaras municipaes, cabe dar ás escolas esse novo

impulso, fornecendo-lhes bons museus escolares.
(COSTA, 1913, p. 58)

Na aplicação desses recursos pedagógicos, o diretor escreveu, mostrando os recursos adquiridos no Grupo Escolar em 1913, e apresentou o próprio Grupo Escolar como um museu, com as paredes das salas de aula revestidas de mapas, quadros e fotografias para facilitar a aplicação do método intuitivo. No ano seguinte, muitas doações foram citadas no oitavo relatório enviado à Secretaria:

O museu escolar, que tão valioso auxilio presta ao ensino, foi enriquecido, no correr do anno, por varias dadas e aquisições. Do illustrado dr. Costa Sena, director da Escola de Minas, e do distincto engenheiro d. Maximiliano Escobar, receberam-se duas magnificas coleções mineralogicas. O prestimoso cidadão dr. Antonio Hermeto offertou diversas amostras de productos mineraes do municipio. O esforçado director do campo de demonstração desta cidade, sr. Agenor Correia, offereceu uma collecção de amostras de insecticidas e de adubos chimicos, devidamente acondicionados em vidros proprios. Uma esplendida collecção de amostras de café classificados e uma bellissima collecção de amostras de madeiras foram enviadas ao Rio pelo digno director da Agencia Geral das Cooperativas Agricolas, o sr. A. J. da Costa Pereira. O illustre filho de Lavras, sr. Gustavo de Aquino, teve a gentileza de mandar de São Paulo uma preciosa collecção de dezesete mappas historicos e quatro albums historicos de cartões postaes. O illustre sr. Coronel Augusto Salles, que no anno passado fez a importante dadiva de 25 pequenas carabinas, obsequiou o museu com uma collecção de moedas de prata, nickel e cobre. A exma. sra. d. Adelia Moraes fez presente de uma collecção de moedas de cobre. O benemerito lavrense, coronel Pedro Salles, concorreu com uma collecção de medalhas artisticas, contendo a effigie dos presidentes da Republica. Do sr. Tenente Arnaldo Cruz, considerado commerciante nesta cidade, obtiveramse quarenta cartões impressos, com os Deveres do alumno. O hábil desenhista sr. Anthenor Ministerio enviou dois mappas do Brasil, além de haver confecionado uma planta e orçamento para a construção de uma columna, destinada á Bandeira nacional. O sr. Otto Michalick fez gratuitamente não poucas inscrições no 'Salão Dr. Jorge', patenteando, por esta fórmula seu espirito generoso alliado á sua competencia de

pintor. Outras aquisições foram feitas como sejam as seguintes: collecção de quadros de gymnastica, idem de quadros sobre os primeiros socorros em casos de accidente, quadros referentes ao alcoolismo, quadros sobre o valor nutritivo dos alimentos, quadro sobre o cuidado dos dentes, uma collecção de imitações de pedras preciosas, outra de conchas, um thermometro, um relógio escolar, uma planta da Capital Federal, uma série de cartões postaes, diversos quadros com retratos e vistas, mappas geographicos, uma Bandeira nacional, modelos de dobramento de papel, cartões com amostras etc. (COSTA, 1913, p. 58)

Considerando um meio importante e eficaz para a execução do programa de ensino, o diretor apresentou, em 1915, para a aprovação da Secretaria do Interior e como prestação de serviço, uma divisão de objetos que comporiam um Museu Escolar e que os outros Grupos Escolares poderiam classificar e adquiri-los:

I. Arithmetica e geometria.

Carta de Parker. 2. Contador mecanico. 3. Balança com uma colleção de pesos. 4. Medidas metricas. 5. Nivel e prumo. 6. Mappa de systema metrico. 7. Relógio escolar. 8. Collecção de moedas. 9. Mappa geometrico. 10. Solidos geometricos. 11. Estojo de desenho.

II. Geographia e historia 1. Planta da localidade escolar e vistas da mesma. 2. Mappas do municipio da escola, de Minas e do Brasil. 3. Mappas da America do Sul e as partes do mundo. 4. Mappa-mundi, planispherio e panorama geographico. 5. Globo geographico. 6. Vistas das principaes cidades mineiras e brasileiras. 7. Bussola. 8. Objectos historicos da séde escolar. 9. Armas e utensilios de indios. 10. Collecção de mappas historicos do Brasil. 11. Retratos de brasileiros illustres. 12. Retratos de extrangeiros illustres. 13. Copias de quadros historicos de Pedro Americo, Victor Meirelles, Aurelio de Figueiredo, Bernardelli, Eduardo de Sá, Belmiro de Almeida, F. Monteiro, etc.

III. Reino animal.

1. Esqueleto de mamifero pequeno. 2. Ossos soltos, carne, sebo, sangue. 3. Couros, pello, lã, clina, cerdas. 4. Dentes, chifres, conchas. 5. Escamas, pennas. 6. Ovos e bicos de algumas aves. 7. Esqueletos de outros vertebrados. 8. Objectos fabricados de productos animaes, como botões, pentes, velas, etc. 9. Abelha, colmeia, mel, cera. 10. Bicho de seda e seus productos. 11. Pequenas collecções de insectos, preferindo-se os

exemplares dos uteis. 12. Ninhos, casa de João de barro, caixa de maribondo, etc. 13. Quadros de anatomia humana. 14. Quadros da classificação dos animais.

IV. Reino vegetal.

1. Folhas e flores em herbario. 2. Collecção de sementes. 3. Amostras de madeira. 4. Algodão, linho e canhamo, fios e tecidos. 5. Trigo, qualidades, espiga, farinha, pão, massas. 6. Milho, qualidades, espiga, sa-bugo, farinha, fubá, farello, maisena. 7. Feijão, variedades. 8. Arroz, beneficiado e em casca, farinha, fubá. 9. Mandioca, farinha, polvilho, biscoito. 10. Canna e beterraba, seus productos. 11. Café, em côco, beneficiado, torrado, moido, amostras das diversas qualidades e typos. 12. Chá, erva matte e cacau. 13. Uva e seus productos. 14. Oliveira, azeitona, azeite doce. 15. Côco da Bahia. 16. Cravo da India, canela, erva doce, noz moscada e baunilha. 17. Mamona e óleo de ricino, guaraná, ipecacuanha, jaborandy, salsaparrilha, sabugueiro e quina. 18. Borracha, suas applicações. 19. Gutta percha, gomma arabica. 20. Incenso, benjoim e camphora. 21. Anil, caparosa, campeche, açafrao. 22. Junco, vime, piassava, taquara e bambú, suas applicações. 23. Fumo, folhas, cigarro, charuto, rapé. 24. Carnaubeira, farinha, cera, folhas, etc. 25. Bananeira, folhas, flores, fructos, farinha, etc. 26. Castanha do Pará. 27. Pinheiro, fructo, farinha, resina. 28. Sobreiro, cortiça, rolhas.

V. Reino mineral.

1. Granito. 2. Marmore. 3. Argila, telha, tijolo. 4. Cal e areia. 5. Ocre, gesso, cimento. 6. Carvão de pedra e seus productos. 7. Petroleo. 8. Sal. 9. Potassa, sabão. 10. Graphite, lapis. 11. Ardosia. 12. Salitre, enxofre. 13. Ferro e aço, minerios e productos. 14. Cobre, zinco, chumbo, estanho, folha de Flandres, seus productos. 15. Ouro, prata, platina, aluminio, nickel. 16. Mercurio. 17. Imitações de pedras preciosas. VI. Physica. 1. 'Le nécessaire expérimental Chauvet', Libraire Payot et Cie., Paris. VII. Objectos e industrias. 1. Objectos de louça, porcelana, vidro e crystal. 2. Ladrilhos, azulejos, mosaicos, telhas de asbestos. 3. Amostras de tintas usadas para pintura de casa. 4. Utensilios para canalização d'água. 5. Collecção de sellos. 6. Papel e suas applicações. 7. Ferramentas e machinas de lavoura, em miniatura. 8. Amostras de adubos chimicos. 9. Desenhos ou miniaturas de meios de transporte; cavallo, carros, bycicletas, motocicletas, bonde, estrada de ferro, automovel; canóia, barco, navio, submarino; aeroplano.

VIII.

1. Collecções de productos naturaes e industriaes do municipio da sede escolar. (MINAS GERAIS, 1915, p. 21)

No novo plano de direção dos grupos escolares, o diretor apresentou como “[...] indiscutível utilidade a formação de um museu de productos locais [...]”, como meio de tornar conhecida “[...] a riqueza do município, tanto o natural, como o industrial [...]” (SECRETARIA DO INTERIOR, 1918), bem como a galeria de retratos como um recurso para homenagear os “[...] dedicados servidores do progresso local, além de ser um estímulo de aperfeiçoamento para os bons cidadãos” (SECRETARIA DO INTERIOR, 1918).

Estantes, mesas e cadeiras para a biblioteca

No boletim *Vida Escolar*, de 1º de setembro de 1908, uma comunicação informava aos leitores que em breve seria inaugurada a Biblioteca do Grupo Escolar de Lavras. Passado um mês, um artigo sem autoria, denominado “Bibliotheca”, publicado no boletim *Vida Escolar*, de 1º de outubro de 1908, antecipava que o lugar em que se instalaria a biblioteca seria no prédio onde funcionava as aulas do sexo feminino, numa sala bem espaçosa. Qual teria sido o motivo de demora da inauguração da biblioteca? Seria a falta de uma sala própria e materiais como carteiras, estantes e mesas para a sua montagem? Se a data havia sido cancelada, a empolgação em ter uma biblioteca no Grupo Escolar de Lavras era real, sendo que vários livros já tinham sido adquiridos e doados:

A nova instituição do Grupo, pôde-se desde já dizer, vem surgindo auspiciosamente neste nosso benéfico meio social, em que as aspirações vão se encaminhando cada vez mais para o engrandecimento da terra lavrense. Assim é que já se obtiveram para a bibliotheca publicações de grande valor, como entre outras a *Revista do Archivo Publico Mineiro*, a coleção completa da *Revista Illustrada* de Angelo Agostini, a *Historia Geral do Brasil* do Visconde de Porto Seguro, a *Historia Universal* de Cesar Cantú, magnífico presente de um nosso benemerito conterraneo, o *Grande Dicionario Larousse* e o *Novo Larousse Illustrado*, duas obras do valor de 600\$000, para cuja aquisição promptificaram-se a concorrer distintos membros

da sociedade lavrense. De nossa parte, vamos dotar a biblioteca de algumas collecções de folhas locais, grandemente estimáveis por serem únicas. (COSTA, 1908, p. 1)

No parecer do escritor do artigo, certamente Firmino Costa, a biblioteca deveria ter também a função de um “arquivo”, guardando documentos relativos ao município de Lavras, o que demonstrava o conhecimento e o valor que o diretor dava às fontes históricas:

Devendo ser a bibliotheca um repositório dos documentos relativos à história deste município, muito esperamos da cooperação dos lavrenses para obter tudo que interessar á mesma história, seja provindo da tradição oral, seja procedente de escriptos publicos ou particulares. Um povo amante do progresso não póde deixar no ouvido o trabalho de seus antepassados, pois foram elles que no transcorrer dos annos desbravaram o terreno, em que hoje fructificaram as plantas da civilização. (COSTA, 1908, p. 1)

Tendo uma finalidade educativa, o diretor permitia que outras pessoas da comunidade também usassem a biblioteca do Grupo, dando oportunidade para que muitos pudessem adquirir “conhecimentos” no enfrentamento e no cumprimento do dever. Especificando que o fim último da biblioteca era “[...] colocar bons livros á disposição dos professores e dos alunos [...]” (COSTA, 1908, p. 1), não ficou marcada uma data específica para a sua inauguração.

O início da organização da biblioteca ocorreu em dezembro de 1908, sendo dividida em quatro partes: “Bibliotheca Infantil ‘Custodio de Souza Pinto’; Bibliotheca do professor primario; obras em portuguez; obras em lingua estrangeira” (MINAS GERAIS, 1918, p. 2), com 1.160 volumes.

No relatório de 1909, Firmino Costa, ao referir-se à biblioteca, informo à Secretaria do Interior que esta já se encontrava instalada, dizendo ser de seu empenho “organizar uma biblioteca infantil para uso dos alunos”, com o propósito de obter assinaturas de “algumas revistas e jornaes.” (MINAS GERAIS, 1909).

Os inspetores escolares fiscalizavam também como estava o funcionamento da biblioteca, sendo que, no relatório de 1910, Antônio Baptista dos Santos informou ao Secretário do Interior, Estevão Leite de Magalhães Pinto, que a Biblioteca do Grupo Escolar de Lavras dispunha

"[...] de grande copia de livros didacticos e pedagogicos, de auctores diversos, dentre os quaes se [destacava] o grande dictionario de Larouse." (SECRETARIA DO INTERIOR, 1910).

A Biblioteca Infantil foi fundada em 1912 e foi instalada "numa sala mobiliada com mesa e cadeiras" (MINAS GERAIS, 1915, p. 14).

Essa biblioteca possuía um acervo de aproximadamente 100 livros, com uma estante especial, na qual os alunos podiam ler à vontade. Essa sala recebeu o nome de "Custodio de Souza Pinto", doador dos livros que a compunham:

1. Adelina Lopes e Julia Lopes, Contos Infantis.
2. Carmen Dolores, Lendas Brasileiras.
3. Motta Prego, A Horta de Thomé.
4. Carlos Góes, Historias da terra mineira.
5. Olavo Bilac, Poesias Infantis.
6. Virginia Almeida, Lições do André.
7. Sylvio Romero, A Historia do Brasil.
8. Coelho Netto, Alma.
9. Bernardo Guimarães, O Ermitão do Muquem.
10. Julia Lopes e Affonso Lopes, A Arvore.
11. La Fontaine, Fabulas (edição Garnier).
12. Rodrigo Octavio, Festas Nacionaes.
13. Affonso Celso, Porque me ufano do meu paiz.
14. B. de Saint-Pierre, Paulo e Virginia.
15. João do Rio, A alma encantadora das ruas.
16. E. de Amicis, Coração.
17. E. de Amicis, Coração.
18. Julio Verne, Cinco semanas em balão.
19. Daniel de Foe, Robinson Crusoe.
20. José de Alencar, O Guarany. (MINAS GERAIS, 1915, p. 12)

Essa biblioteca possuía um acervo de aproximadamente 100 livros. Esses livros eram voltados mais para os alunos adiantados, e uma lista de todos eles era fornecida para quem quisesse adquirir-los por conta própria, abrangendo as seguintes áreas e objetivos:

Consta de livros de leitura, compendios do curso primario, anthologias, obras illustradas, albuns, narrações de viagens, poesias, almanaques, contos, alguns romances como os de Julio Verne, etc. Tornando conhecido dos alumnos grande numero de publicações apropriadas ao espirito juvenil, a bibliotheca desenvolverá o gosto pela leitura, que é natural se continue depois do curso primario, de modo a habilitar o alum-

no com o melhor meio de prosseguir por si mesmo seu cultivo intelectual no decurso da existencia. (MINAS GERAIS, 1915, p. 12-13)

Firmino Costa, no relatório de 1915, informou à Secretaria do Interior que a frequência à biblioteca havia sido regularizada para o ensino da Língua Portuguesa, sendo que uma professora adjunta fora designada para acompanhar a leitura dos alunos quando eles frequentavam a biblioteca. Em um ofício de 19 de março de 1915, o diretor pediu à Secretaria do Interior livros e publicações para a Biblioteca, e seu pedido foi atendido por Carlos Luz, mas não se especificou quais livros foram enviados.

Inovando e extrapolando o prescrito no regulamento, o diretor Firmino Costa, no relatório de 1916, num item específico denominado “Frequencia da bibliotheca”, apresentou as funções do bibliotecário em reger uma aula de biblioteca:

A frequencia da bibliotheca, organizada como uma aula, será um dos meios mais efficases de despertar nos alumnos o amor á leitura. Para desde logo attrahir estes á bibliotheca nada melhor do que a iniciativa felis dos norteamERICANOS, representada pela ‘narradora de contos’, que em hora determinada reúne um grupo de creanças e lhes refere algumas historias. Como regente de aula da bibliotheca, o adjuncto ou adjuncta terá como fim principal fazer que os alumnos se habituem á leitura. (MINAS GERAIS, 1915, p. 14)

No relatório de 1917, Cândido Prado informou à Secretaria do Interior que a Biblioteca do Grupo Escolar de Lavras possuía “[...] mais de mil volumes de obras literarias, cientificas e pedagogicas [...]”, prestando “[...] mag-nifico auxilio á instrucção da mocidade” (SECRETARIA DO INTERIOR, 1917)

Nesse mesmo ano, um ofício de Firmino Costa foi encaminhado ao Secretário do Interior, pedindo o envio de 12 “carteiras duplas” maiores para mobiliar a biblioteca. Percebe-se por meio desse pedido que a construção e a ocupação de certos espaços no Grupo Escolar de Lavras demoraram meses, e até mesmo anos, para que esse espaço se tornasse efetivo e funcional. Mas, no parecer do diretor, muito mais importante que a estrutura física era a utilização correta da biblioteca para o ensino, fazendo com que os alunos a frequentassem.

Enviado pela Secretaria do Interior, em 1918, a pedido de Firmino Costa para averiguar o plano de reforma instituído no Grupo Escolar

de Lavras, Cândido Prado, depois da visita, referindo-se à sede escolar e a seus arredores, a considerou um museu que deveria proporcionar a escrita da história local e a perpetuação da memória, apontando a biblioteca e o museu do Grupo de Lavras como modelos:

Estes dois uteis melhoramentos podem ser promovidos pelos directores de Grupos, á semelhança dos que já existem no Grupo Escolar de Lavras. É praticavel a sua formação, dependendo da bôa vontade e perseverança dos directores. (SECRETARIA DO INTERIOR, 1918)

Com o crescimento da biblioteca, o diretor apresentou a necessidade de um bibliotecário para o atendimento: “Estas duas instituições escolares, para as quaes o regulamento prescreve nos grupos uma instalação apropriada, precisam de ter um adjuncto encarregado de seu funcionamento, desde que possuem certo numero de objectos.” (SECRETARIA DO INTERIOR, 1918).

A biblioteca deveria funcionar como um centro de formação da infância, permitindo aos alunos a convivência com materiais que nem sempre faziam parte de seu universo. A assistência escolar praticada no Grupo Escolar de Lavras previa, entre os recursos de higiene, o fornecimento de material didático da biblioteca.

Considerações finais

Ao investigar e compreender a implementação dos mobiliários escolares na instalação do Grupo Escolar de Lavras, percebeu-se que espaço e mobiliário estão intrinsecamente relacionados. Para um determinado espaço exigiu-se um mobiliário específico, como no Museu e na Biblioteca que aqui foram abordados.

A Reforma de 1906 que instituiu os Grupos Escolares não foi garantia de que a materialidade prescrita nos regulamentos acontecesse de forma efetiva, o que pode ser comprovado pela demora e precisão nos envios de mobiliários e até mesmo pela disponibilidade de espaços na função para a qual foram disponibilizados.

Por meio dos mobiliários escolares, percebe-se uma racionalização dos espaços e um ordenamento corporal, com práticas pedagógicas que pretendiam educar, formar e, até mesmo, instruir de forma mais contextualizada e concreta.

Referências

- COSTA, F. **O ensino popular**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1913. 108p.
- COSTA, F. **Vida Escolar**, [S.l.], v. 1, p. 1, 1 maio 1907.
- COSTA, F. **Vida Escolar**, [S.l.], v. 1, p. 1, 15 out. 1907.
- COSTA, F. **Vida Escolar**, [S.l.], v. 1, p. 4, 15 maio 1907.
- COSTA, F. **Vida Escolar**, [S.l.], v. 2, p. 1, 1 out. 1908.
- COSTA, F. **Vida Escolar**, [S.l.], v. 2, p. 2, 15 jul. 1908.
- COSTA, F. **Vida Escolar**, [S.l.], v. 2, p. 2-3, 15 set. 1908.
- FARIA FILHO, L. M.. **Dos pardieiros aos palácios: cultura escolar e urbana em Belo Horizonte na Primeira República**. Passo Fundo: UPF, 2000.
- FARIA FILHO, L. M.; BASTOS, M. H. C. (org.). **A Escola Elementar no Século XIX: o método monitorial/mútuo**. Passo Fundo: EdiUPF, 1999.
- FARIA FILHO, L. M. Escolarização, culturas e práticas escolares no Brasil: elementos teóricos-metodológicos de um programa de pesquisa. *In*: LOPES, A. C.; MACEDO, E. (org.). **Disciplina e integração curricular: histórias e políticas**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.
- GATTI JÚNIOR, D. Reflexões teóricas sobre a história das instituições educacionais. **Revista Ícone – Centro Universitário do Triângulo**, [S.l.], v. 6, n. 2, jul.-dez. 2000.
- JORNAL MINAS GERAES, Minas Gerais, 8 fev. 1918.
- MINAS GERAES. **Decreto nº 1970, de 3 de janeiro de 1907**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas, 1907.
- MINAS GERAIS. (Estado). **Decreto n. 1.960, de 16 de dezembro de 1906**. Regulamento do ensino primário e normal – Administração João Pinheiro da Silva. 1906.
- MINAS GERAIS. (Estado). **Decreto n. 7.970-A, de 16 outubro de 1927**. Aprova o regulamento do ensino primário; Decreto n. 8.162, de 20 de janeiro de 1928. Aprova o regulamento do ensino nas escolas normais. [1927].

MINAS GERAIS. (Estado). **Decreto n. 8.094, de 22 de dezembro de 1927.** Instruções e Programas do Ensino Primário do Estado de Minas Gerais. Belo Horizonte, Imprensa Oficial do Estado de Minas, 1927. 406p.

MINAS GERAIS. (Estado). **Leis, decretos, etc. Lei n. 434, de 28 de setembro de 1906.** Autoriza a reforma do ensino público. Minas Gerais (estado), [s.n.t.].

MINAS GERAIS. (Estado). **Relatórios dos diretores de grupos escolares.** Minas Gerais: Arquivo Público Mineiro, 1905/1918.

RESENDE, F. M. O método intuitivo em Minas Gerais na primeira república. In: LOPES, A. M. B. M. *et al.* (org.). **História da educação em Minas Gerais.** Belo Horizonte: FCH/FUMEC, 2002. p. 440-49.

SECRETARIA DO INTERIOR, SI 2829, 1907.

SECRETARIA DO INTERIOR, SI 3346, 1910

SECRETARIA DO INTERIOR, SI 3713, 1917.

SECRETARIA DO INTERIOR, SI 3790, 1918.

SOUZA, R. F. **Templos de civilização:** a implantação da Escola Primária Graduada no Estado de São Paulo (1890-1910). São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

SOUZA, R. F.; VALDEMARIN, V. T.; ALMEIDA, J. S. **O legado educacional do século XIX.** Araraquara: Fundação Editora da UNESP, 1998.

VAGO, T. M. V. **Cultura escolar, cultivo de corpos:** educação física e gymnastica como práticas constitutivas dos corpos de crianças no ensino público primário de Belo Horizonte (1906-1920). Bragança Paulista: EDUSF, 2002.

Recebido em: junho/2020

Aceito em: setembro/2020

Preservar para lembrar: vestígios da cultura material da escola no Museu Histórico Visconde de São Leopoldo (1905-1940)

Luciane Sgarbi S. Grazziotin¹

Eduardo Cristiano Hass da Silva²

Estela Denise Schütz Brito³

RESUMO

Objetos, mobiliários e fotografias, enquanto documentos, contam-nos histórias e nos permitem refletir sobre o que se passou, reverberando um tempo por vezes distante e respondendo a questionamentos a eles feitos. Partindo desse pressuposto, buscamos, neste estudo, analisar os processos educativos que se passaram na cidade de São Leopoldo/RS, no início do século XX, particularmente entre os anos de 1905 e 1940. Para isso, tomamos como documento os mobiliários escolares, especialmente no que tange a fotografias e objetos escolares em exposição salvaguardados no Museu Histórico Visconde São Leopoldo. Os objetos foram registrados por meio fotográfico, catalogados e analisados a partir de sua materialidade. A análise realizada tem como temática a cultura material da escola à luz dos estudos realizados por Antonio Viñao Frago (1995, 2006), Rosa Fátima de Souza (2007) e Hernández Díaz (2002). Entendemos que o conjunto de objetos aqui analisados apresenta uma cultura escolar de práticas locais, em consonância com uma cultura nacional e, até mesmo, internacional. Dessa forma, as considerações finais apresentam contribuições para a História da Educação local e geral.

Palavras-chave: Objetos Escolares. História da Educação. São Leopoldo/RS.

- 1 Doutorado em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Pós-doutorado na UNED em Madri. Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). E-mail: lsgarbi@unisinos.br.
- 2 Mestre em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Doutorando em Educação na Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). Bolsista CNPq. ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-3906-5448>. E-mail: eduardohass.he@gmail.com.
- 3 Mestre em Educação pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). Doutoranda em Educação pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). Professora do Colégio Sinodal de São Leopoldo). E-mail: schutzbrito@gmail.com.

Preserving to remember: vestiges of the school material culture in the Visconde de São Leopoldo Historical Museum (1905-1940)

ABSTRACT

Objects, furniture, and photographs, as documents, tell stories and allow us to reflect on what happened, reverberating a distant time, and answering the questions we ask them. Under this assumption, we seek, in this study, to analyze the educational processes that occurred in the city of São Leopoldo/RS, in the beginning of the 20th century, particularly between the years of 1905 and 1940. In this regard, we consider as documents the school furnishings, especially concerning exposed photographs and school objects safeguarded in the Visconde de São Leopoldo Historical Museum. The objects were photographed, catalogued, and analyzed from their materiality. The conducted analysis approaches the material culture of schools considering the studies undertaken by Antonio Viñao Frago (1995, 2006), Rosa Fátima de Souza (2007) and Hernández Díaz (2002). We understand that the set of objects analyzed here presents a school culture of local practices, in accord with a national culture, and even with an international one. Therefore, the final remarks present contributions for the local and general History of Education.

Keywords: School objects. History of Education. São Leopoldo/RS.

Preservar para recordar: vestigios de la cultura material de la escuela en el Museo Histórico Visconde de São Leopoldo (1905-1940)

RESUMEN

Objetos, muebles y fotografías, mientras que documentos, nos cuentan historias y nos permiten reflexionar sobre lo que pasó, reverberando un tiempo distante y contestando a preguntas hechas a ellos. Sobre esta base, buscamos, en esta investigación, analizar los procesos educativos que se han pasado en la ciudad de São Leopoldo/RS, en el siglo XX, particularmente entre los años de 1905 y 1940. Para esto, tomamos como documento los muebles escolares, especialmente en lo que refiere a fotografías y a objetos escolares expuestos y preservados en el Museo Histórico Visconde de São Leopoldo. Los objetos fueron fotografiados, catalogados y analizados en su materialidad. El análisis tiene como temática la cultura material de la escuela desde el punto de vista de las

investigaciones realizadas por Antonio Viñao Frago (1995, 2006), Rosa Fátima de Souza (2007) y Hernández Díaz (2002). Entendemos que el conjunto de objetos analizados presenta una cultura escolar de prácticas locales, de acuerdo con una cultura nacional, e incluso de una cultura internacional. De esta forma, las consideraciones finales presentan las contribuciones para la Historia de la Educación local y general.

Palabras-clave: Objetos escolares. Historia de la Educación. São Leopoldo/RS.

Introdução

*Las piedras y edificios escolares hablan;
también los patios y lugar del entorno escolar nos quie-
ren decir algo,
en el pasado y en el presente.
Los objetos, los útiles
y materiales de aula fueron y son
instrumentos de comunicación, ayer y hoy.
(HERNÁNDEZ DÍAZ, 2002, p. 225).*

Desde o final dos anos 1990, aproximadamente, pesquisas na área da Educação, sobretudo da História da Educação, têm voltado seu olhar para dentro do espaço escolar, tomando-o como objeto de estudo. Busca-se analisar, além das práticas de professores e alunos e das políticas implementadas, determinados aspectos da cultura material que compõem a globalidade da aula. Hernández Díaz (2002) nos fala dos edifícios, do pátio, da iconografia, da luz, do mobiliário, dos manuais didáticos e de todos os elementos que precisam de uma leitura crítica, de uma interpretação sobre sua posição no projeto de atuação da escola.

Nas últimas três décadas, ganharam espaço nas discussões acadêmicas determinados conceitos que têm servido de base para nos ajudar a compreender os diferentes aspectos que circunscrevem o espaço das instituições de educação, escolares ou não. Nessa direção, a História da Educação, enquanto campo de pesquisa, tem desenvolvido investigações no sentido de procurar indícios que possibilitem a escrita dessa história, articulando documentos em um processo heurístico que entrelaça a empiria aos conceitos, de forma a ampliar significativa e diversificadamente a historiografia.

Os artefatos que compõem a cultura material nos ambientes de educação, tomados como documentos, como testemunhas de um tempo e lugar, têm conduzido a inúmeras possibilidades de reflexão. Os objetos da escola apresentam um arsenal de pistas para se pensar a cultura da escola, a cultura do espaço na qual a instituição está inserida e, para além disso, as práticas de ensino-aprendizagem desenvolvidas. Conforme aponta Antonio Viñao Frago (1995), o aparecimento, o uso, as transformações e o desaparecimento desses artefatos revelam indícios das práticas educativas e também de suas transformações.

Ao tensionar os estudos sobre a cultura material da escola, Rosa Fátima de Souza (2007, p. 170), em conformidade com Hernández Díaz (2002), explica que:

[...] a expressão não apenas amplia o seu significado reinserindo as edificações, o mobiliário, os materiais didáticos, os recursos audiovisuais, e até mesmo as chamadas novas tecnologias do ensino, como também remete à intrínseca relação que os objetos guardam com a produção de sentidos e com a problemática da produção e reprodução social.

Nesse sentido, o presente estudo tem como objetivo analisar os processos educativos na cidade de São Leopoldo, no início do século XX, a partir do mobiliário escolar, especialmente no que se refere aos objetos escolares salvaguardados no Museu Histórico Visconde de São Leopoldo.

Etimologicamente as palavras móbil, mobiliário, mobiliário e mobilidade têm em comum o mesmo prefixo, *mobil*, que significa mover; remete, portanto, à ideia de algo que não é fixo. Também se encontram como sinônimos de mobiliário, especificamente, as palavras alfaia, traste e infixo. Considerando o termo de forma abrangente, mobiliários consistiriam, assim, em artefatos que se movem. Nesse sentido, dividimos o entendimento de mobiliário escolar em duas categorias: móveis e objetos. Dessa forma, discutimos os artefatos materiais da escola preservados pelo Museu Visconde de São Leopoldo e as fotografias que os representam, como possibilidade de entender o contexto escolar a que dizem respeito.

No final do ano de 2019, realizamos uma visita a esse local, no intuito de encontrar vestígios preservados que ajudassem a pensar determinadas características da educação do município e auxiliassem a compor uma história. Buscando apoio em Hernández Díaz (2002, p. 231), entendemos que:

La explicación histórica de la escuela y de la educación ha venido considerando los objetos como elementos complementarios y de adorno, dentro de una tradición en la que prevalece el pensamiento, las ideas [...] pero en los últimos años se vienen incorporando líneas de interpretación histórica de la escuela más complejas [...] a partir de las cuales los materiales y los objetos dejan de ser vanos insustanciales, para pasar a ocupar posiciones de mayor protagonismo [...].

É a essa linha que nos filiamos para a execução deste estudo, trabalhando com os artefatos da cultura material da escola encontrados no Museu Histórico Visconde de São Leopoldo. No decorrer deste trabalho, descrevemos a materialidade do mobiliário encontrado e, por meio dela, procuramos evidenciar traços da história da cidade de São Leopoldo, bem como pensar as possibilidades investigativas a partir dos materiais e objetos escolares pertencentes a uma cultura local, articulada a um contexto nacional mais amplo.

Marcas de uma história: notas sobre São Leopoldo/RS

São Leopoldo está localizado na Região Metropolitana do estado do Rio Grande do Sul, a cerca de 32 km da capital Porto Alegre. Por se tratar de uma das primeiras localidades em que desembarcaram imigrantes oriundos da região da atual Alemanha, tendo por eles sido colonizada, a cidade é considerada berço da imigração alemã no Brasil. Devido a esse fato, muitas pessoas reconhecem sua história e passam a contá-la a partir da chegada desses primeiros imigrantes, os quais saíram de sua terra natal em busca de melhores condições de vida, desembarcando às margens do Rio dos Sinos em 25 de julho de 1824. Essa data torna-se, assim, um marco para a história do município – e passa-se a considerá-la como data de fundação da cidade.

Entretanto, a história de São Leopoldo é escrita por muitas vezes, muitas histórias e diferentes culturas que se entrelaçam, uma vez que a localidade já era habitada muitos anos antes da chegada de seus colonizadores. Ao falarmos dessa história, não podemos desconsiderar aspectos importantes da região, que incluem acontecimentos ocorridos antes da data estipulada pela história oficial. Por essas terras, povos indígenas, açorianos e povos escravizados já transitavam, habitavam e

Imagem 1 - Localização de São Leopoldo/RS



Fonte: Google Maps / São Leopoldo (2020).

trabalhavam no plantio do cânhamo e na produção de cordas da Real Feitoria, antes mesmo de julho de 1824.

A localidade onde hoje localiza-se a cidade de São Leopoldo era conhecida, entre o final do século XVIII e o início do século XIX, como Faxinal do Courita, área que pertencia à cidade de Porto Alegre, na então Província de Rio Grande de São Pedro. A partir de 1788, passou a ser reconhecida como Feitoria do Linho Cânhamo, por receber a transferência da empresa Real Feitoria do Linho Cânhamo⁴, que, até então, localizava-se na região conhecida como Rincão de Canguçu, próximo à Serra de Tapes e à Lagoa dos Patos. Por um período de quase quarenta anos (1788-1824), essa empresa manteve-se em funcionamento; e, após ser desativada, cedeu sua estrutura para abrigar os primeiros imigrantes alemães, que, chegando ao local, estavam desprovidos de estruturas que os acomodassem.

Aumentar a população do país, habitar as regiões demograficamente vazias, fortificar os soldados do exército e ter mão de obra especializada para o trabalho estavam entre os planos do então governo.

4 A empresa Real Feitoria do Linho Cânhamo plantava e se utilizava das fibras do cânhamo (planta conhecida como *cannabis sativa*, originária da Ásia Central) para a produção de cordas navais, muito utilizadas pelas grandes embarcações de navegação da época.

A vinda dos imigrantes alemães para povoar essas regiões com baixa população e trabalhar nessas terras, que até então contavam apenas com a construção e o trabalho no Linho Cânhamo, seria uma solução para resolver os problemas que o governo estava enfrentando. Germano Moehlecke (1978) aponta que, por meio da investigação de comunicados oficiais, a partir de 1824, a região inicialmente chamada de Colônia Alemã da Feitoria passou a se chamar Colônia Alemã de São Leopoldo⁵.

Com votos de progresso, estudo para os filhos e uma nova vida em terras brasileiras, os imigrantes que chegaram ao local não encontraram o então cenário prometido, deparando-se com diversos obstáculos, como mata cerrada, terreno pantanoso, além do período frio e chuvoso, que são características do inverno na região (MOEHLECKE, 1978). Deste modo, foram abrigados inicialmente na única construção existente na localidade, prédio onde funcionava a Feitoria do Linho Cânhamo, até iniciarem o trabalho de plantio e construção de suas moradias.

A história da educação da cidade passou por diferentes momentos. Um deles foi descrito em 1846, quando a Colônia de São Leopoldo elevou-se à categoria de vila, passando a se chamar Vila São Leopoldo, desmembrando-se, nesse mesmo ano, da cidade de Porto Alegre. Quanto a esse período, Isabel Arendt (2006) explica que a educação pública local estava a encargo da Câmara, que era responsabilizada por sua administração. Ficava sob sua incumbência fiscalizar as aulas públicas, o local em que ocorriam, os aluguéis dos espaços que comportariam as aulas, a contratação e a transferência de professores e o abastecimento de materiais que eram recebidos, atuando também como uma mediadora entre professores e a Inspetoria Geral de Educação.

Destaca-se ainda a disparidade entre escolas públicas e escolas particulares de cunho comunitário que ocupavam o quadro educacional de São Leopoldo nesse período. Os apontamentos de Arendt (2006), a partir dos estudos realizados por César Paiva (1984), referentes aos relatórios sobre a educação feitos por Johann Daniel Hillebrand, revelam que, no ano de 1846, de 15 escolas que havia na localidade, em apenas duas delas havia professores lecionando que foram contratados pelo governo, sendo essas instituições frequentadas por apenas 16 alunos.

5 "Colônia" designava o módulo da terra. Em 1824, uma colônia media 75 hectares; em 1850, passou a ter 50; e, em 1875, 25 hectares. Toda uma região formada por colônias também podia ser designada de "Colônia", como é o caso da "Colônia Alemã de São Leopoldo" (DREHER, 2014, p. 116).

As demais escolas eram particulares e comunitárias, atendendo a 490 alunos.

A educação escolar sempre foi algo muito caro à população alemã. Hoppen ([19]) explica que os imigrantes alemães, desde que chegaram às terras brasileiras, sentiam falta da boa educação que era fornecida gratuitamente na Alemanha aos seus filhos, fosse pelo Governo ou pela Igreja – o que, no Brasil, não existia até então. Perceberam que, para terem uma educação como em sua terra de origem, precisavam criar essas escolas. Nesse sentido, justifica-se a disparidade entre escolas públicas e privadas da região, apontada por Arendt (2006), uma vez que, em sua maioria, as escolas particulares e comunitárias foram arquitetadas e organizadas por esses imigrantes com a finalidade de oferecerem uma boa educação aos seus filhos, aproximando-se daquelas de seu país de origem.

Nesse aspecto, cabe ainda destacar que tanto a educação quanto a preservação da sua história são questões importantes para o povo alemão. Portanto, a escrita deste trabalho vem, em certa medida, contemplar ditos pontos, relacionados à cultura material da escola e à história da região, mantidos e salvaguardados pelo Museu Histórico Visconde de São Leopoldo.

Artefatos como vestígios da cultura material: da imobilidade do museu à impulsão da escrita

Entre tantas temáticas comuns e que vêm sendo foco de investigação dos historiadores da educação, uma em particular está relacionada à identificação de acervos, arquivos, museus escolares e públicos que mantenham diferentes aspectos da memória da escola. Tal temática, que nos é muito cara, emergiu do projeto “Uma gramática escolar e suas possibilidades para a pesquisa em História da Educação: produção, conservação e utilização dos acervos escolares no Vale do Rio dos Sinos/RS Séc. XIX e XX”. No conjunto de alternativas advindas do projeto, temos nos dedicado à análise dos artefatos escolares, de modo geral consubstanciados por materiais didáticos e por toda a ordem de mobiliários presentes em escolas da região do Vale do Rio dos Sinos.

Em conformidade com os estudos de Castro *et al.* (2013, p. 277), entendemos que os objetos que temos identificado em diferentes instituições “[...] testemunham concepções pedagógicas concorrentes e dife-

rentes expectativas sobre o lugar social da escola e da escolarização, partilhadas por distintos grupos e construídas a partir de interesses diversos [...]”. Desse modo, compreendemos que objetos e fotografias de espaços escolares preservados no Museu Visconde de São Leopoldo constituem-se em um meio profícuo de produção de uma narrativa que diz respeito à educação dessa região geográfica e que dialoga com grande parte dos estudos, dos quais temos conhecimento, sobre a temática que foca a cultura material como objeto de análise.

Da proliferação de escritos que envolvem as discussões referidas e por meio do projeto de pesquisa já citado, vem se constituindo, ao longo dos últimos quatro anos, a oportunidade de estudar e construir uma narrativa sobre a educação escolarizada dessa região. Encontramos, com o referido projeto, maneiras de complexificar a memória da escola e de minimizar o esquecimento, interrogando as fontes materiais, os objetos/*huellas*, para usar um termo de Escolano Benito (2002), para assim potencializar o uso desse ou daquele documento. Para que consigamos visibilizar de alguma forma o passado – ou melhor dizendo, fragmentos do passado –, especificamente o passado da educação, pensamos, antes de tudo, na cultura escolar como conceito central das discussões sobre a temática.

Nas últimas décadas – desde que Gizele de Souza traduziu o artigo “La culture scolaire comme objet historique”, de Dominic Julia, publicado pela revista *Paedagogica Historica: International Journal of the History of Education* em 1995 –, esse conceito vem sendo regamente utilizado sempre que se intenta definir o conjunto formado pelas práticas escolares, as regras, os comportamentos, enfim, as formas de viver o ambiente escolar e/ou fazer parte dele (GRAZZIOTIN, 2019). De qualquer modo, acreditamos que essas reflexões não se esgotam: os mobiliários, tomados de forma ampla, ainda muito nos podem dizer sobre a escola, tanto em suas idiossincrasias regionais como nas relações comuns que estabelece com o contexto nacional.

Mobiliários e imagens preservadas no museu: contribuições para a História da Educação de São Leopoldo/RS

Os objetos da cultura material escolar e as fotografias das décadas iniciais do século XX referentes à educação em São Leopoldo encontram-se salvaguardados no Museu Histórico Visconde São Leopoldo (MHVSL), compondo parte da narrativa da exposição permanente do

museu. De acordo com seu site institucional, “[...] a exposição permanente apresenta uma seleção do acervo. Mostras itinerantes contam sobre diversos temas e curiosidades” (MUSEU..., 2020). Além disso, o site informa que o acervo do museu é composto por 10 mil objetos, 25 mil livros, 85 mil fotos, 9 mil periódicos e 12 mil documentos.

Considerando a variedade e a quantidade de itens salvaguardados, questionamos: o que justificaria a presença, na exposição permanente, dos objetos escolares (ocupando dois expositores), mais uma quantidade considerável de fotografias em seu acervo? Seriam escolhas aleatórias da sua equipe? Acreditamos que algumas contribuições do pesquisador Igor Moraes Simões (2015, 2016) nos permitem refletir acerca desses questionamentos. Inspirados no autor, entendemos a exposição histórica como um dispositivo para a construção de narrativas que fixam as noções do que seria histórico e do que teria valor histórico para o espaço onde ela ocorre. Sendo assim, a partir das exposições e da salvaguarda, os museus propõem dar a ver suas missões, objetos, grupos identitários representados, elementos históricos desses grupos, dentre outros.

Assim como o curador é uma figura importante na exposição de arte, entendemos que, na exposição histórica, o historiador é um dos principais responsáveis por articular a narrativa expositiva. Posto isso, entendemos que a presença dos objetos escolares na exposição permanente do Museu Histórico Visconde de São Leopoldo resulta das diversas relações de poder que envolvem as escolhas do que será ou não exibido. Dentro dessas disputas, podemos afirmar que o processo histórico educativo é considerado importante pelo grupo que ele representa, por quem construiu a diegese de um museu – e é devido à força de atração do espaço-tempo diegésico que somos compelidos a imergir por algumas horas dentro de um universo de representações (O QUE É DIEGESE..., 2016).

As perguntas que ficam são: o que justificaria a escolha desses objetos em específico? Que história eles produzem? De acordo com Simões (2016), os objetos e fotografias em estado de exposição devem ser pensados a partir das condições em que se dão a ver, ou seja, do local e da forma em que são expostos, podendo adquirir diferentes significados em diferentes espaços expositivos. Esse objeto existe “em relação a”, ou

seja, em relação aos outros objetos, à narrativa produzida, ao tema da exposição ou do seu local.

No caso da exposição permanente do MHVSL, os objetos históricos educativos parecem ter sido escolhidos a partir da sua relação com os imigrantes alemães que deram início ao processo de construção urbano, construindo uma narrativa de atribuição de importância à educação. Desta forma, além de contribuir para pensar a História da Educação do município, apontando elementos da materialidade da escola, bem como conteúdos e práticas escolares, os objetos permitem pensar o próprio processo de construção da cidade.

Os objetos são diversos, variando na sua materialidade, tamanho e formas. Foram todos fotografados, catalogados e analisados. Considerando que não temos a intenção de analisar a narrativa histórica apresentada na exposição, mas sim os objetos lá exibidos, optamos, metodologicamente, por agrupá-los de acordo com sua materialidade. As fotografias também são diversas; e separamos para análise aquelas que se relacionam à temática deste artigo.

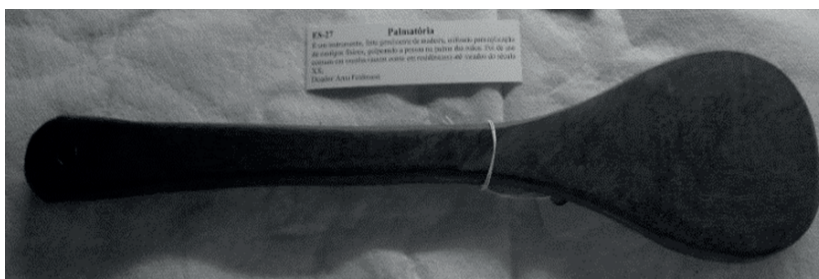
Da composição exposta, destacam-se materiais como: madeira, papel, tecido, metal, rocha etc. Em madeira, podemos identificar os seguintes objetos:

Imagem 2 – Estojo para lápis e caneta



Fonte: Museu Histórico Visconde de São Leopoldo.

Imagem 3 – Palmatória



Fonte: Museu Histórico Visconde de São Leopoldo.

Na Imagem 2, podemos observar um estojo para lápis e canetas, confeccionado em madeira. O estojo é dividido em dois módulos sobrepostos um acima do outro. No módulo inferior, encontram-se três subdivisões: uma maior, provavelmente destinada aos lápis e às canetas; e duas menores, para outros objetos. Na parte superior, observamos subdivisões que comportam lápis. O estojo parece abrir a partir de um movimento circular para a lateral. Na parte superior, também em madeira, podemos identificar uma tampa, que parece encaixar com um movimento de deslize, de baixo para cima. Na tampa, encontra-se estampada a imagem de uma borboleta. A produção do estojo indica algumas características de cunho artesanal, remetendo à produção manual.

Na Imagem 3, também confeccionada em madeira, temos uma palmatória. Conforme a ficha catalográfica que acompanha o objeto exposto, a palmatória “É um instrumento, feito geralmente de madeira, utilizado para aplicação de castigos físicos, golpeando a pessoa na palma das mãos. Foi de uso comum em escolas (assim como em residências) até meados do século XX” (MUSEU..., [19--a]). Esses objetos são comumente encontrados em estudos realizados em diferentes regiões do País.

A presença da palmatória contribui para a percepção de que as práticas educativas presentes nas escolas de São Leopoldo eram muito semelhantes às aquelas encontradas em todo o território nacional, de forma a apontar que as escolas da cidade também aderiam ao uso dos castigos físicos como parte do processo educativo. A palmatória remete a práticas que imbuíam o professor de autoridade e legitimidade para o uso da força como instrumento pedagógico (GRAZZIOTIN; ALMEIDA, 2013).

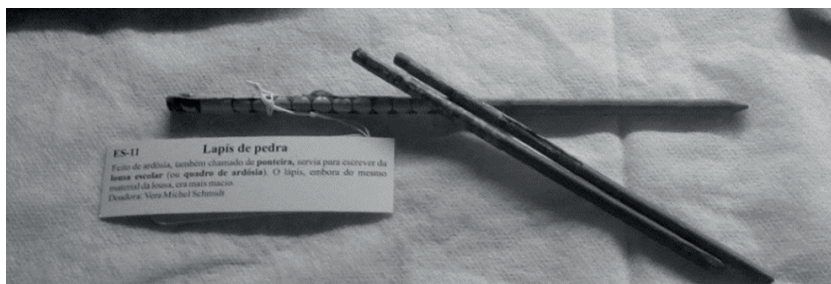
Além da madeira, outro material utilizado na confecção dos objetos escolares são as rochas, especificamente a ardósia. Foram encontrados dois objetos, conforme se observa na sequência:

Imagem 4 – Lousa escolar



Fonte: Museu Histórico Visconde de São Leopoldo.

Imagem 5 – Lápis de pedra



Fonte: Museu Histórico Visconde de São Leopoldo.

Na Imagem 4, podemos observar a presença de uma lousa escolar. Ao apresentar o objeto, a ficha afirma:

Também chamado de **quadro de ardósia**. Nele escrevia-se com uma barra também de ardósia, o ponteiro, sendo esta mais macia para facilitar a escrita. Para que fosse possível trabalhar continuamente com estes objetos, havia uma esponja para limpar o quadro, depois de cheio (MUSEU..., [19--b], grifo do autor).

Confeccionada em ardósia e com as laterais e madeira, a lousa era utilizada como suporte para a escrita dos alunos. Sua análise permi-

te identificar elementos das práticas de escrita dos estudantes. Como a ficha informa, o aluno escrevia no quadro com um ponteiro, produzido com o mesmo material rochoso. Após encher a superfície escrita, o estudante teria de recorrer ao uso de uma esponja, utilizada para apagar o quadro. Embora a exposição não apresente nenhuma esponja, na Imagem 4, podemos identificar a presença de um pequeno pedaço de tecido, que provavelmente tinha a mesma utilidade.

A partir do uso da lousa, compreendemos que os alunos não utilizavam suportes em papel, como o caderno, que permite guardar os escritos. Desta forma, a memorização exercia um papel importante nos processos de aprendizagem, uma vez que, após lotar a superfície da lousa, esta deveria ser apagada. Logo, os alunos que utilizavam esse objeto escolar precisavam decorar os conteúdos, sem ter a possibilidade de recorrer a possíveis anotações.

Para escrever na lousa, era utilizado um ponteiro, o qual pode ser observado na Imagem 5. Esse objeto era “feito de ardósia, também chamado de **ponteira**, servia para escrever da lousa escolar (ou **quadro de ardósia**). O lápis, embora do mesmo material da lousa, era mais macio” (MUSEU..., [19--c], grifo do autor).

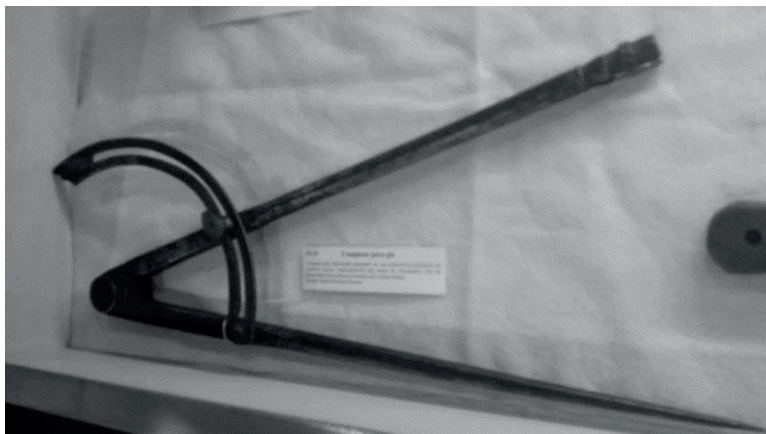
A presença tanto da lousa quanto do lápis de ardósia na exposição remete às práticas de escrita e leitura que compunham parte da cultura escolar das instituições educativas da cidade de São Leopoldo. Esses objetos exigiam o entendimento do seu uso, bem como uma disposição corporal específica para manejá-los, moldando e condicionando os corpos dos alunos.

Além da madeira e da ardósia, outro material utilizado para confeccionar objetos escolares era o metal. Na imagem a seguir, podemos identificar um dos objetos confeccionados nesse material:

Na Imagem 6, identificamos um compasso para giz. Conforme consta na ficha de exposição, esse objeto era “[...] utilizado para reprodução (desenho) de circunferências (círculos) em quadros negros, especialmente nas aulas de Geometria” (MUSEU..., [19--d]). Desta forma, a partir da presença do compasso para giz na exposição, é possível identificar elementos das aulas e conteúdos ministrados nas escolas de São Leopoldo. Posto isto, é possível inferir que, além das aulas de escrita, as escolas de São Leopoldo contavam também com aulas de Geometria, possivelmente voltadas para os desenhos geométricos. No caso desse

objeto, é provável que fosse usado pelo professor para confeccionar os desenhos no quadro.

Imagem 6 – Compasso para giz



Fonte: Museu Histórico Visconde de São Leopoldo.

Outro material identificado na confecção de objetos escolares é o tecido, conforme segue na Imagem 7:

Imagem 7 – Sacola escolar



Fonte: Museu Histórico Visconde de São Leopoldo.

Na Imagem 7, identificamos uma sacola escolar. De acordo com a ficha, ela era “[...] utilizada para transporte do material escolar [...] entre 1905 e 1910” (MUSEU..., [19e]). Como podemos observar, a sacola é toda confeccionada em tecido, sendo composta pela parte onde são condicionados os objetos e por uma alça. A sacola parece fechar com um botão, na parte superior. Ainda nessa parte, é possível identificar as letras “D” e “U” bordadas. É possível que essas letras correspondam às iniciais da dona da sacola, que, de acordo com a ficha, chamava-se Diva Uhlmann.

A sacola escolar tem características bastante artesanais de produção, tendo sido possivelmente confeccionada na casa do próprio aluno ou, ainda, por alguma costureira da comunidade. Esse artefato permite identificar elementos relacionados à produção e circulação dos objetos escolares, bem como ao deslocamento entre casa e escola pelos alunos, que se dava acompanhado dessa sacola, na qual eram levados os demais materiais escolares.

Além dos materiais até aqui apresentados, destacam-se ainda aqueles confeccionados em papel, conforme podemos observar nas imagens a seguir:

Imagem 8 – Material didático em alemão



Fonte: Museu Histórico Visconde de São Leopoldo.

Na Imagem 8, encontram-se três manuais didáticos em alemão. Esses materiais consistem em impressos em papel. Trata-se de artefa-

tos importantes para o trabalho historiográfico. De acordo com Robert Darnton (1990), a História dos Livros pode ser entendida como uma História Social e Cultural da Comunicação Impressa, cuja constituição se dá no cruzamento e na convergência de diversas disciplinas, como a História, a Literatura, a Sociologia e/ou a Biblioteconomia. Enxergando o objeto impresso como um todo, Darnton (1990) propõe um modelo geral de análise que permite entender como os livros surgem e se difundem na sociedade. Embora possuam condições variadas e se modifiquem de um lugar para outro, os livros passam pelo mesmo ‘ciclo de vida’.

Para analisar o processo de produção e circulação dos impressos, Darnton (1990) propõe um circuito de comunicação composto por cinco etapas: do autor ao editor; do editor ao impressor; do impressor ao distribuidor; do distribuidor ao vendedor; do vendedor ao leitor. Segundo Darnton (1990, p. 112), “[...] o leitor encerra o circuito porque ele influencia o autor tanto antes quanto depois do ato de composição.” Embora consideremos a importância do ‘ciclo de vida’ apresentado pelo autor, não tencionamos tomá-lo tal e qual para a análise desses impressos.

O fato de esses artefatos estarem em um espaço expositivo não nos permite manuseá-los e folheá-los, restringindo nossa análise e focando-a, especialmente, nas três capas e nas informações nelas contidas. Assim, podemos aferir que os impressos foram produzidos nos anos 1920, todos em língua alemã. A partir dessas observações, podemos afirmar que, assim como as aulas de escrita e geometria, os alunos das escolas de São Leopoldo também contavam com aulas de/em língua alemã.

A presença da língua alemã no currículo das escolas desse município justifica-se pelo fato de que, conforme destacamos anteriormente, a construção da cidade de São Leopoldo relaciona-se diretamente ao processo de imigração alemã. Desse modo, apontamos a possibilidade de, em estudos futuros, recorrer ao ‘ciclo de vida’ dos impressos apresentado por Darnton (1990) para entender o processo de produção e circulação dos materiais utilizados pelos alunos das escolas de São Leopoldo.

Na sequência, na Imagem 9, podemos visualizar a presença de uma lista de chamadas referente aos alunos da escola. De forma geral, a lista apresenta o nome dos estudantes, bem como a filiação, na qual se encontram os nomes dos pais dos alunos. A lista apresenta

o total de 38 nomes de estudantes, por meio dos quais é possível identificar, a partir do sobrenome e do nome do pai, a presença de alunos irmãos.

Com relação à série de fotografias encontradas no Museu Visconde de São Leopoldo, duas nos chamaram especial atenção: nelas, são visíveis alguns móveis e materiais didáticos das primeiras décadas do século XX:

Imagem 9 – Lista de chamada

Nomes	Filiação	Presença e faltas																																				
		1º	2º	3º	4º	5º	6º	7º	8º	9º	10º	11º	12º	13º	14º	15º	16º	17º	18º	19º	20º	21º	22º	23º	24º	25º	26º	27º	28º	29º	30º							
1. Maria Antonia	Antônio Antonia	X																																				
2. Maria B. de Almeida	João de Almeida		X																																			
3. Maria B. de Almeida	João de Almeida		X																																			
4. Maria B. de Almeida	João de Almeida		X																																			
5. Maria B. de Almeida	João de Almeida		X																																			
6. Maria B. de Almeida	João de Almeida		X																																			
7. Maria B. de Almeida	João de Almeida		X																																			
8. Maria B. de Almeida	João de Almeida		X																																			
9. Maria B. de Almeida	João de Almeida		X																																			
10. Maria B. de Almeida	João de Almeida		X																																			
11. Maria B. de Almeida	João de Almeida		X																																			
12. Maria B. de Almeida	João de Almeida		X																																			
13. Maria B. de Almeida	João de Almeida		X																																			
14. Maria B. de Almeida	João de Almeida		X																																			
15. Maria B. de Almeida	João de Almeida		X																																			
16. Maria B. de Almeida	João de Almeida		X																																			
17. Maria B. de Almeida	João de Almeida		X																																			
18. Maria B. de Almeida	João de Almeida		X																																			
19. Maria B. de Almeida	João de Almeida		X																																			
20. Maria B. de Almeida	João de Almeida		X																																			
21. Maria B. de Almeida	João de Almeida		X																																			
22. Maria B. de Almeida	João de Almeida		X																																			
23. Maria B. de Almeida	João de Almeida		X																																			
24. Maria B. de Almeida	João de Almeida		X																																			
25. Maria B. de Almeida	João de Almeida		X																																			
26. Maria B. de Almeida	João de Almeida		X																																			
27. Maria B. de Almeida	João de Almeida		X																																			
28. Maria B. de Almeida	João de Almeida		X																																			
29. Maria B. de Almeida	João de Almeida		X																																			
30. Maria B. de Almeida	João de Almeida		X																																			
31. Maria B. de Almeida	João de Almeida		X																																			
32. Maria B. de Almeida	João de Almeida		X																																			
33. Maria B. de Almeida	João de Almeida		X																																			
34. Maria B. de Almeida	João de Almeida		X																																			
35. Maria B. de Almeida	João de Almeida		X																																			
36. Maria B. de Almeida	João de Almeida		X																																			
37. Maria B. de Almeida	João de Almeida		X																																			
38. Maria B. de Almeida	João de Almeida		X																																			

Fonte: Museu Histórico Visconde de São Leopoldo.

Imagem 10 – Sala de aula de uma escola feminina



Fonte: Museu Histórico Visconde de São Leopoldo.

Nessa fotografia, que data 1932, é possível identificar uma sala de aula, provavelmente de uma escola religiosa privada feminina. Pela época e região geográfica em que a instituição estava localizada, acreditamos ter funcionado também em regime de internato.

Na mesma imagem, é possível perceber um conjunto expressivo de mobiliários que, em acordo com a definição por nós explicitada neste estudo, dividimos, para fins didáticos, em móveis e objetos. Quanto aos objetos, sobressaem-se: os mapas pendurados em uma espécie mural; o que parece uma vara comprida utilizada para fins de apontamento; o quadro negro para registros dos conteúdos; além dos demais objetos dispostos sobre as mesas, como os livros, os materiais para anotações das alunas e o globo terrestre. As estudantes encontram-se em torno de mesas para trabalho em grupo, que não aparentam ser classes individuais, pois comportam quatro pessoas no mínimo ao seu redor. Em volta das mesas, estão as cadeiras – embora algumas das estudantes não se apresentem sentadas nelas, pois, descontraidamente, aparecem ajoelhadas no chão ou em pé.

Imagem 11 – Laboratório escolar



Fonte: Museu Histórico Visconde de São Leopoldo.

A Imagem 11 apresenta uma sala equipada com diferentes materiais didáticos; e, quando observados seus detalhes, é possível inferir que se trata de instrumentos de Física. Nas paredes, encontram-se pendurados, em cima dos armários, mapas que não parecem ser de Geografia. Os armários com vidros permitem ver os objetos dentro de cada um. Há mesas servindo de suporte para instrumentos com eixos; e ainda é possível perceber globos sobre os armários.

Algumas afirmações, quanto às práticas pedagógicas, podem ser feitas por meio dessas duas fotografias. Ambas as cenas nos remetem à metodologia vinculada aos princípios da Lição de Coisas.⁶ Essa foi uma metodologia em voga na França desde meados do século XIX e observada no Brasil – sobretudo em determinadas escolas que contavam com certos privilégios de ordem econômica –, com mais incidência no princípio do século XX.

Segundo Kahn (2014), em um primeiro momento vinculada ao ensino de Ciências, desde sua inclusão na escola primária francesa, a Li-

⁶ Na história escolar da França, a lei de 28 de março de 1882 ficou famosa, pois foi ela que estabeleceu a instrução obrigatória para os dois sexos de 6 a 13 anos, bem como a laicidade do ensino. Ela se distingue também pelo fato de ter integrado as Ciências Físicas e Naturais ao currículo primário corrente. A Lição de Coisas é um procedimento pedagógico que parte do princípio intuitivo, então empregado na Alemanha, pelo qual os reformadores haviam se entusiasmado desde 1860; assim, tal abordagem fica estreita e naturalmente associada a esse ensino.

ção de Coisas vai aos poucos se disciplinarizando, ou seja, assumindo um vínculo com todos os estudos experimentais, de modo que “[...] se torna o prefácio e o prelúdio [...] de todos os exercício de iniciação às Ciências Físicas, à Geografia, à História Natural, enfim, a todos os conhecimentos que têm relação aos sentidos e que devem ser observados pelos sentidos” (BUISSON, 1882-87 apud KAHN, 2014, p. 195).

Tanto a Imagem 10 como a 11 trazem um mobiliário que permite pensar em aulas que se predispõem a um ambiente coletivo. Em uma reflexão direcionada ao ensino em São Leopoldo, é possível afirmar que, em escolas de elite, as salas eram equipadas com uma profusão de materiais didáticos que nada perdiam para escolas de grandes centros urbanos. Embora localizada relativamente próxima à capital Gaúcha, São Leopoldo estava inserida em um contexto quase rural, em uma região conhecida pela imigração alemã, como já salientado. Nas primeiras décadas do século XX, a localidade apresenta algumas singularidades; mas, conforme observado, segue as tendências das práticas pedagógicas e dos usos de artefatos escolares vigentes nessa temporalidade.

Nesse sentido, pode-se pensar em uma cultura escolar relacionada ao “[...] ritual da vida da escola e dos fatores ambientais”, com destaque para “[...] a distribuição e usos dos espaços escolares, os objetos e mobiliário da aula, o sistema de graduação baseado na idade e na graduação das matérias” (DEPAEPE; SIMON, 1995 apud VIÑAO FRAGO, 2006, p. 72). Esse emprego abrange, segundo os autores, uma concepção etnográfica; e seu caráter básico seria seu sistema de continuidade.

Considerações finais

De modo geral, o cenário da educação que caracteriza o início do século XX, caso deste estudo, remete às iniciativas que tentavam equiparar o material e as práticas pedagógicas das instituições escolares brasileiras aos de países europeus e dos Estados Unidos da América (GASPAR SILVA; MENDES DE JESUS; LINCHESCKI, 2010). Alguns objetos encontrados podem apresentar certa singularidade, como a bolsa de pano confeccionada para levar os cadernos. Em grande parte, no entanto, esses objetos são os mesmos encontrados nas escolas de todo o Brasil, e mesmo da América Latina como um todo.

Os materiais didáticos são, em sua maioria, importados de fábricas europeias ou, em alguns casos, confeccionados por carpinteiros e ar-

tíficos locais. Mas, de modo geral, pode-se dizer que “[...] compreendem o conjunto de novidades pedagógicas que contribuiriam na edificação do projeto de escolarização posto em movimento” (SOUZA; GRAZZIOTIN, 2014, p. 249).

Destaca-se ainda a importância que as questões histórico-educativas possuem para a cidade de São Leopoldo e para a construção de sua identidade local, uma vez que os objetos ocupam um lugar privilegiado na exposição permanente do Museu Histórico Visconde de São Leopoldo; do mesmo modo, as fotografias com temáticas escolares estão salvaguardadas no arquivo em quantidade significativa. Dessa forma, o estudo aqui apresentado contribui para uma reflexão não apenas sobre a História da Educação de uma cidade em específico, mas também sobre as generalidades e particularidades da História da Educação brasileira.

Referências

ARENDT, I. C. A Câmara Municipal de São Leopoldo e sua atuação na área da educação. In: SILVA, Haíke Roselane Kleber da.; HARRES, Marluza Marques (orgs.). **A história da Câmara e a Câmara na história**. São Leopoldo: Oikos, 2006.

CASTRO et al. Cultura material escolar: fontes para a história da escola e da escolarização elementar (MA, SP, PR, SC E RS, 1870 – 1925) In: SOUZA, R. F.; SILVA, V. L. G da (org.) **Por uma teoria e uma história da educação no Brasil**: investigação comparada sobre a escola graduada (1870 – 1930). Cuiabá: EdUFMT, 2013. p. 273 – 316.

DARNTON, R. **O Beijo de Lamourette** - mídia, cultura e revolução. Tradução de Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

DREHER, M. N. **190 anos de imigração alemã do Rio Grande do Sul**: esquecimentos e lembranças. 2. ed. São Leopoldo: Oikos, 2014.

ESCOLANO BENITO, A. La memoria de la educación y cultura de la escuela; In: ESCOLANO BENITO, A.; HERNÁNDEZ DIAZ, J. M. **La memoria y el deseo**: cultura de la escuela y educación deseada. Valencia: Tirant lo Blanch, 2002. p. 19 - 33.

GASPAR da SILVA V. L.; MENDES DE JESUS, C.; LINCHESCKI, A. P. S. Cultura material da escola em mensagens presidenciais: entre o dito e o não

dito (Santa Catarina – 1874 a 1930) **s/Æculum- Revista de História**, João Pessoa, v. 22, p. 41 – 50, jan./ jun. 2010.

GRAZZIOTIN, L. S. Instituições escolares e cultura escolar na pauta acadêmica: um breve recorrido a modo de prefácio (décadas de 1990-2010) *In*: RIPE, F.; SOUZA, J. E.; OLIVEIRA, M. A. M. (org.). **História e Historiografia da Educação no Rio Grande do Sul**: instituições, culturas e práticas educativas. Porto Alegre: Editora Fi, 2019. p. 11-18.

GRAZZIOTIN, L. S.; ALMEIDA, D. B. Os castigos nas Escolas Étnicas da Região Colonial Italiana do Rio Grande do Sul: memórias de escolarização (1896- 1928). **Cadernos de História da Educação**, Uberlândia, v. 12, n. 3, p. 591-598, jul./dez. 2013.

HERNÁNDEZ DÍAZ, J. M. La etnografía en la historia de la escuela. *In*: ESCOLANO BENITO, A.; HERNÁNDEZ DIAZ, J. M. **La memoria y el deseo**: cultura de la escuela y educación deseada. Valencia: Tirant lo Blanch, 2002. p. 227-230.

HOPPEN, A. **Formação de professores Evangélicos no Rio Grande do Sul I Parte (1909-1939)**. São Leopoldo: Sinodal, [19--].

KAHN, P. L. Coisas e ensino das Ciências na França no fim do século 19: contribuição a uma história da cultura. **História da Educação**, Porto Alegre, v. 18, n. 43 p. 183-201, maio/ago. 2014.

MOEHLECKE, G. O. O Vale dos Sinos era assim. São Leopoldo: Rotermond, 1978.

MUSEU HISTÓRICO VISCONDE SÃO LEOPOLDO. **Compasso para Giz** – Ficha Catalográfica. São Leopoldo, [19--d]. 1 fotografia.

MUSEU HISTÓRICO VISCONDE SÃO LEOPOLDO. **Lápis de Pedra** – Ficha Catalográfica. São Leopoldo, [19--c]. 1 fotografia.

MUSEU HISTÓRICO VISCONDE SÃO LEOPOLDO. **Lousa Escolar** – Ficha Catalográfica. São Leopoldo, [19--b]. 1 fotografia.

MUSEU HISTÓRICO VISCONDE SÃO LEOPOLDO. **O acervo do museu**. São Leopoldo, 20 mar. 2020. Disponível em: <http://www.museuhistoricosl.com.br/>. Acesso em: 12 maio 2020.

MUSEU HISTÓRICO VISCONDE SÃO LEOPOLDO. **Palmatória** – Ficha Catalográfica. São Leopoldo, [19--a]. 1 fotografia.

MUSEU HISTÓRICO VISCONDE SÃO LEOPOLDO. **Sacola Escolar** – Ficha Catalográfica. São Leopoldo, [19--e]. 1 fotografia.

O QUE É DIEGESE e por que usar esse conceito? **Margô Filmes**, [s. l.], 2016. Disponível em: <https://margofilmes.com.br/diege-se-entendendo-narrativas/>. Acesso em: 31 maio 2020.

PAIVA, C. **Die deutschsprachigen Schulen in Rio Grande do Sul und die Nationalisierungs-politik**. 1984. Dissertation (Doktors der Philosophie) – Universität Hamburg, 1984.

SÃO LEOPOLDO RS. *In*: GOOGLE Maps. Mountain View: Google, 2020. Disponível em: <https://maps.google.com.br/maps?hl=pt-BR>. Acesso em: 17 mar. 2020.

SIMÕES, I. M. O A Exposição como dispositivo para a História da Arte. *In*: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISADORES EM ARTES PLÁSTICAS, 24., 2015, Santa Maria. **Anais [...]**. Santa Maria: ANPAP, 2015. Disponível em: <http://anpap.org.br/anais/2015/>. Acesso em: 18 mar. 2018.

SIMÕES, I. M. Objetos em estado de exposição: exercício para uma escrita contemporânea da arte como montagem. *In*: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISADORES EM ARTES PLÁSTICAS, 25., Porto Alegre, 2016. **Anais [...]**. Porto Alegre: ANPAP, 2016. p. 2331-2346.

SOUZA, J. E.; GRAZZIOTIN, L. S. Para ler, escrever e contar: modos de ser professora no cotidiano escolar de Lomba Grande/RS (1940/1950). **Reflexão e Ação**, Santa Cruz, v. 22, n. 2, p. 347-370, jul./dez. 2014.

SOUZA, R. F. História da Cultura Material Escolar: um balanço inicial. *In*: BENCOSTTA, M. L. (org.). **Culturas escolares, saberes e práticas educativas: itinerários históricos**. São Paulo: Cortez, 2007. p. 163-189.

VIÑAO FRAGO, A. Historia de la Educación y Historia Cultural: posibilidades, problemas, cuestiones. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, n. 0, p.63-82, set./dez. 1995.

VIÑAO FRAGO, A. **Sistemas educativos, culturas escolares y reformas**. Madrid: Ediciones Morata, 2006.

Recebido em: junho/2020

Aceito em: setembro/2020

ENTREVISTA

Desafios em torno da pesquisa sobre o mobiliário escolar: uma conversa com Marcus Levy Bencostta

Entrevista concedida a Gustavo Rugoni de Sousa¹

RESUMO

Nesta entrevista, Marcus Levy Bencostta, professor e pesquisador da Universidade Federal do Paraná, discorre sobre os aspectos que envolvem a produção historiográfica e a potencialidade em torno da construção de pesquisas que tomam como objeto de estudo o mobiliário escolar. Ao longo de sua trajetória profissional, Marcus Levy Bencostta tem elaborado um conjunto significativo de trabalhos acerca da História da Educação no Brasil e, mais precisamente, sobre a cultura material escolar, com a qual tem contribuído com referenciais analíticos utilizados por muitos pesquisadores que investigam a realidade educativa. Destaca-se também sua inserção como Professor Visitante em diferentes Universidades Brasileiras e Estrangeiras e os cargos ocupados em Revistas Acadêmicas e Associações como a ANPED e a SBHE. É doutor em História Social pela Universidade de São Paulo (USP, 1999), realizou pós-doutorado pela École Nationale Supérieure d'Architecture de Versailles, França (2007-2008) e aperfeiçoamento em Arquitetura Escolar pela Université du Québec à Montréal (2004). É fundador do Núcleo de Estudos e Pesquisas em História da Arquitetura Escolar - NEPHArqE e do Núcleo de Estudos e Pesquisa em História da Educação e Modernidade – NEPHEM, ambos sediados na UFPR. Tem se dedicado, principalmente, a pesquisar os seguintes temas: Arquitetura Escolar, Culturas Escolares, Fotografias Escolares, Colégios Concessionários.

Palavras-chave: Mobiliário escolar. Cultura material escolar. História da Educação.

¹ Doutor em Educação pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) e mestre em Educação pela mesma universidade. Professor Colaborador na FAED/UDESC. Integrante do Grupo de Pesquisa Objetos da Escola. E-mail: gustavorugoni@gmail.com

Challenges surrounding School Furniture research: a conversation with Marcus Levy Bencostta

Interview with Gustavo Rugoni de Sousa

ABSTRACT

In this interview, Marcus Levy Bencostta, professor and researcher at the Federal University of Paraná, discusses the aspects that involve the historiographic production and the potentiality around the construction of research that take as an object of study the school furniture. Throughout his professional career, Marcus Levy Bencostta has elaborated a significant set of works on the History of Education in Brazil and, more precisely, on the material school culture, to which he has contributed with analytical references used by many researchers who investigate the educational reality. He is also a Visiting Professor at different Brazilian and Foreign Universities and has held positions in Academic Journals and Associations such as ANPED and SBHE. He holds a PhD in Social History from the University of São Paulo (USP, 1999), a post-doctoral degree from the École Nationale Supérieure d'Architecture de Versailles, France (2007-2008), and a further education in School Architecture from the Université du Québec à Montréal (2004). He is the founder of the Núcleo de Estudos e Pesquisas em História da Arquitetura Escolar - NEPHArqE (Center for Studies and Research in the History of School Architecture) and the Núcleo de Estudos e Pesquisa em História da Educação e Modernidade - NEPHEM (Center for Studies and Research in the History of Education and Modernity), both based at UFPR. It has been mainly dedicated to researching the following themes: School Architecture, School Cultures, School Photographs, Confessional Colleges.

Keywords: School furniture. School Material Culture. History of Education.

Desafíos en torno a la investigación sobre mobiliario escolar: una conversa con Marcus Levy Bencostta

Entrevista concedida a Gustavo Rugoni de Sousa

RESUMEN

En esta entrevista, Marcus Levy Bencostta, profesor e investigador de la Universidad Federal de Paraná, aborda sobre los aspectos que envuelven la producción historiográfica y la potencialidad en torno de la construcción de investigaciones que toman como objeto de estudio el mobiliario escolar. A lo largo de su trayectoria profesional, Marcus Levy Bencostta ha elaborado un conjunto significativo de trabajos acerca de la Historia de la Educación en Brasil y, más precisamente, sobre la cultura material escolar, con la cual ha contribuido con referenciales analíticos utilizados por muchos investigadores que investigan la realidad educativa. Se destaca también su inserción como Profesor Visitante en diferentes Universidades Brasileñas y Extranjeras y los cargos ocupados en Revistas Académicas y Asociaciones como la ANPED y la SBHE. Es doctor en Historia Social por la Universidad de São Paulo (USP, 1999), realizó postdoctorado por la École Nationale Supérieure d'Architecture de Versailles, Francia (2007-2008) y perfeccionamiento en Arquitectura Escolar por la Université du Québec à Montréal (2004). Es fundador del Núcleo de Estudios e Investigaciones en Historia de la Arquitectura Escolar - NEPHArqE y del Núcleo de Estudios e Investigaciones en Historia de la Educación y Modernidad – NEPHEM, ambos con sede en UFPR. Se ha dedicado, principalmente, a investigar los siguientes temas: Arquitectura Escolar, Culturas Escolares, Fotografías Escolares, Colegios Confesionales.

Palabras clave: Mobiliario escolar. Cultura material escolar. Historia de la Educación.

Apresentação



Fonte: Arquivo pessoal do entrevistado.

O mobiliário escolar tem despertado o interesse de diversos pesquisadores e pesquisadoras que utilizam a noção de cultura material escolar para compreender os movimentos e discursos acerca da escolarização da infância. O reconhecimento dos móveis escolares como fontes para a elaboração de investigações em uma perspectiva histórica está relacionado ao fortalecimento de grupos de pesquisa que, ao longo das últimas décadas, têm possibilitado a construção de um olhar mais amplo e diverso sobre a materialidade escolar. Nesse panorama, destacam-se as contribuições do Professor Marcus Levy Bencostta com o desenvolvimento de referenciais analíticos que têm sido utilizados como base para elaboração de interpretações e abordagens sobre a realidade educativa.

O historiador Marcus Levy Bencostta tem elaborado um conjunto significativo de trabalhos acerca da História da Educação no Brasil e, mais precisamente, sobre aspectos que envolvem a cultura material escolar. Suas contribuições podem ser identificadas por meio de artigos publicados em eventos acadêmicos, revistas científicas e em livros que contaram com sua autoria, organização ou escrita de capítulos, dentre os quais se destacam as obras intituladas *Imagens da Escola Primária no*

*Brasil (1920-1960)*² (2018), *Culturas Escolares, Saberes e Práticas Educativas: itinerários históricos* (2007) e *História da Educação, Arquitetura e Espaço Escolar* (2005).

Em sua trajetória profissional, tem atuado como professor e pesquisador da Universidade Federal do Paraná (UFPR), na Linha de História e Historiografia da Educação, do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE/UFPR). Também esteve presente em diversas universidades brasileiras e estrangeiras como professor visitante³, onde colaborou com a formação de discentes e com investigações e diálogos desenvolvidos com diversos grupos de pesquisas. Para além dessas atividades, seu compromisso com a Universidade Pública se expressa pelos cargos ocupados em agências de fomentos, periódicos científicos, na Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (GT 02 - ANPED) e na Sociedade Brasileira de História da Educação (SBHE).

Nesta entrevista, Marcus Levy Bencostta constrói seus argumentos a partir de questões que foram organizadas em dois principais eixos: (i) desafios em torno da produção historiográfica; (ii) o mobiliário escolar como objeto de estudo para investigações acerca da cultura material escolar. Em sua narrativa, o professor e pesquisador nos convida a refletir sobre o mobiliário escolar e chama atenção para a consolidação de uma perspectiva que reconhece que a investigação acerca dos objetos escolares não deve se restringir a suas características físicas, pois outras dimensões têm possibilitado um amadurecimento das análises desenvolvidas em torno da cultura material escolar.

Gustavo Rugoni de Sousa: Ao analisar sua trajetória acadêmica e profissional, identifica-se que seus percursos sempre estiveram relacionados à Universidade Pública. Para iniciar nossa conversa, poderia discorrer sobre o papel dessa instituição para a sociedade?

Marcus Levy Bencostta: Agradeço por ser esta a pergunta escolhida para iniciarmos nosso diálogo. Sempre que posso aproveito de espaços como este para reconhecer o valor que a Universidade Públi-

2 Essa obra foi organizada em parceria com as Professoras Rosa Fátima de Souza Chaloba e Vera Lucia Gaspar da Silva.

3 Atuou como professor visitante nas seguintes universidades: Universidad Complutense de Madrid, UCM, Espanha (2019-2020); Centro de Investigación y de Estudios Avanzados, CINVESTAV, México (2018-2018); Hebrew University Of Jerusalem, UJERUSALEM, Israel (2015-2015); Universidade Tiradentes, UNIT, Brasil (2012-2012); Universidade do Estado de Santa Catarina, UDESC, Brasil (2011-2012); Tel-Aviv University, U.TEL-AVIV, Israel (2011-2011); Ecole National Supérieure d'Architecture de Versailles, ENSAV, França (2007-2008); Université du Québec à Montréal, Canada, UQAM, Canadá (2004-2004).

ca tem tido ao longo das últimas três décadas em minha formação e atuação profissional. Sou imensamente grato a essa instituição que possibilitou minha formação acadêmica quando conquistei o grau de historiador pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), quando entendi, pela primeira vez, a importância da função social do professor de história em uma sociedade que tardiamente se redemocratizava. Nesses anos iniciais, as oportunidades acadêmicas, culturais e políticas que vivenciei na UNICAMP foram fundamentais para definir a continuidade de minha trajetória rumo à atuação profissional. Na sequência, obtive os títulos de mestre e doutor em História pela Universidade de São Paulo (USP) e iniciei a carreira como docente e pesquisador da Universidade Federal do Paraná (UFPR) e, desde 1996, sou professor de História da Educação nessa instituição pública.

Também não posso deixar de destacar a relevância que as agências de fomento desempenham no fortalecimento da universidade pública. Ao tomar o meu próprio exemplo, sem o apoio destas às investigações que coordenei em diferentes momentos de minha trajetória como pesquisador, muitas seriam deficitárias ou inviáveis. Assim, faço questão de distingui-las como fundamentais para o incremento e o desenvolvimento do conhecimento produzido na universidade pública, tanto nas ciências básicas quanto nas aplicadas.

Contudo, é muito inquietante perceber que a contribuição dada pela universidade pública à sociedade seja parcialmente compreendida, em especial, por parte considerável de nossos representantes na esfera política, que não conseguem enxergar a sua natureza cooperativa e solidária, utilizando-se de retóricas que tomam essa instituição social como um custo e não um investimento. Uma prova dessa cegueira são os sucessivos contingenciamentos que ela tem sofrido em seu orçamento, ano após ano, que subtraem recursos necessários à sua manutenção. Mesmo assim, apesar das discriminações que recaem sobre sua contribuição à sociedade, ela tem alcançado os mais altos níveis nas avaliações realizadas pelos institutos especializados que auferem a qualidade da pesquisa e do ensino brasileiro. E como a maioria esmagadora dos docentes das universidades públicas também são pesquisadores em suas áreas de especialização, isto tem qualificado o desenvolvimento regular de suas atividades acadêmicas, científicas e culturais de forma autônoma com alto índice de especialização, muito por conta do regime de dedicação exclusiva, por ela adotado com sucesso a bastante tempo.

Não podemos esquecer que é graças a sua natureza solidária que não visa construir o conhecimento científico para fins meramente mercadológicos, que a universidade pública está contribuindo de modo eficaz para minimizar os efeitos nocivos causados pela pandemia da COVID 19 no momento atual da sociedade brasileira, além de cooperar na solução de inúmeras outras questões das mais variadas complexidades que resultam em processos de transformação e emancipação social. À vista disso, as responsabilidades sociais assumidas pela universidade pública exigem o compromisso indispensável do investimento estatal com recursos originários dos impostos recolhidos para a produção e divulgação do conhecimento científico como um bem coletivo, além da formação de profissionais qualificados e habilitados para atuarem em prol da sociedade que, ao fundo e ao cabo, é quem a mantém e que tem pleno direito de conhecer qual o destino e como são aplicadas as verbas e, principalmente, averiguar os seus resultados.

Também gostaria de observar em nossa discussão, a importância de continuarmos defendendo a democratização do ensino na universidade pública brasileira para que não se perca sua natureza de instituição social. Certamente avançamos nesse propósito com a ajuda de importantes programas sociais, como o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), o Programa Universidade para Todos (PROUNI), o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) e o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), dentre outros. Mas ainda não dão conta dos anseios da população estudantil que deseja realizar seus estudos de graduação e pós-graduação em uma universidade pública com garantias seguras que sua permanência se dará com qualidade até a conclusão de seus estudos e pesquisas. Todavia, não podemos pensar em democratização de acesso e permanência de novas populações estudantis sem a vincular à democratização que envolve a autonomia universitária na definição de suas modalidades de representação, participação e escolha legítima de seus gestores para uma condução responsável.

Gustavo Rugoni de Sousa: No momento em que realizamos essa entrevista, a pandemia do coronavírus avança no Brasil: registramos mais de cento e cinquenta mil mortes⁴ e o aumento das desigualdades educacionais. Que contribuições a História da Educação apresenta para

4 Contabilizadas em 16 de outubro de 2020.

repensar os espaços escolares e no enfrentamento dos desafios impostos pelo contexto atual?

Marcus Levy Bencostta: Comungo com a opinião do historiador Georges Duby em seu livro, *"An 1000, an 2000, sur les traces de nos peurs"*⁵, de que adiantaria escrever a história, se não fosse para ajudar seus contemporâneos a manter confiança em seu futuro e a lidar com mais recursos com as dificuldades que eles encontram no dia a dia? O historiador, conclui Duby, tem o dever de não se fechar no passado e refletir diligentemente sobre os problemas de seu tempo⁶.

Esta crise de proporção mundial pela qual estamos passando tem resultado em múltiplos sofrimentos e mortes que estão desencadeando sentimentos pelos quais as sociedades percebem cada vez mais a importância da vida. E olhar para o passado ajuda a enfrentá-la com mais sabedoria e confiança de superação, principalmente quando percebemos que os medos que a realidade do tempo passado vivenciou dispararam novas indagações sobre os medos dessa pandemia do Covid 19 no tempo presente.

Nós, os historiadores, evidentemente, não encontraremos no passado todas as soluções do que está acontecendo no tempo presente, mas, certamente, o conhecimento histórico tem o poder de provocar comparações e reflexões que esclarecem como as civilizações, ao longo do tempo, superaram ou simplesmente, sucumbiram as inúmeras crises de saúde, racismo, guerra, fome, pobreza, refugiados, xenofobia, dentre muitas outras, com permanências óbvias e extrema dificuldade de solução nos dias de hoje.

No que diz respeito ao espaço escolar das instituições educacionais (da creche à universidade), os estudos da História da Educação devem considerar que a pandemia do COVID 19 atingiu a escola de forma impactante, levando a interdição da circulação e do uso de seus territórios por estudantes, professores e funcionários. O fechamento necessário e compulsório de seus portões que foi determinado pelas autoridades judiciais sob orientação das autoridades médicas, ressignificou

5 No Brasil foi publicado como: DUBY, Georges. Ano 1000 – Ano 2000. Na pista dos nossos medos. São Paulo: UNESP, 1998.

6 "À quoi bon écrire l'Histoire, si ce n'est pas pour aider ses contemporains à garder confiance en leur avenir et à aborder mieux armés les difficultés qu'ils rencontrent quotidiennement? L'historien par conséquent a le devoir de ne pas se renfermer sur le passé et de réfléchir assidûment sur les problèmes de son temps." (DUBY, Georges. An 1000, an 2000, sur les traces de nos peurs. Paris: Editions Textuel, 1995).

a gramática espacial escolar para uma morfologia espacial virtual. Já tínhamos experiência de espaços escolares virtuais híbridos com a Educação à Distância, mas desta forma, intensamente massivo, como está acontecendo é inédito em toda a História da Educação. Considero que ainda temos poucas ferramentas para avaliar esse “novo” espaço escolar como um problema histórico. O tempo de transição que a escola está vivenciando até o retorno de suas atividades integrais, qual seja o modelo que adotará no futuro próximo, sinalizada uma nova cultura escolar que está sendo gestada durante a pandemia, e nela o espaço já está sendo um de seus protagonistas, acompanhado das questões curriculares, do tempo escolar, das sociabilidades e sensibilidades, da democratização no acesso à internet e dos saberes da profissão docente.

Gustavo Rugoni de Sousa: Você possui um grande número de produções que tratam da História da Educação com destaque para a história da arquitetura escolar. Poderia dizer como surgiu o seu interesse por esse campo de pesquisa, destacando algumas investigações já realizadas?

Marcus Levy Bencostta: Na década de 1990, conheci a Professora Rosa Fátima de Souza, quando iniciamos, juntamente com outra(o) s pesquisadora(e)s, as atividades de pesquisa do projeto integrado “A diversidade das propostas educacionais na região de Campinas (1850-1960)”, financiando com recursos da FAPESP, sob a coordenação da professora Zeila Demartini.

Naquela época, fui profundamente influenciado pelo entusiasmo da colega Rosa que dividia conosco a riqueza das fotografias escolares como objeto de investigação histórica e discussão teórica. O meu fascínio por essa discussão foi transformado em interesse de pesquisa e nos primeiros anos de trabalho na UFPR quando, em 2000, ajudei com outra(o)s colegas a fundar a Linha de Pesquisa História e Historiografia da Educação no Programa de Pós-Graduação em Educação, iniciei minhas pesquisas nesse campo, ocasião que me tornei pesquisador produtividade em pesquisa do CNPQ, com o projeto “A imagem fotográfica no estudo das instituições educacionais: os grupos escolares de Curitiba (1903-1971)”.

Foi durante esse período, que meu olhar se direcionou para aquelas fotografias que representavam o espaço e arquitetura do edifício escola e, após algum tempo fui rendido por ele, e decidi que as fotografias escolares continuariam como foco de meus interesses investiga-

tivos (como são até hoje), mas que aprofundaria os meus estudos sobre a arquitetura escolar.

E, novamente, recebi o apoio do CNPQ, com bolsa de produtividade para desenvolver o projeto “História da Educação, Arquitetura e Espaço Escolar: os grupos escolares de Curitiba (1903-1950)”. Durante essa investigação, fui selecionado como pesquisador visitante do *Conseil International des Études Canadiennes* (CIEC), para desenvolver nos arquivos do *Centre Canadien d’Architecture* (CCA), a pesquisa “*Architecture et Histoire: la culture scolaire au Canada et au Brésil (1900-1930)*”. Depois dessas experiências, estava suficientemente seguro para iniciar meus estudos de pós-doutoramento na *École Nationale Supérieure d’Architecture de Versailles* (França), com a pesquisa, “História da Educação e Arquitetura: por uma tipologia acerca do espaço da escola elementar (Brasil e França, 1870-1930)”, com auxílio da CAPES.

Nos anos seguintes, um novo salto foi dado no sentido de investigar fenômenos que interferiram na arquitetura escolar moderna, possibilitado pela continuidade de ser bolsista produtividade em pesquisa do CNPQ, desta vez, com o projeto “A Linguagem da Bauhaus e a gramática arquitetural escolar moderna (1919-1933)”. Tive nessa proposta uma continuidade das minhas investigações, visto que o componente imagético dos edifícios pensados para fins educacionais, projetados e construídos pelos fundadores da Bauhaus e seus seguidores, tomaram importância nos estudos históricos por sua linguagem modernista. Hoje, enquanto respondo esta entrevista, desenvolvo pesquisando a linguagem moderna com o projeto “A Arquitetura Moderna Universitária no Brasil: análise dos edifícios acadêmicos da Universidade Federal do Paraná (1950-1960)”, cujo desafio está sendo o de explicar como a linguagem dessa vanguarda tomou forma nos traçados das fachadas dos prédios acadêmicos que ela projetou e com isto tentar criar uma tipologia que identifique as peculiaridades de cada edifício, inserindo-as na discussão histórica educacional.

Gustavo Rugoni de Sousa: As investigações que utilizam a noção de cultura material escolar têm ocupado um lugar de destaque no campo da História da Educação, auxiliando na construção de interpretações sobre os processos de escolarização no Brasil. Como especialista da área, que desafios teóricos e metodológicos você avalia que se apresentam aos pesquisadores que tomam essa noção como objeto de estudo ou fonte de investigação?

Marcus Levy Bencostta: Considero que os desafios teóricos e metodológicos são enormes, mas de modo nenhum intransponíveis. Na última década, a apropriação da noção de cultura material escolar tem evidenciado avanços consideráveis em nossa historiografia, apesar da circulação dessa produção se restringir aos nossos próprios fóruns de discussão e divulgação científica. Evidentemente que a produção e a circulação desses saberes são necessárias e de fundamental importância para a sua consolidação no campo da História da Educação, contudo, quando falamos para nós mesmos, ela se torna insuficiente para a conquista de novos espaços de produção de pesquisa.

Os interesses diferenciados que foram despertados dentro da historiografia para uma diversidade de temas e abordagens relacionados a cultura material escolar resultam de pesquisas organizadas no interior dos núcleos e grupos de pesquisa de caráter regional e nacional que se constituíram no interior das universidades brasileiras, que são responsáveis, inclusive, pela adoção de teorias e metodologias úteis para essa temática que atingem as orientações de dissertações e teses. Estabelecemos um diálogo regular com grupos de investigadores portugueses, espanhóis, franceses, argentinos, uruguaios e mexicanos para um aprofundamento mais qualificado dessa questão, porém, ainda é um desafio conhecer, debater e construir teorias e análises comparativas com pesquisadores anglo-saxônicos, germânicos e, também, africanos. Por fim, se estamos interessados em compreender como a cultura escolar material se constitui em lugares educativos e culturais, outro desafio metodológico trata das morfologias simbólicas da cultura material, para além da abordagem de sua configuração, disposição e usos dos artefatos no ambiente escolar.

Gustavo Rugoni de Sousa: Em sua trajetória como pesquisador, o mobiliário escolar tem sido reconhecido como um objeto de estudo que possui grande potencial para as investigações acerca da cultura material escolar. Como você avalia o interesse pelo tema e o crescimento da produção a ele dedicada?

Marcus Levy Bencostta: Primeiramente avalio como extremamente positiva para os estudos da cultura material escolar, o lugar que ocupa o mobiliário escolar como fonte de investigação histórica. E cabe aqui uma observação: quando a comunidade de historiadora(s) da educação começou a discutir e incorporar em nossas pesquisas, o conceito de cultura escolar a partir, em especial, das apropriações que fi-

zemos das valorosas considerações de Dominique Julia e Antonio Viñao, percebemos de imediato que não conseguiríamos aprofundar nossas inquietações acerca deste tópico se demorássemos muito a flexioná-lo no plural, adotando a noção de culturas escolares para as diferentes realidades histórico educacionais.

Portanto, foi possível pensarmos que nesse grande guarda-chuva conceitual que é a cultura escolar, estavam albergadas outras manifestações culturais, dentre elas, a cultura material escolar. Desde então, aprendemos a problematizar a materialidade que reside no universo escolar como uma das dimensões interpretativas dos processos de escolarização da infância, das juventudes e do mundo adulto. Em uma primeira fase de nossa produção historiográfica acerca da mobília escolar, encontramos uma série de publicações que se preocupou em inventariar esses artefatos que estavam presentes na cena escolar, predominantemente aquela que dizia respeito ao ensino primário da primeira metade do século XX.

Diria que essa fase foi necessária, mas era preciso avançar para além das listas de compras que tipificavam esse tipo de artefato. Na última década, tivemos o incremento de trabalhos primorosos de autoria de jovens pesquisadora(e)s que trouxeram consigo um elevado nível de amadurecimento empírico e analítico acerca da importância da mobília escolar. É correto afirmar que o ritmo de crescimento tímido de pesquisas é regular, mas, por outro lado, ele se dá de modo consistente do ponto de vista da análise, afastando-se, portanto, do uso imediato de modelos teóricos explicativos utilizados de modo aligeirados. O que é muito bom, pois, não cria a preocupação dela ser entendida como uma onda passageira em nossa produção historiográfica. Outro aspecto é o uso notável de fontes cada vez mais inovadoras e diversas, mas que não deixam de considerar o potencial da documentação mais usual, como aquelas que tratam da aquisição e compra, catálogos, relatórios administrativos diversos, fotografias, catálogos e anúncios dos jornais.

Gustavo Rugoni de Sousa: Com o fortalecimento do movimento higienista, das novas exigências pedagógicas, o circuito das exposições universais e a expansão industrial identificada a partir da metade dos Oitocentos, é possível verificar a consolidação de um perfil de mobiliário escolar considerado ideal para as práticas educacionais?

Marcus Levy Bencostta: Para nós, historiadores da cultura material escolar e para os historiadores da educação, em geral, não é ne-

nhum segredo que a escola se tornará no século XIX, um dos melhores clientes da produção industrial. Equipar as instituições educacionais dava lucro à medida em que ela se universalizava. E no Brasil não foi diferente, em especial, a partir da adoção da escola graduada como modelo de organização do ensino primário. As indústrias madeireira e moveleira, também as metalúrgicas, estavam atentas à essa demanda que crescia crescente.

As Exposições Universais e as Exposições Pedagógicas são um exemplo de como o mobiliário e uma série de outros artefatos eram apresentados como o que havia de mais moderno em termos de material escolar. Mas é preciso tensionar essa relação entre o movimento higienista e as exigências pedagógicas na adoção de modelos idealizados de mobiliário escolar, visto que nem sempre foi a preocupação maior daqueles que concebiam os móveis escolares a higiene da criança. No caso brasileiro, no alvorecer republicano, as escolas isoladas e, até mesmo, os primeiros grupos escolares instalados em locais de pouca visibilidade na cena urbana, foram equipados com um mobiliário simples de custo baixo na sua fabricação. Mas também encontramos uma realidade semelhante na Europa, com a adoção dos bancos escolares em madeira para o uso de até 8 aluna(o)s. Os catálogos dos comerciantes de móveis escolares argumentavam que o tamanho dos bancos permitia que eles deixassem seus assentos sem deslocar seus vizinhos, sem comprometer, portanto, as atividades didáticas. Mas esqueceram de dizer tratar-se de um mobiliário que causava desconforto e fadiga, portanto, inapropriados para a saúde infantil, além de extremamente pesados, dificultando sua mobilidade para fins pedagógicos.

Se avançarmos para as últimas décadas do Oitocentos, o emprego do ferro fundido com a madeira torna-se preferência no mundo industrial europeu para o mobiliário escolar. E lentamente, os bancos foram substituídos pelas carteiras que podiam ser de um ou dos lugares, com dimensões apropriadas as idades da(o)s aluna(o)s.

Se foi possível verificar a consolidação de um perfil de mobiliário escolar considerado ideal para as práticas educacionais no século XIX?

Acredito que não. O diálogo nem sempre foi tranquilo sobre qual o melhor perfil, se o mobiliário escolar em madeira e suas formas rígidas, pesadas e de difícil mobilidade ou aquele que adotava novos materiais, como o ferro fundido e depois, já início dos Novecentos, o aço tubular e o alumínio. Como afirmei no início da minha resposta, a dimensão co-

mercial não deve ser minimizada, o que configura que esse debate não era apenas pedagógico e seus novos métodos de ensino. Pensando nisso, foi marcante a contribuição daqueles que constantemente pensaram o mobiliário como ferramenta que deveria valorizar todo o processo de aprendizagem escolar que modificaria o cenário da produção industrial.

Gustavo Rugoni de Sousa: Por meio de suas produções, é possível identificar que os móveis idealizados para as escolas primárias possuíam diferentes formatos ao longo do tempo. Não apenas o desenho de seus *designs* que se alterou, mas também a importância que esses objetos passaram a alcançar para as práticas escolares. Nessa perspectiva, qual o seu entendimento sobre os móveis que estão presentes atualmente nas escolas brasileiras? Que semelhanças e diferenças você pode identificar entre o mobiliário escolar atual e os que foram utilizados em escolas do início do século XX?

Marcus Levy Bencostta: Na história da evolução do mobiliário escolar brasileiro, as transformações do seu design acompanharam o desenvolvimento da própria indústria moveleira, que incorporou novas tecnologias, materiais, modelos e métodos nos processos produtivos em série. É uma pena que, durante o século XX, o desenho do mobiliário escolar tenha sido timidamente influenciado pelos movimentos de vanguarda que se manifestavam na Europa e Estados Unidos, restando-lhe adaptações como opção na criação de um vínculo com o design moderno. Muitas dessas iniciativas estão representadas em catálogos que eram distribuídos como peça propagandista aos gestores da educação pública e aos mantenedores de instituições educativas privadas, muito por conta de que a indústria brasileira queria se afirmar comercialmente no mercado moveleiro escolar.

Lentamente, o século passado testemunhará a permuta da produção de peças de madeira maciça de árvores nobres nativas, portanto, duradouras, pesadas e caras, para a de madeira processada de árvores que se tornaram industrialmente rentáveis, em especial, aquelas originárias de áreas de reflorestamento. O resultado foi a paulatina substituição de um mobiliário escolar clássico do século XIX, por um mais leve e adaptável ao seu deslocamento, conforme necessitava os processos de ensino-aprendizagem.

Considerando a durabilidade das peças que utilizavam do aço tubular em substituição ao ferro fundido e, posteriormente, a preferência do alumínio ao aço tubular, a madeira foi o material clássico de re-

ferência quando o assunto era móveis para escola. Mesmo que tenha sido industrializada, substituindo a madeira maciça pelo aglomerado (tipo mdf, compensado, *fingerjoint* etc), ela ainda suporta com bastante resistência a chegada avassaladora dos laminados plásticos, que luta para ser o material preferencial para o modelo de mobiliário da indústria moveleira na passagem dos Séculos XX-XXI. No início da minha resposta, comentei a timidez dessa produção frente ao discurso vanguardista, e retorno a mesma crítica, quando está em discussão o uso de materiais diversos e o tema da sustentabilidade no século XXI. Renomados arquitetos e designers europeus, americanos e canadenses estão projetando móveis, inclusive os escolares, que utilizam única e exclusivamente o papelão condensado e reciclado como matéria prima de suas peças. A proposta, além da leve, barata e ecológica, trata-se de uma nova revolução na indústria do mobiliário escolar que ainda utiliza de plásticos laminados e madeiras de reflorestamento.

Por fim, a carteira escolar individual é a grande vencedora do debate se a escola seria mais moderna ou menos moderna se utilizasse carteira duplas ou individuais. As adaptações foram bem vindas, tais como modelos estofados que obrigavam o uso de tecido para o seu acabamento; as carteiras para obesa(o)s; as carteiras para a(o)s canhota(o)s e outras inovações.

Gustavo Rugoni de Sousa: É possível identificar uma preocupação crescente dos historiadores com a preservação de fontes de pesquisa e da memória educacional em arquivos escolares, museus e centros de documentação. Poderia destacar espaços de salvaguardas e preservação localizadas na América Latina que podem contribuir para as pesquisas em torno do mobiliário escolar?

Marcus Levy Bencostta: Além de instituições de guarda da memória e do patrimônio educativo, esses espaços tornaram-se fontes de pesquisa de inúmeras investigações no campo da história, da etnografia e da antropologia da educação. Sua constante preocupação com a organização e a preservação material da documentação, cada vez mais diversa, e dos artefatos sob seus cuidados, tem colocado em alerta máximo, a viabilidade das condições de seu funcionamento, pois dependem quase que exclusivamente do investimento público. Além disso, continua polêmica a nossa política nacional de arquivos públicos que possibilita pela Lei 8.159, de 8 de janeiro de 1991, o descarte pelos arquivos escolares de importantes documentos que se referem diretamente à memória

e ao contexto educativos, tais como, cadernos de aluna(o)s, diários de classe, planos de aula, fotografias, estatísticas, folhas de pagamento de professora(e)s etc, não dando tempo sequer de chegarem intactos aos museus e centros de documentação.

Há inúmeros arquivos escolares espalhados pela América Latina que foram organizados por iniciativas de instituições públicas e privadas, resultado, em certa medida, das normalizações legais que regulamentaram a guarda da documentação escolar. Mas confesso que não conseguiria listá-los aqui, pois, por um lado, cometeria esquecimentos e, por outro, por desconhecimento.

Quanto aos Museus Escolares que foram instalados no espaço escolar para servir de suporte ao ensino, não irei adentrar no debate linguístico que trata de sua identificação museológica de qual será a melhor forma de caracterizá-los, museus, centros de memória, memoriais, acervos, centros culturais etc. Não tenho dados precisos, mas a quantidade de Museus Escolares em funcionamento espalhados pelo Brasil não é muito mais de uma centena e meia, o que é pouco se compararmos com a quantidade de instituições educacionais existentes no país. Geograficamente, estão dispostos em diferentes espaços da cena escolar brasileira, e posso destacar alguns que tive o prazer de conhecer, em momentos diversos, quando minhas agendas acadêmica e pessoal permitiram visitas a estes espaços museológicos, dentre os quais, recomendando fortemente conhecê-los:

Museu Professor Guido Straube (Colégio Estadual do Paraná – Curitiba, PR);

Museu da Escola Estadual Caetano de Campos (São Paulo, SP);

Centro de Memória da Escola Técnica Estadual Carlos de Campos (São Paulo, SP);

Acervo da Escola Estadual Culto à Ciência (Campinas, SP);

Museu do Colégio Municipal Pelotense (Pelotas, RS);

Memorial do Colégio Manoel Ribas (Santa Maria, RS);

Museu Coronel Loyola (Colégio Militar de Curitiba, PR);

Acervo do Colégio Militar do Rio de Janeiro (Rio de Janeiro, RS);

Museu do Colégio Militar de Salvador (Salvador, BA)

Museu do Colégio Militar (Belo Horizonte, MG);

Memorial do Centro Educacional Menino Jesus (Florianópolis, SC);

Museu Escolar de Ciências (Colégio Marista Nossa Senhora do Rosário – Porto Alegre, RS);

Museu Irmão Paschoal Pasa (Colégio Marista - Passo Fundo, RS);
Museu de História Natural do Colégio Anchieta (Porto Alegre, RS);
Memorial do Colégio Marista Nossa Senhora da Penha (Vila Velha, ES);
Museu da História dos Salesianos no Brasil (Colégio Liceu Coração de Jesus - São Paulo, SP);
Memorial do Colégio Marista Arquidiocesano (São Paulo, SP);
Museu de História Natural (Colégio Dante Alighieri - São Paulo, SP);
Centro Cultural do Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo (São Paulo, SP);
Museu do Colégio Santuário Caraça (Catás Altas, MG);
Memorial do Deutscher Hilfsverein (Colégio Farroupilha - Porto Alegre, RS);
Museu do Colégio Latino-Americano (Campo Grande, MS);
Museu Pedagógico e Laboratório Leopoldo Cathoud (Instituto de Educação de Minas Gerais - Belo Horizonte, MG);
Acervo Histórico do Instituto Estadual de Educação Olavo Bilac (Santa Maria, RS);
Centro de Memória Institucional e Museu de História Natural (Instituto de Educação do Rio de Janeiro - RJ);
Museu da Escola Normal Justiniano de Serpa (Fortaleza, CE).

E na América Latina, impressiona visitar e pesquisar as coleções do *Museo Bernasconi* e do *Museo de las Escuelas*, ambos instalados em Buenos Aires. No Uruguai, o *Museo Pedagógico José Pedro Varela*, em Montevideo, e no Chile, o *Museo de la Educación Gabriela Mistral*, em Santiago.

Entrevista concedida em outubro de 2020

RESENHA

SILVA, V. L. G.; SOUZA, G.; CASTRO, C. A. (orgs.). **Cultura Material Escolar em perspectiva histórica: escritas e possibilidades**. Vitória: EDUFES, 2018. 470 p.

Gecia Aline Garcia¹

Na tentativa de reunir uma rede de pesquisadores em âmbito nacional e internacional que estudam a temática da Cultura Material Escolar, a Prof.^a Dr.^a Vera Lucia Gaspar da Silva², a Prof.^a Dr.^a Gizele de Souza³ e o Prof. Dr. César Augusto Castro⁴ organizaram a obra intitulada “Cultura Material Escolar em perspectiva histórica: escritas e possibilidades”. Embora existam outros livros que reúnam textos sobre a Cultura Material Escolar no Brasil, a obra aqui referida destaca-se não somente por colaborar com debates na dimensão material, social e histórica da cultura escolar, mas também por apresentar aos leitores possibilidades de manejo teórico e metodológico a respeito do tema. Com isso, a organização da obra reuniu pesquisadores renomados, revelando os avanços de pesquisa e o quanto a temática se tornou profícua ao longo dos anos. Publicada pela

1 Doutoranda pela Universidade Federal do Paraná. Mestre em Educação pela Universidade Federal do Paraná. Bolsista CAPES. ORCID: <http://orcid.org/000-0002-8934-3741> gecia.garcia@gmail.com

2 Doutora em Educação pela Universidade de São Paulo (USP). Pós-doutorado realizado na Universidade de São Paulo (USP). Professora titular da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), atuando na graduação e no Programa de Pós-Graduação em Educação (mestrado e doutorado). Integrante do Grupo de Pesquisa Observatório de Práticas Escolares (OPE). Bolsista do Produtividade em Pesquisa, do CNPq. E-mail: vera.gaspar.udesc@gmail.com

3 Doutora em Educação: História, Política, Sociedade pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Pós-Doutora em Educação pela Università degli Studi di Firenze/Itália. Professora do Setor de Educação e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Paraná. Coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Infância e Educação Infantil (NEPIE). Editora Editora Chefe da Educar em Revista (UFPR). ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-6487-4300>. E-mail: gizelesouza@ufpr.br

4 Doutor em Educação pela Universidade de São Paulo (1998). Pós-Doutor em Educação pela USP (2006) e pela Universidade do Porto (2011). Professor da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) no Programa de Pós-Graduação em Educação e no Curso de Biblioteconomia (UFMA). Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Pará (UFPA). Coordenador do Núcleo de Estudos e Documentação em História da Educação e Práticas Leitoras (NEDHEL). ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7650-895X>. E-mail: cesarcastro@ufma.br.

Editora da Universidade Federal do Espírito Santo (EDUFES), na forma impressa e em *e-book*⁵, o referido exemplar faz parte do 14º volume da “Coleção horizontes da pesquisa em história da educação no Brasil”.

Pode-se dividir a trajetória de produção do exemplar em dois momentos: um que decorre das experiências acumuladas pelos autores em torno da história da materialidade escolar; e outro que marca a ação desses sujeitos como promotores de uma agenda de pesquisa sobre a Cultura Material Escolar.

Em relação à formulação da proposta editorial, os organizadores citam como primeiro movimento o encontro na Itália, em agosto de 2014, entre Gizele de Souza e Vera Lucia Gaspar, em função de seus estudos acadêmicos. Posteriormente a isso, foram incluídas no projeto as contribuições e participação de César Augusto Castro, um parceiro acadêmico de longa data das autoras. Já nos anos de 2014 e 2015, um caráter mais definitivo foi dado à obra a partir da interlocução com os demais pesquisadores, por meio da realização conjunta de projetos e seminários sobre a cultura material. Entre estes, os autores destacam o colóquio sediado em Curitiba, em 2015, intitulado “Colóquio História da Educação, Infância, Cultura Material”, contando com a participação de vários estudantes e professores(as) de história da educação da Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC, Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP e Universidade Federal do Paraná – UFPR⁶. Outro percurso importante, que promoveu muitos diálogos para a composição da obra, foi a participação dos organizadores no “*III Colloquio Internazionale sulla Cultura Materiali della Scuola: produzione, uso e circolazione di arredi e sussidi scolastici tra Europa e América Latina tra '800 e 1900*”, realizado em 2017, na *Università degli Studi di Macerata* (Itália), berço da versão italiana da obra.

Em relação aos espaços de interlocução que contribuíram para a agremiação de experiências, os organizadores citam: o Projeto de Pesquisa, de âmbito nacional, “Por uma teoria e uma história da escola primária no Brasil: investigações comparadas sobre a escola graduada (1870 – 1950)”, coordenado por Rosa Fátima de Souza; o Grupo Temático G2 –

5 SILVA, Vera Lucia Gaspar da; SOUZA, Gizele de; CASTRO, César Augusto (orgs.) **Cultura material escolar em perspectiva histórica**: escritas e possibilidades. Vitória: EDUFES, 2018. 460 p. (Coleção Horizontes da Pesquisa em História da Educação no Brasil ; v. 14) Modo de acesso: <http://repositorio.ufes.br/handle/10/11346>

6 O evento também contou com palestra de abertura proferida por Cynthia Greive Veiga, da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG.

“Cultura Material Escolar: investigações comparadas sobre a escola graduada (1870 – 1950)”;

o Projeto de Pesquisa, também coordenado por Rosa Fátima de Souza, “História da escola primária no Brasil: investigação em perspectiva comparada em âmbito nacional (1930 – 1961)”, que contou com a participação do “Grupo Temático G3 – Cultura Material Escolar: a materialidade da escola primária graduada pelo estudo da Cultura Material Escolar (SE, MA, PR, GO e SC)”. No contexto internacional, os organizadores pontuam as contribuições para o campo da Cultura Material Escolar dos educadores e historiadores António Nóvoa e Agustín Escolano Benito.

A obra conta com Prefácio de Marcus Levy Bencosta, que descreve a publicação como uma bibliografia especializada, com sólida pesquisa empírica e que poderá colaborar com formas inovadoras de pensar sobre a história da escola e o uso de seus artefatos. Na sequência a coleção introduz uma apresentação dos organizadores, na qual contam os caminhos trilhados para a organização da obra bem como para o seu arranjo bibliográfico. O corpo de debate reúne dezesseis artigos escritos por vinte e quatro professores(as) pesquisadores(as), de diferentes universidades estrangeiras e nacionais. O livro é encerrado com Pós-fácio de Juri Meda, “Patentes e monopólios industriais: novas fontes para uma história da indústria escolar – primeiras sondagens nos arquivos italianos (1880 – 1960)”, no qual trata de um conjunto de arquivos italianos que podem ser potentes para desvelar a história da indústria escolar a partir das patentes industriais relativas aos móveis escolares.

O texto que inaugura o debate sobre a Cultura Material Escolar trata-se do estudo de Cynthia Greive Veiga, intitulado “A história da escola como fenômeno econômico: diálogos com história da cultura material, sociologia econômica e história social”. Ao olhar para o processo de institucionalização da escola elementar e as condições de estudos das crianças e do trabalho dos professores, a autora tenta identificar, sob os aspectos da oferta e da demanda escolar, um fenômeno econômico. Veiga explica que, desde o século XIX, modos muito diferenciados foram mobilizados pelas elites, dirigentes, familiares e as camadas mais pobres para a instalação da escola pública obrigatória. Sendo assim, a partir da cultura material é possível pensar as tensões presentes nas relações sociais que produziram a escola como necessidade social e as dificuldades para satisfazê-la.

No segundo artigo, de autoria de Dominique Poulot, intitulado “Uma nova história da cultura material?”, observa-se o intento do autor

em demonstrar, por meio de diversas perspectivas teóricas sobre a questão do consumo, como este conceito pode alargar a compreensão da cultura material. No entanto, Poulout ressalta que, por mais que a categoria do consumo seja um elemento-chave para a compreensão de uma nova história da cultura material, é importante salientar que o ciclo do consumo não esgota as suas virtualidades históricas, sendo necessário estar atento às circulações, apropriações e outros usos que também fazem parte da vida cronológica do objeto.

Partindo do pressuposto de que o patrimônio material da escola é uma espécie de registro da chamada cultura empírica das instituições educativas, o terceiro capítulo, escrito por Agustín Escolano Benito e intitulado “Etnohistória e cultura material da escola: a educação nas Exposições Universais”, parte da leitura dos signos indiciários para uma análise etnográfica e hermenêutica. O autor considera as Exposições Universais como um campo de estudo de alto valor testemunhal para captar as invenções que instrumentaram os primeiros modos de produção escolar, desenvolvidos em paralelo com as origens dos sistemas nacionais de educação.

Vera Lucia Gaspar da Silva e Gizele de Souza, em “Objetos de utilidade prática para o ensino elementar: museus pedagógicos e escolares em debate”, centram a análise no que denominam objetos de uso prático. Materiais que tiveram, nas Exposições Universais, durante o século XIX e início do século XX, um forte vetor de difusão e que chegaram ou passaram a compor as escolas por meio dos museus pedagógicos e escolares.

Heloisa Barbuy, em “Escola e museu: experiência sensível e didatismo como eixos comuns”, percebe que as feiras universais, os museus pedagógicos e mesmo aqueles construídos nas escolas reverberaram uma cultura de exposições conformada com a linguagem do século XIX. Desse modo, a autora destaca que esses espaços contribuíram para a exibição material demonstrativa e didática das coisas e do mundo.

Cristina Yanes Cabrera e Guadalupe Trigueros Gordillo, em “*La patrimonialización de la cultura escolar en España: discursos y escenarios*”, têm como objetivo abordar os diferentes modos como se configuram os discursos museográficos e a patrimonialização da cultura escolar na Espanha, representada fundamentalmente em seus aspectos material e imaterial.

O sétimo artigo da obra intitula-se “*Posibles metodologías de trabajo histórico sobre la cultura material de la escuela: entre el material*

didáctico y los catálogos de enseñanza – primeros resultados de una investigación en curso”. Nesse estudo, Marta Brunelli discute a circulação dos artefatos escolares na Itália nos anos finais do século XIX e na primeira metade do século XX. A autora opera com materiais didáticos de teor científico que estão conservados nas coleções de algumas escolas italianas, buscando identificar a circulação e os consumos dos objetos descritos nos catálogos, o que pode revelar a evolução de um nicho industrial e de um mercado escolar.

Em “Higienismo e Cultura Material Escolar: notas sobre a invenção dos objetos e de suas funções”, Heloísa Helena Pimenta Rocha aborda os objetos e os equipamentos utilizados na escola primária paulista, sob orientação dos médicos higienistas nas primeiras décadas do século XX. Dessa forma, a autora investiga as escolhas, sentidos e engenhosidades que a cultura desses objetos pode revelar.

Tomando como objeto as carteiras escolares, Wiara Rosa Rios Alcântara e Diana Golçalves Vidal, em estudo sobre “Corpo e matéria: relações (im)previsíveis da Cultura Material Escolar”, sugerem uma reflexão sobre o impacto da materialidade na formação da corporeidade discente. Entre as tensões e interações do âmbito escolar, as autoras procuram identificar as relações presentes entre o objeto, o corpo, os modelos e as práticas pedagógicas.

O texto de César Augusto Castro e Samuel Luis Velázquez Castellanos, intitulado “A escola como vitrine: os objetos escolares nas exposições do trabalho no Maranhão Império”, décimo capítulo, é dividido em duas partes: na primeira, os autores buscam compreender, a partir da imprensa maranhense, o sentido e o deslubrimento de Gonçalves Dias (1857) pelas Exposições Universais e as contribuições que elas ofereciam para a instrução pública; na segunda, centram sua análise na Exposição do Trabalho, realizada em várias edições no Maranhão oitocentista, e nos artefatos escolares que nela circularam.

O décimo primeiro artigo intitula-se “Com a palavra, as carteiras escolares” e foi escrito por Heloísa Helena Meirelles dos Santos e Ana Chrystina Venancio Mignot. Tendo como fonte principal do estudo uma carta administrativa de Lourenço Filho enviada a Anísio Teixeira, as autoras evidenciam que a carteira escolar é tomada por esses educadores como um item importante para a reforma do ensino na década de 1930, no Rio de Janeiro. Por meio do estudo sobre a carteira escolar, Santos e Mignot sustentam que é possível desvelar a dinâmica das salas de aulas,

o modo como os corpos ocuparam esse artefato, as concepções morais e a própria relação dos docentes e docentes com essa materialidade.

Embasada pelas teorias do ator-rede (Bruno Latour, 2005) e dos estudos visuais (Thomas Mitchell, 2002), Inés Dussel em “Objetos, imágenes y tecnologías como fuentes para la historia de la educación: reflexiones desde una práctica de investigación”, relata como a sua trajetória de pesquisa sobre a história dos uniformes, dos ritos e do regime de aparências no âmbito da Cultura Material Escolar contribuiu para que pensasse novas abordagens de análise sobre os objetos. Desse modo, o desafio que a autora propõe é implicar a memória como prática de investigação, permitindo reunir outras informações, mais coletivas, sobre a peça documental.

Martin Lawn, em “A materialidade dinâmica da educação escolar: professores, tecnologias, rotinas e trabalho”, chama a atenção para os sentidos que damos aos objetos, aos usos que são atribuídos a eles e às redes heterogêneas em que estão ativos e conectados com sujeitos e práticas. Desse modo, o autor levanta algumas possibilidades de análise sobre a sala de aula quando vista como a construção de uma tecnologia social, no sentido de que esses objetos, a materialidade e o edifício são geradores de uma escolarização e de métodos de ensino.

O décimo quarto artigo da obra foi escrito por Rosa Fátima de Souza e Rosilene Batista de Oliveira e intitula-se “A tecnologia educacional na investigação histórica da Cultura Material Escolar”. No estudo, as autoras interrogam-se sobre a relevância e o lugar da tecnologia educacional na investigação histórica da Cultura Material Escolar. Desse modo, o texto está dividido em três momentos: no primeiro, as autoras discutem o conceito de tecnologia educacional, percorrendo sobre as variações que o termo foi adquirindo ao longo do século XX, mais especificamente nos Estados Unidos; em um segundo momento, é analisado o acontecimento que ficou conhecido no Brasil como “movimento da tecnologia do Brasil”; e, por fim, as autoras tecem considerações sobre as relações existentes entre a Cultura Material Escolar e a tecnologia educacional.

O décimo quinto texto tem como título a “Cultura material na escrita da história curricular de uma instituição de ensino secundário do sul de Mato Grosso (1939 a 1970): espaços, objetos e práticas” e foi escrito por Eurize Caldas Pessanha e Fabiany de Cássia Tavares Silva. Nesse estudo, as autoras discorrem sobre os projetos de modernização e escolarização que eram previstos para o Liceo Campograndense, uma

instituição que obteve esforços dos dirigentes para ser aparelhada com espaços e objetos especializados para o ensino. Pessanha e Silva concluem que a cultura material que existiu no Liceo revela a construção de uma identidade específica do ensino secundário.

O último artigo é escrito por Rodrigo Rossellini Julio Rodrigues e Silvia Alicia Martínez e leva como título a “Materialidade da escola primária no estado do Rio de Janeiro (1893 – 1922): entre escolas singulares e graduadas”. Nesse estudo, os autores investigam a materialidade das escolas primárias do Rio de Janeiro no ano de 1893, com a primeira reforma do Estado após a implantação do regime republicano, e o ano de 1922, com a criação de diversos edifícios construídos para a finalidade escolar. A partir desse recorte temporal, os autores demonstram aspectos da Cultura Material Escolar fluminense, marcada por descontinuidades e também por diferentes configurações da escola primária.

“Indispensável, cosmopolita, clássico e transnacional” são as palavras utilizadas por Maria Teresa Santos Cunha na contracapa do livro. Sobre as contribuições da obra, a comentarista acrescenta que esta “constrói um conhecimento epistemológico que permite pensar outras e novas bases para o estudo da Cultura Material Escolar em variados solos de linguagem”. Nesse sentido, a coletânea se faz indispensável a todos aqueles que estão ingressando nas leituras sobre o tema, mas também àqueles que desejam aprofundar o seu repertório teórico e as memórias sobre a escola. Faz-se cosmopolita e transnacional justamente por sua narrativa não se ater à configuração nacional, mas se apresentar atuante em um debate que elenca diferentes tempos e lugares.

Por fim, pode-se afirmar que o conjunto de textos que compõe o livro tornam-no clássico por levantar questões do âmbito educacional, fazendo sua consulta inevitável. A obra está para além dos estudos sobre os objetos escolares: ela também articula as relações e as condições de funcionamento da escola, o que inclui observar a relação da comunidade com o espaço escolar, a condição de trabalho dos professores, as formas de provimento durante a institucionalização da escola elementar e a escolarização das crianças, isto é, as interações sociais que envolvem o ambiente interno e externo da escola, permitindo pensar ações políticas, pedagógicas e culturais que são fundamentais para o debate e a compreensão da materialidade escolar.

NORMAS PARA APRESENTAÇÃO DE TRABALHOS NA REVISTA EDUCAÇÃO E EMANCIPAÇÃO

A Revista Educação e Emancipação (ISSN Impresso 1677- 6097 e ISSN Online 2358-4319), do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Maranhão (PPGE/UFMA) é um periódico para publicação de artigos originais de autores brasileiros e estrangeiros que tratam de educação, oriundos de pesquisas, bem como ensaios teóricos e resenhas. Tem como objetivo incentivar o debate e a produção científica e ainda propiciar o intercâmbio entre o PPGE e outras entidades e pessoas que atuam no campo da Educação e que possam contribuir para a ampliação do conhecimento no referido campo, fomentando a realização de novos estudos.

Esta revista tem periodicidade quadrimestral e os interessados em publicar trabalhos deverão submeter pelo portal de periódicos no endereço <http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/reducaoemancipacao> ou encaminhá-los para o endereço eletrônico e-mail: revistaeduc.emancipacao@ufma.br, com o Assunto: Submissão de Trabalho. Ambas as formas de envio devem ser acompanhadas de Declaração de Responsabilidade e Transferência de Direitos Autorais, modelos fornecidos pela Revista, obedecendo às seguintes orientações:

- a) Cada artigo poderá ter, no máximo, três (3) autores; preferencialmente pertencentes a grupos de pesquisas. Pelo menos, o autor principal (primeiro autor) deve ter no mínimo o título de mestre.
- b) Os artigos poderão ser redigidos em português ou espanhol, acompanhados do resumo em português, inglês e espanhol e deverão ser apresentados em formato papel tamanho A4 digitados com utilização de editores Word for Windows, com uso de fonte: times new roman, corpo 12 para o texto e 10 para o resumo (em português, inglês e espanhol), citações de mais de três linhas e notas de rodapé;
- c) Espaçamento justificado e entre linhas de 1,5 cm (um e meio) para o texto, com exceção para as citações de mais de três linhas, notas de rodapé, referências e o resumo (em português, inglês e espanhol) que devem ser digitados em espaço simples;

- d) As margens esquerda e superior devem ter 3 cm; inferior 2 cm; direita com 2 cm;
- e) O recuo deve ser de 2 cm da margem esquerda para parágrafos e 4 cm para citações de mais de três linhas;
- f) Os artigos deverão conter entre 15 e 20 laudas, incluindo referências, tabelas, gráficos, ilustrações e notas, quando houver. Caso existam tabelas, gráficos e ilustrações, estas devem ser numeradas consecutivamente, em algarismos arábicos, obedecendo à especificidade de cada um. A identificação da tabela deverá ser feita acima desta e precedida da palavra Tabela, com a numeração correspondente. Já as ilustrações (quadros, fotos, organogramas, outros) devem ter sua identificação apresentada abaixo destes, com o título antecedido da palavra indicativa do tipo de ilustração. Em caso de tabelas e/ou ilustrações reproduzidas de alguma obra deverão conter a fonte, indicada abaixo destas. As fotografias deverão estar em preto e branco.

Para garantir o anonimato no processo de avaliação, os artigos deverão ser apresentados da seguinte forma: conter uma folha de rosto, separada do corpo do trabalho, com o título do artigo, nome do autor, profissão, vínculo institucional e título acadêmico, endereço, telefone e e-mail.

A primeira página do artigo deve conter somente o título do trabalho em português, inglês e espanhol antes de cada resumo, com as iniciais em caixa alta negrito, centralizado, acompanhado do subtítulo, se for o caso, em caixa baixa sem negrito, seguido dos Resumos (em português, inglês e espanhol) de 100 até 250 palavras, acompanhados de palavras-chave, no máximo três, que identifiquem o conteúdo do trabalho, espaço simples e sem parágrafos.

O corpo do trabalho deverá começar com a INTRODUÇÃO, a qual deve apontar o propósito do estudo, a metodologia utilizada, se for o caso. Em seguida, deverão ser trabalhadas as demais seções que constituem o desenvolvimento do trabalho, tendo como último item a CONCLUSÃO ou CONSIDERAÇÕES FINAIS, cada uma delas antecederida do indicativo (algarismo) correspondente e alinhada à margem esquerda.

Os títulos das seções primárias deverão vir em versal (maiúsculas) e em negrito; os das seções secundárias deverão estar em letras minúsculas e também em negrito; os títulos das demais seções deverão vir em minúsculas e sem negrito.

O sistema de chamada deverá ser o autor-data, devendo-se no texto indicar junto a cada citação, direta ou indireta, o sobrenome de cada autor pessoal ou nome de entidade responsável, seguido do ano da publicação do documento e da(s) página(s) da citação, separados entre si, por vírgula, podendo estar tudo entre parênteses ou o sobrenome do autor estar fora deles. Neste último caso, o sobrenome do autor deverá estar só com a inicial em letras maiúsculas e quando estiver dentro dos parênteses deverá estar em caixa alta. Tratando-se de dois autores, quando fora dos parênteses, deverão ser ligados pela conjunção “e”, mas estando dentro dos parênteses serão separados entre si, por ponto e vírgula, como na referência. Quando houver três autores, é semelhante. No caso de mais de três, fora dos parênteses, deverá colocar-se o sobrenome do 1º, seguido da expressão “e outros”. Estando dentro dos parênteses, dever-se-á, após o sobrenome do 1º, utilizar-se a expressão latina “et al’.

As referências, ao final, deverão ser elaboradas em conformidade com o disposto na versão atualizada da NBR da ABNT. Registrar, nas referências, somente, os autores citados no corpo do texto.

Exemplos de Citações no texto:

Citação direta curta:

- a) a chamada “[...] pandectística havia sido a forma particular pela qual o direito romano fora integrado no século XIX na Alemanha em particular” (LOPES, 2000, p. 225).
- b) Derrida (1967, p. 293) menciona que “[...] apesar das aparências, a desconstrução do logocentrismo não é uma psicanálise da filosofia [...]”.
- c) Longarezi e Puentes (2011, p. 168) explicam que, no campo disciplinar, “[...] enquadraram-se os trabalhos que abordam e discutem questões relativas ao desenvolvimento da Didática enquanto disciplina acadêmica, ou seja, relativas ao seu ensino”.
- d) “[...] para o exercício de profissões, ou capacitação de indivíduos para a ocupação de postos de trabalho, devidamente

caracterizados, e o enfrentamento das disputas acirradas que a competitividade engendra em todos os níveis — dos indivíduos, das empresas e das nações” (DIAS SOBRINHO, 2002, p. 15 *apud* SILVA et al., 2007, p. 5).

Citação direta longa (recuar a 4 cm da margem esquerda):

Eles possuem uma formação que consiga valorizar e tornar essas orientações possíveis? Este é um enorme problema presente nos cursos de licenciatura, uma vez que grande parte de seus docentes são bacharéis com poucos conhecimentos pedagógicos, que não possuem nenhuma proximidade com a realidade da educação básica. Quando se trata da vivência e/ou experiência educacional envolvendo pessoas com deficiência, essas questões se intensificam ainda mais. Há a necessidade de se preocupar com a formação dos formadores. Estes profissionais precisam ampliar sua formação pedagógica para conseguir aliar a pesquisa à prática educativa, que, como tal, é relativa ao ensino e à aprendizagem. (SILVA, 2008, p. 245).

Citação indireta:

- a) Merriam e Caffarella (1991) observam que a localização de recursos tem um papel crucial no processo de aprendizagem autodirigida.

As referências, ao final, deverão ser elaboradas de conformidade com disposto na versão atualizada da NBR 6023 da ABNT. Registrar, nas referências, somente, os autores citados no corpo do texto.

Exemplos de Referências conforme a NBR 6023:

- a) Livro com um autor:

LIBÂNEO, J. C. **Didática**. São Paulo: Cortez, 1992.

- b) Livro com até três autores:

PASSOS, L. M. M.; FONSECA, A.; CHAVES, M. **Alegria de saber: matemática**. São Paulo: Scipione, 1995. 136 p.

- c) Livro com mais de três autores:

EGGERT, E. et al. **Trajetórias e processos de ensinar e de aprender**. Porto Alegre: Edipucrs, 2008.

- d) Livro em formato eletrônico:

LOPES, Vieira Marta. **O meio ambiente**. São Paulo: Saraiva, 2000. v. 4. Disponível em: <http://www.saraivaonline.com.br>. Acesso em: 23 fev. 2004.

- e) Capítulo de livro:
BORÓN, A. A sociedade civil depois do dilúvio neoliberal. In: SADER, E.; GENTILI, P. (Org.). **Pós-Neoliberalismo**: as políticas sociais e o Estado democrático. 8. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. cap. 12, p. 63-118.
- f) Artigo de periódico:
MANSILLA, H. C. F. La controversia entre universalismo y particularismo en la filosofía de la cultura. **Revista Latinoamericana de Filosofía**, Buenos Aires, v. 24, n. 2, primavera 1998.
- g) Artigo de periódico em formato eletrônico:
FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. A política de educação profissional no governo Lula: um percurso histórico controvertido. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 26, n. 92, p. 1087-1115, out./dez. 2005. Edição especial. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em: 13 dez. 2006.
- h) Decretos, Leis:
BRASIL. Decreto-lei nº 5.452, de 1 de maio de 1943. **Lex**: coletânea de legislação: edição federal, São Paulo, v. 7, p. 3-4, jan./mar. 1943. Suplemento.
BRASIL. Lei nº 9.887, de 7 de dezembro de 1999. Altera a legislação tributária federal. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 8 dez. 1999.
- i) Dissertações e Teses:
OLIVEIRA, Kelly Almeida de. **A construção cultural da identidade do/a pedagogo/a pelo currículo**. 2011. 70 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2011.
- j) Trabalho publicado em Congresso Científico:
SGUAREZI, N. O. As abordagens da didática nos cursos de formação de professores: o caso da Universidade Federal de Mato Grosso. In: ENCONTRO NACIONAL DE DIDÁTICA E PRÁTICA DE ENSINO, 15., 2010, Belo Horizonte. **Anais** [...] Belo Horizonte: Autêntica, 2010. p. 27-39.

CRITÉRIOS PARA ACEITAÇÃO DE TRABALHOS

Todos os trabalhos submetidos a este veículo de publicação serão avaliados, no mérito científico, por membros do conselho científico e por consultores ad hoc, sendo considerados os seguintes critérios:

- a) Pertinência do trabalho em relação ao campo da educação;
- b) Quanto à qualidade linguística: clareza e correção na comunicação;
- c) Quanto ao conteúdo: fundamentação teórica consistente, originalidade e contribuição para a produção do conhecimento no campo da Educação;
- d) Quanto à estrutura: introdução, desenvolvimento, conclusão e resumo, palavras-chave, abstract e keywords.
- e) Quanto à apresentação: obediência às normas aqui especificadas para apresentação do trabalho.

Cabe ao Conselho Científico condicionar a aprovação dos trabalhos apresentados para publicação a modificações especificadas em pareceres emitidos por estes.

Emitidos os pareceres pelo Conselho, em seguida, serão encaminhados para que os autores tomem conhecimento.

O trabalho aceito para publicação será comunicado para o autor que deverá encaminhar Declaração de Transferência de Direitos Autorais a ser fornecido pelo Conselho Editorial Executivo da Revista Educação e Emancipação, não sendo permitido publicá-lo em outro veículo.

Os trabalhos submetidos para a publicação, quando não aceitos, ficarão à disposição dos autores.